

1. PROBLEMATIZANDO A IDENTIDADE SEXUAL

Ao longo de seus trabalhos, Michel Foucault pode apresentar uma perspectiva radicalmente histórica da construção do *humano*. Uma perspectiva que faz suspender os questionamentos *sobre* o humano e suas *dimensões subjetivas* para segui-los como construções históricas.

Deixando os questionamentos sobre quem é “*o homem*”, pode-se perguntar pelas condições históricas que nos permitiram ter nos tornado “*o que somos*”, *como nos vemos e nos concebemos hoje*. Pois *o que somos* não nos leva a *nós* mas à possibilidade mesma, histórica, de se formular esta questão, de *nos formularmos como questão*. Vamos a uma história de construção, constituição do que chamamos *nós mesmos*, aqui, como seres sexuais, como sujeitos de uma sexualidade, a *homossexualidade*.

De uma dimensão fundamental da vida e da subjetividade humana, a sexualidade se apresenta aqui como uma experiência histórica singular, um complexo dispositivo político instaurado por volta do século XIX no ocidente. Sua emergência como um domínio de saber, portanto, pode ser localizada, datada, sendo historicamente ainda recente (Foucault, 1993e).

Essa experiência histórica singular vem se constituindo, como objeto de saber relativo a uma “dimensão fundamental da experiência humana”, numa peça importante na conformação das identidades modernas.

Inscrita entre as lutas políticas de nosso tempo nos trabalhos de Foucault, o tema da identidade, ou da *identificação do que somos*, destaca-se na constituição dos sujeitos na modernidade.

*“todas estas lutas contemporâneas giram em torno da questão: **quem somos nós?** Elas são uma recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos individualmente, e também uma recusa de uma investigação científica ou administrativa que determina quem somos.*

*Em suma, o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, **uma técnica, uma forma de poder.***

*Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que **categoriza** o indivíduo, **marca-o** com sua própria individualidade, liga-o à sua própria*

identidade, impõem-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra 'sujeito': sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a.” (Foucault, *O sujeito e o poder*, 1995, p. 235 – grifos meus)

Fala-se em sexualidades normativas e não normativas, comportamentos ou condutas normais ou não, desviantes, etc., relacionadas ao sexo; definem-se indivíduos como *heteros, homos, bi, trans, pan, pluri... sexuais*. Saber de si através da sexualidade, conhecer a *própria* sexualidade tornou-se central em nossa experiência na modernidade, particularmente no que diz respeito à afirmação e *identificação* do que *somos*.

Tal como apontado por Deleuze (1988), esta é uma questão política do *nosso tempo*, onde a *diferença* se encontraria submetida a um certo e amplo modo de produção de subjetividade:

“A luta por uma subjetividade moderna passa por uma resistência às duas formas atuais de sujeição, uma que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder, outra que consiste em ligar cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida, bem determinada de uma vez por todas. A luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose” (Deleuze, 1988, p. 113).

Para Foucault (1995), trata-se de um “‘duplo constrangimento’ político” (p. 239) esta forma em que o poder moderno nos conforma, em um movimento simultâneo de individualização e totalização.

Através do dispositivo de sexualidade, a identificação *sexual* pode instaurar-se como uma via para a inscrição da *subjetividade*, da *individualidade* em uma ordem sexual totalizadora, podendo o indivíduo concreto situar-se segundo padrões de normalidade sexual, subjetivando-se segundo uma certa organização de sua experiência, conforme os códigos dos saberes legitimados *sobre* o sexo – *sobre* a sexualidade, tomada como dimensão *fundamental* do humano. Compondo, como parte, conjuntos/cadeias totalizadoras/conformadoras da ordem do *sexual*.

A identidade sexual aparece, assim, como parte/produto de um mecanismo de identificação/subjetivação que coloca o dispositivo de sexualidade em relação com a construção de si de cada indivíduo, possibilitando a inscrição/codificação/criação de si

como sujeito nos domínios da sexualidade.

Tomando-se a sexualidade como dispositivo político e buscando suas implicações com a constituição do sujeito, desloca-se a análise da identidade sexual para a abordagem dos modos de subjetivação, como modos de produção de subjetividade, relacionados ou implicados na formulação de uma identidade sexual. Tal deslocamento cumpre a função aqui, ao mesmo tempo em que se contrapõe à análise pela categoria identidade sexual, de permitir investigá-la como parte de um dispositivo produtivo relacionado à “subjetividade”, problematizando-a em termos das construções éticas.

Elegeram-se para a realização desse trabalho um tema e uma categoria histórica, a identidade *homossexual*, como um campo que envolve conhecimentos-saberes, poderes e subjetivação, como um conjunto de discursos, saberes e práticas que compõem e permitem *reafirmar* uma determinada experiência histórica da constituição de sujeitos pela sexualidade.

Tomando o indivíduo contemporâneo como aquele que se problematiza ainda nos domínios da sexualidade, este trabalho dirige-se a um campo reconhecido como em franca *luta política*, o da *homossexualidade*, a fim de traçar os caminhos de continuidade e as eventuais rupturas neste dispositivo das últimas décadas à atualidade.

Políticas de subjetivação nos domínios da sexualidade – um dispositivo

Para se tratar a sexualidade como dispositivo torna-se necessário trabalhar com uma certa composição de elementos que se articulam historicamente na configuração dessa experiência singular, demarcando relações entre esses elementos heterogêneos e destes com outras instâncias e dispositivos, caracterizando uma certa funcionalidade. Essa formação em rede chamada dispositivo cumpre uma *função* dominante, estratégica que permite seu estabelecimento, manutenção e eficácia no conjunto das formações históricas onde surge, numa determinada época.

“Através deste termo [dispositivo] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais,

filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. (...) Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (...) existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo” (Foucault, 1993e, p. 244)

Pensar a sexualidade assim, portanto, é pensar em um dispositivo de produção, em um certo modo de realização do “humano”, deixando de pressupô-la, de tomá-la como *fundamento*; é perguntar pela sua positividade, pelo que, como dispositivo, permite realizar, a que historicamente pode dar condições de existência.

A própria emergência do objeto histórico “sexo”, para Foucault (1993e), veio a cumprir uma função dentro do dispositivo de sexualidade, não tendo sido este objeto contemporâneo à instalação do dispositivo, mas sim produzido, tornado possível por essa formação discursiva da sexualidade. O objeto sexo é parte desse dispositivo que articula práticas como a da enunciação, construindo domínios de sexualidade, e nele se funda – não sendo, portanto, *fundamento*.

“O discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações inter-individuais, etc...”

(...) um conjunto heterogêneo que estava recoberto pelo dispositivo de sexualidade que produziu, em determinado momento, como elemento essencial de seu próprio discurso e talvez de seu próprio funcionamento, a idéia de sexo.” (Foucault, 1993e, p. 259)

O objeto sexo surge como produto do dispositivo de sexualidade, um produto no qual o próprio discurso onde emerge se apoia. As práticas, os atos “homossexuais”, que já existiam sem darem existência a seres “homossexuais”, com o advento do sexo como objeto de saber no dispositivo de sexualidade passaram a cumprir a função de sustentar o discurso da sexualidade e da homossexualidade, como discursos que permitem, apoiando-se nas práticas suporte, definir e identificar uma *condição* diferenciada, marcando uma *subjetividade*, categorizando indivíduos e grupos que exercem tais práticas. O objeto sexo, (re)significando as práticas sexuais, serve de apoio

às *diferenciações*, permitindo diferenciar/assemelhar, separar/ligar, pelo saber em que implica, indivíduos e grupos, compondo categorias. A *verdade* do sexo, como verdade *subjetivada*, passa a discriminar diferentes e genéricos “sujeitos da sexualidade”, oferecendo-se, como uma via de saber, à relação do indivíduo concreto consigo, à *subjetivação*.

Historicamente, procedimentos como a confissão vieram a compor essa via de ligação entre as práticas e uma verdade subjetiva – “procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito” (Foucault, 1993e, p. 264) –, marcando o indivíduo como um *ser sexual*, tornando-o objeto e sujeito em um discurso, no qual se objetiva como *tal* submetendo-se a uma posição marcada pelos códigos, pelas normas que definem e permitem configurar – dando condições de existência a – uma tal forma *subjetiva* – uma posição marcada para o *sujeito* (e onde ele se torna possível).

Com os saberes *sobre “o homem”* e a técnica de exame – “modelo prioritário de estabelecimento da verdade” nas Ciências Humanas (Muchail, 1985, p. 199) –,

“instaura-se (...) um modo de poder onde a sujeição não se faz apenas na forma negativa da repressão, mas sobretudo, ao modo sutil de adestramento, de produção positiva de comportamentos que definem o ‘indivíduo’ ou o que ‘deve’ (...) ele ser segundo o padrão de ‘normalidade’.” (Muchail, 1985, p. 199)

Ao voltar-se sobre si, no trabalho reflexivo sobre si, no exercício de si, conforme esse conjunto de saberes-normas-práticas-prescrições..., o indivíduo produz-se como “sujeito”, *sujeito a* esse espaço e a essas definições, delimitações e códigos, às verdades que constrói sobre si mesmo, às práticas em que, nesse movimento, se engaja e às quais significa conforme esses domínios, significando-se – produz-se *sujeito a*, “preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (Foucault, 1995, p. 235).

Falar de sexualidade como experiência histórica singular, falar de seu funcionamento como “engrenagem”, através da idéia de dispositivo, é falar de todo um complexo conjunto histórico de discursos e práticas, de códigos e de procedimentos que estabelecem uma relação fundamental entre sexo e verdade (Foucault, 1993e).

Fala-se de um *sexo*, um universo de práticas, tornado *sexualidade*. De sexo e

verdade em discurso, do jogo objetivações-subjetivações nos domínios da sexualidade, da realização da verdade de um objeto construído historicamente em práticas discursivas e “não discursivas”, em práticas de si, nos jogos dos códigos, das normas, da formulação de condutas e percepções, em relações, em práticas de conhecer, entre outras, e, enfim, em “sujeitos da sexualidade” e em categorias para o pensamento.

Foucault (1993e) propõe, no funcionamento do dispositivo, *estratégias sem estrategista*. Fala de um conjunto de práticas anônimas e de estratégias bem definidas funcionando nos conjuntos de uma formação composta por uma prática discursiva, uma rede de instituições, por mecanismos de apoio, entre outros componentes, configurando estratégias “globalizantes” – como movimentos totalizadores. Mudanças, reajustes, adequações realizadas por mecanismos locais, em diferentes momentos e lugares, permitindo a funcionalidade e a manutenção de estratégias “globalizantes” – “para que uma determinada relação de forças possa não somente se manter mas se acentuar, se estabilizar e ganhar terreno, é necessário que haja uma manobra” (Foucault, 1993e, p. 255).

Nas relações entre uma variedade de elementos, mecanismos, instituições elaboram-se essas grandes estratégias anônimas, em redes, “sem sujeito” (Foucault, 1993e). A subjetivação, nas manobras do poder moderno, como já dito, se conformaria entre movimentos simultâneos de individualização e de totalização (Foucault, 1995).

As relações de poder implicam em espaços de *luta*; como em batalhas, a manobra final, o resultado a cada instante se dá na medida do enfrentamento entre as forças incidentes na relação. São resultados anônimos que podem se realizar, se concentrar, em uma perspectiva molar (Guattari, 1987), em grandes *linhas ou vias políticas* que se cristalizam – o poder está em todos os lados mas podem-se formar grandes vias “preferenciais” que agenciam, “canalizando”, os movimentos moleculares, como grandes políticas que seguem/conformam as grandes instituições (como a da homossexualidade, por exemplo). Processos de subjetivação podem funcionar no registro de linhas estratégicas normatizadas no dispositivo, mantendo suas definições, modificando-as, transformando-as, podem romper com suas linhas demarcatórias e constituintes, funcionar em outros registros, instituir outras “políticas”. Não se trata de realização “fora” ou “dentro” do dispositivo mas da relação de movimentos estratégicos subjetivantes com linhas políticas instituídas nessa rede, com linhas que atendem às suas regras ou rompem com sua “lógica”, abrindo espaços diferenciados para a

subjetivação.

O estabelecimento de relações *conforma* o dispositivo de sexualidade, que emerge como um determinado jogo de relações da ordem do sexual, relações *regidas* por regras anônimas, historicamente constituídas, engendradas; não cabe, portanto, falar de “fora” do dispositivo. Considera-se aqui que estamos emergindo, nos constituindo, em uma rede que comporta relações da ordem do sexual, constituidoras e constituintes de domínios de saberes e de práticas de *sexualidade*.

Fala-se desse dispositivo como uma rede que se constitui como e dá lugar a diferentes estratégias e objetos, constituindo domínios de sexualidade e, nas relações com esses domínios, modos de subjetivação. A identidade, produto da identificação no dispositivo, (*re*)apresenta um caminho possível para a subjetivação, um modo institucionalizado, uma “via preferencial” na medida em que oferece-se como uma forma normatizada, reconhecida, identificável de existir.

Este trabalho atém-se à análise crítica da constituição de identidade, o que, na perspectiva de Guattari e Rolnik (1996), remeteria à análise de “modos de representação da subjetividade que a *reificam*” (p. 71 – grifo meu). O recurso aos modos de subjetivação dá-se como uma estratégia de análise que permita dar conta do “caráter composto, elaborado, fabricado” (Guattari e Rolnik, 1996, p. 71) do que aparece como produto no que chamamos *subjetividade* – sua primeira função, contrastar com a análise pela categoria identidade, expondo-a como reificadora de uma *condição* (*subjetiva*) em uma produção histórica (*subjetivação*). Falar em *identidade* e *subjetividade* seria atentar para um resultado, um produto do jogo de objetivação-subjetivação; e é esse jogo que se põe em perspectiva, aqui, ao se analisar a constituição histórica de uma identidade pelos modos de subjetivação a que dão lugar e possibilidade.

Assim, não se pressupõe em uma identidade *homossexual*, ou em qualquer outra, alguma especificidade ou singularidade, alguma forma especificamente “revolucionária” ou “libertadora” ou, ao contrário, alguma especificidade controladora, padronizadora. Toma-se a identidade *homossexual* como um termo de nomeação, uma categorização, como uma construção política, histórica; toma-se, portanto, uma certa disposição, uma certa configuração identitária designada como *homossexual* que surge ao longo desta pesquisa, não buscando ou vendo nela a princípio nada além do que se poderia esperar caso se elegesse uma identidade *hetero*, *bi*, ou qualquer outra identidade *sexual*. Não se supõe qualquer *condição* específica ou genérica, nenhuma pressuposição

sobre o que se configuraria como um objeto *homossexual*. A *especificidade* de uma identidade, tomada entre outras, se constrói aqui através da análise histórica; uma *condição*, se se pretendesse falar nesses termos, caberia apenas como forma emergente nas articulações entre os discursos e as práticas analisadas, como uma produção, uma objetivação relativa a esse conjunto. Considera-se que nada há a pressupor sobre uma identidade *homossexual* – ou sobre qualquer aspecto do que seria, especificamente, alguma prática, discurso ou objeto *homossexual* – quando não se pensa no registro de uma condição dada.

Pensa-se na funcionalidade da afirmação da identidade sexual dentro de uma *política sexual* que, tanto teórica quanto praticamente, permite configurar, conformar e definir sujeitos de uma dada sexualidade, tornando tanto indivíduos quanto grupos objetos de identificação e controle social – sujeitos a normatizações e práticas normalizadoras. Essa *funcionalidade* refere-se aqui a uma conformidade com um conjunto de regras *anônimas* de uma formação histórica em particular, através das quais relações estratégicas, políticas, tornam-se possíveis nos movimentos de constituição/instituição social.

Por outro lado, considera-se que resistir às conformações subjetivantes de tais políticas significa resistir às identidades, especificamente, às sujeições implicadas na assunção das identidades sexuais. Em suma, concebe-se essa ligação de “cada indivíduo a uma identidade sabida e conhecida” (Deleuze, 1988, p. 113) como uma forma de sujeição, inscrita entre os mecanismos de assujeitamento e, mais amplamente, como uma das formas de funcionamento disponíveis à subjetivação. De um ponto de vista da constituição do sujeito como parte de um dispositivo político, as políticas identitárias vigentes tornam-se um dos modos disponíveis à subjetivação; modo através do qual privilegiam-se as semelhanças em detrimento das diferenças, submetendo estas ao regime das primeiras – ao sentido comum, ao reconhecimento do idêntico, às generalidades¹.

Por *política sexual* pretende-se, aqui, uma determinada configuração estratégica entre saberes e poderes que esquadrinham, configuram, organizam e

¹ “Aqui está, pois, a primeira figura da sujeição: a diferença como especificidade (no conceito). Mas sujeição a quê? Ao sentido comum, que, abandonado o devir louco e a anárquica diferença, sabe, em qualquer lugar e da mesma forma em todos, reconhecer o que é idêntico; o sentido comum recorta a generalidade no objeto, no mesmo momento em que, por intermédio de um pacto de boa vontade, estabelece a univrsalidade do sujeito que conhece.” (Foucault, “Theatrum filosoficum”, 2000, p. 98)

permitem dar um sentido reconhecido à experiência de indivíduos e grupos, através da articulação entre suas práticas sexuais e a constituição de si como sujeitos de uma dada sexualidade. Dispositivo político que permite a identificação e o reconhecimento social através da experiência da sexualidade e a própria constituição dos sujeitos de que trata. Saberes e seus efeitos de verdade; práticas discursivas que não apenas esclarecem realidades, mas que, antes, constituem-se dentro de um mesmo agenciamento em que essas realidades são constituídas.²

Daí a pertinência de uma análise dessas questões em termos estratégicos, de guerra, de batalha; coloca-se o problema em termos de estratégias e, para além das descrições de composições, pode-se perguntar: por que funcionou? por que teve (ou não) continuidade? (Foucault, 1993e). Entender o estabelecimento, a manutenção ou o eventual desaparecimento desse e de qualquer outro dispositivo assim entendido, implica em pensar em sua funcionalidade, em sua eficácia estratégica no seio das formações históricas onde surgem e através das quais se mantém, modificando-se ou não. Torna-se necessário pensá-lo estrategicamente, mapeando seus caminhos, produções e transformações históricas, para percebê-lo *funcionando* em nosso presente.

No dispositivo de sexualidade articulam-se saberes-poderes e subjetivação; demarcam-se objetos na relação com diferentes domínios de saber, tornando-os objetos de conhecimento e de práticas. Forma-se, de forma correlata a esses objetos de saber e de discurso, um campo de significações para a experiência; marcam-se lugares de enunciação a serem ocupados, lugares a partir dos quais dizer-se, exercer-se – antevendo-se um *sujeito* –, a partir de onde se pode falar de um objeto, dar existência, realizá-lo, tomar a si mesmo como objeto de conhecimento. Movimentos de subjetivação, como linhas instituintes, passam por esses conjuntos de saberes e práticas associadas e transformam objetos construídos em *realizações* subjetivas.

Nesse sentido, pensou-se a relação de compromisso do indivíduo com a verdade do seu sexo como relação constituidora/conformadora de subjetividade, como relação que inscreve um movimento de subjetivação no regime de funcionamento do dispositivo de sexualidade, dando a ver e constituindo sujeitos sexuais – *homossexuais*, no caso.

² “O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo estratégias de relações de força sustentando e sendo sustentadas por eles.” (Foucault, 1993e, p. 246)

Pensa-se como um discurso da homossexualidade possa oferecer-se ao indivíduo como parte de um modo de subjetivação; como um instrumento de subjetivação e/ou como “instrumentalizador” de tecnologias de subjetivação – práticas investidas no exercício de si. Pensa-se como a identidade sexual possa colocar-se nesse discurso como uma via para a subjetivação – configurando em discurso, objetivando, um sujeito homossexual.

Na perspectiva desse trabalho, toma-se o discurso da identidade homossexual – através da identificação, constituição e configuração de sujeitos da homossexualidade – como parte de um dispositivo de concomitante categorização de indivíduos (esquadrinhamento, diagramatização) e produção de sujeitos homossexuais (sujeitos diagramatizados, assujeitados aos códigos, às normas dispostas pelo discurso). Entende-se essa sujeição como movimento em que o indivíduo concreto se inscreve em, tornando-se *sujeito a*, uma cadeia de significação possibilitada por arranjos entre saberes e poderes; onde o movimento de subjetivação se “cola” a uma via diagramatizada e a significação é dada através de uma grade oferecida pelo saber; onde as objetivações do discurso servem à subjetivação e o *sujeito* se significa através delas; onde a objetivação do discurso, como força que vem “do fora”, se flete, no exercício de si, e se torna via de significação de si, como interioridade, no movimento de produção de subjetividade – subjetivação; onde o saber disponibilizado pelo indivíduo converte-se em chave de mobilização de forças, de agenciamentos micropolíticos, permitindo configurar um modo de ser (político) compatível com esse saber, um modo de *ser*, de *exercer-se* que é “conforme ...”, que é coerente com, em que o arranjo micropolítico que o constitui – a mobilização de forças – é conforme certa política, é *assujeitado* a um modo de funcionamento que vem “do fora”.

Toma-se o processo de identificação *homossexual* como uma forma colocada/colada a processos de subjetivação, como parte de um processo de produção de um sujeito em particular (no conjunto de uma categoria) entre os tornados possíveis no esquadrinhamento dos domínios da sexualidade. Um modo de estar em relação a uma cadeia de saber-poder (em relação às práticas, discursivas ou não, que constroem a *homossexualidade*), de ocupar uma posição de sujeito marcada dentro do dispositivo da sexualidade que permite conferir significação e ordenar a experiência dentro de *medidas* reconhecíveis – através da(s) figura(s) do “homossexual”. Toma-se a identidade *homossexual* como categoria que emerge dentro dos domínios da sexualidade, num jogo

de inclusões-exclusões, diferenciando-se primeiramente em relação a uma norma heterossexual.

Partiu-se da idéia de que um discurso afirmativo da identidade homossexual funciona conforme certa organização histórica da experiência conferida pelo dispositivo de sexualidade, promovendo-a. Servindo à inclusão (e conformação) da experiência individual em uma experiência historicamente organizada em torno do sexo, em um dispositivo de produção de subjetividade, pela sujeição dos indivíduos concretos a uma “forma de saber” que diz do “ser”, que oferece-se como instrumento de identificação de um *modo de ser*, que esse discurso põe em circulação, em funcionamento –

“Por mais paradoxal e desconcertante que possa parecer, é possível observar esse mecanismo de assujeitamento funcionando no discurso de afirmação homossexual. Nele, o processo de determinação pode ser descrito nas formulações geradas pela injunção ao assumir a identidade homossexual.” (Souza, 1997, p. 113-4) –;

oferecendo regras para o funcionamento de uma tecnologia de si organizadora da experiência individual; oferecendo uma posição de sujeito pelo reconhecimento de si como homossexual. Um discurso normatizador que, investido em tecnologias de si, *exercido*, torna-se normalizador de um conjunto de práticas tomadas como *parte* de uma experiência *fundamental*, constituidora do indivíduo como sujeito – dimensão de uma sua subjetividade.

Passa-se da *identidade* (como forma dada, final, fixando uma certa permanência – mesmo que em movimento, mudança) para a *identificação*, como jogo, entre semelhanças e diferenças, que localiza um posicionamento (a posição de coincidência com a *identidade*). Toma-se *da* identidade, como qualidade (qualificativo) do que é semelhante, do que ocupa *igual/semelhante/relativamente mesma posição*, o mecanismo de identificação, e concebe-se esse mecanismo como parte de um dispositivo, de um modo político de dar forma e fazer funcionar algo como realidade: uma condição, um modo de ser, de estar, de se conduzir e se relacionar *como...* (“*algo*”), a partir de uma posição assumida (entre outras) que ganha sentido nos domínios da sexualidade (e concorre para mantê-los).

Toma-se, portanto, da *condição identificada* a localização de uma posição construída. Da *qualidade*, do que é semelhante, a *qualificação*, como ação realizada conforme as regras que configuram uma experiência histórica organizada da

sexualidade. Regras anônimas buscadas pela análise do discurso no nível da enunciação. Enunciação que dá condição – lugar – para a fala, para o exercício de si pela prática discursiva, para a construção de um discurso *de si* como algo, para um posicionamento como sujeito. Posição de enunciação que dá lugar para o exercício de si num conjunto articulado de práticas, articulado/produzido por um conjunto de regras básicas e anônimas – que remete a uma “instância” da possibilidade de falar, de fazer ver, para a “instância” das condições que permitem configurar certas “realidades”, fazendo existir pelos discursos (objetivando). Condições buscadas aqui para um certo modo de subjetivação, para a construção do sujeito *como homossexual*, como sujeito identificado nos (e conforme os saberes e práticas que configuram) os domínios da sexualidade, homossexualidade; condições de existência *de ...* – como objeto (na objetivação) e como sujeito (na subjetivação). Buscaram-se as objetivações nos discurso e foram estabelecidas configurações de posição(ões) para a subjetivação, entendendo-as como espaços correlativos abertos pela prática discursiva – que podem ser ocupados pelos indivíduos concretos em seus processos, seus movimentos de subjetivação.

Considerando as implicações entre saberes-poderes e subjetivação num conjunto de produções históricas, foram buscadas, nas regularidades enunciativas, um jogo de coordenadas de ação e ordenação da experiência (através dos enunciados) que abrissem espaços (correlativos) para a produção/exercício de *si*. Foram examinados discursos que tematizavam a homossexualidade (que a tomavam, realizando-a, como objeto) procurando estabelecer *coordenações*, *normatizações* que permitem configurar a *realidade* de (pela ação de realizar) uma condição subjetiva relativa à sexualidade (dando condição de existência a esta, no discurso), apresentando-a como objeto de saber (realizando um objeto) e oferecendo (dando forma a) uma possibilidade de subjetivação na forma de uma posição de enunciação, de uma posição *correlativa* ao objeto – uma posição de sujeito (em que se realiza o sujeito).

Passa-se, assim, da enunciação ao dispositivo, às práticas, às estratégias, destacando-se sua solidariedade política (sua implicação) com outras práticas que fazem funcionar certos mecanismos (como o da identificação) dentro do dispositivo de sexualidade; chega-se à questão do sujeito ao se apontar para os correlatos da prática discursiva, para as realizações que o discurso permite ao dar a ver, como objeto, o homossexual, ao fornecer coordenadas para esse posicionamento e para sua condução, como sujeito.

Onde a enunciação se liga à norma, a uma determinada configuração de práticas de uma época, na ocupação dessas posições marcadas, produz-se um sujeito reconhecível, como aquele que exerce-se, realiza-se conforme certas regras, conforme uma normatividade – compondo-se conforme e como uma ética (como uma regulação).

Além da tomada crítica de uma identidade sexual, desconstruindo-a como evidência de uma *essência* subjetiva, interessa neste trabalho colocar a questão das construções subjetivantes, éticas, permitindo pensar nos modos de subjetivação que têm lugar em cada processo de construção de si, seja no *momento* em que tem-se em foco indivíduos/grupos como objeto de estudo, seja no *momento* em que “nós mesmos” nos construímos *conhecendo* em psicologia (como momentos coincidentes, movimentos solidários “sujeito-objeto”). Em ambos os casos e, em especial, no último, a explicitação das mais íntimas relações entre saberes, poderes e subjetivação é considerada fundamental aqui.

Este trabalho, portanto, está prioritária e intimamente ligado às condições dispostas pelo e para o estudo em psicologia e ciências humanas, especialmente no que diz respeito às implicações entre saberes e constituição do sujeito na atualidade. A opção pela abordagem de uma questão identitária resulta do interesse em problematizar uma via tradicional, ainda eficiente e produtiva, de pensamento nas áreas da psicologia e afins – e tacitamente aceita no chamado “senso comum”. A abertura a outras formas de pensar a diferença – como o pensar a diferença diferencialmente –, exige o rompimento com a lógica da diferença submetida à semelhança e, por isso, aqui, esse caminho de *desconstrução* de uma perspectiva identitária.

“A sujeição mais tenaz da diferença é, sem dúvida a das categorias, pois permitem – ao mostrar de que diferentes maneiras pode dizer-se o ser, ao especificar de antemão as formas de atribuição do ser, ao impor de certa maneira, o seu esquema de atribuição dos entes – preservar, no cume mais alto, a sua quietude indiferenciada. As categorias regem o jogo das afirmações e das negações, fundamentam em teoria as semelhanças da representação, garantem a objetividade do conceito e do seu trabalho; reprimem a diferença anárquica, dividem-na em regiões, delimitam os seus direitos e prescrevem a tarefa de especificação que têm de realizar os seres. Por outro lado, podemos ler as categorias como as formas ‘a priori’ do conhecimento; mas, por outro lado, aparecem como a moral arcaica, como o velho decálogo que o idêntico impôs à diferença” (Foucault, “Theatrum Philosophicum”, 2000, p. 103-4)

Se se quer, como propõe Foucault (2000) ao comentar trabalhos de Deleuze, escapar às categorias – percebendo “uma diferença sempre nômade, sempre anárquica”, inventando “um pensamento acategórico” (p. 104) –, acredita-se ter que começar conhecendo, expondo seus modos de funcionamento e sua eficácia; por isso as questões colocadas pelo nosso presente, ainda a sexualidade, ainda identidade; por isso esse trabalho como um estudo crítico.

“Se em vez de procurar o comum na diferença, pensasse diferencialmente a diferença?” (Foucault, “Theatrum Philosophicum”, 2000, p. 98-9). Este é um longo caminho que se busca iniciar aqui, analisando a construção/afirmação de uma identidade.

Perseguem-se jogos de *objetivações* e *subjetivações* em discursos e práticas, em *modos de produção* que permitem configurar *identidade*, que constróem identidades, que permitem constituir *subjetivações*, dando a ver “*sujeitos*” de uma sexualidade; “processos” que “desaparecem” quando a ótica de investigação *parte* de uma categoria dada, os homossexuais, a homossexualidade.

O movimento exigido nesta perspectiva não é o de ir contra à afirmação da identidade, mas o de um distanciar-se pela explicitação dos mecanismos de produção ali envolvidos, de um *falar de outro lugar* (o da produção, da *subjetivação*) que abra a possibilidade de um *perceber diferentemente* essas questões, uma abertura que leve a outros questionamentos... a outros movimentos que não o da submissão da diferença, do predomínio da semelhança, da busca do idêntico, da continuidade e da permanência através das categorias de identidade; e, enfim, de um *descompromissar-se* com o que *se faça como verdade*, a priori.

Vale a pena reafirmar a perspectiva radicalmente histórica deste trabalho, em que “uma experiência não é nem ‘verdadeira’, nem ‘falsa’, ela é sempre uma ficção, qualquer coisa que só existe por ter sido feita” (Foucault³, conforme citado por Souza, 2000, p. 141).

Agora, para prosseguir, é necessário manter suspensas quaisquer “*evidências*”, “*verdades*” ou *crenças* sobre uma determinada condição subjetiva/substantiva *sexual e homossexual*.

³ D. Trombadori, “Colloqui com Foucault”, in *Il contributo*, 4^o année, n. 1, jan/mar, 1980, p. 22 (DE, IV, p. 45)

Sobre o percurso

O percurso desta *pesquisa-problematização* delineou-se a partir das seguintes questões: De um ponto de vista histórico, como se formam práticas e discursos homossexuais no período dos anos 70/80 à atualidade no Brasil; quais suas rupturas, seus deslocamentos; como o enunciado da identidade atravessa esse discurso contemporaneamente. Perguntando-se ainda: com a ruptura desse dispositivo de identidade, que outros modos de subjetivação surgem?

Na elaboração de uma história do movimento homossexual, do ponto de vista de sua discursividade, tomam-se as posições internas ao próprio movimento como fios condutores, buscando suas relações com outras formas discursivas, ou seja, o que é enunciado em seu campo discursivo, o que o atravessa e aquilo com que mantém relações, práticas e discursos com que se avizinha. Privilegiam-se, portanto, como base para a análise histórica de práticas e discursos homossexuais, materiais disponibilizados em campos relacionados ao próprio movimento, das últimas décadas até a atualidade no Brasil.

Mais especificamente, trabalhou-se a partir de um campo, a rede mundial de computadores, *internet*, onde as discussões acerca da sexualidade estão não apenas presentes, mas vêm se intensificando e se ramificando crescentemente (Lima, 2001) – apresentando sites desde os mais genéricos sobre sexualidade, como páginas pessoais, páginas de grupos organizados, fóruns de discussão e sites direcionados e/ou produzidos para públicos específicos, conforme algum critério de identificação ligado à sexualidade, entre outros. Utilizando-se a internet como campo preferencial para a pesquisa, e confirmada sua importância histórica e presente para o chamado *movimento homossexual* no Brasil, focou-se, na análise de discursos atuais, material disponibilizado por um site (Mix Brasil) direcionado a um público reconhecido sob o termo “gls” – definição ainda recente relativa à sexualidade, “Gays, Lésbicas e Simpatizantes”.

A velocidade de circulação e consumo de materiais, seu caráter considerado efêmero e descartável, a possibilidade de expressão direta de indivíduos “anônimos”, bem como de entidades e grupos organizados, a interatividade com o público, entre outras características, chamaram inicialmente a atenção para esse meio como um campo de interesse para essa pesquisa. Buscavam-se não discursos legitimados científica ou

academicamente, mas sim discursos ordinários, ampla e facilmente acessáveis e consumíveis, de circulação aberta e relativo interesse do público – num espaço aberto para as dúvidas, questionamentos e comentários do público.

Na análise do material textual – numa composição histórica de discursos e práticas *homossexuais*, em textos das décadas de 70/80 até a atualidade, chegando às cartilhas on line – foram identificadas e posteriormente relacionadas regularidades enunciativas relativas à identidade homossexual; as linhas e composições discursivas obtidas nesse processo permitiram apontar para continuidades, transformações e rupturas nos enunciados da prática discursiva (nas possibilidades de enunciação, configurando campos de). Em tal análise encontrava-se implicada já a análise dos arranjos históricos relacionados a essa produção, considerando as solidariedades entre prática discursiva e demais práticas sociais. Verificou-se a impropriedade e a impossibilidade concreta, aqui, de realizar-se uma análise de discursos que não fosse já intimamente relacionada a uma análise das práticas e dos arranjos políticos; a análise em questão é, portanto, desde seu início, uma análise de um conjunto de práticas (“discursivas” e “não discursivas”) e de estratégias políticas envolvidas em um universo caracterizado como homossexual, a que se teve acesso através de documentos textuais. Compôs-se, assim, como “resultado” de uma análise em que genealogia e arqueologia encontram mutuamente implicadas, uma história de práticas e discursos homossexuais da década de 70/80 à atualidade. Análise que convergiu, em sua fase final, para um determinado conjunto de textos (“cartilhas”) tomados dentre aqueles de exposição mais recente, como discursos contemporâneos dirigidos diretamente a um público homossexual (que *falam de e a “homossexuais”*), publicados pelo site Mix Brasil na rede mundial de computadores.

Na análise de enunciação dos discursos, foram priorizadas as emergências e as configurações de objetos e de arranjos estratégicos da prática discursiva, que coloca a análise em conexão com as chamadas, genericamente, práticas não discursivas, permitindo uma composição entre análise arqueológica e genealógica – respeitando, dentro das possibilidades desse trabalho, a inseparabilidade entre ambas. Tal arranjo metodológico mostrou-se fundamental para a efetivação de uma análise política dos discursos em questão, permitindo a correlação entre saberes e poderes e a análise de suas relações com a subjetivação.

A explicitação dos jogos entre as objetivações discursivas produzidas pelas

relações estratégicas entre saberes e poderes – a que tem-se acesso pelo material – e a formação de um espaço de subjetivação correlativo a esses discursos é o foco principal desta composição histórica de práticas e discursos homossexuais. As objetivações e as posições correlativas de enunciação, as estratégias enunciativas utilizadas, os arranjos entre práticas discursivas e não discursivas, as linhas de composições políticas determinantes, os espaços visibilizados para a subjetivação estão entre as condições que permitem compor um espaço, um lugar para a ação do indivíduo concreto a partir dos discursos examinados.

Considera-se que tais arranjos enunciativos permitem configurar correlativamente um espaço/campo preferencial (como uma grande via política identitária) para a subjetivação, na medida em que fazem emergir posições reconhecidas para a enunciação de uma dada condição, posições de *sujeito* – passíveis de serem ocupadas no movimento de subjetivação –, como espaços disponíveis em um jogo, o de construir-se e exercer-se, que é realizado entre os movimentos de objetivação e subjetivação⁴. Pela análise dessas conformações políticas disponíveis à subjetivação pode-se levantar questões sobre as construções éticas colocadas em discurso, em *jogo*⁵, e que se apresentam então como questões atuais, contemporâneas. A análise visa o presente, o estabelecimento das condições que, hoje, permitem falar de, ver e configurar, através das categorizações de identidade, *sujeitos homossexuais*.

⁴ Onde o indivíduo se faz objeto de atenção, de conhecimento de si e sujeito que conhece, se conhece – processo de dobramento, onde a linha do “fora”, fletida sobre si mesma, afetando-se, “funda” um espaço de ação, como uma “interioridade”. [*Sobre o dobramento, a subjetivação* – Deleuze, 1988, cap. “As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação)”]

⁵ Num plano concreto, político, para além do jogo discursivo, um jogo em relações cotidianas que envolvem todo um conjunto de práticas, em uma rede de relações em que se engajam e se constituem os indivíduos concretos.

2. SITUANDO A PERSPECTIVA – NOSSOS SABERES

A fim de situar a perspectiva e as dificuldades enfrentadas ao se tratar da construção e implicação histórico-política do saber, parte-se de uma questão básica na obra de Foucault em que se trata do próprio conceito de homem. Quer-se, com isso, mostrar, brevemente, a implicação desta perspectiva na reflexão acerca dos conceitos e das práticas pertinentes ao campo das Ciências Humanas e apresentar uma das preocupações de base deste trabalho: a preocupação específica com o campo de estudos da psicologia e as implicações de seus saberes com as realidades que buscam conhecer, com as experiências dos indivíduos concretos.

A questão é apresentada por Hacking (1988): Se para a questão “O que é o Homem?”, de Kant, a resposta de Foucault é “nada”, o que Foucault responderia para a questão: “Então, que podemos esperar?”. Hacking pergunta: “Daria Foucault o mesmo nada como resposta?” (p. 49).

Sobre uma resposta afirmativa a esta questão, Hacking (1988) assevera:

“Pensar así es no entender la réplica de Foucault a la pregunta sobre el Hombre. Foucault decía que el concepto del Hombre es un engaño, no que usted y yo no somos nada. (...) Si no estamos satisfechos, no debería ser porque él es pesimista. Es porque no dio ningún sustituto para lo que sea que surge eterno en el pecho humano.” (p. 49)

A questão colocada dessa forma – “o que é o Homem?” – indica o caminho da busca por constantes antropológicas, na medida em que faz buscar no “ser”, no “homem” suas respostas. Haveria, na perspectiva aqui adotada, que se perguntar como foi produzido esse conceito, essa idéia de *Homem*, como surgiu, em que momento, como está implicada e em que implica na construção histórica, social, política do conhecimento. Nesse sentido, “o” homem seria nada, nada *a priori*; um conceito, um instrumento de conhecimento realizado que, assim como surgiu, pode se transformar ou mesmo desaparecer. Nada como essência, permanência, constância – substância, substrato. Essa perspectiva força a deslocar o olhar, a voltar-se a busca para outras direções, a escapar ou suspender as interioridades esclarecedoras, a desfamiliarizar-se e a questionar suas evidências, entre outros movimentos. Um pensar criticamente que não anula, mas recoloca questões: toma a verdade, a evidência, o fato estabelecido, *nossas*

certezas, como efeitos, como produções, e recoloca-as como questões na perspectiva do conhecimento como construção histórica.

Considera-se que o afastamento desses questionamentos acerca do conhecimento em ciências humanas possa enfraquecer (na medida em que se consolidam demais) suas posições. Acredita-se ser necessário um permanente combate à postura de aceitação tácita, recolocando os saberes em seu campo histórico, mantendo aberta e clara a concretude de sua transformação. Vê-se com preocupação a assunção de conceitos, teorias e técnicas e a falta, nesse tempo, de um efetivo estudo crítico sobre as bases dos conhecimentos e dos saberes sobre o homem – já que, concretamente, gênese teórico-técnica e sócio-histórica de conceitos e técnicas não se desvinculam (Rodrigues, 1993).

Concorda-se com Rodrigues (1993) quanto a ser um ponto falho na formação em psicologia o privilégio conferido à formação teórico-técnica, em detrimento da reflexão histórico-crítica – adiada para um “sempre-depois”. A autora refere-se a isso como uma “(de)formação”. É preciso focalizar, através da pesquisa e do ensino, as condições históricas de produção desses saberes e de seus discursos, bem como das práticas a eles vinculadas, se se quiser efetivamente desenvolver um conhecimento e uma formação crítica nessa área.

Considera-se que a assunção tácita de postulados, conceitos, teorias possa contribuir para a perpetuação de posições essencializadoras (mesmo que “relativizadas” no discurso acadêmico atual) sobre a condição humana. Não se trata de questionar o direito a qualquer posicionamento, mas reconduzi-los ao jogo histórico em que se produzem, a recolocá-los como questões; preservar certa desconfiança, desestabilizar certezas, tornando mais presente o posicionamento, a perspectiva, as bases de que se está partindo ao conhecer. Concorda-se com Feyerabend (1977) sobre a importância de preservar a pluralidade de pensamento, oportunizando o conflito e o pensar pelos próprios contrastes entre os saberes, especialmente por se conceber o campo do saber, como todo campo social, não apenas como racionalidades em debate, mas como um jogo político – e ver, com Nietzsche, sempre um lugar mais *baixo* fundamentando nossas posições, mesmo as consideradas mais *elevadas*.

“se [a consciência histórica] de uma maneira mais geral interroga toda consciência científica em sua história, ela descobre, então, as formas e as transformações da vontade de saber que é instinto, paixão, obstinação

inquisidora, refinamento cruel, maldade; (...) violência das opiniões preconcebidas: contra a felicidade ignorante, contra as ilusões vigorosas através das quais a humanidade se protege, opiniões preconcebidas com relação a tudo que há de perigoso na pesquisa e de inquietante na descoberta” (Foucault, Nietzsche, a genealogia e a história, 1993b, p. 35)

Interrogar a consciência científica, como em Nietzsche, exige que, antes da exposição e apreciação de uma realidade posta pelo saber, se exponha este como realidade histórica, expondo-o como realização. Voltar-se sobre o conhecimento como construção, buscando entender sua constituição e funcionalidade histórica, política. Propondo um questionamento sobre como se conhece e em que isso implica.

Neste momento, o pensar com Foucault, ferramenta base deste trabalho, apresenta-se como uma das formas possíveis de enfrentamento dessas questões que, defende-se, devam ser colocadas a quem estuda o homem. Trata-se de recolocar proposições, incluindo-as na problematização dos termos, das formulações a partir das quais o conhecer pode ser erigido em cada época.

Retoma-se, então, a questão “O que é o Homem?”, que abre a modernidade filosófica, para recolocá-la em outros termos, como o fez Foucault. Ele dirige-se efetivamente ao que temos sido, ao que podemos ser, concretamente, perguntando: *Quem somos nós? O que é esse tempo em que nos constituímos como sujeitos ou singularidades históricas?* (Gros, 1995).

Pode-se assim pensar o sujeito moderno como aquele que se coloca a questão “quem somos nós?”; que coloca a si e a seu tempo a questão de sua própria identidade; que se coloca e se formula como objeto a ser conhecido. A questão “quem somos nós?” é proposta não em referência a conteúdos ou formas históricas da(s) identidade(s), mas à *identidade como forma dessa questão* colocada pela nossa modernidade. Daí se pensar o sujeito, aqui, na forma de um compromisso com a questão de *quem se é*, como formulação desta questão; como o que coloca um “si mesmo” como princípio ético – consolidando *uma posição* preferencial, uma *atitude*.

Pode-se agora recolocar a questão do homem, a questão do sujeito nessa perspectiva: não a busca por um conteúdo que identifique, que caracterize um sujeito – não a busca por constantes antropológicas, como se disse –, mas a tomada do *sujeito como questão*, como *relação com as formas como que se dá a pensar, a conhecer*, como podendo e devendo ser pensado, conhecido. O homem, o sujeito, como objetos de conhecimento, como produções, objetivações do saber.

Esse desafio crítico lançado por Foucault coloca questões para o nosso presente, voltando-se para questões de nossa situação histórica, propondo uma ontologia crítica de nós mesmos, uma leitura crítica do que somos. Dessa forma, o “questionamento do ser do homem” (Lebrun, 1985, p. 22) e a questão do sujeito tornaram-se centrais nos desdobramentos das investigações de Foucault (Dreyfus e Rabinow, 1995).

Tal perspectiva contrasta com as chamadas analíticas da finitude, na medida em que a finitude do homem, derivando de saberes empíricos, seja utilizada de forma a “fornecer bases ‘a priori’ para todo o saber” (Rajchman, 1987, p. 95). O assentamento das possibilidades de todo o saber em uma “natureza” ou “condição” humana fundamental – “uma ‘natureza específica’ que limita tudo o que podemos dizer ou fazer” (Rajchman, 1987, p. 95) – cristaliza, como *a priori*, “o homem”, “o sujeito”, tornando-os fundamento. O homem “empírico-transcendental” torna-se, ao mesmo tempo, fundamento para todo saber e objeto de saber; toma-se o homem como ponto de partida, quando, para Foucault, essa é justamente uma questão, construída, localizada historicamente.

Para Lebrun (1985), este é um trabalho que ainda hoje representa um desafio: escapar às analíticas da finitude, que tomam a consciência, do indivíduo ou do sujeito como pontos de partida, perguntando-se pela produção dessas mesmas categorias, pelas “modificações teóricas, as práticas, os dispositivos que as produziram sob tal forma, em tal época, em tal área determinada” (p. 22); considerando, portanto, que o “sujeito” ou o “homem” também foram produzidos como realidades ou como categorias para o pensamento, resultado “de milhares e milhares de trabalhos que divergem ou se entrecruzam” (p. 22).

O posicionamento crítico aqui coloca-se em relação à idéia da “humanidade do homem, ainda concebida em termos de subjetividade e de autoconsciência” (Vattimo, 1996, p. 34). A crítica ao *sujeito* não leva a ignorá-lo, mas a tomá-lo *como questão*, como o fez Nietzsche: “o *subjectum* é posto em questão precisamente em seu significado etimológico, de aquilo que é posto sob, que permanece na mudança das configurações acidentais e garante a unidade do processo” (Vattimo, 1996, p. 30).

Como, com tal concepção, o homem, o sujeito, a consciência passam a ser vistos como pontos de chegada de processos de constituição histórica, assim também são vistas as identidades e as *conformações subjetivas correlatas, identificáveis* em um

determinado tempo, as *configurações da experiência tornadas possíveis* de emergir em uma determinada época, no que e como se fizeram possíveis e inteligíveis. Assim também é que pensa-se, pela problematização do saber como produção e pela análise das experiências colocadas em discurso, poder-se delinear essas amplas estratégias de constituição/conformação de subjetividades – aqui tratadas como *políticas de subjetivação/sujeição*: englobando não apenas *amplos e diferentes modos de dizer quem e como somos*⁶, mas de nos constituir, nos realizar como realidades reconhecíveis.

A partir de tais desafios colocados para o campo das ciências humanas, e considerando com Foucault que em nossos dias o saber sobre o homem, sobre “quem somos” passa pelo conhecimento da sexualidade, pela configuração do sexo como “fonte da inteligibilidade de nosso ser” (Chauí, 1994, p. 176), direcionam-se esses questionamentos para identidade sexual como problema.

Em conformidade com a linha dos questionamentos dessa *nossa modernidade* e com o estabelecimento do dispositivo de sexualidade tornou-se possível a questão “que ser sexual você é?” (Foucault, 1999, p. 306), na medida em que o sexo, tornado sexualidade, impôs-se como *domínio de saber e dimensão fundamental do indivíduo*.

Pode-se falar, na presente perspectiva, de uma *subjetivação sexual*⁷, que Foucault relaciona às tecnologias do *eu* (de si) investidas pelo dispositivo de sexualidade. Pode-se constituir como questão para o indivíduo a *identificação* como “ser sexual”, tornando possível falar-se de um “sujeito sexual”, de um sujeito nos domínios da sexualidade – “durante séculos os atos homossexuais foram realizados sem que surgisse a idéia de que eles são a expressão da espécie homossexual de *pessoas*, e, assim, sem a obrigação de decidir se alguém é tal pessoa” (Rajchman, 1987, p. 32).

Uma dimensão de sexualidade no homem passa a marcar sua subjetividade e oferece-se a oportunidade de investigá-la através do recurso a categorias de análise. As definições de si pela sexualidade e os estudos de identidade sexual tornam-se possíveis e importantes.

⁶ Em referência às Ciências Humanas como “*grandes e amplos modos de fazer coisas que definem quem somos de novas maneiras*” (Rajchman, 1987, p. 101).

⁷ Como forma de controle dos indivíduos, de assujeitamento através da inserção das práticas sexuais num processo de obtenção de uma verdade de si como sujeito, a verdade do que se é através do exame de si – de seu desejo, sentimentos, práticas – conduzido no domínio da sexualidade (domínio de saber). Nesse procedimento, a identidade sexual oferece posições subjetivas ao indivíduo – um lugar e uma forma de se relacionar consigo mesmo e com os outros, “*enquanto homo, hetero, bissexual...*”.

A constituição dos “sujeitos da sexualidade”, tomada como processo de subjetivação, pode ser considerada pela ótica do assujeitamento, da sujeição do indivíduo aos códigos de uma sexualidade. As identidades oferecem posições reconhecidas para os indivíduos como sujeitos, sendo a subjetivação pela via identitária investida por tecnologias/práticas de construção de si a partir das posições assumidas. Como modo geral de produção de subjetividade, a subjetivação abre para a questão da *sujeição*, do assujeitamento, *pela “natureza” das relações entre as práticas de si e a identidade sexual*. A subjetivação pela via identitária se realizaria, assim, pelo assujeitamento do indivíduo aos códigos dessa identidade – “em subjetivação de normas sociais, em auto-regulação compulsória dos movimentos corporais” (Misse, 1998, p. 163).

Esse ‘sujeito’ assujeitado aos códigos tem a sua diferença submetida ao domínio de uma norma, na relação com a qual torna-se objeto de medida e significação, ganha um lugar em coordenadas; é objetivado e subjetivado na relação com o saber, com a norma, é normalizado através das práticas de si correspondentes a este universo no qual se significa.

Nota-se que nesse jogo, entre movimentos de objetivação e subjetivação, objetos e sujeitos encontram-se mutuamente implicados em sua constituição. Entende-se que a própria explicação dada sobre os ‘fenômenos’ estudados em ciências humanas possa promover efeitos solidários entre subjetivação e controle: enquadrando os indivíduos em um saber sobre sua subjetividade e constituindo-se para os mesmos como uma norma, assim investido num modo de subjetivação, colaboram para promover/criar a própria realidade que identifica.

Se, como comenta Descamps (1991), figuras como o louco, o poderoso ou o delinqüente são objetos de conhecimento e de divisão, colocando em jogo uma lógica da constituição do sujeito, aqui também se inclui o indivíduo/sujeito da sexualidade, presumido sob termos como hetero, homo, bissexual, entre outros. Dessa forma, a lógica da constituição de sujeitos ou as lógicas que enquadram o indivíduo concreto dentro do território afirmado da(s) sexualidade(s), permitindo sua categorização, mostram-se implicadas nas investigações relativas à identidade sexual.

Ao investigar a constituição desses saberes, levantando as articulações, os arranjos históricos através dos quais puderam se afirmar como verdadeiros, indicando transformações e reordenações de seus limites (Descamps, 1991), questiona-se a própria

pretensão à verdade, buscando a problematização de seu reconhecimento como verdade.

Problematiza-se, portanto, sua tomada como ponto de partida para o conhecer – como categoria ou objeto dado/reconhecido –, questiona-se a essencialização a que pode ou a que conduz no que afirma ou permite supor sobre sujeitos de uma dada sexualidade. Enfim, nessa perspectiva de análise, considera-se importante problematizar uma afirmação reconhecida eficiente no campo do saber psicológico – a identidade sexual –, tomando-a como produto de um determinado regime de produção onde se articulam saberes e poderes. Tal empreendimento põe em perspectiva um regime político de produção e articulação dos saberes implicados na formação do campo interdisciplinar onde se encontram a Psicologia, a Filosofia e as Ciências Humanas em geral e em campos de saberes não reconhecidos por essas formas legitimadas de saber.

Nessa problematização inicial trata-se, fundamentalmente, de, situando a perspectiva deste estudo, suspender os reconhecimentos no campo da sexualidade. Colocar as categorias em suspenso para acompanhar essas pretensas condições *subjetivas* atreladas à identidade em sua construção, suspendendo, ao mesmo tempo, qualquer crença em uma possível condição *subjacente*, dada. O reconhecimento cumpre função importante na conformação da identidade sexual: sexualidade como forma de conhecer-saber e dar a conhecer a si mesmo e ao outro, saber de si e do outro, *reconhecer-se*; relação consigo e relação com o outro enquanto relações de reconhecimento mediadas pela sexualidade; a identidade, como via de conhecimento, exigindo o *reconhecimento/identificação* de certos e restritivos sentidos entre indivíduos e grupos – conformando-os em categorias *reconhecidas* – e como via de afirmação/efetivação de determinadas formas de ser e, “fundamentalmente” em nossa experiência, ser *reconhecido*; conhecimento (saber instituído, colocado ao/colocando um objeto) e reconhecimento (movimento dirigido ao sujeito/objeto, na relação com o outro, na relação consigo, visando e *reencontrando* “*o mesmo*”, confirmação do saber prévio). Pressuposto que *algo*, o “*si*” como “*o mesmo*”, está “*posto sob*”, como substrato no indivíduo concreto, permanecendo na mudança de suas configurações acidentais e garantindo “a unidade do processo” (Vattimo, 1996, p. 30), “garante-se” a validade do movimento de reafirmação do pressuposto pelo reconhecimento.

Trata-se de, como diz Foucault (2000), munidos de uma certa “má vontade” e tomando apoio numa “fluidez sem forma”, não saber, aqui, reconhecer pela

identidade, para conhecer um pouco do que se configurou ao longo deste trabalho. Suspender o reconhecimento como conhecimento prévio de uma categoria de “seres”, os “homossexuais”.

Considera-se que o saber, mesmo constituidor, está sempre e fundamentalmente situado num momento e num espaço diferenciado daquilo a que nos referimos, nossos *objetos*, e do que acontece concretamente, do que se efetua, o *acontecimento*. Está-se sujeito a regras que “gerenciam” as práticas, discursivas ou não, e as práticas de conhecer, regras que encontram-se implicadas também nos processos de subjetivação. Fala-se aqui não de subjetividade, mas de um “contexto” político de sua produção; não de “indivíduos” e “sujeitos”, mas de possibilidades colocadas à individuação e subjetivação, de lugares marcados, de um conjunto de regras que se podem disponibilizar em movimentos de constituição de si. A identidade *homossexual* é, aqui, portanto, um caminho para um estudo político da constituição/produção de subjetividade ou do “sujeito”, um estudo dos modos através dos quais uma *institucionalização* histórica como a da homossexualidade se coloca, através de um pensamento/ação identitário, como via de saber-entendimento e de prática-conformação de si (“descoberta”) como “algo” – substrato, subjacente, que permanece e pode ser reencontrado, através das transformações, como “o mesmo”... seja “*isso*” o *desejo*, uma *tendência*, um *traço*, o *caráter*... seja ou não seja, além de práticas, de movimentos, nada além do que se fez ser, ao se dizer e fazer ver... e se sentir e viver... e, *revendo*, reconhecer e assumir como verdade.

Pensa-se poder buscar o *efetivar-se* ao manter o olhar no mais fluido, no movimento do que está a se movimentar, no que efetivamente “há”, constituindo-se de uma forma, somente enquanto está sendo e sob tal perspectiva. Nesse sentido, faz sentido pensar em se armar o menos possível de conceitos e categorias, sem, porém, a ilusão de que poder-se-ia conhecer de uma forma que não fosse já armada, parcial, perspectiva. Se trabalhamos a partir do que conhecemos, deve haver espaço para conhecermos mais sobre como trabalhamos ao conhecer.

2.1. O CONHECER COMO PRÁTICA SOCIAL

Em Nietzsche e Foucault a questão da verdade é central. A proposta de um perspectivismo está ligada à concepção de verdade, na qual ela é sempre dependente de uma perspectiva. Perspectiva histórica, como verdade de um tempo, e localizada, como produção social, dependente de jogos de poder, relativa à visão que predomina através dos conflitos de interesses, das disputas dentro de diferentes campos no corpo social. Uma perspectiva como uma visão histórica e parcial sobre a realidade das coisas.

A relação de correspondência da verdade afirmada com as coisas não é a questão para esses autores, visto que abordam a legitimação de uma afirmação como verdade através das estratégias de poder-saber que a configuram como tal⁸. Para Foucault, diferentes formas de produção e legitimação de verdades caracterizam diferentes epistemes em diferentes períodos. Aqui localiza-se a crítica radical à essencialização da verdade, tomada como expressão de uma realidade, à qual esclareceria⁹. A verdade depende das formas de conhecer disponibilizadas e legitimadas em um dado momento histórico, numa determinada sociedade.

A perspectiva histórica é, assim, fundamental neste pensamento e nas pesquisas a que dá suporte. Ignorar a perspectiva histórica da constituição do conhecimento – que na episteme moderna, como apontado por Foucault, tem a característica de compromisso com a verdade, através da ciência – corresponderia à essencializá-lo, a concebê-lo como verdade ahistórica. A pesquisa exige, então, que se tome o conhecimento (os saberes) em uma perspectiva de produção social e histórica, enquanto produto e parte de um regime de produção social, colocando em relação o conhecimento, afirmado como verdade, e seus procedimentos de produção, com sua pretensão de oferecer acesso a uma verdade.

Nos “jogos de verdade” ou nos processos do verdadeiro (Deleuze, 1988), nas múltiplas questões que constituem o problema da verdade, destacam-se as formas de problematização: que “o verdadeiro só se dá ao saber através de ‘problematizações’ e que as problematizações só se criam através de ‘práticas’, práticas de ver e práticas de

⁸ Foucault “*não questiona a relação da verdade com as coisas, mas a maneira pela qual os discursos – sobre a medicina, a loucura, a prisão, o sexo ou as maneiras de viver – são constituídos, investidos como efeito de verdade*” (Descamps, 1991, p. 40).

⁹ “*se as estratégias dos saberes e dos poderes – sempre plurais – produzem formações de verdade, importa questionar a pretensa verdade desses regimes.*” (Descamps, 1991, p. 41)

dizer” (Deleuze, 1988, p. 72-3)¹⁰.

Fala-se de uma perspectiva crítica aos modos modernos de produção do conhecimento, à ciência e seu compromisso com a verdade. A desmistificação da ciência passa pela elaboração da(s) história(s) da produção de conhecimento, com sua inscrição entre as demais práticas sociais, sujeitas e fundadas sob regimes de saber e poder, que guardam ainda relação com a concepção e formação de subjetividades. Fala-se, portanto, de histórias dos saberes – conforme a distinção entre saber e ciência, que coloca o saber como *condição de possibilidade* para a ciência, campo mais amplo das práticas e das produções do conhecer.

Em Foucault, a crítica à afirmação do pensamento moderno sobre as bases da razão e do acesso à verdade das coisas, através da ciência, se dá através da articulação entre práticas discursivas, não-discursivas e subjetivantes, na análise dos saberes – como produção do conhecimento verdadeiro –, dos poderes – como efeitos de estratégias políticas no campo social – e da subjetivação – como modo de produção articulado às relações entre saberes e poderes, produzindo e demarcando territorialidades subjetivas (permitindo identificação, reconhecimento, categorização). A constituição do(s) sujeito(s) é, portanto, central nessa análise crítica da episteme moderna. Estratégias e tecnologias de saber-poder e processos de subjetivação compõem de forma indissociável a rede de relações que formam um campo social em produção, ancorado em, produzido por e produtor das práticas dos indivíduos concretos, numa determinada época.

O conceito de prática em Foucault, ao incluir os discursos, tomando-os como práticas discursivas, reconhecem-nos como parte do jogo político de constituição de realidades, introduzindo, com isso, *uma nova política do saber* (Rajchman, 1987).

Para Rajchman (1987), com a concepção de conhecimento como prática/poder pode-se ligá-lo à questão da constituição do sujeito. No caso das Ciências Humanas, estas passam a ser vistas, para além de seus corpos de discurso, como “grandes e amplos modos de fazer coisas que definem quem somos de novas maneiras” (Rajchman, 1987, p. 101).

Com a noção de disciplinas destacam-se os arranjos de poder-saber que servem à configuração – produção, reprodução – de realidades, estando relacionados à

¹⁰ A partir de Foucault em *O uso dos prazeres (História da sexualidade II)*.

constituição de realidades subjetivas. Atuam sobre os corpos, produzem efeitos de verdade, põem para funcionar um regime de produção social, configurando realidades reconhecíveis em um período. Elas, então, se relacionam às formas de “ver” (visibilização) e de “dizer” (enunciação) – formas de conhecer – de um tempo, como tecnologias configuradoras/produtoras de realidades, implicadas nas formas de conhecer, através do conjunto de práticas sociais que as fundamentam. Na modernidade, *mecanismos científico-disciplinares* estão implicados na produção da *individualização* (Fonseca, 1995): indivíduos/sujeitos produzidos por agenciamentos de poder-saber.

A história da produção de conhecimento é a história da produção social de objetos e metodologias, de estratégias de afirmação e de legitimação de verdades, de implementação e informação de tecnologias sociais; enfim, é uma história da fundamentação da ciência como e a partir de práticas sociais e do agenciamento dessas práticas sob uma determinada lógica que permite a constituição de um regime de produção de saber.

Na história dos saberes, gênese social e teórica ou técnica não se dissociam, desde que saberes e poderes se articulam e se produzem mutuamente como práticas sociais, e que o conhecimento é um dos produtos, uma objetivação dessas relações.

No agenciamento saber-poder encontram-se as bases de fundamentação e conhecimento da(s) realidade(s), ou melhor, as formas de objetivação de realidades. Real como social, conforme Rolnik (1989): todo real é produzido, todo real é *real social*.

A gênese social de conceitos na área das Ciências Humanas diz respeito às práticas culturais tomadas como base e meio da produção de saber, práticas instauradas e reconhecidas, articuladas contextualmente com as práticas, técnicas de produção de conhecimento – instaurando um regime e produção de saber, um regime de funcionamento social do qual se parte, sobre o qual se curva para explicar e ao qual se retorna com o conhecimento produzido (incorporando-o e informando práticas, técnicas, disciplinas).

Como apontado por Taylor (1979, conforme citado por Dreyfus e Rabinow, 1995), uma ciência que não considere seus fundamentos não conseguirá compreender e explicar fenômenos que escapam à “lógica” que regula as práticas aceitas tacitamente como realidades evidentes. Essas práticas fundamentais seriam também fundantes do regime de produção de saber, e a lógica que elas imprimem a todo o conjunto – como

uma “lógica”, uma regulação social – é, assim, estendida a essa ciência, constituindo-a. É base a partir da qual essa própria ciência se fundamenta.

Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), é tarefa de qualquer ciência explorar o fundamento social de suas práticas, que tornam possíveis seus objetos e métodos. Um saber normal e não contestado (estabelecimento de uma ciência normal) nas Ciências Humanas, segundo os autores, exigiria o abandono das técnicas sociais, das instituições ou dos dispositivos de poder que tornaram possível suas definições. Contudo, lembram, essas técnicas e o contexto das práticas sociais contingentes são ‘inerentes’ às Ciências Humanas. Ignorar esses fundamentos seria, nesse caso, apenas aceitar a instauração de uma ortodoxia, com o prevaletimento de uma forma de conhecer e eliminando as ciências rivais.

Se as Ciências Humanas estudam as atividades humanas, como ignorar as atividades humanas que tornam possível sua constituição, através de suas disciplinas? Como sustentar que se possa proceder, à maneira das ciências naturais, pela exclusão de quaisquer referências aos fundamentos de suas teorias?

Esse problema é assim exposto por Misse (1998), referindo-se ao determinismo científico nas ciências humanas:

“a própria explicação determinista participa do objeto, constituindo-se num saber que não se dissocia das esferas de domínio que o constituem, produzindo o que Foucault chamou de ‘dispositivos estratégicos’, num círculo que envolve desde o recorte que ‘inventa o problema’, até a descoberta das causas e a normalização de seus efeitos.” (p. 160).

Para Misse (1998), aquilo que a explicação determinista pretendia apenas elucidar ela acaba por constituir, num conjunto de dispositivos de envolvem objetos de domínio e de controle social. Discursos especialistas e práticas sociais se alimentam mutuamente na construção de domínios no corpo social, relativos aos comportamentos examinados. Mais simplesmente, a explicação científica não incorre apenas na descrição e no exame do que está posto na sociedade, ela participa da própria configuração dos objetos de interesse e de problematização social, individual e coletiva.¹¹

¹¹ Misse discute aqui a configuração de algo como ‘crime’, fazendo surgir, de forma intrinsecamente ligada, o ‘descobrimento das causas’, o desenvolvimento do controle de seus efeitos, constituindo dispositivos de controle “*cujos resultados necessariamente reforçarão o saber sobre as causas, e assim por diante.*” (Misse, 1998, p. 160)

Reconhece-se que “para toda uma gama de conhecimentos sobre nós próprios e as nossas sociedades, a possibilidade de saber objetivo é parte de uma prática que requer uma *aceitação tácita*” (Rajchman, 1987, p. 93 – grifo meu), aceitação que podemos desafiar, analisando as práticas a partir das quais conhecemos e desafiando nossos próprios conceitos.

2.2. SABERES, PODERES E SUBJETIVAÇÃO NOS DOMÍNIOS DA SEXUALIDADE

Foucault entende ‘sexualidade’ – termo surgido no início do século XIX – como uma experiência historicamente singular, contrastando com a idéia de sexualidade como um invariante da constituição humana, cujas formas singulares são tidas como expressões particulares de algo invariável, quando submetido a diferentes formações históricas repressivas. (Foucault, 1994)

“Em sua História da Sexualidade, Foucault propõe pensar a sexualidade em geral não como um dado evidente e escamoteado, mas justamente como uma idéia que se constrói e que se reforça através de uma suposta escamoteação.” (Portinari, 1989, p. 33)

A questão da sexualidade é formulada em termos estritamente históricos, como uma construção histórica e não como um referente subjacente (Dreyfus e Rabinow, 1995).

Foucault (1997) parte do questionamento sobre a crescente importância do sexo para a cultura ocidental moderna, tendo esse se transformado, através da sexualidade, em fonte de afirmação, informação, de verdade sobre o ser, uma verdade sobre o ‘quem somos nós’, como sujeitos identificáveis e definíveis:

“A questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo. Nem tanto ao sexo-natureza (elemento do sistema do ser vivo, objeto para uma abordagem biológica), mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso. Colocamo-nos a nós mesmos, sob o signo do sexo, porém, de uma Lógica do sexo, mais do que de uma Física. (...) o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, (...) mas sobretudo colocar-nos, inteiros — nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história — sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo. Uma

vez que se trate de saber quem somos nós, é ela, doravante, que nos serve de chave universal. (...) um sexo imperioso e inteligível. O sexo, razão de tudo.” (Foucault, 1997, p. 76).

Através dessas práticas discursivas que fizeram/fazem com que se busque a verdade sobre “nós mesmos” no sexo, sexualidade e identidade articulam-se: “Foucault defende que as formas de dominação ligadas à identidade sexual são, de fato, características do desenvolvimento recente de nossa sociedade e, por isso mesmo, mais difíceis de serem identificadas” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 186).

Ao estudo da sexualidade, sob a perspectiva de saberes e poderes, integra-se sua ligação com a relação consigo:

“são três dimensões irreduzíveis, mas em implicação constante, saber, poder e si. (...) são históricas (...) não designam condições universais. O Ser-saber é determinado pelas duas forças que assumem o visível e o enunciável em determinado momento, e a luz e a linguagem não são separáveis da “existência singular limitada” que têm sobre determinado estrato. O Saber-poder é determinado nas relações de forças, as quais passam, elas próprias, por singularidades variáveis conforme a época. E o si, o ser-si, é determinado pelo processo de subjetivação, isto é, pelos locais por onde passa a dobra(...). Em suma, as condições nunca são mais gerais que o condicionado, e valem por sua própria singularidade histórica. Por isso as condições não são “apodídicas”, mas problemáticas. Sendo condições, elas não variam historicamente, mas variam com a história. O que elas apresentam, com efeito, é a maneira através da qual o problema se coloca em tal formação histórica: que posso eu saber, ou que posso ver e enunciar em tais condições de luz e de linguagem? Que posso fazer, que poder visar e que resistências opor? Que posso ser, de que dobras me cercar ou como me produzir como sujeito? Sob essas três questões, o ‘eu’ não designa um universal, mas um conjunto de posições singulares ocupadas num Fala-Se/Vê-Se, Combate-se, Vive-Se.” (Deleuze, 1988, p. 122 – grifos meus).

Na realização da história da sexualidade Foucault expõe o saber, o poder e a subjetivação como intrinsecamente implicados e constitutivos dessa experiência histórica singular, analisando-a conforme esses três eixos: (1) saberes, “formação dos saberes que a ela se referem”; (2) poderes, “sistemas de poder que regulam sua prática”; (3) subjetivação, “formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (Foucault, 1994, p. 10). São seus materiais de estudo: práticas discursivas, relações de poder e suas tecnologias e as formas de subjetivação tornadas possíveis, constituindo um campo de experiência no qual indivíduos são

levados a se reconhecerem como sujeitos de uma dada sexualidade ou “sujeitos sexuais”.

O poder, numa sociedade disciplinar e, mais genericamente, de controle, estaria “dirigido para a própria formação de nossos corpos e de nossas identidades” (Rajchman, 1987, p. 75), constituindo-se o campo da sexualidade “enquanto verdade do sexo e de seus prazeres” (Foucault, 1997, p. 67).

Através da noção de biopoder, a sexualidade aparece como um dispositivo em que se articulam conhecimento e política. Esse gerenciamento da vida em escala populacional (biopoder) permite explicar a “articulação entre estratégias políticas e processos envolvendo as condições de vida de todo um conjunto populacional” (Pinho, 1998, p. 188).

Segundo Pinho (1998), tal noção permitiu a Foucault esboçar uma história do surgimento das ciências sociais:

“Discursos como o da psicanálise, por exemplo, incitam os indivíduos a se interrogarem continuamente a respeito da própria sexualidade. (...) essa incitação a falar do sexo tanto nos obriga a saber o que se passa com ele quanto o torna a chave do que verdadeiramente acontece com cada um de nós. Esse processo resulta na formação de uma interioridade psicológica pois a “confissão” pressupõe a descoberta de uma identidade “normal” ou “desviante”; o que, por sua vez, esvazia a tese de que a luta contra a repressão ocorre através da insistência em se pôr a falar do sexo.” (Pinho, 1998, p. 187).

Saber e poder, nas sociedades ocidentais, tecem uma rede onde as questões de sexualidade e identidade tornam-se vias vitais para a subjetivação:

“Para aceitar essa colocação, é preciso visualizar o poder e o saber enquanto forças absolutamente disseminadas na linguagem e entender o seu funcionamento não apenas enquanto um somatório de prescrições morais coercitivas mas sobretudo enquanto um jogo complexo de produção da subjetividade. Uma parte importante desse jogo consiste em que os indivíduos são levados a se reconhecerem como sujeitos de uma dada sexualidade – legítima ou não¹² – e a buscarem aí a verdade do seu desejo, percebida nesse contexto como a sua verdade enquanto sujeitos.” (Portinari, 1989, p.33).

¹² A questão da legitimidade não se coloca neste trabalho – vide discussão sobre verdade.

Se no espaço instituído das identidades fixas, conhecidas, espaço de ação política, mobilizado pela política identitária vigente, encontram-se territórios delimitados, normatizados, visíveis, inteligíveis, aponta-se para a perda de sentido das questões identitárias, num espaço de ação micropolítica, ao desmancharem-se nas multiplicidades:

“A representação clássica pensa no interior de um teatro onde se confrontam a verdade e a ilusão. Ora, convém aproveitar um espaço que abriga a diferença por si mesma, que percebe a perda das identidades, a transformação dos sujeitos únicos em multiplicidades.” (Descamps, 1991, p. 20)

A partir deste “terreno” sempre fértil – pois o poder é produtivo –, podem-se abrir passagens para diferentes efetuações/realizações, como processos de singularização, no jogo das territorializações e desterritorializações subjetivas.

Nesse jogo de produção de subjetividade, sexualidade e identidade tornam-se formas de subjetivação, oferecendo *“um lugar de sujeito”* (Portinari, 1989, p. 33-4).

Foucault defende, conforme Dreyfus e Rabinow (1995), “que as formas de dominação ligadas à identidade sexual são, de fato, características do desenvolvimento recente de nossa sociedade e, por isso mesmo, mais difíceis de serem identificadas” (p. 186). Mesmo movimentos que em tese estariam a favor de uma ruptura, tais como a afirmação da diferença pela identidade sexual e o próprio movimento de “liberação sexual”, não seriam formas inerentemente livres de ou necessariamente opostas à dominação na nossa sociedade (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 186).¹³

Porém, entende-se, que, se a produção de verdade constitui-se num jogo de forças heterogêneas, numa luta política, pode-se pensar na produção de diferentes realidades, de diferentes verdades e, portanto, na configuração de um campo de luta onde novas formas de existir venham a ser efetivadas. Por mais que as formas “duras”, instituídas, reconhecíveis de subjetividade predominem o processo encontra-se aberto e a criação de novos modos de subjetivação se mostra possível. A identidade assim pode ser vista como “aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir

¹³ Leiris, num artigo sobre o *1968 francês*, sugere que *“todos os movimentos de contestação na linha ‘anti’, da afirmação positiva, poderiam ser vítimas dessas técnicas sociais de controle, ou de manipulação em circuito fechado pelos rituais de rebelião”*; idéia também presente em Foracchi, no livro *O estudante e as transformações na sociedade brasileira* (Carvalho, *A corporeidade outra*, 1985, p. 85).

por um só e mesmo quadro de referência identificável” (Guattari e Rolnik, 1996, p. 68-9).

Desta perspectiva, evidenciam-se estratégias micropolíticas que, em seu movimento, constroem/desconstroem territórios existenciais e podem dar ‘corpo’ a novas realidades, novas experiências que poderiam caracterizar a emergência de uma nova “ética sexual”, conforme proposto por Foucault (Rajchman, 1987).

Mas, para que se possa perceber um movimento como esse, é preciso estar atento ao presente e à diferença e se perguntar o que anda acontecendo por aí, num plano concreto, desde as formações dominantes de saber-poder às novas formas de contato e de relação: seriam apenas novos meios para velhas estratégias e verdades ou estariam ali também se efetivando novas possibilidades de vida? Fica-se por aqui, com as palavras e a expectativa de Foucault (1993a) sobre esta questão:

“Está se esboçando atualmente um movimento que me parece estar indo contra a corrente do “sempre mais sexo”, do “sempre mais verdade no sexo” que existe há séculos: trata-se, não digo de “redescobrir”, mas de fabricar outras formas de prazer, de relações, de coexistências, de laços, de amores, de intensidades. Tenho a impressão de escutar atualmente um sussurro “anti-sexo” (...), como se um esforço em profundidade estivesse sendo feito para sacudir essa grande “sexografia” que faz com que decifremos o sexo como se fosse segredo universal.” (p. 234-5).

Esse possível “diagnóstico”, serve como animador dos questionamentos, na medida em que alerta para a necessidade de se pensar e descobrir formas de se pensar sobre o que efetivamente emerge em termos das relações sociais concretas, na diversidade do que há e/ou do que pode vir a ser visto, considerando-se para isso a dependência das formas de organização do saber. Não se trata de destituir o poder da verdade, mas de descobrir como ela se organiza a partir de sistemas de poder: se “a própria verdade é poder”, trata-se de “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento” (Foucault, 1993f, p. 14). E esta é uma questão política, como o é a própria verdade.

É importante agora ter claro que as relações entre saberes, poderes e subjetivação – construção de si, de modos de ser e exercer-se – não são da ordem da pura determinação; por mais que poderes e saberes se articulem e promovam modos de subjetivação, estes não se reduzem aos efeitos dos primeiros, como se discutirá a seguir.

2.3. SOBRE A SUBJETIVAÇÃO – sujeição e resistência na relação consigo

Quando se fala em poder pode-se falar inicialmente no sentido dado de relações de força *do fora*, no campo de atuação das forças de constituição das formações sociais localizadas. Fala-se aí de um jogo de poder onde o poder é visualizado como aquilo que impõe um domínio, uma efetuação sobre um campo de forças, um efeito sobre este campo, constituindo-se como uma política que efetiva e mantém uma realidade e suas verdades. Fala-se das relações de poder e saber, formadoras de um campo social codificado, normatizado; fala-se do diagrama de poder. (Deleuze, 1988)

Mas, de modo mais geral, e rigoroso, em termos de relações de poder, deve-se dizer que estas não são privilégio ou possibilidade apenas daquilo que triunfa e domina. O poder está em todos os lados, por tudo, constituindo-se como efeito de um jogo de múltiplas relações de força localizadas, sempre constituindo campos onde essas relações de força se articulam e se exercem. O poder não é um predicado, algo de que se possa tomar posse ou algo que possa ter “dono”, não é um domínio, mas, em seu jogo, constitui domínios, territórios, onde se exerce. As relações de poder constituem uma rede, territórios de enfrentamentos, dando forma, em seus agenciamentos, conforme suas articulações, a dispositivos, maquinarias “bélicas”, realizadoras: diferenciando-se da hipótese repressiva, essa concepção do poder destaca-o em sua positividade – relações produtivas, *realizadoras*.

Se, como efeito dessa relação de forças, pode-se falar em dominados e dominadores – como produtos “estabelecidos” em uma batalha –, não se pode dizer que o poder está de um dos lados. Essa forma de poder “dominante” a que se pode querer referir é, na verdade, o produto de um conflito, algo que se estabelece e se impõe através das relações de força – que, se existem, só o podem ser se houver poder em jogo, poderes em enfrentamento por todos os lados –, um “diagrama” que estabelece as formações sociais, seus códigos, suas regras, configurando um determinado domínio, onde imperam.

Através dos trabalhos de Foucault, da arqueologia à genealogia e aos estudos da ética, são trabalhadas as implicações entre constituição de saberes, modos de exercício de poder e modos de subjetivação. Pensar a constituição da *relação consigo*, a constituição do *sujeito*, exige, assim, pensar sua implicação em uma rede de saberes e poderes, como um dispositivo, porém, sem considerá-los seus “determinantes”. Os três

eixos de análise estão em relação, mutuamente implicados, engendrando-se.

A “relação consigo” e a “constituição de si”, nos primórdios da formação do sujeito, surge como uma derivação das relações com os outros e dos códigos morais como regras de saber: “uma dimensão da subjetividade que deriva do poder e do saber, mas que não depende deles” (Deleuze, 1988, p. 109).

Inicialmente, essa relação consigo ganharia certa independência, constituindo-se como uma dobra do lado de fora – das relações de força no campo social –, onde a força (o poder de afetar), vergada, afeta a si mesma, constituindo um domínio: o sujeito. “Essa derivação, esse descolamento”... (Deleuze, 1988, p. 107).

O sujeito se descola inicialmente do diagrama, para que não *dependa mais diretamente dos códigos*, mas permanece codificado por ele, produto de uma *subjetivação*.

Tal como as relações de poder – sendo uma delas –, a relação consigo só se afirma, se estabelece, se efetuando, e pode constituir um domínio através de sua efetuação, ganhando “corpo”¹⁴, existência. Como dito, os poderes só têm existência nos exercícios de poder, como efeitos de relações de forças; e, articulando-se, compõem uma política de forças – formam dispositivos políticos, funcionam, integram-se, constituem-se e constituem em seus efeitos. Assim, a relação consigo se configura como um agenciamento político, “bélico”, como um domínio; um campo de relações, de efeitos, que se torna um exercício de si – integrando *formas de sujeição/resistência/afirmação... subjetivações*.

Deleuze, discutindo o trabalho de Foucault, aponta a sexualidade como um domínio através do qual a relação consigo se efetuou: “Os gregos não apenas inventaram a relação-consigo, eles a ligaram, compuseram e desdobraram na sexualidade” (Deleuze, 1988, p. 110).

Esse domínio da relação consigo deriva e é recapturado, reintegrado ao sistema de controle social:

"A relação consigo entrará nas relações de poder, nas relações de saber. Ela se reintegrará nesses sistemas dos quais começara por derivar. O indivíduo interior acha-se codificado, recodificado num saber “moral” e, acima de tudo, torna-se o que está em jogo no poder – é diagramatizado”

¹⁴ Como “*princípio de regulação interna*” (Foucault, *História da sexualidade II – O uso dos prazeres*, conforme Deleuze, 1988).

(Deleuze, 1988, p. 110).

O poder, como força do fora, “penetra” e constitui minuciosa e *integralmente* a relação consigo? Ele a codifica e a modula *inteiramente*? O domínio da relação consigo duplica, como *cópia*, o diagrama?

A sujeição relaciona-se à diagramatização do sujeito no jogo objetivação-subjetivação; sujeito inscrito em cadeias que articulam saberes e poderes. Porém, esse campo, como enfrentamento, constitui-se como um jogo de múltiplas forças – pois não há Um Poder, mas múltiplas relações de forças; sob a designação dO SUJEITO, uma multiplicidade de forças; sob a IDENTIFICAÇÃO evidenciada de Uma política, atravessamentos, micropolíticas que se renovam. Como defendem Deleuze e Guattari (1995):

“Nós não temos unidades de medida, mas somente multiplicidades ou variedades de medida. A noção de unidade se produz unicamente quando se produz numa multiplicidade uma tomada de poder pelo significante ou um processo correspondente de subjetivação” (p. 17).

O poder como força “penetra”, constituindo, mas, como relação de força que se afeta ao dobrar-se reconstitui-se internamente como campo de conflito. Na subjetivação, portanto, encontra-se um espaço de resistência e, como defende Rajchman (1987), um espaço de “liberdade”: a margem de luta em que o indivíduo exerce-se como força, como relação consigo que é constituída e constitui.

“Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de “baixo” e se distribua estrategicamente. (...) a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência.” (Foucault, 1993a, p. 242)

Não haveria, rigorosamente, espaço para o “lado” do poder ou o “lado” da resistências há enfrentamentos, relações, há construções relacionais que sempre pressupõem um campo político. A relação consigo constitui, junto às relações de poder e de saber, mais um domínio irreduzível, intrinsecamente relacionado, mas não redutível às determinações das relações de poder e saber.

Nas palavras de Foucault (1993a): “Jamais somos aprisionados pelo poder:

podemos sempre modificar sua denominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (p. 242).

2.4. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EM PERSPECTIVA

Para Hacking (1988), o trabalho de Foucault mostra um interesse em saber como são/estão constituídos os sujeitos. Não havendo o sujeito “em si”, o sujeito “puro”, trata-se de perguntar sobre como, então, podemos hoje – ou passamos a poder – falar sobre e visibilizar mesmo a existência desses sujeitos e, ainda, como, concretamente, no cotidiano dos indivíduos/grupos/populações, podemos vê-los constituírem-se como sujeitos. A constituição do sujeito como *sujeição* não é, pois, o mesmo que negar existência aos(s) sujeito(s).

A não afirmação da “coisa em si”, o não partir de uma afirmação sobre a realidade mesma das coisas é a postura que permite a criticidade sobre qualquer forma de afirmação de “real”, permitindo a radicalidade de um olhar que pode nada ver, digamos assim, além do movimento de constituição/construção social, histórica e política das “coisas” tal qual as “vemos”/percebemos, “dizemos” e experienciamos. “Así como no había locura pura [como crítica do próprio Foucault à sua *História da loucura*], ninguna cosa en sí misma, así no hay sujeto puro, ni “Yo” ni “mi” previo a las formas de descripción y acción apropiadas a una persona” (Hacking, 1988, p. 45).

Em relação às construções em torno da questão da sexualidade e com a interiorização da busca pela verdade do/no homem, de “nós mesmos”, através da sexualidade, chegando ao reconhecimento de si como sujeito da(s) sexualidade(s), Hacking (1988) comenta:

“la categoría de “homosexual” (y de ahí “heterosexual”) no existía hasta que la inventaron los doctores de la desviación. Había acciones, pero no una clase de persona homosexual. Es una tesis foucaultiana la de que cada manera en que puedo pensar de mí mismo como persona y agente es algo que há sido contituido dentro de una teleraña de acontecimientos históricos. Hay un paso más en la destrucción de Kant: el yo del nóumeno no es nada.” (p. 45)

A história nominalista em Foucault é confirmada por Hacking (1988):

“Foucault propone un nominalismo extremo: nada, **ni siquiera los modos que yo mismo puedo describir**, es esto o aquello sino que la historia lo hizo así” (p. 46 – grifo meu).

E é através de uma história como essa, que segue termos, “nomes”, nomações, e no que se apontam “evidências”, no que se descrevem realidades, no que se apontam para significações de práticas, condutas, e no que e como se vê e se pode delas dizer algo, conhecê-las, “desvendá-las”, que se pode, como aqui, pretender, através de um tema e de um “problema” conceitual constituído e articulado entre os saberes, presente em seus discursos, ver-se delinear configurações políticas que se oferecem como campos de possibilidades (“inteligíveis”) para a constituição e significação da(s) experiência(s) de vida de indivíduos concretos em relação às suas práticas sexuais, e, em especial, para a constituição e significação de “si mesmo” – na relação consigo – como sujeitos da(s) sexualidade(s). Tratando-se de saberes “sobre o homem”, pergunta-se pelo campo de experiência visibilizado, tornado inteligível e, antes, perceptível como significativo (como valor para o outro e para si), através desses saberes; pergunta-se por sua implicação na vida cotidiana dos indivíduos concretos, por sua função na constituição de sujeitos da sexualidade. As objetivações e normatizações – com suas implicações e efeitos normalizadores – dos discursos que articulam os saberes em questão (sexualidade e identidade, como os grandes temas envolvidos), devem, então, ser objetos de análise.

2.5. OS SABERES E A EXPERIÊNCIA DE ORDENAÇÃO DA VIDA

Com Foucault, concebe-se que regimes de produção de saber produzem visibilidades através do que enunciam, constituindo, quando legitimadas, verdades sobre indivíduos e grupos, criando normatividades, através das quais instauram-se prescrições. Funcionando nesses regimes, dispositivos como o de sexualidade põem para funcionar, serem produzidos e agenciados, conhecimentos acerca de algo que emerge como verdadeiro – efeito de verdade, a sexualidade como dimensão humana emerge como realidade. As práticas sociais, os *saberes* e *fazer*s, são *realizadores*, produtores de *realidades*, de objetos, de permanências e estabilidades; estabelecem *modos de produção*, compõem *regimes políticos de verdade* (Rodrigues, 1993).

Como parte desse regime de produção e agenciamento de saberes e práticas, tem-se a possibilidade de afirmação do verdadeiro e do falso em cada domínio de saber. Criam-se e fornecem-se condições (e meios) para a validação de uma realidade conforme os parâmetros de cada domínio. Emergindo em um domínio de saber, o objeto ganha existência; assim fala-se de sua “realidade” – como objeto de saber e de práticas.

“é o investimento político sobre a vida que possibilita a constituição do indivíduo como objeto e sujeito. Tal investimento tem um lugar na história. Está inserido num complexo de relações de poder que o justificam. Desse mesmo fundamento sairá a explicação e a justificação do indivíduo moderno, tanto da forma como se apresenta quanto da constituição de que é resultado.” (Fonseca, 1995, p. 94)

As prescrições geradas como articulação entre os saberes e demais práticas sociais – de conhecer, de viver, de ‘ser’ (de determinado *modo*) e ser reconhecido –, dariam forma às possibilidades de existência reconhecida e às possibilidades de conhecê-las. Se essas prescrições, como demonstrado nos trabalhos de Foucault, comentado por Descamps (1991), fazem do indivíduo sábio ou louco, doente ou delinqüente, também fazem-no sujeito de uma determinada sexualidade.

Se esses contextos de produção de saber objetivam a verdade do “sábio”, do “louco”, do “doente”, do “delinqüente” (Descamps, 1991), como realidade própria de cada indivíduo – por isso vincula-se aqui a identificação relacionada à suposição/afirmação de uma dada subjetividade –, assim também teria-se o indivíduo sexualizado, vinculado a uma dada subjetividade sexual correspondente às suas práticas.

Falar dessa perspectiva é falar sobre a experiência da ordem, da ordenação da vida da qual os saberes participam de diferentes formas em cada época – “a experiência da ordem é constitutiva dos saberes e apresenta diferentes modos de ser específicos a cada época” (Portocarrero, 1998, p. 197). A experiência de ordenação da vida, na episteme moderna, aparece como a articulação entre os níveis biológico e político, constituindo-se como forma de saber e como prática de dominação: ordenando as diferenças humanas, as multiplicidades de indivíduos e de populações. Tal experiência pode ser vista entre os saberes (nível arqueológico) e entre saberes e exercício de poder – disciplinar, biopoder (nível genealógico). (Portocarrero, 1998)

Na articulação saber-poder na política do biopoder, encontrar-se-ia uma forma de funcionamento desse dispositivo de regularização, de normalização, de

ordenação da vida pela via da sexualidade. Essa perspectiva trata o campo do saber como um campo político, com efeitos de configuração disciplinar – normatizado e normatizador, normalizado e normalizador, produzido como válido e validador, disciplinado e disciplinador.

A opção pelo estudo da identidade sexual, como conceito, categoria e problema dentro das Ciências Humanas, aparece como consequência do foco de interesse recair sobre a objetivação de ‘sujeitos de uma dada sexualidade’ pela identificação com as práticas sexuais concretas de indivíduos e grupos. A problematização, portanto, não recai sobre o conceito em si, mas nas articulações que possibilitam sua afirmação num determinado momento e em suas articulações com a questão da afirmação de uma “realidade subjetiva”, como uma afirmação correlacionada à da identidades sexual. Esta é uma afirmação-problematização possibilitada a partir dos trabalhos críticos de Foucault em relação às implicações entre saberes, poderes e subjetivação e o sexo – onde se entende a afirmação de sexualidade como dispositivo, não como estado, dimensão, dinâmica, etc., próprias do sexo.

Não é a validade teórica do conceito que está em jogo – ele certamente encontra seus parâmetros e suas justificações nos campos teórico-práticos que o sustentam. Interessa problematizá-lo através de sua implicação com o processo de identificação social, como possível suporte e meio de instrumentalização para práticas sociais de identificação e controle, reinscrevendo a produção de conhecimento sobre o homem na ordem da produção social. A questão da constituição do sujeito atravessa e atravessará todo o trabalho.

Para tanto, torna-se necessário examinar o pensamento identitário na problematização da sexualidade; analisar as conceituações, as categorizações, as problematizações em produções localizadas, contextualizadas, do saber; analisar esses saberes como elaborações de um determinado regime de produção que se fundamenta sobre e engendra práticas consequentes socialmente (*práticas fundamentais*, em Dreyfus e Rabinow, 1995).

Recorrendo à Filosofia, à História e ao campo interdisciplinar das Ciências Humanas, examinam-se saberes relevantes para a Psicologia, considerando-os como um problema histórico nesta área. Figueiredo (1992) destaca essa questão em sua leitura do campo da psicologia:

“Na tradição civilizada e civilizatória, vamos encontrar as psicologias que se levam a sério como conhecimento objetivo dos caracteres, ou seja, das identidades substantivadas dos diversos ‘tipos psicológicos’ (...).

Em contraposição, (...) [surgem] projetos concebidos como desvelamentos de ilusões, como genealogias de identidades civilizadas, como desconstrução de identidades fictícias. (...) Ao contrário das primeiras, que reificam seus objetos, estas psicologias promovem uma certa dissolução do psicológico e nos remetem às dimensões biológica, política, religiosa e ética da experiência. (...) São formas de fazer e pensar a psicologia que (...) nos convidam a rir. Elas incomodam quando fazem lembrar. Nisto reside e deveria talvez se esgotar toda a sua pretensão à ‘verdade’.” (p. 103).

Na perspectiva de uma desnaturalização do ‘psicológico’, cumpre examinar as contingências históricas de seus objetos, *desrealizando-os* ou *nominalizando-os* (Rajchman, 1987), ou seja, elaborando uma genealogia desses domínios de saber. Não destruir um conhecimento, mas tomar todo e qualquer conhecimento criticamente, como produção social e histórica. Manter a criticidade sobre o conhecer, ao conhecer, para que as ‘realidades’ históricas em estudo não sejam alçadas à condição de evidências inquestionáveis. Como dito por Rajchman (1987), “os nossos próprios eus podem ser grandes ilusões realistas do nosso tempo – as entidades interiores, totais, privadas, individuais, mentais, que freqüentemente aceitamos como certo serem quem somos” (p. 48).

As preocupações que acompanham a trajetória da proposição desse trabalho encontram apoio na leitura de Figueiredo (1992) quanto às condições de opção entre as diferentes psicologias disponíveis atualmente. Vê-se aqui uma questão relevante para a pesquisa e, especialmente, um problema a ser debatido ao longo da formação em psicologia desde a graduação – como um compromisso com nossa formação e nossas práticas:

“escolher entre as psicologias hoje disponíveis é um ato de pura arbitrariedade enquanto não entendermos a proveniência de nossos ‘objetos’, enquanto não compreendermos a história do ‘psicológico’ e, portanto, a pré-história das posições da própria psicologia no século XX.” (Figueiredo, 1992, p. 168).

Antes de passar às questões metodológicas, considera-se relevante citar o comentário de Figueiredo (1992) sobre o possível ‘lugar’ de partida de tais estudos:

“Creio que a compreensão de que falo não se pode elaborar na posição de psicólogo, ou psicanalista, enquanto um especialista no psicológico. Ela deve partir, quem sabe, deste lugar-nenhum em que os saberes ‘psi’, a história, a filosofia e as artes se encontram e se perdem no exercício do mero pensar.” (p. 168).

3. A HISTÓRIA COMO MÉTODO DE PESQUISA

Uma questão metodológica fundamental aqui é a promoção da desnaturalização da verdade, a desconstrução de essências afirmadas e/ou pressupostas através da afirmação de sua historicidade, da elaboração de uma história em sua construção social, conforme a perspectiva teórica já delineada. Entender *essências* como objetos construídos, objetivações, e ter-se a história como instrumento de pesquisa. Nas afirmações de verdades buscar estratégias e lutas, conflitos de poderes, procedimentos produtivos – visar a produção, antes que o produto.

Inúmeras questões históricas relativas a saberes e poderes e suas implicações exigiram desenvolvimentos e transformações metodológicas ao longo da obra de Foucault, entre elas: *O que pode ser visto, o que pode ser conhecido e de que forma; como se sabe em um determinado tempo histórico? ...“Quais as condições de possibilidade dos conhecimentos e teorias; segundo que espaço de ordem se constituíram os saberes; sobre o fundo de qual ‘a priori’ histórico, de qual positividade nós pensamos a ordem, numa determinada época?”* (Portocarrero, 1998, p. 192).

Sua pesquisa histórica tornou-se um instrumento desrealizante, na medida em que expôs processos de objetivação, processos que tornaram possíveis objetos e métodos, mostrando-os como objetos construídos (*pseudo-objetos*, conforme Rajchman, 1987), *realizações* humanas. Através da história, pretensos objetos naturais emergiram como efeitos de práticas – discursivas, não-discursivas e subjetivantes (Rodrigues, 1993).

Trata-se de uma história nominalista ou anti-realista, não “histórias de coisas mas de termos, categorias e técnicas, através das quais certas coisas tornam-se, em certos momentos, o foco de toda uma configuração de discussão e procedimento” (Rajchman, 1987, p. 47).

“[Foucault] escreve histórias de ‘pseudo-objetos’; usa a história para dissipar a espécie de rotina, a autoconfiança instituída que as pessoas alimentam a respeito da realidade de entidades tais como as desordens mentais, de que temem estar sofrendo, ou as necessidades sexuais internas que acreditam ter que descarregar. Ao questionarem essa realidade, as histórias de Foucault ‘são’ nominalistas.” (Rajchman, 1987, p. 47-8)

Dessa forma, Foucault pode oferecer uma resposta histórica à questão filosófica sobre o modo como tais coisas são constituídas, demonstrando o “surgimento, em momentos específicos, de pressupostos comuns a um corpo disseminado de pensamento e política” com a finalidade de “desnaturalizar, desfamiliarizar e distanciar-nos dela [da experiência de *coisas*] e, por conseguinte, questionar a sua ‘raison d’être’” (Rajchman, 1987, p. 47).

Uma história desrealizante sobre técnicas, termos, categorias que dizem respeito ao sujeito, sobre “sistemas de pensamento através das quais as pessoas acabaram por identificar-se como sujeitos” (Rajchman, 1987, p. 48).

A história, na trajetória dos trabalhos arqueológicos e genealógicos de Foucault, tornou-se um eficaz instrumento de pesquisa ao colocar as afirmações essencializantes na perspectiva de sua construção social, remetendo em suas análises o saber “*de volta*” ao campo das práticas sociais, onde sempre esteve – como qualquer realização humana. Tornou possível (re)conhecer o saber como sujeito a e co-produtor de políticas, realizador, produtor de real – contrapondo-se à noção do conhecer como um ‘desvendar’ de realidades, um acesso à verdade das coisas. Desde Nietzsche a Foucault, o saber e a verdade tornaram-se coisa desse mundo (Rajchman, 1987).

Tomar a questão do saber na perspectiva da produção e articulação histórica de diferentes discursos, entendidos como práticas sociais, é remeter a análise do conhecimento produzido a uma instância política; é considerar as estratégias implicadas no prevalecimento de alguns conhecimentos sobre outros, na disposição de suas *peças* para formar novos discursos válidos ou na transposição de sua lógica para outros domínios, na formação histórica dos conhecimentos atualmente válidos.

Um ponto de partida para a pesquisa num domínio de saber pode estar justamente nos combates, nos pontos de confronto e de tensão, como confrontos de poder que surgem em seu interior. Visibilizar encontros, confrontos e articulações entre discursos implicados na formação de um conhecimento, de um corpo de saber. A tarefa de uma história crítica, nesse caso, não seria a de enfrentar as divergências a fim de equalizá-las, solucioná-las – sendo o pesquisador, portanto, o árbitro dessas questões, posição que Foucault (1993d) recusa –, mas sim a de devolver ao campo estudado sua conotação política, de heterogeneidade e confronto.

Os trabalhos de Michel Foucault, da arqueologia à genealogia, buscam uma problematização de como são fabricados os discursos na cultura ocidental (Pinho,

1998). As transformações na forma de concebê-los mostram que é preciso avançar das análises internas, de sua coerência e validade dentro de um sistema de pensamento, para considerá-los em sua eficácia, através dos efeitos que induz; suas condições de surgimento e de legitimação são históricas e sua eficácia reside na implicação entre saber e poder, defendida por Foucault. Não se trata, portanto, de uma história epistemológica, mas de *uma história política*.

Sobre a aproximação saber-poder na análise histórica dos discursos, encontramos em Foucault: “Tentar (...) decifrá-lo [o discurso] através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir de relações de poder” (Foucault, 1993d, p. 158).

Espacializar a compreensão de história é escapar da noção de história como continuidade, evolução, progresso da consciência. Esse pensamento estratégico trata os espaços dos discursos como campos e objetos de práticas políticas, sendo “efetivamente de guerra, de administração, de implantação, de gestão de um saber que se trata em tais expressões [metáforas espaciais]” (Foucault, 1993d, p. 159). Foucault aponta justamente para a percepção de que

“na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados.” (Foucault, 1993d, p. 159)

Tanto a forma de guerra quanto a de política configuram-se como estratégias que buscam integrar uma multiplicidade de correlações de força “desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas” num determinado domínio; sendo “o” poder, “no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor”, apenas seu “efeito de conjunto” (Foucault, 1997, p. 89).

Com a *incorporação de um componente político* à noção de discurso, passa-se a analisar, através dele, a associação conhecimento-política, cabendo ao trabalho genealógico revelar o *regime político* inerente a esse jogo enunciativo (Pinho, 1998).

Ao trabalho arqueológico, considera-se, caberia expor os agenciamentos enunciativos *como parte de uma política* de configuração/objetivação de realidades *no nível do saber*.

Elaborar tal trabalho corresponde a desconstruir um objeto em sua pretensa essencialidade e/ou naturalidade, inscrevendo-o no campo das produções históricas. Tratar o saber, o discurso, como materialidade, como produto e prática histórica, induzido por e indutor de efeitos de poder. Lembrando que o conhecer não é uma leitura externa e independente da realidade social, é parte dela e também constitui-se em algo a ser conhecido em sua elaboração.

3.1. ARQUEOLOGIA, GENEALOGIA E ÉTICA – uma história de saberes, poderes e subjetivação

Em “A arqueologia do saber” Foucault esboça uma possível abordagem arqueológica da sexualidade; uma análise arqueológica direcionada para questões *éticas*.

“uma outra possibilidade de análise: ao invés de estudar o comportamento sexual dos homens em uma dada época (...), ao invés de descrever o que os homens pudessem pensar da sexualidade (...), perguntaríamos se, nessas condutas, assim como nessas representações, toda uma prática discursiva não se encontra inserida; se a sexualidade, fora de qualquer orientação para um discurso científico, não é um conjunto de objetos de que se pode falar (ou de que é proibido falar), um campo de enunciações possíveis (...), um conjunto de conceitos (que podem, sem dúvida, ser apresentados sob a forma elementar de noções ou de temas), um jogo de escolhas (que pode aparecer na coerência das condutas ou em sistemas de prescrição).” (Foucault, 2002, p. 219 – grifos meus)

A elaboração deste estudo exigiu a utilização de recursos de análise encontrados e transformados ao longo da obra de Michel Foucault, apoiando-se nos princípios de análise histórica arqueológica e genealógica e voltando-se para as questões éticas ao abordar modos de constituição do “sujeito”, a produção de subjetividade no campo de discursos e práticas designados como “homossexuais”. Sua concepção foi sendo alterada na medida e como exigência de sua realização concreta, do que efetivamente se fazia. Os caminhos metodológicos foram sendo construídos ao longo do percurso, especialmente na relação com os materiais pesquisados. O próprio “objeto” de análise, para além de “discursos”, foi-se delineando como uma *problematização* construída através de práticas de saber, de dizer, de ver, de exercer-se, que dá a ver *historicamente* modos através dos quais podemos nos *conceber* e nos *fazer*, nos dando a

pensar e a conhecer como *o que somos* ou *podemos ser*.

Mesmo considerando a análise arqueológica de forma estrita compreende-se que ela não se fecha no “discurso”, ela diz respeito a descrições de *relações* no e “fora” do discurso, entre enunciados ou grupos de enunciados e entre estes e acontecimentos de outra ordem – “técnica, econômica, social, política” (Foucault, 2002, p. 33).

“Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações.” (Foucault, 2002, p. 33)

Passando da arqueologia para a genealogia, Foucault atrela a questão da constituição de saberes a modos de exercício de poder através da noção de *dispositivo*; uma *rede de relações* que se pode estabelecer entre os elementos heterogêneos que o constituem, sejam eles considerados “discursivos” ou não. A divisão “discursivo”/“não discursivo” perde importância com o conceito de dispositivo, pois este atravessa e ultrapassa essas instâncias.¹⁵ (Muchail, 1985)

Com a noção de dispositivo destaca-se o exercício de uma função dominante por este conjunto, o cumprimento de uma *função estratégica* nessa formação histórica. No cumprimento dessa função encontra-se uma articulação dominante entre produção de saber e modos de exercício de poder.

Essa(s) articulação(ões) saber-poder encontra(m)-se ligada(s) às possibilidades de subjetivação, estabelecendo um campo de possíveis para a constituição/conformação de subjetividades, realizando vias possíveis para a subjetivação – diferentes e amplos modos de produção de subjetividade, modos de dizer e de “ser”/exercer-se, de “ver”, perceber e se conduzir como quem se é, se deve ou se pode ser.

Esse campo assim configurado, oferecido à subjetivação, é construído através das relações entre as diferentes práticas articuladas no dispositivo (que só existe como referência do conjunto em articulação, ou seja, como referência às próprias relações e às regras que as regem, como seu agenciamento), nas quais se inserem e com as quais se relacionam os indivíduos concretos. O dispositivo existe como referência do

¹⁵ O recurso a essa terminologia neste trabalho cumpre a função – provisória e relativa – apenas de discriminar o *discursivo* entre as práticas – aparecendo aí, por contraste, o “*não discursivo*”.

conjunto em articulação, ou seja, como referência às próprias relações e às regras que as regem, como seu agenciamento. Os diferentes modos de subjetivação que se podem estabelecer se dão a conhecer assim como o indivíduo se dá e é dado a conhecer e a se constituir nesse movimento como *sujeito*, como subjetivação, como prática e exercício de si em diferentes momentos históricos, diferentes épocas; através dos códigos e práticas com que se pode estabelecer relações que se voltem à constituição de si como objeto de saber e de prática, pelo exame e exercício de si.

Um estudo arqueológico da sexualidade como esboçado em A Arqueologia do saber, poderia mostrar, segundo Foucault (2002), a implicação da construção discursiva da sexualidade em um sistema de regras, de valores, constituindo-se numa análise arqueológica voltada para questões éticas.

“Tal arqueologia, se fosse bem sucedida em sua tarefa, mostraria como as proibições, as exclusões, os limites, as valorizações, as liberdades, as transgressões da sexualidade, todas as suas manifestações, verbais ou não, estão ligadas a uma prática discursiva determinada. Ela faria aparecer, não certamente como verdade última da sexualidade, mas como uma das dimensões segundo as quais pode ser descrita, uma certa “maneira de falar”; e essa maneira de falar mostraria como ela está inserida, não em discursos científicos, mas em um sistema de proibições e valores. Tal análise seria feita, assim, não na direção de ‘episteme’, mas no sentido do que se poderia chamar ética.” (Foucault, 2002, p. 219)

A investigação da sexualidade aqui, de uma *identidade* sexual, utiliza-se de uma base arqueológica e volta-se para questões éticas, sem desligar-se da genealogia das práticas, a fim de investigar a implicação das relações de saber-poder com modos de produção de subjetividade. Modos esses em que a *sujeição* se daria na definição *de si* através dos códigos, da normatividade presente nesses discursos. Sujeição como submissão à norma na subjetivação, como *normalização*. Um *modo de poder* solidário aos saberes *sobre* “o homem” e ao “exame” como modelo de estabelecimento da verdade (Muchail, 1985).

3.2. PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICA DOS DISCURSOS – da arqueologia

“Cada vez mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir (...) das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica”
(Foucault, *Sobre a geografia*, 1993d, p. 164-5)

Considera-se que o dispositivo de sexualidade pode ser analisado em termos das relações entre saberes, poderes e processos de subjetivação; que os discursos são constituídos dentro de um regime político (de poder) onde se articulam a produção, a organização e o controle dos saberes; e que estes discursos estão implicados em processos de subjetivação. Procurar-se-á estabelecer as formas de problematização relacionadas à questão da identidade sexual, através da análise arqueológica de discursos que tratam do tema da identidade homossexual.

Na construção de uma história política da verdade, as dimensões arqueológica e genealógica complementam-se na análise das

“‘problematizações’ através da quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e [d]as ‘práticas’ a partir das quais essas problematizações se formam. A dimensão arqueológica da análise permite analisar as próprias formas da problematização; a dimensão genealógica, sua formação a partir das práticas e de suas modificações” (Foucault, 1994, p. 15).

As metodologias arqueológica e genealógica, constituindo-se em pólos de análise dos discursos sobre o homem, tornam-se tarefas que não podem ser inteiramente separadas (Pinho, 1998). Portanto, se o foco da pesquisa, ao incidir sobre os saberes e delimitar o campo discursivo em seu recorte, indica a análise arqueológica como uma metodologia adequada para a análise, isso não significa que se possa desconsiderar as inúmeras transformações teóricas realizadas ao longo da trajetória da obra de Michel Foucault, que interessam, hoje, à realização de uma análise arqueológica dos saberes e seus discursos. A arqueologia não foi uma forma de análise abandonada pela história genealógica, mas transformada e incorporada nesta, assim como Foucault não abandonou essa em prol de uma análise das formas de subjetivação, de ética.

A realização desta pesquisa histórica conforme uma perspectiva formada ao

longo da obra de Michel Foucault, referida não apenas ao seu momento arqueológico¹⁶ mas em suas transformações posteriores, através da genealogia¹⁷ e da ética, equivale a estender a análise a todo um conjunto de práticas sociais de um tempo, relativamente a um problema, que são correlativas da formação de tais discursos nesta mesma sociedade.

Quanto à especificidade de uma história arqueológica, a partir d'*A arqueologia do saber* (Foucault, 2002), destacam-se aqui quatro proposições básicas, apontadas por Pinho (1998) como preceitos para uma análise arqueológica de discursos:

- (1) análise das condições de aparecimento histórico dos discursos e daquilo de que falam seus “objetos”;
- (2) pensar a “descontinuidade anônima do saber” – não remetendo o discurso/o texto a uma subjetividade constituinte, a uma continuidade do indivíduo que fala, do sujeito do discurso, do autor;
- (3) materialidade do discurso – discurso como acontecimento, que deve ser entendido a partir de suas condições históricas concretas: uma data, um lugar, uma época, uma instituição;
- (4) discurso como “monumento” – não há que se procurar por sentidos ocultos, mas entendê-los em sua positividade, em sua efetividade, através dos efeitos que produz (estudo externalista oposto a um internalismo dos discursos).

Tratar cada documento como produto da prática discursiva. Cada texto sendo tomado em sua positividade, através daquilo que efetivamente é dito.

Essa análise crítica situa-se no nível do que é enunciado no discurso. Parte da determinação dos enunciados, de suas regularidades, de formas de organização de sua dispersão nos discursos, do estabelecimento de conjuntos ou séries enunciativas – que compõem os “jogos enunciativos” através dos discursos. Busca definir as formas de problematização, num período, de uma determinada temática; quais as regularidades, continuidades e descontinuidades, rupturas possíveis de serem determinadas. (Foucault, 1996)

Parte-se das formulações do texto escrito. Formulações como suportes

¹⁶ Através de obras como *História da loucura*, *Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas* (Machado, 1988).

¹⁷ O termo genealogia aparece em 1970, no livro *A Ordem do Discurso* (Pinho, 1998).

materiais que sustentam o enunciado. Para além dos conteúdos dessas formulações, de sua forma expressa, trabalhar ao nível do enunciado exige trabalhar com as funções cumpridas pelas formulações presentes no texto, no que foi dito. Ou seja, trabalha-se no nível do que é dito, fazendo-o funcionar, indicando a função que faz com que uma formulação possa gerar sentidos ao ser associada a um determinado domínio, singularizando um enunciado. Ao se relacionar uma formulação com um domínio associado, chega-se ao enunciado, ou seja, às condições das operações que permitem dizer algo com essa formulação.

A função enunciativa é o que faz funcionar a formulação, permitindo a esta gerar sentido, dizer de algo e não de outra coisa. O enunciado permite dizer com essa formulação, fazendo existir algo, objetivando.

Trabalha-se fundamentalmente com relações, com operações, com relações entre formulações e conjuntos de formulações, domínios de saber. O enunciado é a forma de se dizer da “natureza” dessas relações, do funcionamento discursivo, do mecanismo através do qual pode-se dizer algo, fazendo-o “existir”, objetivando-o.

O enunciado é condição, então, para a existência de algo, é condição para que algo seja objetivado, ganhando existência a partir do discurso. O enunciado “é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos” (Foucault, 2002, p. 99), fazendo existir a partir dos signos.

Fala-se aqui desse objeto tornado possível a partir das relações discursivas (de objetivação) como “realidade” na medida em que podem ser assim tomados, ganhando *status* de coisa existente, de real, conforme o domínio em que ganhem sentido, em que seja reconhecido. O enunciado *dá a ver* esse “algo”, e não dá a ver algo por sua relação com as “coisas”, mas pela própria relação discursiva, por relações estabelecidas no campo discursivo. Pelo enunciado pode-se dizer de que objeto se trata, de que saber se trata. Objetos não apenas de saber mas, como se trata na perspectiva deste trabalho e se reintera aqui, objetos pelo próprio saber; objetos que se tornam possíveis através de relações, relações discursivas (tratadas na análise dos enunciados) e não discursivas, relações possíveis entre as práticas, práticas discursivas ou não. Práticas, ações, realizações, é do que se trata aqui; realizações através, especificamente de práticas discursivas, que se dão num conjunto e conforme um regime que congrega e dispõe saberes e poderes. O que se procurou ainda, além disso, foi colocar uma realização, uma construção específica, a da identidade homossexual – no que ela,

dizendo de algo, dá existência a esse algo (o homossexual) – em relação com a construção do sujeito, com a subjetivação.

A descrição dos enunciados e dos jogos enunciativos que compõem o material textual permitem a análise do que se diz, do que se pôde dizer, em tal período, em relação à temática da identidade sexual, ou ainda, a análise do que se dá a conhecer através da tematização, da afirmação, dos discursos relacionados à identidade sexual. Buscou-se demarcar formas de problematização (expondo *estratégias*), formas afirmadas/dadas a “ver”, visibilizadas através do discurso através de suas objetivações (expondo seus *objetos*)¹⁸; o saber como *normatividade* no discurso; as definições/categorias, regras e prescrições – a “expressão” de uma ordenação conformando a experiência de indivíduos concretos e indicando correlativamente “figuras” e/ou “sujeitos sexuais” (expondo uma certa *funcionalidade* normalizada nas relações entre saber-poder, conduta e subjetividade).

Através da análise dos enunciados, das objetivações realizadas, entrever a configuração de campos de possibilidades e de inteligibilidades relacionados à subjetivação. Estes não determinando toda a possibilidade de subjetivação, mas constituindo suas formas diagramatizadas, reconhecíveis – produzidas, reguladas, circulantes, identificáveis –; fonte de saber sobre o homem, fonte de saber sobre, constituição e reconhecimento de “si” como “sujeito” de seu campo de experiência: princípio de regulação interna.

Toma-se o campo das práticas discursivas como não delimitado *a priori* por disciplinas ou autorias legitimadas, continuidades, coerências, racionalidades, significações prévias, realidades subjacentes. Essas são, antes, questões a serem discutidas do que realidades a serem reconhecidas.

Assim, os discursos analisados não foram tomados a princípio por alguma base legitimadora formal dos saberes; sua seleção esteve na dependência de um campo delimitado em função do tipo de estratégias de agenciamento/circulação/consumo desses saberes (meio de circulação, direcionamento, campo de produção e circulação,

¹⁸ O privilégio da dimensão enunciativa não reduz a visibilidade ao discurso – ela mantém sua especificidade, sua irreducibilidade –, mas permite analisar o que, através do que é enunciado, é “dado a ver”, possibilitado, colocado à mostra, *objetivado* – com as formas de visibilização, as “evidenciações” de uma realidade, suas condições de existência. Pois, como afirma Deleuze (1988), a partir de Foucault: “*Tudo é saber (...) não há experiência selvagem: não há nada antes do saber, nem embaixo dele. o saber é irreduzivelmente duplo, falar e ver, linguagem e luz*” (Deleuze, 1988).

etc.) e da relação estabelecida com a temática da identidade sexual, no período dos anos 70/80 até a atualidade no Brasil.

Trata-se da temática da identidade sexual contemporaneamente no Brasil, em um meio onde essa discussão vem ganhando espaço e sendo popularizada no sentido da maior possibilidade de produção e veiculação, não necessariamente legitimada e/ou embasada em qualquer forma de autoridade, pela possibilidade de inserção direta do “público” nos debates e nas produções – num campo discursivo conformado por saberes sem referências legitimadoras formais (campo de produção aberta, não controlada diretamente por padrões científicos ou acadêmicos).

Tal trabalho encontra-se voltado à compreensão da situação presente, da atualidade dos saberes circulantes, tendo-se na problematização histórico-filosófica, um caminho para uma reflexão sobre *o que pode-se dizer, o que pode-se ver – o que é visível, enunciável – em nossa atualidade*; como está sendo problematizada e o que está sendo dado a ver, hoje, através da identidade homossexual e, disso, o que se oferece como possibilidade de saber sobre si para os indivíduos concretos; que relações podem-se estabelecer entre esse discurso identitário e as formas de subjetivação.

As questões iniciais foram inúmeras, outras se impuseram e se definiram no interesse da problematização em elaboração. A trajetória concreta dessa pesquisa decorre da concepção metodológica adotada, tal como exposta por Rago (1995): conforme Foucault¹⁹, “uma história-problema, ou seja, um trabalho de pesquisa histórica que servisse para iluminar e responder a uma problematização colocada pelo historiador, e que desenharia no percurso aberto o próprio objeto da investigação” (p. 70).

Como a história arqueológica volta-se “para a descrição intrínseca do monumento” (Foucault, 2002, p. 8), a análise histórica realizada mostra a identidade homossexual como *construção*. Assim é que, entende-se, pode-se pretender sua *desconstrução*.

Essa trajetória passa, ao mesmo tempo, por uma análise das práticas de identificação sexual num campo relacionado ao que se poderia chamar genericamente de um movimento homossexual brasileiro (sem pretensões aqui de se conferir unidade sob este termo) a partir dos anos 70/80.

¹⁹ Em *A arqueologia do saber*.

3.3. CONFIGURAÇÃO DO CAMPO E SELEÇÃO DE MATERIAL – site e cartilhas on line

Descreve-se a partir de agora como foi realizado o levantamento de sites entre os disponíveis na rede mundial de computadores e produzidos no Brasil; como se configurou um determinado universo de sites ligados à temática homossexual, recolhendo-os em sua dispersão na rede, e, mais especificamente, à temática gls – que emergiu durante a própria busca –, chegando-se ao site “MiX Brasil” e à opção pelo mesmo e pelas cartilhas on-line como material atual para análise.

O próximo item se refere à trajetória de construção de uma história de discursos e práticas homossexuais no Brasil da década de 70/80 à atualidade. A descrição aqui realizada, nesses últimos itens, obedece ao percurso efetivamente trilhado na pesquisa.

Para a seleção de material circulante num meio de comunicação atual como a internet, que aloca uma imensa e aparentemente sempre crescente gama de sites relacionados à temática sexual, incluindo a homossexual, efetuou-se inicialmente um levantamento através buscas, na dispersão na rede, de sites que tratam da temática, sendo direcionados e/ou produzidos por e para um público homossexual.

O levantamento dos sites deu-se através da utilização de mecanismos de busca virtuais, especialmente pelo recurso *google* (www.google.com), a partir de palavras-chave. Os termos mais utilizados a princípio na busca foram homossexual, gay e lésbica, e outros a partir conforme os resultados obtidos, a fim de apurar as buscas e/ou direcioná-las, na medida em que novos termos surgiam nos resultados ou eram utilizados nos sites indicados. Assim, o termo “gls” começou a se destacar não apenas entre as páginas recorrentes nas buscas, mas em matérias presentes nos sites e em comentários sobre sites recomendados nesse universo pesquisado. O levantamento limitou-se ao domínio *.br*, identificando apenas sites brasileiros.

Entre os sites preliminarmente pesquisados, destacam-se termos de identificação como homossexual, gay/guei, lésbico, gls (gays, lésbicas e simpatizantes), glbts (gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e simpatizantes), entre outros.

Ao longo dessa pesquisa inicial na rede, e a partir dos resultados do primeiro levantamento com o *google*, diversos levantamentos foram realizados utilizando diferentes mecanismos de busca e cruzando informações relacionadas aos sites disponíveis, mais acessados e recomendados nesses próprios sites, além da

observação da fonte de materiais divulgados nesses diferentes sites. A partir dessa composição de sites, pode-se optar por um deles, conforme a avaliação de seu posicionamento estratégico nesse universo.

A opção pelo site Mix Brasil ocorreu em virtude de todo esse percurso, onde este site aparece como uma referência atual e pioneira entre os sites brasileiros com temática homossexual presente na rede mundial de computadores. Parte do material exibido em diferentes sites apresenta referências ao site Mix Brasil, citando, recomendando e utilizando-o como fonte, com ou sem referência. Pode-se perceber sua importância não apenas na produção como na circulação de materiais e informações de temática homossexual hoje no Brasil, especificamente, mas não de forma restrita, nos espaços virtuais. O Mix Brasil, como site, como organização, é uma referência no universo homossexual atual, dentro e fora da rede, promovendo e participando de iniciativas associadas ao universo homo, gay, GLS e/ou reconhecidas pelo termo Mix. Especificamente quanto à temática “gls”, a organização e o site Mix Brasil têm a sua história associada ao surgimento desse conceito. O site Mix Brasil, portanto, parece ocupar um posicionamento estratégico importante tanto na rede quanto em espaços homossexuais e/ou gls em geral.

Outra referência a partir da temática homossexual são os grupos organizados em torno das questões da “homossexualidade”, com páginas próprias ou cuja existência e atividades são divulgadas na rede. Entre os sites de grupos organizados a referência às fontes de produção ou agregação de informações são em geral próprias ou de grupos afins, bem como de organizações não governamentais, com destaque para as de combate à Aids e de direitos humanos, assim como, ainda, referências político-partidárias, religiosas, étnicas, entre outras. Nesses espaços, a referência a sites de informação como o Mix Brasil parece ser menor. A circulação de material entre grupos e outras organizações sociais – especialmente ONGs – parece ser privilegiada.

Sites como o Mix Brasil, ao mesmo tempo que agregam e promovem atividades ligadas a uma certa “militância homossexual”, destacam-se como produções jornalísticas, culturais nesse setor, privilegiando um público agregado a partir de uma concepção de cultura, mercado, práticas e espaços “homossexuais”, onde se destaca o largo uso do termo “gls” – especialmente no Mix Brasil. Dirigindo-se a um público *gls*, o site Mix Brasil apresenta territorializações especificadas pelas designações gay e lésbica especialmente, havendo um espaço específico destas, o CIO. Não há espaços

especificados para cada denominação, no entanto, como pode-se encontrar em outros sites – exemplo, o site fervo, que oferece diferentes configurações de página conforme diferentes designações.

A atuação do site e organização Mix Brasil alcança um campo mais amplo, passando não apenas por promoções de atividades culturais e cobertura de eventos, como marcando presença na própria mídia impressa. Seu engajamento com a promoção de eventos de “cultura gls”, “mercado mix”, festival de “diversidade sexual” e/ou de “manifestações das sexualidades”, entre outros, marcam sua inserção e atuação fora da rede e, especialmente através da sua parceria com outras entidades na consecução e divulgação das Paradas do Orgulho Gay (notadamente em São Paulo), atua em espaço comum com demais entidades, organizações e grupos “homossexuais”.

Destacam-se ainda definições recorrentes do espectro populacional relacionado à concepção e atividades dos grupos e entidades envolvidos no que se poderia chamar hoje de um “movimento”, de uma dinâmica instaurada (em bases organizadas ou não), de temática homossexual: “homossexual”, “gays/gueis”, lésbicas, GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis), GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros), entre outros. Hoje, a ABGLTT, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transgêneros, congrega nacionalmente diversos grupos homossexuais organizados no país.

O site selecionado, Mix Brasil, destaca-se como uma referência no universo pesquisado, fazendo parte da história de constituição de espaços de temática homossexual na internet. Segundo informações do próprio site, ele está em funcionamento desde 1995, tendo sido o primeiro site gls do Brasil e o mais acessado entre os sites do gênero.

A sigla gls, conforme Lima (2001), foi cunhada pelo atual editor do site Mix Brasil, passando, desde então a ser utilizada de forma corrente: “A sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), cunhada pelo jornalista André Fischer, entrou no jargão jornalístico e caiu no gosto popular, talvez por ser mais abrangente que a denominação gay” (Lima, 2001).

Conforme informa o site, a organização Mix Brasil foi “criada em 1993 com o objetivo de estabelecer um fórum de discussões para um grupo de pessoas que chamamos gls (gays, lésbicas e simpatizantes)” (Mix Brasil, *Quem somos*, 2002e). Ao longo de sua história, a organização lançou, em agosto de 1994, a primeira rede de

informações direcionada a um público identificado sob o termo *gay* (a BBS Mix Brasil) e, em novembro de 1995, sua primeira página na internet, como o primeiro site gls do Brasil – a expressão gls passando a ser utilizada em outubro de 1994, na segunda edição do Festival Mix Brasil.

Com sua rede de informações e seus serviços via internet, a organização objetivava “informar e criar espaço para troca de informações em bases constantes para e dentro desse grupo [gls]” (Mix Brasil, *Quem somos*, 2002e).

O site Mix Brasil é apresentado em sua posição estratégica no mercado:

“O MiX Brasil é a melhor maneira de você entrar em contato com o público GLS brasileiro conectado na Internet. O MiX Brasil é o pioneiro e maior site, de conteúdo gay e lésbico em língua não-inglesa em toda a rede, tanto em volume de informações quanto em números de acesso.” (Mix Brasil, *Anuncie*, 2002b)

Com o “maior conteúdo gls de toda a rede e a maior audiência de um site gls em língua não-inglesa” (Mix Brasil, *Anuncie*, 2002b), “Em volume de informações ultrapassamos até mesmo os gigantes americanos” (Mix Brasil, *Quem somos*, 2002e).

Sobre seu conteúdo, o site informa:

“Com atualização diária, o MiX Brasil cobre os mais diversos níveis de informação, desde notícias de interesse específico, roteiros e agendas atualizados diariamente, a mensagens, coberturas fotográficas da atividade empresarial e noite gls, reportagens especiais, cinema, teatro e uma vasta galeria de contos e imagens eróticas” (Mix Brasil, *Anuncie*, 2002b).

Contabilizando em 2002 “mais de 7,5 MILHÕES* de pageviews por mês, de usuários de todo mundo, com uma concentração especial no Estado de São Paulo” e quase 300 mil frequentadores (*returning visitors*) por mês.²⁰ (Mix Brasil, *Anuncie*, 2002b; Fischer, *Editorial*, 2002), em 2003, o Mix Brasil reafirma sua posição:

“batemos no último mês de junho nosso recorde de audiência com mais de 16,5 milhões de pageviews, realizados por mais de 600 mil returning visitors (pessoas que acessaram o site pelo menos duas vezes no mês). É um número impressionante que confirma nossa posição como site gls mais acessado em língua não-inglesa de toda internet. Posição essa que mantemos desde 1997, quando o Mix Brasil migrou para o UOL após três

²⁰ “* Dados de abril de 2002, auditados pelo UOL.” (Mix Brasil, *Anuncie*, 2002a)

anos funcionando online através de seus BBSs no Rio e São Paulo e dois anos do pequeno site que também foi o primeiro do gênero no continente” (Fischer, Editorial – Acesso Livre ao Mix, 2003).

O site Mix Brasil é parte integrante de uma organização envolvida em outras atividades culturais que tratam da temática homossexual, gay ou gls. A primeira função exercida pela organização foi a realização anual do *Festival Mix Brasil de cinema e vídeo*, que vem tematizando as “manifestações das sexualidades” e a “diversidade sexual”, em diferentes anos. O termo “mix” nesse contexto aparece relacionado à defesa da temática da diversidade, numa proposta não direcionada exclusivamente a um público homossexual.

Características como essas, que demonstram a efetividade da circulação e consumo de seu conteúdo, sua inserção em um conjunto de realizações e atividades com uma proposta definida e conseqüente – engajamento e promoção de atividades culturais de interesse para seu público –, que ultrapassam os limites de seu espaço na rede, e o fato de despertar um efetivo interesse por parte do público, além de outras características como o tratamento das questões de sexualidade e de afirmação de um grupo, através de uma nomenclatura diferenciada das tradicionais (homo, hetero e bissexual) e que vem se tornando corrente tanto na internet quanto em outros espaços sociais, a proposta de não exclusividade de direcionamento para um público homossexual, e seu conteúdo, com espaço reservado para a informação e a discussão das questões de identidade, subjetividade e conduta (coluna identidade, seções psi e cartilha), justificam a opção por este site como fornecedor de material para análise, conforme as intenções e critérios anteriormente delineados.

O interesse de público e a possibilidade de agenciamento estratégico do debate sobre a sexualidade na atualidade promovido por este site, colocam-no numa posição politicamente privilegiada e aparentemente solidificada neste debate. O perfil de público é fornecido pelo próprio site, através de pesquisas periódicas com os usuários. Os números relativos ao acesso do público apresentados são auditados pelo provedor.

Foram selecionados os textos apresentados na seção “Cartilha” pertencente à coluna “Identidade” do site “Mix Brasil”, alocado em um dos maiores provedores de acesso à internet no Brasil, no endereço eletrônico: <http://www2.uol.com.br/mixbrasil>. Esses textos, apresentados como “*Cartilhas para a hora de sair do armário, para*

adolescentes gays, bissexuais e curiosos + 24 dicas...” (Mix Brasil, Coluna Identidade, 2002c), são de diferentes proveniências – há tanto materiais produzidos originalmente no Brasil, pelo próprio Mix Brasil e pelo grupo Nuances (grupo homossexual do Rio Grande do Sul), quanto traduzidos e adaptados pelo site. Os materiais utilizados nesta pesquisa são de acesso irrestrito ao público. Apesar de parte do conteúdo do site ser exclusivo para assinantes, as páginas utilizadas para a seleção de material são de acesso liberado e gratuito para todos os usuários da rede.

Como a análise dos textos é relativa ao nível dos enunciados em circulação, buscaram-se textos que apresentassem conceitos, valores e ao mesmo tempo prescrevessem práticas, dirigindo-se a questões identificadas com o público ao qual se dirige. O contato preliminar com os textos já indicava a possibilidade de um recorte que contemplasse relações entre sexualidade, identidade, subjetividade e conduta. As cartilhas, impressas na forma como se apresentam no site, podem ser vistas ao final deste trabalho (ANEXOS).

3.4. COMPOSIÇÃO HISTÓRICA – levantamento, seleção e organização de materiais

Considerando, com Foucault (2002), que a história arqueológica descreve práticas discursivas no nível do saber e que o saber é condição de possibilidade para a elaboração científica, seu pano de fundo, localiza-se aí, no nível dos saberes envolvidos, as fontes de material para a constituição de um histórico das práticas e discursos homossexuais, tendo-se recorrido também a textos acadêmicos e/ou científicos na medida em que suas informações pudessem auxiliar na condução dessa elaboração.

Destaca-se também a relativa escassez de materiais acadêmicos de interesse para esse trabalho, contrastando com a variedade e disponibilidade de materiais relacionados e/ou provenientes de um movimento homossexual, das mais variadas fontes, como grupos e entidades relacionadas à homossexualidade e imprensa. Materiais estes que se impuseram, permitindo o acesso a discursos produzidos e circulantes no “interior” e nas proximidades²¹ de um movimento homossexual em construção constante. Alguns dos textos de caráter acadêmico mostraram-se importantes na

²¹ Mantendo relações com este – como, por exemplo, parte dos discursos da imprensa (não “engajada”).

indicação e relação de algumas dessas fontes, além de terem fornecido parâmetros para a estruturação de partes dos temas do histórico. A efetiva utilização desses materiais na composição do texto, bem como a organização deste, foi decorrente de um longo contato com uma grande variedade de materiais a que se teve acesso e na medida em que suas próprias relações, seus inter cruzamentos, se impusessem.

A seleção/organização dos materiais bem como os direcionamentos dados ao texto foram quase que totalmente determinados por relações entre os mesmos. Assim, de sua ampla dispersão inicial em uma variedade de suportes, como textos acadêmicos, de entidades e sites homossexuais, da imprensa, entre outros, pode-se realizar a elaboração de uma história que contemplasse especialmente discursos e práticas relacionadas à homossexualidade, bem como suas relações estratégicas na constituição do que se poderia chamar de um *movimento* homossexual no Brasil, em parte organizado.

A internet foi um campo que se tornou central nesta pesquisa, tanto para a obtenção de materiais quanto como forma relevante na atualidade para a produção e circulação de discursos homossexuais. Uma rede de informações sobre locais por onde circulam na atualidade discursos homossexuais (assim como os próprios discursos) foi-se delineando desde os primeiros levantamentos de um campo para a pesquisa, indicando a importância da rede mundial de computadores no agenciamento da temática homossexual na atualidade. O debate dessa temática, as produções recentes e o recurso de arquivo a produções anteriores encontravam-se tanto diretamente na internet quanto em suas ligações com instituições e organizações com atividades primeiras externas a esse meio (como a imprensa, por exemplo). Produções acadêmicas ligadas a esse tema compunham também essa rede, sendo indicadas em sites dedicados ao debate e à informação quanto à questão sexual e/ou homossexual ou oferecidos através de *links* de diferentes sites. Mecanismos de mecanismos de busca específicos para questões homossexuais também são oferecidos na internet.

A partir dessa rede de localidades e discursos, foi-se constituindo e selecionando materiais que pudessem compor uma história de práticas e discursos homossexuais no Brasil – tendo sido determinado o período em função de opção prévia e confirmação da importância e disponibilidade de materiais. Na medida em que se sentiu necessidade tanto de informações quanto de parâmetros para essa composição, recorreu-se a textos acadêmicos e a obras que disponibilizassem uma visão histórica da

homossexualidade no Brasil.

Buscou-se aqui não o historicizar em medidas espaço temporais como que os “*fatós*” da homossexualidade no Brasil ou privilegiar discursos *autorizados* sobre o assunto, mas acompanhar, compondo, uma história não só “ainda disponível” (como contada em estudos ou arquivos da época) mas presente e ainda em composição através, prioritariamente, de discursos designados como *homossexuais* na atualidade – a partir de variados espaços de enunciação, em diferentes momentos, integrando e compondo diferentes dinâmicas políticas, estratégicas. Através desses materiais procurou-se seguir e delinear linhas de práticas discursivas e não discursivas, de instituições, de configurações de objetos e de composições estratégicas, em suas continuidades, transformações e eventuais rupturas, no que compõem hoje uma história em efetivação, uma história do que fez e faz de *nós* seres sexuais identificáveis, sujeitos de uma dada ou componível sexualidade.

Como já delineado, tal composição e análise histórica converge, ao final, em foco sobre discursos recentes e disponíveis na atualidade no site selecionado: um conjunto de cartilhas *on line*, disponíveis durante o segundo semestre do ano de 2002 no site Mix Brasil. Enfocam-se, nesse momento, produções recentes de temática homossexual presentes na internet, especificamente dirigidas para e marcadas pela temática da identidade, localizadas na coluna *Identidade*, seção *Cartilhas* de um site em posição relevante no agenciamento atual dessa questão.

3.5. DO PERCURSO DE ANÁLISE

Na elaboração de uma história das práticas e discursos homossexuais no Brasil, das décadas de 70/80 à atualidade, chegando a discursos atuais, foram considerados discursos e práticas que se apoiam.

Partiu-se das formulações encontradas no material que servem de suporte às enunciações relacionadas ao tema da identidade homossexual. Essa função enunciativa tem que ser exercida através da formulação para existir, exigindo, portanto, a exposição de sua relação com um domínio de saber onde ela dá a ver algo, onde produz um objeto, e a partir da qual proliferam-se sentidos. Já os conteúdos das formulações interessam na medida em que, em seus conjuntos, configuram, discriminam, descrevem objetos nas

territorializações da homossexualidade em cada período.

Os enunciados do discurso dizem respeito às regras do que é possível ser dito (do que foi dito) “sobre” um determinado objeto (o homossexual, a homossexualidade), configurando-o, num determinado período (*objetivação*). Regras de “existência” de objetos. Pode-se ver ainda esses discursos funcionando, juntamente com outras práticas, em *jogos políticos* que estabelecem campos de luta em torno das questões da homossexualidade, construindo-a, historicamente.

As *estratégias* dizem respeito aqui tanto aos jogos (ações de dispor) e configurações no nível discursivo quanto aos jogos e configurações, à mobilização de forças, no nível das práticas de um movimento político que configura e configura-se no campo da homossexualidade.

No delineamento dos movimentos discursivos, acompanharam-se cristalizações, institucionalizações, e perseguiram-se linhas que pudessem “escapar” à identificação sexual. Através das formulações da homossexualidade, na análise das enunciações, pode-se acompanhar discursos que configuravam um campo da homossexualidade e permitiam visibilizar diferentes objetos em diferentes momentos.

O movimento de análise seguiu prioritariamente *configurações de objeto* (objetivações) e *configurações estratégicas, políticas* dos e nos discursos e práticas relacionados ao tema da homossexualidade. Em tal movimento, a análise realizada se desloca entre dois pontos principais, brevemente discriminados a seguir.

(1) Formação/disposição de estratégias. Nível estratégico. Neste nível de análise interessam as disposições (ações) e configurações estratégicas das práticas constituidoras de um “campo da homossexualidade” – que se forma tanto por práticas propriamente “discursivas” quanto pelo que se poderia chamar (em relação à especificação da primeira) de “não discursivas”.

Disposição estratégica de temas, teorias nas formulações da homossexualidade. Como as formulações são dispostas, como peças, num jogo de estratégias políticas, envolvendo diferentes campos, setores, atividades, instituições. Como estrategicamente se constituem territorializações políticas da sexualidade.

(2) Práticas discursivas que objetivam o "homossexual". Nível de análise de relações discursivas de formação de objeto. Objetivação do “homossexual” (de uma

identidade homossexual), que se relaciona a diferentes modos de identificação, individualização, subjetivação.

Buscou-se expor a identidade *homossexual* como um modo histórico de problematização d'*o que somos*, um campo de discursos e práticas em que emerge e se conforma a constituição de *sujeitos* – um modo, diferentes modos, de subjetivação; uma forma de problematização que surge, se diferencia e se transforma historicamente.

Foram marcadas diferenciações dos/nos discursos em diferentes períodos históricos, expondo estratégias, objetivações, normatividades, definições, categorizações, regras, prescrições. Análises que visavam, compondo “*linhas discursivas*”, as relações entre *regras* de formação de e regras veiculadas por discursos/práticas e modos de produção de subjetividade.

4. UMA HISTÓRIA DE PRÁTICAS E DISCURSOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL DAS DÉCADAS DE 70/80 À ATUALIDADE

4.1 A HOMOSSEXUALIDADE NAS DÉCADAS DE 70/80 – construindo um movimento

Considerando especialmente materiais provenientes de grupos e demais organizações homossexuais, além de matérias na imprensa, destacam-se duas iniciativas pioneiras na organização do movimento homossexual brasileiro, entre as décadas de 1970 e 1980: a fundação do jornal *Lampião* e do grupo *Somos*.

A fundação do *Jornal O Lampião* e a posterior fundação do *Grupo Somos* (inicialmente *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais*), ambas em São Paulo, são destacadas como marcos na construção do movimento homossexual organizado no Brasil.

Lançava-se, segundo Fry (1990), um movimento marcado pelos ideais de “uma sociedade mais justa e igualitária” (p. 11) para todos, incluindo os homossexuais. A luta do movimento homossexual iniciava-se, assim, pela afirmação da identidade e dos direitos dos homossexuais; luta que aproximava os movimentos que buscavam a emancipação das chamadas “minorias”²².

Destaca-se, nesse primeiro momento, a política de reconhecimento dessas minorias e de suas especificidades, onde a afirmação da identidade particular do grupo assume a importância de um instrumento de ação política. Tornar as questões da homossexualidade *visíveis* politicamente seria um dos seus primeiros passos.

Particularmente no grupo *Somos* – grupo homossexual pioneiro no Brasil –, destacava-se a defesa da igualdade básica entre seus membros, buscando-se uma organização não hierárquica, com relações não autoritárias e igualitárias. Essa postura estendia-se às relações pessoais, destacando-se a defesa do *modelo de relação homossexual igualitária entre os parceiros*. A militância, o trabalho de defesa de posições, nos movimentos sociais surgidos nesse período trazia a marca de uma nova forma de fazer e de entender política: a politização do cotidiano e das relações pessoais,

²² Tanto em sentido quantitativo quanto político.

como se discutirá adiante.

Imprensa Homossexual - Jornal Lampião/1978

A chamada “imprensa gay”, comprometida com temas e questões da homossexualidade, pode ser tomada entre os setores representantes de uma “imprensa alternativa” – dissonante ou mais específica em relação às temáticas e ao funcionamento geral da grande imprensa.

Conforme seu posicionamento, a imprensa alternativa pode se tornar um veículo de militância, assim como o jornal O Lampião para a “causa” homossexual: “Em um país com índices alarmantes de violência e discriminação contra homossexuais, é natural que a imprensa gay sirva como suporte para a militância, assim como o Pasquim foi um veículo de resistência durante a ditadura” (Capó, *Saindo do armário*, 2000).

A imprensa alternativa, entre os anos 70 e 80, assumia posições políticas radicais e de oposição ao regime militar; os chamados jornais alternativos cobriam aspectos aos quais a “grande imprensa” se fechava. Prevalciam, nesse cenário, jornais de cunho político, de postura pedagógica e dogmática, e jornais voltados à crítica de costumes e à ruptura cultural, introduzindo temáticas da “contracultura”. (Lima, 2001)

O surgimento do jornal Lampião dá-se nesse contexto, movido, segundo Lima (2001), por “ideais democráticos”: os direitos dos homossexuais inseridos na luta pelos direitos das outras minorias reconhecidas – negros, mulheres e índios.

Publicações do que é reportado como imprensa “gay” ou “homossexual”, até esse período, eram de circulação restrita, apresentando-se, o mais das vezes como um *pastiche* do colunismo social (Lima, 2001). As estratégias de circulação eram também bastante restritas: de exemplares únicos, circulando entre amigos, a edições com 50, 100 e 150 exemplares, fotocopiados e distribuídos informalmente.

Lima (2001) aponta o ano de 1961 como o do surgimento do provável primeiro jornal homossexual do Brasil, o *Snob*, que circulava entre um grupo de amigos. Outra iniciativa de destaque é a do jornal *Fatos e Fofocas*, de 1963, constituído por um único exemplar que passava de mão em mão até retornar ao ponto de origem. Até mesmo uma Associação Brasileira de Imprensa Gay teria funcionado no Rio de Janeiro

desde 1962, sendo fechada com o golpe militar de 64.

Em 1976, o jornal Última Hora exhibe a “Coluna do Meio”, dirigida a homossexuais, e a extingue no ano seguinte, sob a pressão de grupos econômicos e de leitores, além de um processo por “atentado ao pudor” contra o jornalista responsável (Lima, 2001).

O jornal O Beijo trouxe para o espaço da imprensa alternativa a sexualidade como tema principal, em 1977. Lança também o “primeiro grande ataque” ao tratamento “preconceituoso” dado à questão da homossexualidade pela imprensa:

“A imprensa ‘progressista’ não costuma incluir a sexualidade na sua lista dos dez mais (...). No seu número 436, o Pasquim resolveu falar do homossexualismo. Posição liberal: falar de ‘temas proibidos’. O Pasquim dá um destaque especial à imprensa gay. Falando dela, o jornal reafirma que não é ela (...) simulando liberar, quando a imprensa progressista tratava da homossexualidade era apenas para lhe indicar rapidamente o seu lugar no meio social” (O Beijo, 1977, conforme citado por Lima, 2001)

Marcam-se posições e antagonismos: imprensa “progressista”, “liberal”, “imprensa gay”; sexualidade e homossexualidade como temas marginais, o último, “proibido”, marcado por sua especificidade social, de interesse particularizado.

O privilégio concedido à “temática do prazer” pelo jornal não teria sido bem recebido, mesmo nesse espaço “alternativo”. O jornal lançou apenas seis edições. (Lima, 2001)

No fim da década de 70, num cenário de transição para a redemocratização e com o fim da censura prévia, o jornal Lampião viria a ser o primeiro jornal alternativo dirigido a homossexuais.

Segundo Zanatta (1998), o jornal *Lampião* foi fundado em São Paulo, lançando sua edição número zero em abril de 1978, e transferido para o Rio de Janeiro como *Lampião da Esquina*, lançando sua edição número um em 25 de maio 1978.

Em seu primeiro editorial o jornal se colocava como um espaço para as questões que, segundo ele, a própria imprensa “alternativa” considerava “não prioritários”: seria a voz que essa minoria precisava para “esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana” (Lampião, n. 0, 1978, conforme citado por Lima, 2001).

O Conselho Editorial coloca a questão: por que lançar um jornal

homossexual, num momento de mudanças como o que o país estava passando, com as eleições, a criação de novos partidos políticos e a anistia?

Falando em nome, especificamente mas não apenas, da homossexualidade, o jornal se propõe a dar voz a todos os grupos “injustamente discriminados”, conclamando-os à saída do isolamento, ao abandono dos guetos e ao combate à marginalização social – contra um “sistema (disfarçado) de párias” (Lampião, n. 0, conforme citado por Zanatta, 1998).

Define-se como um jornal homossexual e define sua posição como de esclarecimento e militância pelos direitos dos homossexuais:

“(...) o que Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal.” (Lampião, n. 0, conforme citado por Zanatta, 1998).

A luta pelos direitos dos homossexuais é situada entre as demais lutas das chamadas “minorias”, contra a discriminação e a segregação em guetos. Quanto à sexualidade, esta não seria apenas ‘reprimida’, mas positiva e criadora:

“Falando da discriminação, do medo, dos interditos ou do silêncio, vamos também soltar a fala da sexualidade no que ela tem de positivo e criador, tentar apontá-la para questões que desembocam todas nesta realidade muito concreta: a vida de (possivelmente) milhões de pessoas.” (Lampião, n. 0, conforme citado por Zanatta, 1998).

Os jornalistas do Lampião vieram a se constituir também como um grupo de militância homossexual. Sua seção de cartas de leitores funcionava como um espaço de visibilidade para a comunidade homossexual, sendo bastante destacada no jornal. (Lima, 2001)

Em sua trajetória, de 1978 a 1981, o jornal cumpriu uma função importante na organização nacional do movimento homossexual, constituindo-se em seu principal meio de comunicação e informação. Em seus últimos números, o jornal apresentou uma mudança de enfoque, *passando a publicar fotos eróticas*, que antes evitava. Com isso, *o jornal teria perdido credibilidade e espaço.* (Lima, 2001)

O jornal tablóide circulou até junho de 1981, encerrando suas atividades. A

partir desse período, nas publicações dirigidas ao público homossexual, passa a predominar, segundo Lima (2001), a exploração do nu masculino e da pornografia. Algumas dessas publicações apresentam também artigos discutindo questões relacionadas à homossexualidade.

Grupos Homossexuais – Grupo Somos/1978

Inicialmente sob a denominação “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais” e posteriormente “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, o grupo considerado pioneiro do moderno movimento homossexual brasileiro inicia suas atividades em 1978, em São Paulo.

As primeiras discussões públicas sobre aspectos *políticos* da homossexualidade no Brasil, segundo MacRae (1990), ocorreram dentro da Semana do Movimento da Convergência Socialista, em abril de 1978 – realizado pela revista “alternativa” Versus e pelo Movimento da Convergência Socialista. A preparação das bases para um futuro Partido Socialista seria uma das finalidades desse evento.

Uma moção de protesto contra um “boicote” à participação do jornal Lampião, lida no debate sobre imprensa, propõe a pertinência das questões das “minorias” discriminadas, como os homossexuais, nas lutas políticas da esquerda:

“A questão do homossexualismo masculino e feminino aparece nesse momento como questão fundamental a ser reconhecida como uma das lutas democráticas, que tem características próprias mas não se afasta da luta mais ampla pela reformulação da moral sexual brasileira, seja hetero ou homossexual, por todos aqueles que acreditam na possibilidade de uma sociedade mais justa e democrática. Os homossexuais, vítimas de um sistema discriminatório, reacionário e intolerante esperam, da Convergência Socialista a acolhida de sua luta.” (MacRae, 1990, p. 98)

O pronunciamento foi seguido de uma discussão sobre *homossexualismo e política*. Este evento é assinalado como um dos importantes marcos para a constituição do grupo Somos. (MacRae, 1990)

O grupo, que até então caracterizava-se como um grupo de discussão homossexual, faz seu primeiro aparecimento público através de uma “carta protesto” contra o tratamento “preconceituoso” da temática homossexual pela imprensa –

especificamente contra o jornal Notícias Populares. A carta foi enviada ao sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, com cópias para a Associação Brasileira de Imprensa, Comissão de Justiça e Paz, Ordem dos Advogados do Brasil e Sociedade Interamericana de Imprensa.

A carta, assinada coletivamente – “receando exporem-se ao grande público como homossexuais” (MacRae, 1990, p. 102) –, identificava o grupo como “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais”.

Em seu “documento memória” o grupo Somos fala da “necessidade da maior conscientização individual e social da questão sexual”, com o aprofundamento da discussão sobre o tema homossexual. O grupo propõe ações tanto internas ao grupo quanto externas, destacando o trabalho de esclarecimento e promoção de “debates sobre a nossa sexualidade” além de “trabalho em conjunto com outros setores oprimidos considerados ‘minorias’, ou seja: mulheres, negros e índios” (Zanatta, 1998).

Seus integrantes organizavam-se como grupo em torno de sua identidade *homossexual* e se colocavam no mesmo campo das lutas “minoritárias” dos oprimidos, aproximando-se dos demais movimentos sociais da época.

Araújo (1999) destaca, no contexto político anos 70, o surgimento de uma nova concepção e uma nova forma de fazer política. A “ruptura” com o modelo e o conceito de “política” e de “esquerda”, herança de acontecimentos políticos da década de 60 e, em especial, de 1968, permitiu o surgimento de uma forma de militância diferenciada:

“No mundo todo surgiram (...) movimentos políticos de um novo tipo: movimentos alternativos, específicos, de “minorias” (numéricas e políticas) – grupos e movimentos que enfatizavam a diferença, a pontualidade e a especificidade. Como os movimentos de mulheres, de negros, de homossexuais, indígenas, etc.” (Araújo, 1999).

Em fevereiro de 1979, o grupo foi convidado a participar de uma semana de debates na USP sobre “Os movimentos sociais de emancipação” (MacRae, 1990, p. 108).

Às vésperas do debate na USP, o grupo batizou-se com o nome “Somos”, referência a uma publicação da extinta “Frente de Libertação Homossexual da Argentina” – considerado o primeiro grupo organizado de conscientização e militância homossexual na América Latina (Zanatta, 1998). Segundo MacRae (1990), o nome do

grupo, cujo logotipo, pouco usado, mostrava o último *s* invertido, refletia “o desejo de ‘assumir a homossexualidade’ que depois ficou reforçado com o complemento do nome – ‘de afirmação homossexual’” (p. 108): Somos – Grupo de Afirmação Homossexual.

O debate na USP foi a primeira vez que o grupo se pronunciou e expôs seus objetivos ao vivo, tornando-se a partir daí mais amplamente conhecido. Esse evento é apontado como um marco na história do grupo já organizado. (Zanatta, 1998; MacRae, 1990)

Durante as discussões, evidenciaram-se conflitos entre as reivindicações específicas das chamadas “minorias discriminadas” e as posições ortodoxas, pela unificação das lutas proletárias, da “esquerda tradicional” – representada pelas organizações socialistas.

O embate entre os movimentos sociais das minorias e as organizações políticas de esquerda teria sido atenuado no Brasil pela especificidade²³ de uma luta comum contra a ditadura militar. Organizações dissidentes de esquerda e movimentos das chamadas minorias, como mulheres, negros e homossexuais, configuraram, segundo Araújo (1999), um “campo de ‘esquerda alternativa’ no Brasil”.

A “conjuntura adversa” da ditadura militar atenuava o conflito entre as esquerdas, *deslocando o foco para a tentativa de incorporar as novas questões que surgiam à cultura marxista*. Ao contrário do antagonismo marcante entre os movimentos de “minorias” e a “esquerda tradicional”, na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil essa relação teria se traduzido em uma tensão constante de aproximação-afastamento, diálogo-conflito. Conforme Araújo (1999), esta foi uma das fortes marcas da política dos anos 70 e 80 no Brasil.

Para Zanatta (1998), a tática da esquerda organizada de aproximação dos movimentos sociais servia como forma de obter apoio popular e ampliar suas bases, travando-se um “debate ideológico” entre as “lutas específicas” e “lutas maiores”.

O surgimento no Brasil desse *primeiro grupo de militância homossexual* (MacRae, 1990), o Somos, dá-se num período de proliferação de movimentos sociais que lutavam pelo reconhecimento de suas especificidades na sociedade, reivindicando seus direitos de cidadania; entre eles destaca-se o movimento feminista como uma referência mundial no processo de abertura para concepções alternativas de política

²³ Dentro de um contexto mundial de dissidência e heterodoxia política de “esquerda”, com a crítica do marxismo oficial e a incorporação de novas idéias e práticas políticas a partir de 68.

(ARAÚJO, 1999).

Conforme Araújo (1999), uma característica comum à ação dos movimentos de “minorias”, nesse período, é a constituição da identidade particular como princípio e forma de ação política. Uma concepção diferenciada que valoriza os aspectos subjetivos da experiência política, que valoriza o cotidiano e a politização das relações pessoais. A partir das especificidades de uma condição de vida de "opressão" forjam uma noção de identidade particular para si, em torno da qual se agregam:

“Os movimentos traziam à tona discursos específicos: falava-se “enquanto mulher”, ou “enquanto negro” ou “enquanto homossexual”. Colocando em questão uma noção de identidade pública e política diferente da do “cidadão” e do “proletário revolucionário”. Estes movimentos traziam uma noção de sujeito político distinta da idéia do “sujeito universal” presente, de uma forma geral, tanto no liberalismo quanto no marxismo; fazendo irromper, na cena política dos anos 70, identidades fragmentadas que buscavam formas de expressão.” (Araújo, 1999)

Essa *fragmentação de identidades* comporia a formulação de uma maneira diferenciada de fazer política, por parte especificamente de grupos que se colocavam como submetidos à discriminação e opressão social. Esse movimento aparecia como “contraponto” ou “alternativa” à organização política “tradicional” – partidária, sindical –, reivindicando a defesa/representação de suas questões específicas: falavam “em nome próprio”, já que consideravam que “as formas de representação mais geral diluíam as especificidades de grupos minoritários” (Araújo, 1999).

“não deixava de ser significativa a existência de outros movimentos simultaneamente ao Somos. Estes eram muitas vezes dirigidos a necessidades mais cotidianas, mais ligadas ao que os anglo-saxões chamam de ‘life-style’, que à luta de classes propriamente dita. Questões relacionadas à vida cotidiana e aos costumes ganhavam grande destaque alcançando status de “política”, e o país parecia tomado por uma onda de liberalismo nesse campo.” (MacRae, 1990, p. 180-1)

Ao definirem-se e falarem em nome próprio, esses grupos, como pode-se ver no debate de 1979 na USP, apareciam a princípio como aliados em sua *posição* na luta política, denunciando as definições opressivas e “dominantes” que os colocavam na posição de “minorias”. A determinação de seus contingentes na população, bem como a falta de representatividade de seus interesses, foram assuntos debatidos. E, apesar das

divergências que já se mostravam, “Todos concordavam em denunciar as definições invariavelmente ditadas pelos homens brancos e heterossexuais que, como donos do poder, se colocavam como *maioria*, e se erigiam com os padrões da *normalidade*” (MacRae, 1990, p. 109).

Como o próprio tema da semana de debates sugeria, tratava-se de uma luta pela “emancipação” de segmentos populacionais discriminados social e politicamente. Pode-se entender que o próprio termo “minoría”, naquele contexto de discussão, remetia à pouca ou nenhuma *visibilidade*, seja dos próprios grupos, seja de seus interesses no conjunto da sociedade: a não representatividade de questões específicas das mulheres e a dificuldade de determinar os “números” de negros e homossexuais no conjunto da população, seja por “falta de interesse governamental”, num caso, seja pela “invisibilidade”, no outro (MacRae, 1990, p. 109).

Considerando iniciativas generalizadas ocorridas ao longo do ano de 1979, dentro e fora dos movimentos sociais, MacRae (1990) avalia que “o país parecia tomado por uma onda de liberalismo” em relação aos costumes e à vida cotidiana, indicando que preocupações da ordem da sexualidade e da “liberação sexual” não existiam apenas entre os homossexuais. Abriam-se espaços para as reivindicações do Somos nos meios de comunicação, que teriam encontrado, ainda nos primeiros tempos do grupo, “um público muito receptivo” (p. 181).

Na passagem dos anos 70 aos 80, as correspondências enviadas ao jornal *Lampião* e ao grupo *Somos* indicam um crescimento acelerado do movimento homossexual: formação de grupos em diversos estados e correspondências individuais de todo o país e do exterior. (Zanatta, 1998)

Entre abril de 1978 e fevereiro de 1981, surgiram 22 grupos de militância homossexual, conforme documentação do jornal *Lampião* (Zanatta, 1998), sendo eles: *Jornal Lampião/RJ*, *Auê/RJ*, *Somos/RJ*, *Beijo Livre/DF*, *Eros/SP*, *Libertos/Guarulhos/SP*, *Somos/SP*, *Atuação Lésbico-Feminista/SP*, *Grupo de Atuação e Afirmação Gay/Caxias/RJ*, *Terceiro Ato/MG*, *Grupo Gay da Bahia/BA*, *Grupo de Santo André/Santo André/SP*, *Facção Gay da Convergência Socialista/SP*, *Grupo Outra Coisa - Ação Homossexualista/SP*; *Gols-ABC - Grupo Opção à Liberdade Sexual/Santo André/SP*, *Gatho - Grupo de Atuação Homossexual/PE*, *Nós Também/PB*, *Bando de Cá/Niterói/RJ*, *Coligay/RS*, *Grupo Terceiro Mundo/RS*, *Coletivo Alegria Alegria/SP*, *Terra Maria: Opção Lésbica/SP*.

Política de Participação nos Grupos

Segundo MacRae (1990), entre os grupos homossexuais brasileiros nesse período, a participação era restrita a indivíduos que se identificassem como homossexuais, sendo aceitos os bissexuais, porém não sem reservas. Não era permitida a participação de indivíduos auto-identificados como heterossexuais. As restrições seguiam conforme a crescente particularização dos grupos, como por exemplo, grupos que só admitiam homossexuais femininos (como o GALF – Grupo de Afirmação Lésbico-Feminista) e grupos restritos a homossexuais negros (como o Adé Dudu).

A política identitária forneceu a base que permitiu a organização dos grupos de afirmação homossexual nesse período. A identidade sexual (homo ou hetero), tomada como “fundamental e definidora do indivíduo” (MacRae, 1990, p. 59), permitia e facilitava, à época, a mobilização política.

Apesar de predominar essa política de identidade, MacRae (1990) afirma, a propósito do grupo Somos, que a heterogeneidade interna ao grupo não permite atribuir a eles *uma posição hegemônica estável* quanto a esse assunto.

A posição predominante e restritiva de “afirmação homossexual” entrava em conflito com aqueles que defendiam “uma maior abertura para a bissexualidade ou para considerações de classe social” (MacRae, 1990, p. 59).

Um dos “velhos temas” de discussão no Somos dizia respeito à “bissexualidade”: desconfianças e acusações de que, sob “uma suposta bissexualidade”, haveria uma homossexualidade “enrustida” (MacRae, 1990, p. 173).

Num desentendimento com um grupo teatral, por exemplo, integrantes do Somos teriam comentado que, ao defender uma “liberdade sexual generalizada”, aquele grupo “parecia mais interessado no bissexualismo que na homossexualidade” (MacRae, 1990, p. 173). O estabelecimento e a demarcação de uma posição sólida para a homossexualidade aparece como um aspecto central na política de formação do movimento homossexual.

O grupo lidava com freqüentes conflitos quanto a posições teóricas e de atuação, acirrados a partir de 1980; discordâncias como essas, entre outras, teriam contribuído para a fragmentação do grupo.

O Movimento Homossexual Organizado nos Anos 80 – mobilização e crise

1º Encontro Nacional do Povo Gay – dezembro de 1979, Rio de Janeiro.

O encontro, realizado na sede da Associação Brasileira de Imprensa, contou com a participação dos seguintes grupos: Eros, Libertos, Somos, Lésbico-Feminista e Somos/Sorocaba (São Paulo); Somos, Auê e Grupo de Atuação e Afirmação Gay/Caxias (Rio de Janeiro); Beijo Livre (Brasília); além de representantes de futuros grupos de Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Recife. Reuniu cerca de 60 pessoas. (Zanatta, 1998)

O Grupo Gay da Bahia (GGB, *Boletim n. 27, 1993*), destaca algumas das resoluções do encontro: lutar pela inclusão do “respeito à ‘opção sexual’” na Constituição Federal e pela retirada da homossexualidade da “lista das doenças mentais”. Em seu Boletim de agosto de 1993, o Grupo Gay da Bahia destaca o uso do termo “opção sexual” na época: “hoje o termo correto é orientação sexual”.

Segundo o jornal *Lampião*, o encontro mostrava que “o movimento já está maduro e capaz de criar uma perspectiva de ação social para os homossexuais organizados” (conforme citado por Zanatta, 1998).

1º Encontro Brasileiro de Homossexuais – fevereiro de 1980, São Paulo.

Segundo Zanatta (1998), os resultados desse Encontro foram significativos para o movimento. Reuniu cerca de 200 homossexuais militantes de todo o país (1º EBGO – Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados – reuniões restritas aos grupos organizados, convidados e militantes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia e Curitiba) e mais de 1.000 pessoas no ato público de encerramento – único momento aberto à participação de *não homossexuais* (GGB, *Boletim n. 27, 1993*).

Ao mesmo tempo em que o encontro serviu para que o movimento homossexual ganhasse expressão dentro dos movimentos sociais e se consolidasse, internamente divergências de interesses reorganizavam os grupos. (Zanatta, 1998)

Buscava-se evitar a presença de representantes da esquerda organizada, “os ditos ‘aliados das minorias’”, que poderiam “desviar o objetivo do encontro” contrapondo a “luta geral” às “lutas específicas” dos homossexuais (*Lampião*, conforme citado por Zanatta, 1998). Essa estratégia não funcionou completamente, pois não pode evitar que as divergências nessa questão aparecessem dentro da própria militância dos

grupos. Como ressalta Zanatta (1998), essa questão fazia parte daquele momento específico das lutas políticas no país, “um momento particular das lutas sociais que o país vivia”²⁴, não sendo, portanto, um debate externo aos grupos “minoritários” – como os homossexuais, feministas, negros.

Os grupos não alinhados com organizações políticas defendiam a autonomia dos grupos e da militância homossexual, buscando uma atuação diferente da do modelo das organizações partidárias; nestas, de esquerda, não havia espaço para outra opção que não a da revolução. O enfrentamento entre essas posições acabou gerando divisões dentro dos grupos, como a que acontecia no grupo Somos: “Colocaram-se então, frente a frente, formas e espaços de atuações diferentes, radicalizando os debates e, novamente, pondo em questão concepções ideológicas diferentes” (Zanatta, 1998).

Dissidentes socialistas do grupo Somos fundariam, pouco depois, o grupo Facção Homossexual da Convergência Socialista.

Apesar de não consensual, uma comissão organizou o primeiro contato do Movimento Homossexual com os trabalhadores do ABC, nas comemorações do 1º de maio. Conforme publicação da Facção Homossexual da Convergência Socialista, na época, o grupo de 50 homens e mulheres homossexuais, portando faixas “Contra a Intervenção nos Sindicatos” e “Contra a Discriminação do Trabalhador(a) Homossexual”, foi aplaudido pelos trabalhadores, contrariando a apreensão dos ativistas quanto à reação dos operários. (Zanatta, 1998)

Algumas das conclusões e recomendações desse encontro: incentivo à legalização dos grupos homossexuais; maior intercâmbio entre os grupos; ampliação de estudos e conferências sobre homossexualidade; luta por aprovação de leis anti-discriminatórias – como a exclusão do código 302.0²⁵, “que classificava homossexualidade como desvio sexual” –; denúncia de todas as formas de preconceito anti-homossexual. (GGB, 1993)

Ato Público Contra Repressão Policial – 13 junho de 1980, São Paulo.

O “Ato público contra a repressão policial arbitrária contra homossexuais” deu-se como uma passeata em repúdio à violência da ação policial em São Paulo. Grupos feministas, estudantis e negros, ente outros, apoiaram o protesto, que reuniu

²⁴ Tempos de “abertura política” (MacRae, 1990)

²⁵ Classificação Internacional de Doenças.

cerca de 1.000 manifestantes. (GGB, 1993; Zanatta, 1998)

Conhecida como “Operação Limpeza”, essa ação policial intimidava homossexuais nas ruas ou em bares e restaurantes, dando ordem de prisão a todos, indiscriminadamente, e, em especial, a homossexuais, negros, travestis e prostitutas. (MacRae, 1990; Zanatta, 1998)

Segundo o jornal *Lampião*, em julho de 1980²⁶:

“violência policial que, desde o fim de maio, tomou conta de São Paulo, sob o pretexto de limpar a cidade de vagabundos, anormais (também conhecidos por homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral.” (*Lampião*, conforme citado por Trevisan, 1986, p. 310)

MacRae (1990) comenta que o clima de “abertura” e de “gradual liberalização da censura” (p. 223) favorecera um sentimento de relativa segurança entre os homossexuais paulistanos, especialmente nos locais conhecidos como “guetos”.

“Nessa época, por exemplo, foi várias vezes comentado que ‘São Paulo estava virando uma San Francisco’, dada a proliferação de estabelecimentos orientados para uma clientela gay, e a descontração com a qual homens e mulheres passaram a andar pelas ruas abraçados com parceiros do mesmo sexo e em alguns casos até se beijando na boca. Durante essa época também proliferavam os travestis que, segundo se dizia, estavam tomando todos os tradicionais pontos de prostituição, deixando as prostitutas sem clientela” (MacRae, 1990, p. 223)

Contudo, reações públicas apareciam: “Um panfleto distribuído pela cidade censura os ‘maus representantes do povo’ (deputados) que defendem ‘prostitutas, homossexuais, lésbicas, trombadinhas e outros desocupados”” (*Lampião*, jul. 1980, conforme citado por Trevisan, 1986, p. 310).

“Em geral a cobertura da imprensa, com exceção da ‘Folha de S. Paulo’ e ‘Isto É’, foi bastante desfavorável e desrespeitosa. O ‘Diário da Noite’, por ocasião da passeata, falou em ‘Protesto das Bonecas’ e insinuou que estes haviam sido iniciados porque a ação policial ‘desgostou alguns setores do submundo’. Por outro lado, o jornal ‘nanico’ ‘Em Tempo’, publicou um artigo favorável aos homossexuais, escrito por um dos integrantes do Somos, e a ‘Folha de S. Paulo’ deu uma cobertura ao acontecimento de

²⁶ *A guerra santa do Dr. Richetti.* (1980). **Jornal Lampião**. jul. (Trevisan, 1986).

primeira página.” (MacRae, 1990, p. 229)

Segundo o jornal *Lampião* (jul.1980), a repressão não teria aumentado mas se tornado mais explícita. A ampla divulgação pela imprensa de foto de uma bandeira da Convergência Socialista, presente na passeata, na avaliação de matéria do *Lampião*, teria sido exemplo de uma velha tática: “acabaram todos passando por membros dessa organização. (...) a abertura finalmente encontrou seu bode-expiatório” (*Lampião*, jul.1980, conforme citado por Trevisan, 1986, p. 315).

O acontecimento teve uma grande repercussão, com inúmeros manifestos assinados por advogados, professores, parlamentares e um reitor, além da convocação do delegado envolvido e do Secretário de Segurança Pública pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Estadual. Foram abertas denúncias públicas e uma representação judicial contra ambos. (Zanatta, 1998)

A adesão do Comitê de Defesa das Prostitutas, que já contava com a participação de um grupo lésbico (o LF²⁷), à ação conjunta dos grupos homossexuais contra o delegado Richetti, selou uma aliança entre as feministas heterossexuais e as lésbicas. (MacRae, 1990)

Os Congressos Feministas – 1980 e 1981, São Paulo.

As divergências de atuação, de concepções políticas e de interesses não eram externas aos movimentos e aos grupos de “minorias”. Esses grupos experimentavam a complexidade política de suas posições e alianças. Se por um lado, ao compartilharem posições como “minorias” mantinham-se unidas especialmente contra o posicionamento ortodoxo da esquerda, por outro, enfrentavam conflitos entre suas diferentes posições e entre suas segmentações internas.

“se por um lado essas alianças [entre as ‘minorias’] trazem força e legitimidade, por outro, elas também levam à validação de certas heterogeneidades internas aos vários movimentos, ameaçando a sua auto-representação como ‘comunidades de iguais’.” (MacRae, 1990, p. 241)

Confrontos entre a atuação da esquerda organizada e os movimento feminista dificultaram os trabalhos especialmente do 2º e 3º Congresso da Mulher

²⁷ Segmento lésbico do Somos, futuro GALF.

Paulista (realizados em 1980 e 81): “a insistência das feministas em discutir seus temas específicos, tais como o da sexualidade, dos papéis sociais, entre outros, era considerado inoportuno e divisionista”, subordinado à luta operária (Zanatta, 1998).

Conflitos entre grupos feministas, lésbicos e lésbico-feministas, em 1981, durante o 3º Congresso da Mulher Paulista, por exemplo, deixam claro as dificuldades dos movimentos em *lidar com seus diferentes segmentos e divisões*, formas de atuação política e, conseqüentemente, com a priorização de suas questões.

O conflito político entre as diferentes *posições e segmentações*, num jogo de especificações e generalizações, ficava claro; falava-se “*enquanto mulher*”, “*enquanto homossexual*”, “*enquanto negro*”, como também “*enquanto esquerda*”, “*enquanto proletariado*”, ... etc.

Nesses conflitos de posições, enfrentaram-se "lésbicas" e parcela das "feministas", assim como defensores "do proletariado" enfrentavam posições feministas. Sobre um dos conflitos durante o 3º. Congresso da Mulher Paulista, em 1981:

"militantes do HP (...) Concordavam em aceitar as lésbicas em troca do apoio à Constituinte. Mas não abriam mão de sua oposição ao SOS/Mulheres (...) [uma vez que o SOS] transforma violência na família em caso de polícia e faz o jogo da ditadura, porque culpa o operário que chega em casa cansado e bate na mulher" (Lampião da Esquina, “A hora da porrada”, conforme citado por Zanatta, 1998)

O Grupo Ação Lésbico-Feminista, GALF, traz a público sua posição no documento “Contra a violência”, de 1981:

“Queremos propor que o movimento feminista não reproduza o discurso politiquês machista das lutas gerais conta as lutas específicas e que todas as questões referentes a todas as mulheres sejam igualmente prioritárias. Igualmente prioritárias, mesmo porque a mulher homossexual também é negra, a mulher homossexual também é mãe, a mulher homossexual também é dona de casa, a mulher homossexual também é prostituta, a mulher homossexual também é operária, a mulher homossexual também está na periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna cúmplices da violência.” (Documento do grupo Ação Lésbico-Feminista, “Contra a violência”, 1981, conforme citado por Zanatta, 1998)

Prévia do 2º EBHO – dezembro de 1980, Rio de Janeiro.

Segundo o GGB (1993), esta reunião foi a que contou com a participação de

mais grupos organizados na primeira década da história do Movimento Homossexual Brasileiro: 15 grupos, além do Lampião.

Para o Grupo Gay da Bahia (GGB, 1993), presente no encontro, enquanto os grupos presentes mostravam “nítidos sintomas de precoce desestruturação”, os trabalhos ficaram voltados para temas formais, tais como “o caráter deliberativo do próximo EBHO e a não formação de uma Coordenação nacional do MHB” (GGB, 1993). Nessa mobilização em torno da organização do movimento nacional, o Grupo Gay da Bahia identifica uma preocupação em evitar que a Facção Homossexual da Convergência Socialista dominasse os destinos do movimento.

O GGB (1993) destaca esse encontro como um momento de uma crise, a partir do qual muitos dos grupos do Movimento Homossexual Brasileiro desaparecerão. A edição de 1981 do II EBHO abortou, vindo a ser realizado apenas em 1984.

Encontros Regionais – 1981, Olinda e São Paulo.

Nesse período, realizaram-se encontros regionais, como o I Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste (I EGHON, Olinda, abril de 1981) e o I Encontro Paulistano de Grupos Homossexuais (I EPGHO, São Paulo, abril de 1981). No encontro do Nordeste, destaca-se a resolução de incentivo à participação do Movimento Homossexual nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e liberdade de relacionamento com os partidos políticos para os grupos, preservando-se o Movimento Homossexual. Grupos participantes: GATHO, Nós Também/Paraíba, Dialogay/Sergipe, GGB e Adé-Dudu. O encontro terminou com uma passeata reunindo cerca de 50 pessoas pelas ruas de Olinda. (GGB, 1993)

Divergências ideológicas entre grupos de São Paulo levaram à participação no encontro paulistano de apenas 4 grupos: Somos, Galf, Coletivo Alegria Alegria e Grupo Afirmação Homossexual (Outra Coisa). Entre suas decisões: incentivo ao intercâmbio com outros grupos discriminados, sindicatos e entidades de classe; não homogeneização dos desejos. Desacordo entre os militantes sobre a forma de tratarem-se entre si: se como “bicha” ou “companheiro”. (GGB, 1993)

Comentando os temas discutidos do encontro no Nordeste, o Grupo Gay da Bahia, em seu Boletim de agosto de 1993, assinala: “A Aids não havia chegado!!”. O evento da Aids no Brasil mostrar-se-ia como um “divisor de águas” na história do Movimento Homossexual Brasileiro.

A “crise” no movimento.

Nos anos de 1980 e 1981 as atividades do movimento homossexual já não alcançam o impacto das anteriores (Zanatta, 1998), entrando o movimento, como considera o Grupo Gay da Bahia (1993), em uma *grave crise*.

Atos de violência contra homossexuais e seus ambientes de encontro, como os bares, continuavam, além de ameaças a revistas que veiculavam matérias sobre relacionamento homossexual.

O jornal Lampião da Esquina enfrenta também problemas e encerra suas atividades em junho de 1981 (Zanatta, 1998). O jornal não teria resistido ao boicote de distribuidoras e ao preconceito dos anunciantes (Costa, 1998). O movimento homossexual perdia assim “seu principal veículo de comunicação nacional”; os boletins dos grupos não tinham alcance suficiente para realizar essa função (GGB, 1993).

Zanatta (1998) mostra as modificações que ocorreram no movimento nesse período, segundo documentação dos próprios grupos:

- enfrentamentos ideológicos e perseguições de caráter repressivo e moralista desorganizam internamente os grupos, que se questionam sobre suas formas de atuação;

- grupos maiores e mais organizados estabelecem-se em sedes, desenvolvem atividades culturais e mantêm as de divulgação, buscam participação pública em eventos acadêmicos, como as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Numa reunião da SBPC, o Grupo Gay da Bahia realiza um abaixo-assinado contra a definição do homossexualismo como “desvio e transtorno sexual”, conforme parágrafo 302.0 da Classificação Internacional de Doenças;

- enquanto o movimento se questionava sobre os rumos da atuação, parte dos grupos e da militância do movimento homossexual estabelecem compromissos políticos que os levam a um alinhamento partidário, num momento em que os próprios partidos políticos se reorganizam;

- reorganização dos partidos políticos com aproximação dos movimentos sociais que se destacaram na luta pelo restabelecimento da democracia no Brasil. Destaca-se a formação de um grupo de homossexuais dentro do Partido dos Trabalhadores;

- um novo espaço de atuação se abre para uma parcela da militância homossexual; considerava-se este um “terreno privilegiado, por tratar-se de um partido

de trabalhadores - único setor social cujos interesses coincidem com a necessidade de transformação radical da sociedade, caminho da libertação definitiva do homossexual” (depoimento da época, citado por Zanatta, 1998).

2º EBHO – janeiro de 1984, Salvador.

Desde 1980 em crise, o Movimento Homossexual Brasileiro volta a realizar encontro nacional, em Salvador, convocado pelo Grupo Gay da Bahia. Dos sete grupos então existentes, cinco compareceram: Dialogay de Sergipe, Gatho, GLH, GGB e Adé Dudu.

Dos encontros de até então, esse, que iniciou as comemorações do “Ano Internacional Gay”, teria obtido a melhor cobertura jornalística, com matérias nos principais jornais nacionais (GGB, 1993).

Algumas de suas deliberações: envio do abaixo-assinado (16 mil assinaturas) ao Conselho Federal de Medicina, contra a definição de homossexualidade como “desvio e transtorno sexual”; luta pela educação sexual nas escolas, pelo tratamento positivo da questão homossexual pela mídia, pela legislação anti-discriminatória, pela legalização do “casamento gay” e, “*como o movimento era de luta política*”, luta pelas Diretas Já. (GGB, 1993)

Em uma carta aberta à Nação, o movimento homossexual posicionava-se “em favor da plenitude dos direitos de cidadania dos homossexuais, apoiando os movimentos progressistas em suas lutas por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária” (GGB, 1993).

Conforme o GGB (1993), até o fim da década de 80 início da década de 90, os encontros nacionais já apresentavam a questão da Aids entre suas principais preocupações.

Nos encontros de 1989 a 1991, a Aids e a necessidade de organização do movimento em torno de sua prevenção aparecem como um dos grandes temas de mobilização. Os estudos da sexualidade, a aproximação com pesquisas acadêmicas é evidenciado, bem como o tratamento das temáticas de “promiscuidade” e de “prostituição” – a primeira, uma questão tida como associada à imagem do homossexual e a última mais diretamente tratada em relação aos travestis. Segue um resumo desses encontros.

3º EBHO – janeiro de 1989, Rio de Janeiro.

O evento da Aids, com sua “preocupante” expansão nacional e o “descaso do Governo”, destacava-se entre as discussões, além da violência e da discriminação religiosa contra homossexuais e a formação de novos grupos. Grupos presentes: Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB/Ceará), GGB, Comunidade Pacifista Tunker/Goiás, Movimento Antônio Peixoto/Pernambuco e o grupo ATOBÁ/RJ (Movimento de Emancipação Homossexual). (GGB, 1993)

4º EBHO – janeiro de 1990, Aracaju.

Discussões: campanha nacional de prevenção da Aids, denúncia de assassinatos de homossexuais, formação de um “Conselho Brasileiro de Entidades Organizadas de Homossexuais”. Conferencistas do NIES (Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Sexualidade) falam sobre *promiscuidade* e *prostituição dos travestis*. Participação: grupos Dialogay, GGB, Atobá/RJ, GRAB/CE, Grupo Free de Teresina e a entidade NIES (GGB, 1993).

5º EBHO – janeiro de 1991, Recife.

Foram realizadas conferências sobre “teoria sobre sexualidade, religião e repressão à sexualidade”. Presentes: grupos Dialogay, GGB, Atobá, Um Outro Olhar/SP, e futuros fundadores do grupo Dignidade/PR, além de participantes não organizados de estados vizinhos. Temas discutidos: Fortalecimento do MHB, formação de novos grupos, realização de encontros regionais visando atingir os guetos e a maior participação na luta contra a Aids. (GGB, 1993)

Concepções Médicas e Psicológicas sobre a Homossexualidade – alterações

Em 1985, o Conselho Federal de Medicina tornou sem efeito o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID), deixando de considerar a homossexualidade pela categoria de “desvio e transtornos sexuais”. Em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retira a homossexualidade do rol de doenças. (Mott, 1999)

O Conselho Federal de Psicologia pronunciou-se oficialmente somente em

1999, através da Resolução CFP n. 01/99, de 22/03/99, que define como aética a postura de psicólogos que tratem a homossexualidade como desvio comportamental ou doença. (CRP São Paulo, *Homossexualidade não pode ser vista como desvio*, 1999)

Segundo o Jornal do CRP de São Paulo (CRP São Paulo, 1999), essa resolução veio em resposta à mobilização de entidades representativas dos homossexuais que exigiam um posicionamento do CFP quanto à atuação dos profissionais de psicologia em relação à homossexualidade.

Essas entidades reagiam contra o tratamento dado à homossexualidade durante o 3º Encontro Cristão sobre Homossexualidade, em 1998, que reuniu os chamados psicólogos e psiquiatras cristãos. Durante esse evento, a homossexualidade foi tratada como “crise de identidade sexual” e os psicólogos e psiquiatras debateram formas de “ajudar” essas pessoas em “*crise*”.

Segundo a resolução do CFP, a homossexualidade “não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, como já reconhecido pela própria Organização Mundial de Saúde no início da década. (CRP São Paulo, 1999)

Sobre a homossexualidade, a resolução do CFP considera:

*“que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;
(...) que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;
(...) que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente”* (CFP, “Resolução 01/99”, 1999)

E, considerando que o psicólogo “pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações”, o CFP resolve que os “psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” (CFP, “Resolução 01/99”, 1999).

Segundo esta resolução, é considerada preconceituosa a referência aos homossexuais como portadores de qualquer tipo de desordem psíquica.

Contudo, como o jornal destaca, as posições quanto à homossexualidade divergem dentro da própria categoria. O jornal traz a opinião de vários psicólogos.

A psicóloga Yara Sayão, então integrante da ONG Grupo de Trabalho e

Pesquisa em Orientação Sexual de São Paulo, destaca que o problema do tratamento da questão não é somente o da *atração sexual*, mas também o dos rígidos padrões que estruturam e fornecem *estereótipos sociais* desde a infância – prescrevendo rígidos papéis de gênero. A simples identificação de comportamentos que não estejam de acordo com essas prescrições em meninos ou meninas torna-se motivo para associá-los à homossexualidade.

Quanto às conseqüências da Resolução, a psicóloga considera que, sendo uma determinação do órgão superior da categoria, ela pode favorecer a reflexão dos mais intolerantes ou ao menos inibi-los: “Quem se sentia completamente à vontade para exercer seu preconceito, agora vai perceber que está por conta própria” (CRP São Paulo, 1999).

O professor José Leon Crochík considera que a discussão da questão da homossexualidade na psicologia precisa continuar, pois

“o problema de se considerar ou não o homossexualismo doença pode ter respaldo em algumas teorias. Temos teorias na psicologia para as quais o homossexualismo não é um desenvolvimento normal. A Resolução pode levar a que psicólogos não explicitem os seus preconceitos mas, quando atenderem no consultório pacientes com dados homossexuais, vão tratá-los como doentes. Tenho a impressão de que muitos deles não tomam essa Resolução de forma tranqüila” (CRP São Paulo, 1999).

Os Impactos da Aids

Nos primeiros tempos após a identificação da Aids no Brasil, Zanatta (1998) destaca o desencadeamento de um “*assédio moralizante*” relacionado à doença na sociedade brasileira.

“Uma suspeita que o tempo se encarregou de infundar, mas que apareceu como a explicação providencial: homossexuais masculinos, profissionais do sexo e usuários de drogas são gente diferente, de motivos e hábitos desconhecidos e incompreensíveis para a grande maioria das pessoas; só poderiam ser eles, as vítimas perfeitas da imunodeficiência que atinge o seu organismo vulnerável, misto de ‘conseqüência, punição e extirpação social do seu comportamento transgressor’” (Cherquer²⁸, 1999)

²⁸ Pedro Cherquer, Coordenador Nacional de DST e Aids. Ministério da Saúde. 1999.

Segundo Trevisan (1986), quase todos os dias apareciam na imprensa “mensagens implicitamente recriminatórias, quando não francamente repressivas” (p. 258). O alvo eram os homossexuais; a doença, a “peste gay”.

“A comunidade homossexual voltou a ser o centro da questão – não o vírus, mas os homossexuais. Instalou-se uma espécie de caça às bruxas: ‘peste rosa’, ‘peste gay’, ‘câncer gay’, entre outras, eram as referências – apelidos jocosos ao que se considerou ‘o mal dos anos 80’.” (Zanatta, 1998)

Quem aparece no centro da questão e se torna foco causal no momento é a figura do homossexual – sua *natureza, sua perversão, sua promiscuidade, sua anormalidade*. Uma “cruzada de moralização” alastra-se. Reações da igreja, de parte da imprensa, de médicos e sexólogos alertam para os “perigos” da homossexualidade.

Algumas das concepções circulantes relacionando homossexualidade e Aids, no início dos anos 80, são encontradas em Trevisan (1986). Entre posições médicas, psicológicas, científicas, religiosas, jornalísticas, discursos cotidianos, “populares” fala-se da “peste guei”: “uma doença de autodestruição” (médico naturalista); resultado de “uma deformação, de uma perversão” (sexólogo); homossexuais, sem distinção, portadores de imunodeficiência precoce (tese de doutorado); a vingança da natureza violentada, caindo “como um raio” na humanidade (cardeal); que “os homossexuais, essas lésbicas, esses pederastas sejam isolados, alijados (...) Como anormais que são. (...) Eles tão no governo, aqui, ali, em toda parte. São um perigo à saúde pública” (radialista); uma solução, a “erradicação dos elementos que podem transmitir a ‘peste guei’” (Jornal A Tarde, conforme citado por Trevisan, 1986).

Segundo Cherquer (1999),

“todos se alvoroçam por fazer cumprir os seus desejos mais sinceros de acomodação e manutenção da velha ordem, contra os pervertidos importunos: a condenação de todos à morte pelo HIV. Caminho ao Juízo Final que se aproxima e que nos livrará dos nossos males eternos. Cultura e misticismo, incredulidade e ignorância, preconceito e intolerância marcam o início da aids no Brasil.”

Enquanto a imprensa especula sobre o “câncer ou peste guei”, há “pânico no gueto” (Trevisan, 1986, p. 250). Pontos de encontro de homossexuais, bares e outros

estabelecimentos perdem freguesia, fecham e mudam de ramo.

A repercussão da Aids junto aos homossexuais brasileiros é considerada “particularmente intensa” por Trevisan (1986). O cotidiano dos homossexuais é afetado, um medo generalizado se espalha. O “amor desviante” torna-se território da morte: “o corpo que me atrai e me dá prazer é o mesmo que me contagia, me adocece, me mata” (Trevisan, 1986, p. 267).

Fala-se antes de “aids”, como forma social, do que da Aids, como entidade clínica – “Não é a morte. Nem a doença AIDS. É a aids” (Daniel, 1992, p. 13²⁹). Homossexualidade e aids, nesse tempo, se entrelaçam:

“a metáfora – tantas vezes empregada nas entrelinhas – de que a homossexualidade pega, agora quase deixou de ser metáfora. Pegar Aids significa, a nível social, a denúncia do contato mantido com o desvio. (...) Beneficiando-se da metáfora socialmente imposta, a homossexualidade tende a tornar-se uma realidade social não mais invisível: agora, o desvio de certo modo vinga-se” (Trevisan, 1986, p. 269-70).

Ao falar de Aids, a imprensa teve que falar da “sexualidade desviante” – às vezes em detalhes (Trevisan, 1986, p. 270). Na avaliação do autor, até esse momento, “nunca se discutiu tanto a realidade homossexual” (p. 270).

Trevisan (1986) aponta mudanças ocorridas no tratamento da questão da homossexualidade com o evento da Aids no Brasil. Do que se destaca o rápido efeito de *visibilização* do “homossexual” e do “seu desejo” na sociedade – segundo o autor, aquilo que o movimento homossexual não conseguiria “em décadas”:

– o homossexual não é o “outro” – não é um “continente à parte”, está próximo de qualquer um e pode mesmo estar “dentro de cada um de nós”, como virtualidade (p. 269);

– o desejo “revelado” – “já não se pode esconder o desejo: ele está lá, sendo identificado e denunciado por intermédio da doença; o “desejo homossexual” ficou mais presente, palpável, evidente (p. 269);

²⁹ “Aqui escrevi *aids*, toda a palavra em minúscula. É como me refiro às complexas construções da epidemia, para diferenciar da ‘AIDS’, uma doença caracterizada pela infecção pelo HIV associada a infecções oportunistas mais ou menos graves. Acontece que foi lançado, há mais ou menos uma década, um movimento perpétuo, com força própria, movido a estatísticas, adjetivos seguros, ‘aidéticos’, ‘promíscuos’, ‘terminais’, e análises frias e tabus quantíssimos. Esse movimento gera seus frutos como uma enorme semente totipotente.” (Daniel, 1992, p. 5-6)

– fragilização das “fronteiras” – “As fronteiras tão cuidadosamente demarcadas pela sociedade “sadia” tendem a se tornar mais borradas: quem é homossexual, quem não é?” (p. 271);

– ou, mais simplesmente, “tende-se a falar da homossexualidade como um dado a mais na vida brasileira” (p. 270).

Enfraquecido internamente por suas divergências, surpreendido pelo advento da Aids, o movimento homossexual organizado enfrentava um período de desarticulação, de retração em suas atividades no início da década de 80. Porém, como destaca Zanatta (1998), ele não desaparece. Atividades não menos importantes e uma militância significativa dão-se mais em níveis locais e específicos. Zanatta (1998) destaca, nesse período, as atividades do Grupo Gay da Bahia e do grupo Triângulo Rosa/RJ.

O Grupo Gay da Bahia (fundado em 1980 e ainda em atividade) começava a se tornar um dos destaques locais e nacionais da militância homossexual. O grupo Triângulo Rosa/RJ, em atividade de 1985 a 1988, destacou-se entre os demais por dedicar-se ao aspecto jurídico da orientação sexual. Defendiam a necessidade de alterar o texto constitucional sobre os direitos fundamentais da pessoa, em respeito à *livre orientação sexual*. Buscavam esclarecer parlamentares e opinião pública. (Zanatta, 1998)

Militantes remanescentes do Movimento Homossexual buscam formas de atuação nesse primeiro momento, como a distribuição de panfletos no gueto, em saunas e boates (Trevisan, 1986).

O final dos anos 80, início dos 90, assiste a uma reanimação do movimento organizado; nesse novo momento, os grupos homossexuais voltam-se primordialmente para a luta contra a AIDS: trabalho de apoio e de solidariedade às vítimas da AIDS, campanhas de esclarecimento e divulgação. Seus trabalhos nesse campo já não se restringem a uma população homossexual.

Trevisan (1986), destaca, à época, a mudança percebida na configuração dos grupos em torno das questões da homossexualidade. Diferentemente das reuniões do movimento homossexual de até então, nos novos grupos de prevenção e combate à Aids, as discussões sobre homossexualidade alcançam um grande número de pessoas agregadas de forma independente de suas “opções sexuais”:

“Nas reuniões do GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids), de São Paulo, mesclam-se todos os tipos de pessoas, sem necessidade de ostentar “carteirinhas” de opção sexual; para discutir um problema primordialmente relacionado com a vida homossexual, juntam-se tanto os homossexuais interessados quanto familiares das vítimas, voluntários, gente à procura de informação, etc. O movimento homossexual brasileiro, mesmo no seu auge, só raramente conseguiu reunir 150 pessoas para discussão, como agora acontece com tanta frequência no GAPA.” (Trevisan, 1986, p. 271)

Antigos e novos grupos homossexuais passam a articular-se com governos locais e com organizações não-governamentais (ONGs/AIDS) na prevenção e combate a essa epidemia. (Mott, 1998)

Entre os princípios que passam a nortear o trabalho das organizações não governamentais envolvidas no combate à Aids, ao lado da defesa dos direitos humanos e da cidadania, a *liberdade de expressão sexual* ganha destaque. (X ENONG, 1999)

Com a repercussão da Aids no Brasil ocorre uma maior abertura da mídia para as questões da sexualidade e, em especial, da homossexualidade. Surgem também os boletins de grupos que trabalham com a prevenção e combate à Aids – como o *Boletim Abia*, da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, o *Boletim Pela Vida*, do Grupo Pela Vida, e o *Voz Positiva* (ONG Gestos) – e publicações de cunho cultural e de lazer, como *Nós por Exemplo*, com o encarte *Agaivê Hoje*, do Grupo Noss, e *Grito de Alerta*. (Lima, 2001)

O Grupo Gay da Bahia afirma sua posição em relação aos rumos do movimento homossexual no Brasil, em boletim disponível atualmente em seu site na internet:

“‘A causa homossexual em primeiro lugar!’. Este deve ser o fundamento e a razão de todo o grupo gay ou de lésbicas. Infelizmente, em mais de uma década de existência, o movimento homossexual brasileiro passou por várias crises, diversos grupos desapareceram, e todos os militantes juntos não passam de 300 pessoas. (...) Outra coisa: saibamos descobrir nossos verdadeiros aliados nesta construção por uma sociedade mais livre, justa, alegre e igualitária. O trabalho solidário e intercâmbio com outros grupos oprimidos – mulheres, negros, índios, pobres, assim como as ONG’s/AIDS e com o movimento ecológico – tem produzido ótimos resultados, pois o povo oprimido unido jamais será vencido! ‘entre nesta luta! Seja você também fundador de um grupo gay!’” (GGB, Como organizar um grupo de gays, travestis ou transexuais, 2002)

4.2. A (HOMOS)SEXUALIDADE NOS ANOS 90 – diversidade e estratégias de visibilidade

Considerando a história de um movimento de afirmação homossexual no Brasil, cujo surgimento como movimento organizado data do fim da década de 70, alguns aspectos diferenciados se destacam entre a situação nas décadas de 70 e 80, e após os primeiros impactos da Aids, e uma certa configuração dos espaços e das formas tomadas por discursos e atividades ligadas à homossexualidade, notadamente durante a década de 90 e até a atualidade.

Há atualmente uma grande variedade de entidades, instituições, organizações que poderiam compor, de forma heterogênea, um “movimento homossexual brasileiro”. Assim também parece haver inúmeras frentes de trabalho, de reivindicações, interesses e metas que impedem pensá-lo como unidade ou totalidade coesa.

Fala-se em movimento homossexual aqui como uma dada forma organizada – por grupos e sua entidade representativa nacional – e, mais genericamente, de forma a acentuar ou destacar movimentos mesmos, políticos, em práticas e discursos que compõem ou se dirigem à “questão homossexual”. Não se refere nesse caso a uma organização ou a uma política definida, coerente, mas sim a determinadas dinâmicas que se instauram, compondo um campo político-social e discursivo da homossexualidade. Movimentos que territorializam, marcando espaços da homossexualidade.

Segundo publicação do Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual, do Rio Grande do Sul, o movimento homossexual organizado contaria atualmente com mais de 60 grupos no país, representados pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Apesar de sua estrutura, o movimento seria pouco politizado, não havendo discussões sobre pontos de convergência que integrassem politicamente os grupos. Os homossexuais ficariam, assim, por incapacidade ou falta de interesse da organização do movimento, voltados sobre si mesmos, e a questão homossexual apareceria descolada de outras questões sociais em todos os níveis. (Golin, 2002)

A associação Pró-Conceito (2002) aponta divergências entre gays e lésbicas: os “diversos grupos e vertentes que representam os gays e as lésbicas e lutam por seus direitos (...) atuam em áreas distintas e se dedicam a causas distintas, não raro

divergindo entre si”.

Proliferaram entidades que envolvem-se com a questão da homossexualidade de diferentes formas e em diversas frentes: desde os meados dos anos 80 as ONGs de combate à Aids e apoio aos soropositivos; a partir dos anos 90, organizações como a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) e grupos homossexuais de setores específicos, como o *gaylawyers*³⁰, a Associação Brasileira de Empresários GLS do Brasil (fundada em 2001) e o Centro Acadêmico de Estudos do Homoerotismo da USP (CAEHUSP), além de grupos étnicos e religiosos e inúmeros outros grupos, entre eles os formados na rede mundial de computadores, convivendo atualmente com já tradicionais grupos homossexuais, como o Grupo Gay da Bahia, fundado em 1980. Existem hoje diversas organizações, ONGs e serviços envolvidos na defesa dos direitos dos homossexuais.

Atualmente, entidades e eventos ligados de alguma forma à homossexualidade utilizam denominações como GLBT, GLBTT ou GLS, especificando e integrando gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e simpatizantes. A "diversidade sexual" tem nome, rosto, é especificada, num momento que "convida" às apresentações de cada forma, à sua visibilidade. Em mobilizações públicas em torno do Dia do Orgulho Gay, em espaços na imprensa e na internet, entre outros, ganha destaque a presença e defesa das possibilidades contidas nessa “diversidade sexual” afirmada.

Visibilidade é talvez o termo que mais fortemente tem atravessado os discursos sobre a homossexualidade nos últimos tempos. Eventos como as Paradas do Orgulho Gay destacam-se como atividades de mobilização de massa, levando às ruas milhares de pessoas e obtendo com isso uma grande repercussão na imprensa nacional todos os anos. Nesse movimento pela visibilização, “*sair do armário*” é um convite e uma palavra de ordem no atual movimento homossexual.

O Orgulho Gay aparece associado a uma imagem do homossexual tornada possível em diferenciação com a de um passado recente. A visibilidade, o gay assumido, positivo, a celebração da diversidade e do orgulho nas paradas, marca também um novo momento, uma possibilidade diferenciada no movimento homossexual brasileiro:

³⁰ Grupo formado por profissionais do direito, homens e mulheres homossexuais, voltados para o tratamento jurídico da homossexualidade. O grupo também divulga seus trabalhos na internet.

"Acredito que estamos num momento muito privilegiado de nossa história e, é claro, isso se deve a muito outros que nos antecederam. O movimento homossexual brasileiro tem mais de 20 anos. (...) São tantas coisas... é claro que muitas coisas ruins ainda acontecem. E acontecem porque exercemos pouco nossa visibilidade. Visibilidade é a palavra da vez, pois com ela deixamos de ser vulneráveis e nos tornamos cidadãos de primeira, sem a necessidade de viver à margem. Muitas coisas no comportamento das pessoas está mudando também. Estamos presentes em todos os lugares, em todas as profissões sem ter que ficar provando que somos melhores por sermos homossexuais. Isso é um estigma do passado que perseguiu a gente durante muito tempo. Temos uma nova safra, se é que se possa dizer assim, de gays assumidos e com posturas positivas, saindo daquela vitimização que era recorrente anos atrás." (Beto de Jesus – Alencar, *A associação – entrevista com o presidente*, 2002)

A valorização do homossexual, que aparece como um “resgate” de uma condição de marginalização, discriminação, segregação e “invisibilidade” social é a grande luta que vem sendo travada: alcançar para os homossexuais o reconhecimento social da legitimidade do exercício de sua sexualidade, inscrevendo esse livre exercício das expressões da (homos)sexualidade nos domínios dos direitos humanos e civis.

O cenário onde se localiza(m) essa(s) figura(s), nesse dia, é a rua, os espaços da cidadania; a(s) figura(s), o homossexual “assumido”, “público” e todas as “caras” afirmadas da diversidade. A “comunidade” é GLBT – gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros. A luta de afirmação, a política identitária, parece celebrar seus triunfos. A homossexualidade se constrói, se afirma, se define e se particulariza cada vez mais em seu próprio campo – falando-se agora em homossexualidades. As posições possíveis se multiplicam, pluralizam-se, e se oferecem amplamente discursos e práticas de apoio ao processo de identificação e aceitação da homossexualidade, como parte do processo de construção de uma identidade homossexual.

A política e o discurso da valorização homossexual conclamam à *saída "do armário"* e ao tratamento “correto” da homossexualidade pela mídia – o Grupo Pró-Conceito, de gays e lésbicas, criado recentemente, propõe-se a monitorar a mídia, cadastrando voluntários na internet, e oferecer orientação aos seus profissionais quanto ao tema (Pró-Conceito, 2002a). A política do movimento visa dar maior visibilidade à "comunidade" homossexual, levando o homossexual afirmado a mostrar sua “força” e presença em todos os espaços sociais.

“a questão da visibilidade, que é crucial para nós hoje. A parada é

fundamental para isso. Escrevi uma materiazinha agora na G Magazine dizendo que equivale provavelmente a uns cinco anos de terapia um adolescente comparecer numa parada dessas, do ponto de vista de auto-imagem e de auto-estima. Porque você encontra ali uma diversidade chocante, acaba com todos os estereótipos, você tem de tudo ali_e uma alegria muito grande. E por quê? Porque está todo mundo feliz com essa oportunidade ímpar de viver a visibilidade, inclusive a visibilidade social. Quer dizer, quando um pastor protestante lá em Brasília, eleito em nome de toda a moralidade, resolver falar que a homossexualidade é uma abominação dos céus, ele vai ter de pensar melhor e ver que tem 120.000 abominados desfilando pela avenida Paulista.” (Trevisan, 2000)

Oferece-se uma imagem valorizada do homossexual, amparada na força política que sua “comunidade” unida possa ter, em todos os aspectos da vida pública.

Público, Cultura e Mercado

“Se quisermos, enquanto homossexuais ou não, encarar o nosso paraíso interior, aquele estado da individuação junguiana, vamos ter de nos confrontar com a questão do mercado. Nós todos nos tornamos um dente na roda do mercado. Por que é que está pegando em todo o mundo a questão dos direitos homossexuais? Porque descobriram que somos grandes consumidores. Só que acho importantíssimo usar isso e na hora H dar uma bruta banana: ‘Somos consumidores do nosso desejo, não do desejo que vocês querem nos impor’.” (Trevisan, 2000 – grifos meus)

Destacam-se algumas modificações significativas tanto no alcance das discussões quanto na exposição dos temas e eventos que congregam indivíduos e grupos em torno da homossexualidade, além do reconhecimento em diferentes instâncias das particularidades de diferentes *orientações sexuais*. Mudanças destacadas pelo movimento homossexual são, em geral, da ordem do tratamento dado à homossexualidade pela medicina e psicologia, não mais considerada oficialmente como doença, desvio ou transtorno psíquico, e as da ordem dos direitos civis, com suas *batalhas* em andamento – tais como a em torno do Projeto de Parceria Civil Registrada (PCR), que se desenrola desde 1995 no Congresso³¹. Mas, mais particularmente, chama atenção a emergência do chamado “mercado gay ou gls”, com o reconhecimento do

³¹ “projeto de lei da ex-deputada Marta Suplicy (PT/SP, atual prefeita da cidade de São Paulo) que reconhece a união civil de homossexuais e que tramita no Congresso Nacional desde 1996. Ainda não foi votado até hoje e sofre vigorosa oposição da bancada cristã.” (CARVALHO, 2002, p. 9)

“poder de consumo” dessa parcela da população pelo mercado.

Fala-se da emergência de uma nova “cultura gay” e de um movimento de visibilidade coletiva no cenário urbano entre a década de 1990 e a atualidade. Nesse cenário, destacam-se as Paradas do Orgulho Gay em nível mundial, a proliferação de diferentes espaços como sites, chats e listas de discussão na internet, os estudos no espaço acadêmico sobre as múltiplas identidades relacionadas à sexualidade e o conceito GLS, que veio a integrar a gays e lésbicas os chamados *simpatizantes*. (Nussbaumer, 2001a)

"não há dúvida de que exista um discurso sobre cena gay, movimento homossexual brasileiro, conscientização da homossexualidade, cidadania gay, militância homossexual (...) um campo semântico por onde deslizam os possíveis sentidos do "ser homossexual no Brasil", uma construção lingüística que visa configurar uma subjetividade homossexual valorativamente positiva, aceita despatologizada, despreconceitualizada, instituída através da conscientização dos indivíduos e da sociedade." (Nascimento, 1996, p. 50)

Lima (2001) destaca o “boom mercadológico” em que se transformou a chamada “cultura gay”, no final do século XX, com a emergência e difusão no Brasil do chamado mercado econômico voltado para o público gay ou GLS. Essa parcela do mercado, considerada de maior poder aquisitivo que os heterossexuais nas mesmas circunstâncias, são “portadores” do chamado “dinheiro cor-de-rosa”. A expressão americana “dink” sintetiza essa diferenciação dos casais homossexuais: *double income, not kids*, ou seja, duas fontes de renda e nenhuma criança.

Se a chamada “cultura gay” vem sendo crescentemente incorporada ao cotidiano da sociedade contemporânea, como propõe Nussbaumer (2001a), a questão econômica pode estar se destacando como um fator importante para conferir essa maior *visibilidade* aos homossexuais, como considera Lima (2001).

"se pensarmos a crescente visibilidade da homossexualidade na mídia como um processo, temos que considerar a multideterminação destes fenômenos, nesse sentido é possível avaliar esses acontecimentos também sobre o prisma econômico, considerando as vantagens e desvantagens que se produzem quando um grupo social se apresenta como sendo um grupo consumidor e influente na economia de um país." (Nascimento, 1996, p. 46)

Amplia-se o tratamento de questões relacionadas à homossexualidade na

grande imprensa – “[a] grande imprensa (...) ampliou em quantidade e qualidade a cobertura do universo gay” (Capó, 2000). A chamada “imprensa gay”, amplia os seus e conquista novos espaços.

“Desde meados da década de 90, quando passamos a ocupar mais espaço na mídia, seja como colunistas na grande imprensa, editores de publicações dirigidas ou personagens de reportagens nas revistas semanais, estivemos preocupados em discutir a forma como a homossexualidade é abordada pela imprensa, relegando a um segundo plano a maneira como nos articulamos nesse mesmo cenário.” (Capó, 2000)

A caracterização de uma imprensa gay vai deixando de se restringir a publicações específicas, na medida em que vai sendo marcada por trabalhos/figuras individuais em variados veículos e espaços. Capó, em 2000, refere-se à imprensa gay como “profissionais homossexuais atuando nos grandes veículos de comunicação ou aqueles que trabalham diretamente com o chamado público GLS” (Capó, 2000).

Ao mesmo tempo, observa-se a “descoberta” do público gay como um novo e promissor *mercado econômico*.

Em 1994, o jornal Folha de S. Paulo, lança uma campanha publicitária institucional na televisão tratando dos considerados “*temas tabus*”. O primeiro tema da campanha é o homossexualismo, mostrando uma situação envolvendo um casal homossexual masculino. Não são usados termos de identificação, ficando a relação do casal sugerida pela situação. Um dos rapazes apresenta o outro aos pais que, mesmo com alguma hesitação do pai, cumprimentam o rapaz. Em “off”, o locutor diz: “No mundo que está mudando tanto, não dá para não ler a Folha”, seguido de uma legenda: “Leia e entenda seu mundo – Folha”.

“Este tipo de anúncio é pioneiro nos meios de comunicação. ‘Queremos mostrar que a Folha é um jornal sem preconceitos. Somos contra qualquer tipo de discriminação’ (...) o anúncio deve gerar polêmica. ‘Não mostramos nada de anormal ou ilegal. Retratamos comportamentos cada vez mais freqüentes na sociedade’” (Homossexualismo sem preconceito é tema de campanha da Folha, Folha de S. Paulo, 1994, p. 2-5)

Considerado “audacioso”, o anúncio gera reações contrárias, mas é apontado como parte de um caminho de aceitação da homossexualidade na sociedade, a partir de uma posição de *consumidor*:

“Propagandas como a da Folha mostram que os homossexuais estão sendo vistos como consumidores (...) Propagandas como essa mostram que o homossexual já está sendo contemplado como consumidor e sua vida e condição podem ser expostas, assumidas e aceitas. Entretanto, a reação de uma parcela da população é violenta, como demonstram algumas das cartas indignadas enviadas ao Painel do Leitor da Folha. A importância de tal anúncio é grande, pois atitudes como esta é que tornarão a homossexualidade mais aceita socialmente.” (Suplicy, 1994)

Na oportunidade da 17ª Conferência da ILGA (International Lesbian & Gay Association), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1995, o mesmo jornal publica matéria enfocando o potencial econômico representado pelos “gays”, em detrimento das questões discutidas no encontro:

“Se o encontro internacional de gays e lésbicas, que está ocorrendo no Rio, vai chamar a atenção para as questões relativas à cidadania e aos direitos civis – objetivo maior do evento –, pelo menos terá demonstrado uma realidade: gay é um bom negócio.

Nos Estados Unidos e na Europa já se sabe disso há muito tempo. (...) No Brasil, agora particularmente no Rio, (...) Veja-se a movimentação no razoavelmente vasto circuito do ramo nestes dias de encontro internacional. (...) O empresário da principal boate gay do Rio (...) tem ganhado tanto dinheiro que vai comprar um hotel (...) para dedicá-lo preferencialmente ao público gay. Preconceitos à parte, um bom negócio.” (Caversan, “Negócios à parte”, 1995, p. 1-2)

É cada vez mais claro que **“Gay é um bom negócio”**.

Mercado Editorial – a homossexualidade nas bancas

A revista *Sui Generis* é apontada como a primeira publicação dirigida ao público homossexual com circulação nacional e “anunciantes de peso”; “a primeira revista de cultura gay que pode ser encontrada nas bancas como qualquer outra que não é pornoerótica” (Nascimento, 1996, p. 48). Lançada como um projeto “caseiro” e de circulação restrita, em 1994, e já ampliado em 1995, a revista *Sui Generis* obteve uma grande repercussão, sendo a marca de uma mudança no mercado editorial voltado para o público homossexual.

Seu número zero foi assim anunciado na Folha de S. Paulo: “Atenção, povo:

o gueto acabou!”.

“Tem música, cinema, moda e muito bas-fond. Com fotos coloridas e textos do bem. Uma coisa no eixo Ipanema-Jardins para o mundo! "Falamos de cultura gay de maneira vibrante", diz Nelson Feitosa, o editor. Renato Russo entrevista Cássia Eller, Erika Palomino fala da atitude gay 90's e Walter Rodrigues revela seu top five dance predileto. Quer mais? Diz que o número um estará nas bancas em janeiro, mas já pode adquirir assinatura. O gueto acabou, querida!” (Jackson A, 1994)

Diferenciando-se num mercado quase que exclusivamente voltado para o erotismo e a pornografia, a publicação escapou ao chamado “gueto” de publicações eróticas. Diferenciando-se também em termos de aceitação: as revistas eróticas sofreriam um “preconceito generalizado”. (Monteiro, 2000)

Segundo seu editor, Nelson Feitosa, a revista Sui Generis ocuparia um espaço ainda não explorado na mídia brasileira: do gay apenas “lembrado quando é assassinado ou quando é estereotipado” (Noronha, 1994, p. 3) ela mostraria o homossexual como um *público consumidor* em potencial:

“O editor Nelson Feitosa diz que a ‘Suigeneris’ pode ocupar um espaço ainda não explorado pela mídia brasileira. ‘O gay só é lembrado quando é assassinado ou quando é estereotipado em novelas’, afirma. Feitosa disse que a ‘Suigeneris’ não terá apenas reportagens sobre a causa homossexual. Será ‘uma revista de entretenimento’. Ele pretende mostrar que o público homossexual é um consumidor em potencial esquecido pela mídia. ‘O publicitário terá que criar campanhas direcionadas’.” (Noronha, 1994, p. 3)

O lançamento nacional da revista, contemporânea ao conceito GLS, está associado à passagem de um mercado restrito ao erótico para um mercado mais amplo, com uma “fórmula” que enfatiza os temas cultura, comportamento e moda (Monteiro, 2000). Assim, a revista torna-se, segundo Lima (2001), um “modelo” no mercado editorial, abrindo espaço para outras publicações do gênero.

Descoberto o *filão* pela grande imprensa, novas publicações começam a aparecer no mercado e alguns jornais começam a dedicar ao menos uma página semanal ao público gay ou GLS (Lima, 2001). A segmentação no mercado editorial incorpora os chamados grupos “emergentes” no mercado e especifica seus espaços:

“A publicação de uma coluna ‘Black’ na ‘Revista da Folha’ não é uma imitação barata do politicamente correto, concedida aos pobrezinhos dos negros: ela corresponde à emergência no cenário urbano brasileiro (ao menos de São Paulo e Rio) de um grupo negro de classe média cujos lazer, produção e consumo culturais não se circunscrevem às formas folclóricas ou concedidas pela cultura branca nacional aos negros pobres: samba e cachaça. A coluna dá visibilidade a este grupo e, evidentemente, atende ao propósito da publicação de recrudescer sua presença junto a segmentos e mercados emergentes –o mesmo vale para as colunas ‘Gay’, ‘Crianças’, ‘Dance’ etc.” (Gonçalves, 1994)

A inserção de uma *coluna para heterossexuais masculinos*, entre outras colunas para públicos específicos já existentes, vira “notícia”:

“As colunas Black (para negros) e GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), que estavam no roteiro da revista, serão editadas agora em uma mesma página e terão nova ‘concorrente’: a seção Macho, voltada para o público masculino heterossexual.” (Revista do Folha cria coluna para homem, Folha de S. Paulo, 1997)

A coluna GLS, da Revista da Folha anunciou, em 1997, as *‘Novidades nas bancas’*, comentando a segmentação do mercado:

“No começo do ano (...) apenas dois títulos mereciam algum destaque no então árido cenário de publicações destinadas aos homo locais. Nesse meio tempo, algo mudou, e novas opções não param de surgir. O mais interessante nesse fenômeno é que essas publicações não são concorrentes diretas e atendem a públicos específicos cada vez mais identificáveis dentro da imensa e heterogênea comunidade GLS.” (Fischer, 1997b, p. 77)

Acompanhando a segmentação cada vez maior do mercado, os responsáveis pela Sui Generis lançam, ao seu lado, a revista Homens, visando um outro público (Lima, 2001), como anunciado pela coluna GLS da Revista da Folha: “A pioneira Sui Generis vai chegando firme e forte ao terceiro ano com uma segunda publicação, a Homens, na qual deixa seu lado fino e aposta pesado nos peladões” (Fischer, 1997b, p. 77).

Com a revista Homens, a editora poderia ter uma abordagem diferenciada da assumida pela Sui Generis, atingindo um público que consumia outras publicações, especialmente as que apresentavam nus masculinos – como *G Magazine*, *Gold* e *Íntima*, voltadas para o público gay e feminino (Lima, 2001). Outras revistas para o público

homossexual, em 1997: *Front* – revista politizada, com artigos sobre questões de interesse da *comunidade* –, *Hot Men* – acompanhada de fita de vídeo pornográfico –, além de Ok e Babado (Fischer, 1997b).

Monteiro (2000) apresenta um estudo do diferencial entre as duas revistas da mesma editora, abordando *as representações divergentes de “gays”*, nas revistas Sui Generis e Homens, em 1999.

A revista Sui Generis assumiria uma militância voltada à construção positiva da auto-estima de seu público, defendendo a necessidade do “assumir-se gay”, de “sair do armário” e apelando para *uma comunidade gay, unificada pelo desejo homoerótico*: “o texto fala a seu público diretamente como a uma comunidade – ‘nossos problemas’, ‘nosso retrato’” (Monteiro, 2000).

A militância da Sui Generis se configuraria como uma “militância de mercado”, associando o trabalho de valorização de seu público a um certo *estilo de vida* – representado e *vendido* pela revista, através de produtos associados a esse estilo. Vale pontuar que essa associação entre militância homossexual e mercado evidencia-se também, nesse período, em outras frentes, como na associação entre grupos e movimentos de prevenção à Aids e o mercado da moda no Brasil. O engajamento em mobilizações sociais passando pelo mercado e pelos chamados *estilos de vida* é uma questão reconhecida neste universo.

“Ainda como um marco da celebração dos 10 anos do Gapa/Ba e como forma de captar recursos locais, a entidade identificou uma fatia de mercado interessado em seu projeto social, tendo como principais características serem jovens, com bom poder aquisitivo, progressistas e formadores de opinião. Surgi dai [sic] então, a idéia de se aliar aos empresários do mundo da moda e lançar a Safe Shop (...) uma loja onde as pessoas de estilo moderno, turistas e ‘locais’, encontrarão produtos de qualidade, identificados com seus estilos de vida.” (Gapa-BA, Boletim n. 30, 1999)

Para Monteiro (2000), o que a Sui Generis oferecia se aproximaria das categorias homo e heterossexual como formas estanques, tal como constituídas pelo movimento homossexual, em especial pelo modelo norte-americano. Essas categorias forneceriam fronteiras bem demarcadas, onde os desejos, de cada ‘tipo’, nunca se encontram. As categorias “gay” e “homossexual”, privilegiadas nesse modelo, teriam um caráter genérico e igualitário, defendendo a homogeneização de um “desejo

homossexual”.

Nesta concepção, relações homossexuais clandestinas por pessoas que se “assumem” publicamente como heterossexuais, seriam sintomas reveladores de uma “homossexualidade latente”, tal como pode-se ver neste trecho:

“outros que, na calada da noite, procuram a companhia de travestis e michês. As mulheres também não ficam atrás e enganam seus maridos com outras parceiras. Sui Generis investigou as motivações destas aventuras extraconjugais que, segundo os especialistas, na maioria das vezes, escamoteia uma homossexualidade latente.” (Sui Generis, n. 33³², conforme citado por Monteiro, 2000)

Diferentemente do ponto de vista anterior, a revista Homens realizaria uma fragmentação dessa experiência homossexual unificada. A revista apresenta uma *variedade de personagens* que se configuram *em torno de práticas sexuais*, não existindo uma divisão clara entre homo e heterossexuais. Segundo Monteiro (2000), o desejo é ali tratado de forma “mais fluida”. (Monteiro, 2000)

A revista Homens ofereceria, em termos de identificação a partir das práticas sexuais, tipificações de posturas como ativo e passivo, aproximando-se de um modelo considerado “mais popular” no Brasil – o “modelo hierárquico”. (Monteiro, 2000)

Essas revistas contraporiam duas posições: de um lado, uma homogeneização do público homossexual através de *uma identidade homossexual/gay* associada a um estilo de vida e de consumo – tendo por base de unificação o “desejo homoerótico” – e, de outro, as práticas sexuais delimitando *personagens sexuais múltiplos* – uma “fluidez” do desejo, não especialmente marcada pelas divisões homo e hetero, atravessado pelo tema da dominação e da hierarquia, que destacaria tipos “mais” ou “menos” machos. As categorias que surgem a partir deste último modelo são as de “bofe” e “bicha”, como mais ou menos “machos”, entre os homens, tendo seus equivalentes entre as mulheres (“fanchonas” e “ladies”, entre outros) (Monteiro, 2000). Este modelo coloca em funcionamento a associação entre ativo/macho, passivo/fêmea, ou entre atividade/masculinidade e passividade/feminilidade.

As duas revistas exemplificariam os modelos “igualitário” e “hierárquico” –

³² Revista Sui Generis, n. 33, p. 28.

já tratados em trabalhos de MacRae (1990) e Fry (1982).

Monteiro (2000) problematiza estes modelos, em especial quanto à alegação de uma suposta “evolução” entre eles, onde o modelo hierárquico seria substituído, superado pelo modelo igualitário, “como decorrência natural da evolução da sociedade”, donde o último aparece como “necessariamente melhor” simplesmente por ser “igualitário” e levando a uma desqualificação de outras práticas sexuais, associadas a “classes menos privilegiadas” e a uma “cultura inferior”.

Em entrevista nesse período, Green (1999) comenta os dois modelos, declarando que o modelo hierárquico começou a ser mais efetivamente quebrado no Brasil a partir dos anos 50, na medida em que homens que se relacionavam sexualmente com outros homens começaram a se identificar como “*entendidos*”, “*gays*” ou “*homossexuais*”. Segundo esse autor, o termo homossexual foi introduzido no Brasil em 1895. Em 1870, no Rio, eram conhecidos como “*frescos*” ou “*putos*” os homens que tinham ou desejavam ter sexo com outros homens. Segundo Green (1999), esses mesmos homens se consideravam distintos daqueles que se relacionavam com mulheres; entre eles, os “*efeminados*”, mais “*visíveis*”, foram objeto de atenção de médicos e juristas que escreveram sobre o assunto.

Para Monteiro (2000), ambos os modelos não apenas convivem no universo brasileiro, mas também se alimentam mutuamente, estando imbricados. Contudo, como defende, a “pluralidade de práticas” homossexuais no Brasil não se esgota nesses modelos.

A Revista Sui Generis, considerada marco no mercado editorial para a chamada “comunidade” ou público gay, deixa de ser impressa em março de 2000. Lima (2001) compara esse momento com o do fim do jornal o Lampião, voltando a predominar as revistas de nu masculino.

“Termina uma era com o fim da revista Sui Generis.

E com ela se fecha um ciclo importante na década de 90: o momento em que os gays e lésbicas começaram a ser vistos de forma diferente.

O mercado foi obrigado a reconhecer o poder de consumo desse grupo antes tão marginalizado.

E com essa “valorização” do dinheiro gay (parece absurdo falar em dinheiro gay) veio também o início do respeito e o começo da perda de preconceitos da sociedade.

Mas a revista sucumbiu às novas exigências desse novo mercado, que demandou nus e conteúdo mais sexual.

*Mas ainda falta muito para a discriminação acabar. E é pena que não se tenha mais uma Sui Generis para ajudar nesse processo.(...)
A Sui sempre brigou por todas as causas que envolviam gays e lésbicas, tornando-se um palco para a visibilidade gay no Brasil.” (Steffen, 2000 – grifos meus)*

Porém, nesse mesmo tempo, além de um tratamento já diferenciado da “questão homossexual” pela chamada “grande imprensa”, um novo espaço para discursos e práticas relacionadas à (homos)sexualidade já começava a se destacar: *a internet, rede mundial de computadores.*

A própria Sui Generis, durante seu período de circulação impressa, passou a existir também como site e provedor de acesso à internet. As expectativas de seu público já se voltavam para esse universo –

“Acho que vocês deveriam criar uma seção sobre essa tal de Internet (será isso um novo tipo de drag?). Brincadeiras à parte, o que está ocorrendo é uma explosão de páginas e seria muito interessante para muitos não apenas a publicação de endereços relativos, mas também uma análise. E, por falar nisso, cadê a Home Page da SG?” (Renato – Abreu, Na Internet, 1997, p. 5)

– e a revista anunciava a ocupação desse espaço: “A Sui Generis na Internet está a caminho. Fique ligado” (Abreu, 1997, p. 5).

Abandonando o mercado de revistas impressas, a revista Sui Generis voltaria a circular em versão *on line* (Capó, 2000).

Para além da informação e comunicação, abrem-se novos espaços de interação, com locais específicos para o “público” homossexual:

“Como principal vantagem, os usuários do nosso serviço terão acesso exclusivo ao nosso serviço de ‘condomínios virtuais’ e poderão conhecer os outros usuários, visitar suas homepages, ser visitados, formando uma comunidade fechada. É claro que temos também um site com uma série de outros serviços com acesso liberado para todos, de qualquer lugar do mundo, afinal esse é o espírito da coisa. Lá você vai encontrar apenas um resumo da edição que está nas bancas, mas também notas e informações que não estão na revista impressa. De vez em quando vão rolar chats com entrevistas e debates ao vivo para que todo mundo possa participar. Não deixe de conferir o canal de chat desse site que já é o mais visitado pelos gays e lésbicas no Brasil.” (Viterbo F., Sui Generis On line, 1997, p.5).

Como se verá adiante, nesse período a ocupação e uso da internet no Brasil já estava se solidificando e, com isso, uma variedade de espaços e empreendimentos de temática homossexual.

Paradas do Orgulho Gay – a homossexualidade nas ruas

O dia 28 de junho é considerado o Dia do “Orgulho Gay” ou da “Consciência Homossexual” em todo o mundo. Essa data é tida entre os grupos homossexuais como o marco da construção do movimento homossexual moderno, referindo-se a um confronto ocorrido em Nova York entre clientes do Bar Stonewall, freqüentado por homossexuais, e a polícia, que realizava batidas e prisões no local. A partir dessa data, nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, na década de noventa, passaram a ocorrer manifestações como as paradas para celebrar “o orgulho de ser gay”, acompanhadas da bandeira do arco-íris, adotada como símbolo do movimento homossexual. (Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 2002)

A primeira Parada Gay do Brasil teria acontecido no Rio em 1995, ao final da Conferência Mundial da Ilga (International Lesbian and Gay Association), numa caminhada dos participantes pela Avenida Atlântica. Mesmo ano em que foi apresentado à câmara federal o Projeto de Parceria Civil Registrada (PCR). (Arco-Íris, 2002)

Nos anos seguintes, começam a ser organizadas mobilizações em São Paulo e passam a ser realizadas anualmente as Paradas do Orgulho Gay. Manifestações e Paradas Homossexuais passam a ocorrer também em outras cidades pelo país nas comemorações do Dia do Orgulho Gay.

Em São Paulo, de uma manifestação, em 1996, com participação de cerca de 500 pessoas, a Parada do Orgulho Gay vêm reunindo um número crescente de participantes todos os anos: cerca de *200 mil* em 2001 (Associação da Parada GLBT de São Paulo, 2002), *400 mil* em 2002 (Folha Online – Coelho, 2002) e chegando a cerca de *800 mil* pessoas em 2003, o que a tornou, em sua sétima edição, o terceiro maior evento do gênero no mundo (Folha Online – Nascimento, 2003).

Nos últimos anos, as comemorações estendem-se por toda semana através de variado circuito de eventos culturais. “As atividades são uma demonstração prática

da força e do poder de consumo da comunidade. A cidade de São Paulo consagra-se como capital gay da América Latina e o coro do levante de Stonewall ecoa.” (Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 2002)

Em 1999, percebida a importância política de um evento de massa como esse, foi criada a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, com o objetivo de melhor organizar o evento. Essa associação apresenta-se como uma organização não governamental de defesa da cidadania e dos direitos dos gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, 2002).

As Paradas do Orgulho Gay são destacadas como um espaço de visibilidade e reconhecimento social da homossexualidade: “Nas principais cidades do mundo os gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e simpatizantes enchem as ruas proclamando: É legal ser homossexual!” (Mott, 1999).

Todos os anos são realizadas em várias cidades do país Paradas e Marchas do Orgulho Gay, onde o movimento homossexual ganha destaque e “visibilidade”, levando às ruas grupos organizados, entidades afins, milhares de homossexuais e suas reivindicações. O evento mostra-se como oportunidade de celebração da “diversidade sexual” e palco de reivindicação especialmente de direitos civis dos homossexuais e/ou das “minorias sexuais”.

Na integração entre todas as paradas, busca-se formar uma rede de visibilidade nacional. Essa estratégia ganhou corpo na chamada Rede de Visibilidade Massiva, que organizaria o calendário das paradas existentes e daria apoio às novas paradas. (Alencar, 2002)

Esses eventos, entretanto, não se restringem à participação de pessoas *engajadas* em grupos e/ou entidades específicas. Em sua maior versão, a Parada de São Paulo, destaques são dados à participação “espontânea” e, inclusive, à transformação do evento num foco cada vez mais importante para o turismo – tanto interno quanto internacional. Hoje, a Parada do Orgulho Gay de São Paulo é, além de um evento para expor questões “sérias” (como destacam especialmente os militantes organizados) – tais como a defesa dos direitos civis e humanos da população homossexual e a denúncia e repúdio à violência homofóbica –, também um espaço para a celebração da diversidade sexual, para a sociabilidade e a manifestação das mais variadas formas de *(homo)sexualidade*, numa espécie de militância festiva:

"O objetivo maior da Parada é dar visibilidade aos GLBTs do Brasil e conseqüentemente lutar pela cidadania homossexual. Claro que é uma grande festa também, mas uma festa onde se dança, se namora, se diverte e se aponta a situação em que vive nossa comunidade." (Beto de Jesus – Alencar, 2002)

A importância da identificação entre os próprios homossexuais, de cada indivíduo com o grupo, conformando a chamada “comunidade” homossexual, é destacada nessa *festa* política: “a grande festa que é encontrar mais de 120.000 pessoas que se identificam com você” (Beto de Jesus – Alencar, 2002).

Da parte da associação organizadora, apesar do destaque dado ao reconhecimento do público homossexual pelo mercado, inclusive na viabilização de eventos como as paradas e da apresentação das mesmas como oportunidade de bons negócios para os patrocinadores –

"o mercado está ficando mais inteligente, pois isso já foi percebido há muito tempo em outros países: patrocínio está ligado com o que você está apresentando de retorno para o investidor... no caso, oferecemos um público que é formador de opinião! (...) o mercado gay está em franca ascensão [sic]. Tudo é apenas uma questão de tempo..." (Beto de Jesus – Alencar, 2002)

–, a identificação do movimento pelo termo GLS é recusada por sua associação com o mercado: “Prefiro falar de cultura GLBT, pois GLS está voltado para o mercado e estamos falando de Movimento Social” (Beto de Jesus – Alencar, 2002).

Mas, como em outros espaços, a presença tanto do "mercado" quanto dos “simpatizantes” é destacada. Aqui, a associação com o mercado e a presença dos "simpatizantes" volta a ser tomada como sinalização de reconhecimento social. A matéria "GLBT, mas S também", da Revista da Folha, dá essa visão do evento:

"A Gay Pride brasileira, que aqui recebeu o nome de Parada do Orgulho GLBT, vai aos poucos ganhando cara própria, com a adesão de dezenas de patrocinadores e apoios. Diferentemente das similares norte-americanas, que são marcadas pela mobilização política e o caráter militante – e às vezes, uma certa sisudez –, e do carnavalesco Mardi Gras australiano, nossa parada vai tomando ares mais parecidos com a 'Gué Prraide' de Paris, cujo caráter mais comercial, explicitado pelas dezenas de carros alegóricos de empresas, marca o reconhecimento da causa pela sociedade organizada. À medida que cresce em visibilidade, a parada vai deixando de ser de poucos e se tornando uma

conquista da cidade. (...) A presença desses simpatizantes na avenida demonstra um apoio, mesmo que informal, à causa dos direitos humanos e civis de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais” (Fischer, 2000).

As designações vêm se ampliando ao longo do tempo, incorporando em suas siglas outros segmentos da “diversidade sexual” afirmada. Comentando a 1ª Parada GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), em 1997 em São Paulo, que levantava o tema “Estamos em Todos os Lugares e em Todas as Profissões”, a então secretária de Políticas Sociais da CUT/São Paulo anunciava a importância de ampliar a designação, convocando a todos para participar da próxima parada, “E, quem sabe, no próximo ano possamos falar em GLTS (Gays, Lésbicas, Travestis e Simpatizantes)” (Silva, 1998).

Em 2002, a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo deu destaque às lésbicas, que abriram o desfile.

Em termos de visibilidade, a homossexualidade feminina é foco de atenção e de preocupação específica para as mulheres, tornando-se questão no movimento (haveriam menos mulheres homossexuais que homens?) e destacando-se como ponto de tensão e conflito entre homens e mulheres e de mobilização para o ativismo feminino.

A busca por *explicações* para tal “fenômeno” gera controvérsias entre os ativistas, como a contraposição entre gays e lésbicas apresentada na matéria “Lésbicas invisíveis”, assinada por André Fischer, uma das figuras apontadas com destaque no panorama gls no Brasil:

“As ativistas tremem ao ser mencionado a possibilidade da existência de um número pequeno de mulheres homossexuais. A explicação oficial sempre fala da repressão feminina, de como mulheres formam casais com mais facilidade e de suas vidas caseiras. Mas o fato é que são realmente difíceis de encontrar.” (Fischer, *Lésbicas invisíveis*, 1997c)

Conforme as estratégias de visibilização homossexual, as lésbicas têm sido conclamadas a se exporem mais, especialmente durante as Paradas Gays. A revista Cio – espaço específico das “meninas” no site Mix Brasil –, apresenta um texto intitulado “Manual de Penetração na Mídia” (Leonel, 2002a), sugerindo diferentes formas de atuação para as lésbicas se tornarem *presentes e visíveis* através da mídia.

Palco dos “avanços” da visibilidade homossexual e do discurso da diversidade sexual, as margens dessa manifestação continuam a marcar o espaço e o

tempo da aceitação das “manifestações das (homos)sexualidades”³³.

“Que tipo de conquista obtém um evento como a parada do orgulho gay? Um dia de façamos-de-conta-que-vocês-têm-os-mesmos-direitos-que-nós-a-externar-a-afetividade? O que acontece depois que a música pára e a polícia entra em estado de alerta, ainda que com certa complacência?” (Roque, 2002)

“A realidade é diferente dentro e fora do cordão de isolamento. Do lado de dentro não tem problema nenhum, mas é só você sair que muita gente te agride. As pessoas que aplaudiram e soltaram rojões na avenida Paulista são as mesmas que vão te discriminar”, disse. Para Márcia, ‘o povo só gosta de gay quando é caricato’.” (Coelho, 2002)

No Observatório da Imprensa, os limites da aceitação são comentados, colocando em questão a própria cobertura da mídia – crítica a matéria da Folha de São Paulo sobre o evento:

“E, para terminar, a informação “tranquilizadora”: “Um show do grupo ‘As Frenéticas’ encerrou a parada, na praça da República (centro). Não houve confusão, mas policiais tiveram de conter casais ‘mais empolgados’ no final do evento”. O que, exatamente, a equipe quer dizer com “mais empolgados”? Mais empolgados beijando-se? Mais empolgados desnudando-se mutuamente? Mais empolgados praticando felatio em praça pública? Nós, que lemos a Folha e que não vimos a parada, ficamos sem saber. E, não se engane, leitor, trata-se de uma questão fundamental, de caráter ético, e não moral. Porque, se se trata de casais homossexuais “mais empolgados”, que se sentem no direito de fazer sexo em público, eles estão cometendo atentado ao pudor – tanto quanto estariam casais heterossexuais. Mas, se a dita empolgação se limita a uma mera e compreensível troca de beijos na boca, por que a necessidade de contenção pela polícia? Ah, entendi... Então quer dizer que, nos limites da “passarela”, ainda que sob o olhar de aposentados e crianças, tudo bem. Afinal, é-carnaval-não-me-diga-mais-quem-é-você. Mas, fora e depois dali, tudo volta à normalidade da discriminação, da repulsa, da exclusão.” (Roque, 2002)

As próprias configurações da “diversidade” são discutidas. O que se mostra neste evento? O que circula como diversidade? Matéria do Observatório da Imprensa propõe: diversidade ou uniformidade?

³³ Dentro do contexto da “diversidade sexual” afirmada, é cada vez mais comum o emprego do termo homossexualidade na forma *(homos)sexualidade* e *(homos)sexualidades*.

"Diversidade. Foi isso que se viu na 6ª edição da Parada do Orgulho Gay, ontem, em São Paulo." Assim começa a matéria da Folha de S. Paulo de 3 de junho (primeira página do caderno Cotidiano) sobre o evento. Só que "diversidade" é o que menos se pode ver nas imagens estampadas na página. Ao centro, a foto maior mostra a velha equação: silhuetas de rapazes sarados + bandeira do arco-íris + é claro, ao fundo, uma das torres da Paulista. Será que já não vimos algo assim na cobertura do ano passado? Em torno dessa imagem – de uma criatividade abissal –, uma moldura com diversas poses de drags, a primeira delas parecendo um andróide perdido num set de filmagem." (Roque, 2002)

E continua a matéria do Observatório da Imprensa:

"A essa altura estamos, desesperadamente, procurando a tal diversidade definida no Aurélio ("4. Filos. Multiplicidade de coisas diversas"). (...) se tornou mais do que enfadonho rotular tanto as pessoas. A velha sigla "GLS" (gays, lésbicas e simpatizantes) já não é suficiente. Agora temos "GLBT" (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Ou seja, o "S" de simpatizantes – que de resto representam um significativo contingente a engrossar as paradas – foi para o espaço. E tanto esforço alfabético para quê? Para, ao fim e ao cabo, vermo-nos diante de uma página de jornal que mostra imagens de uma uniformidade assustadora." (Roque, 2002)

D'O Que Se É – o orgulho gay e a consciência homossexual

*"Devemos ter claro que, **depois que saímos dos armários**, não deve ter estrutura que nos coloque lá de novo... A partir desse momento **fomos paridos para viver em liberdade**, tendo nossa orientação respeitada. Somos cidadãos, somos consumidores, somos eleitores... devemos exercer plenamente nossos direitos... (...)*
Uma manifestação de massa como a Parada pode alavancar uma consciência muito importante entre os gays, de verem a força que têm" (Beto de Jesus – Alencar, A associação – entrevista com o presidente, 2002 – grifos meus)

Considerando que “todos os oprimidos” têm seu dia de luta – dia da mulher, dia do índio, dia da consciência negra, dia mundial da Aids –, Mott (1999) fala sobre o *sentido* de existir um Dia dos Homossexuais:

"Os gays e lésbicas representam mais de 10% da população mundial. No Brasil, são mais de 16 milhões de seres humanos desprezados, discriminados, violentados. Nos últimos 20 anos, mais de 1.800 homossexuais foram barbaramente executados, vítimas da homofobia. A cada dois dias um homossexual é assassinado no Brasil!" (Mott, 2000).

Considerados “marginais, doentes, pecadores, transmissores da ‘peste gay’”, os homossexuais seriam vítimas de uma sociedade cristã que “legitima o terror contra as minorias sexuais” (Mott, 1999).

Atos de violência contra homossexuais e a homofobia são apresentados por Mott (1999) como reações pela “opção revolucionária dos gays”, na medida em que esses relacionamentos romperiam com a forma de relação dominadora de homens (“machões”) sobre mulheres – “por abdicarmos o privilégio de dominar as fêmeas”, “enquanto as lésbicas, simplesmente, descartam os machos como parceiros sexuais”.

Com esse argumento, se destaca como “opção” dos gays a “relação igualitária (e amorosa) com outros machos”, oferecendo o modelo igualitário como a norma para os relacionamentos homossexuais.

Papel privilegiado nesse discurso é dado ao “macho”, como uma posição hegemônica, o ponto dominador a partir do qual, e por comparação/submissão, os demais são definidos: as mulheres, como “sexo frágil”, e os gays, como “terceiro sexo”. Nesse jogo, a posição dominante do “macho” estaria sendo ameaçada por relações que se desviassem da que o conforma e lhe dá soberania: a relação “igualitária” entre homossexuais seria, assim, uma “opção revolucionária”.

Em Mott (1999), o recurso a um discurso psicanalítico denominado “moderno” permite colocar o “desejo homoerótico” nas origens tanto da homossexualidade quanto da “homofobia”. A realização de uma ou de outra dependendo das vicissitudes do desejo em cada percurso de vida; assim, “todos aqueles que odeiam e querem a destruição dos homossexuais, no fundo, têm mal resolvida sua própria (homos)sexualidade, vingando-se nos homossexuais egossintônicos devido a seus desejos homoeróticos reprimidos”.

Possíveis “resoluções” da homossexualidade permitem falar em homossexuais “bem” ou “mal resolvidos” consigo mesmos, indivíduos egossintônicos e egodistônicos. Composição interessante na medida em que coloca os “desejos homoeróticos” na base da construção tanto de indivíduos homofóbicos quanto homossexuais. Tal posicionamento permite tomar a *homofobia* como um possível desvio no sentido da realização de desejos homossexuais, como resultado de uma *homossexualidade mal resolvida, reprimida*.

Se a estratégia contra o preconceito e a discriminação em relação aos homossexuais, como visto aqui, cumpre a função de afirmar a luta de uma parcela da

população discriminada e violentada socialmente, reagindo em busca de seus direitos, ela afirma uma posição de vítima e reafirma as posições da "homo" e da "hetero" sexualidade; propõe a valorização do homossexual e reforça assim as divisões estanques e as posições possíveis.

Nascimento (1996) comenta:

"o discurso da conscientização gay, o qual é endereçado ao enunciante agressor da figura da antinorma, vai na direção de dizer mais ou menos assim: 'Eu sou homossexual mas sou tão bom quanto você, nem melhor nem pior, apenas diferente.'" (p. 52)

"Ora, o que é falho nessa estratégia é que tenta-se mudar a valoração sem mudar a regra de enunciação, a saber, que só há dois lugares possíveis. (...) separação dos sujeitos em dois grupos distintos e internamente coerentes, ou seja, mantém-se o critério pelo qual engendra-se a diferença, só que desta vez, com a ilusão de que a mudança da valoração afetiva romperia a lógica da exclusão e do preconceito." (p. 52)

"É nesta direção que percebemos que não basta dizer 'somos diferentes, mas temos igual valor'. É preciso sair do registro do igual X diferente, sair desta questão da igualdade e diferença via 'escolha sexual'." (p. 52)

O discurso da valorização, da "conscientização" homossexual assumiria a própria lógica de construção desses dois lugares possíveis: a homo e a heterossexualidade – “o discurso do preconceituoso e o discurso da ‘conscientização gay’ só se sustentam sobre a lógica da diferença anatômica dos sexos” (Nascimento, 1996, p. 53).

Inscrito dentro da mesma lógica, a afirmação estratégica do "homossexual" visando sua valorização, enfrenta a dificuldade de aceitar a contraposição a uma posição "dominante", como exceção de uma norma legitimada – a heterossexualidade. O discurso dessa "minoría" e de sua marginalização volta-se, então, à conquista dos mesmos direitos reservados à posição legitimada. Reivindica sua inscrição nos mesmos territórios e conforme seus padrões, reclamando pelo reconhecimento de sua normalidade.

Nesse sentido, são apontadas posições favoráveis em relação à homossexualidade, considerados “avanços” nos campos médico, psicológico, teológico, legal: *Ser homossexual – não é doença, é saudável, não é crime, não é pecado. A*

discriminação é proibida; a tentativa de “cura” psicológica é vetada.

“Ser homossexual não é doença”: desde 1985 o Conselho Federal de Medicina e desde 1990 a Organização Mundial de Saúde excluíram a homossexualidade da classificação de doenças. Em maio de 1999 o Conselho Federal de Psicologia confirmou ser a homossexualidade tão saudável quanto as demais orientações sexuais, proibindo aos psicólogos tentar “curar” os homossexuais. Ser homossexual não é crime e teólogos modernos defendem que o amor entre pessoas do mesmo sexo não é pecado. A discriminação sim é proibida pela Constituição.” (Mott, Reflexões sobre os 30 anos do Movimento Lesbigo, 1999)

A conquista da cidadania dos homossexuais, amparada na luta mais ampla pelo respeito aos direitos humanos, aparece como o eixo principal das discussões e atividades organizadas em torno da homossexualidade como questão.

“Nós, gays e lésbicas, queremos simplesmente ser tratados como seres humanos, com os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos. Queremos cidadania! os gays não desejam mudar a orientação sexual de ninguém mas também não aceitam que queiram “curá-los” ou “convertê-los” – do mesmo modo como os negros e índios lutam para que sejam respeitados na sua especificidade existencial.” (Mott, 1999)

A luta contra a discriminação e a violência dirigida contra homossexuais ainda se mantém como uma das questões básicas que mobilizam grupos homossexuais atualmente. O Grupo Gay da Bahia, o grupo mais antigo em funcionamento e um dos mais conhecidos, destaca-se em seu trabalho contínuo de denúncia e combate à homofobia, elaborando e publicando relatórios anuais sobre a violência contra homossexuais no Brasil (como “Causa mortis: homofobia”, em 2000, e “O crime anti-homossexual no Brasil”, em 2002).

A Defensoria Homossexual de São Paulo, um projeto da ONG Aiessp (Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo), financiado pelo Ministério da Justiça, e o Disque Defesa Homossexual, que vem sendo integrado à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, estão entre as iniciativas que vêm unido organizações civis e poder público em torno da defesa dos direitos dos homossexuais.

“A falta de conhecimento dos direitos e das penas a que estão sujeitos faz com que muita gente cometa atitudes violentas. É comum recebermos aqui pessoas muito humildes, que desconhecem as leis (...)

Nossa atuação é na área cível e penal, cuidando de casos de agressão contra homossexuais e fazendo acompanhamento jurídico. O trabalho tem rendido bons resultados. Às vezes é um crime leve, como xingamento, e cabe a reconciliação com o pagamento de multa, por exemplo.” (Fernando Quaresma, coordenador da Defensoria Homossexual de São Paulo – Carvalho, *Afeto que a sociedade condena*, 2002, p. 9)

Em documento apresentado a partidos e candidatos, nas eleições de 2002, organizações ligadas à defesa dos direitos homossexuais, apresentaram as seguintes reivindicações:

“1. Políticas de combate à discriminação contra homossexuais. Propostas:

- a) Apresentação de projetos de lei que proíbam e punam qualquer tipo de discriminação baseada na orientação sexual em estabelecimentos comerciais, mercado de trabalho, meios de comunicação, ambiente familiar e escola;*
- b) Apoio à apuração e punição efetiva e rigorosa dos crimes cometidos contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e demais setores discriminados;*
- c) Mudança nas escolas de formação de policiais no sentido de respeitar as diferenças sexuais, assumindo um papel educativo e protagonista com o segmento sexual.*

2. Medidas de afirmação da igualdade.

Defendemos:

- a) Apoio à luta pela aprovação do Projeto de Lei do Contrato de União Civil entre Pessoas do mesmo Sexo;*
- b) Incorporação e aplicação de programas de educação no ensino fundamental e médio, respeitando a livre orientação sexual.*
- c) Implementar programas de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids/HIV no segmento homossexual;*
- d) Constituição de um Comitê Assessor composto por lideranças homossexuais e técnicos no âmbito do Ministério da Justiça para orientar e propor a implementação de políticas públicas de afirmação da cidadania homossexual”* (Plataforma Política de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais para as Eleições de 2002, conforme citado por Carvalho, 2002, p. 8).

A oficialização do dia 28 de junho como o Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual no Brasil depende da aprovação de Projeto de Lei que se encontra no Congresso Nacional.

“Com o objetivo de melhorar entre a população brasileira a recepção do que é (sexualmente) diferente (das opções socialmente

aceitas), a Comissão de Educação do Congresso Nacional aprovou o texto do Projeto de Lei (PL) que institui o 28 de junho como o Dia Nacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual. (...) O PL, de autoria da deputada Nair Xavier Lobo (PMDB-GO), precisa agora ser apreciado pelo plenário da Câmara dos Deputados e pelo Senado.” (Carvalho, 2002, p. 9)

Espaços Homossexuais na Internet

Durante a década de 90, pode-se acompanhar a constituição e consolidação de um modo diferenciado de organização político-social no Brasil; uma variedade de entidades civis, configuradas em geral como organizações não-governamentais (ONGs), vêm se formando e, ao mesmo tempo em que se dedicam a questões sociais específicas, aproximam-se como parte de um movimento em defesa da cidadania. Essa forma de organização política de grupos e/ou movimentos sociais em defesa da cidadania vem se constituindo como uma *rede* (Moraes, 2001); são estabelecidos canais de comunicação, parcerias e outras formas de conexão entre as entidades civis, aproximando-as, e destas com o Estado. Esse movimento encontrou na internet um espaço adequado para sua expansão e consolidação.

“O Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2001 em Porto Alegre, no Brasil, consagrou um fenômeno de comunicação que vicejava na Internet: organizações não-governamentais e entidades civis dos quatro quadrantes estão utilizando cada vez mais a rede mundial de computadores para divulgar suas reivindicações e desenvolver espaços de interação e de mobilização pelos direitos da cidadania.(...)”

No curso dos anos 90, antes mesmo de a Internet alargar a teia planetária, grande parte das ONGs evoluiu para a constituição de redes que engendrassem ações locais e globais, particulares e universais, intraorganizacionais (divisões e ramificações de uma mesma entidade) e interorganizacionais (entre diferentes ONGs).” (Moraes, 2001)

Moraes (2001) discute, nesse movimento de aproximação e interligação entre essas entidades, a configuração da internet como espaço e instrumento de uma ação política organizada – constituindo o que o autor chama de um “*ativismo digital*”:

“A Internet oferece novas ferramentas de intervenção, como as campanhas virtuais, o correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns, salas de

conversação, boletins, manifestos on line, murais, anéis de sites e árvores de links. É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembléias, passeatas, atos públicos e panfletos. (...) A Internet veio dinamizar esforços de intervenção dos movimentos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida, sem submetê-las a hierarquias de juízos e idiosincrasias” (Moraes, 2001).

Além de se configurar como mais um canal de ação e comunicação para grupos e/ou entidades previamente organizados, pesquisas sobre os impactos sociais da internet colocam-na no centro das discussões atuais sobre a promoção de novas possibilidades de interação social. Para se tratar dessas questões, é necessário pensar sobre a constituição do espaço virtual ou ciberespaço.

No caso da criação, ocupação e utilização dos espaços na rede, é útil distinguir e contrapor aqui duas diferentes propostas, como apresentadas por Duarte e Nussbaumer (2001): *projetos institucionais* ou “oficiais” e *espaços interativos*, tais como sites, chats, listas e fóruns de discussão, baseados em interesses e conteúdos temáticos específicos, “muitas vezes por associação de afinidades subculturais, de tribos, de alternativos” (p. 2).

O critério político está na base da diferenciação dessas iniciativas; segundo os autores “as escolhas técnicas já estabelecem as bases políticas do projeto: o de ser participativo ou de ser uma mera representação do discurso formal das instituições das cidades reais” (p. 3).

A interatividade aparece como base da construção dos movimentos sociais da cibercultura; segundo Duarte e Nussbaumer (2001),

“As comunidades virtuais se estabelecem a partir da interconexão, aliada à afinidade de interesses, e independente das proximidades geográficas. (...) aspiração de construção de um laço social (...) fundado (...) sobre processos abertos de cooperação” (p. 3).

No caso das chamadas “comunidades gays”, sua constituição se firmaria sobre “processos identitários verticais dirigidos” (Duarte e Nussbaumer, 2001, p. 3).

A internet oferece diferentes espaços de sociabilidade onde a interação se dá a partir de determinadas especificações desses espaços, que permitem identificar afinidades, interesses comuns, etc., aspectos pré-determinados na configuração desses espaços. Caso haja interesse, estabelecem-se ocasionalmente outras formas de contato –

invertendo as regras tradicionais de sociabilidade (Nussbaumer, 2001b).

Parte desses espaços, bastante utilizados pelos usuários, os chat-rooms ou salas de bate-papo, oferecem a possibilidade de estabelecimento de vínculos “transitórios”. Para os autores, a formação de uma comunidade (ou de “enclaves comunitários”³⁴) exige a *continuidade*, os sentimentos de permanência, de pertencimento e filiação – características apontadas pelos autores como possíveis nas listas de discussão, por exemplo, e não nos chats.

Questões como essas são controversas, dado que existem grupos que estabelecem e mantêm contato com certa regularidade nos espaços das salas de bate-papo, estendendo ou não suas relações para fora desse meio. As próprias definições de grupos, comunidades, entre outras, certamente merecem reavaliações diante deste novo universo, dos novos territórios, novas “realidades” que as tecnologias de informação vêm permitindo configurar. Portanto, o uso desses termos aqui não pretende definir a situação concreta desses grupos, assim como já não era essa a pretensão deste trabalho, ao se referir a esse tipo de generalização. Interessam aqui as formas mesmas como são colocadas em discurso e as estratégias de problematização da homossexualidade, nesse momento especificamente, em relação ao espaço da rede mundial de computadores.

Duarte e Nussbaumer (2001) destacam a ocupação tanto dos espaços urbanos quanto agora dos espaços virtuais como um movimento importante para a “comunidade gay”:

“a busca por lugares de encontro e maior interação social sempre foi uma característica da comunidade gay que, como alternativa, buscava (e ainda busca) refúgio em determinados pontos das grandes cidades dos quais ‘se apropriava’. Com o surgimento do ciberespaço, e das cibercidades, o mesmo acontece: não havendo esses lugares de interação, eles são ‘criados’” (p. 4).

Essa configuração de espaços específicos poderia levar à “guetificação”, à postura de fechamento do grupo sobre si mesmo. O espaço virtual, contudo, por suas características próprias de entrecruzamento, especialmente, e por seu dinamismo, permite o contato e a conexão a múltiplos interesses e caminhos mesmo a partir de um

³⁴ Conforme Palácios (1999), comunidade é uma invenção moderna, tendo permanecido no século XX o que se poderia chamar mais apropriadamente de “enclaves comunitários”, especialmente com a fragmentação e “deterioração” do espaço público e urbano no final do século (conforme citado por Nussbaumer, 2001b).

só espaço, além de permitir o acesso simultâneo a diferentes espaços e a utilização de variados recursos de navegação e comunicação.

“aquilo que poderia ser um gueto ou um espaço para a discussão de um único assunto, o homossexualismo, é na realidade um território de mediação entre vários mundos. Os indivíduos são, felizmente, muito mais complexos do que o individualismo mais radical pode suspeitar. Os ‘assumidos’ da Internet, em páginas pessoais, abrem atalhos para todas as direções, que em última instância abarcam toda a rede.” (Vianna, 1999³⁵, conforme citado por Nussbaumer, 2001b)

Esses entrecruzamentos podem fazer com que facilmente, ao navegar, se passe de páginas específicas a outras completamente diferenciadas e vice-versa. Sua forma de composição faz da rede um ambiente aberto, complexo, com uma infinidade de recursos e de temáticas; uma rede de conexões e entrecruzamentos que pode levar o usuário a qualquer outro ponto da mesma, e rapidamente.

“Para se ter uma noção da diversidade temática, basta mencionar que o Universo Online — maior provedor de conteúdos em língua portuguesa — oferece 130 grupos de discussão, divididos nas categorias cultura, saúde, hobbies, computação, política, economia, sociedade, comportamento, viagem, jogos, Internet, educação, esporte, negócios e outros (entre os quais esoterismo, humor, jornalismo, religião, etiqueta e ufo). Cada categoria subdivide-se em temas específicos (...)” (Moraes, 2000).

Entre as iniciativas de maior interesse para o público gay, conforme Duarte e Nussbaumer (2001), estariam sites específicos, “na maior parte das vezes por eles criados”, sendo estes “os mais procurados e acessados” (p. 8). A variedade de opções para o público gay é considerada grande em toda a rede.

Os sites brasileiros destinado aos homossexuais começam a surgir nos meados da década de 90.

Em 1997, a Folha de São Paulo destaca as opções brasileiras para o público gay na internet: seriam apenas três os “endereço gays” brasileiros – Mix Brasil, OutStand Gayzine e Gayfriendly.

O Gayfriendly, ligado à Revista Bananaloca, oferecia nus masculinos e

³⁵ Vianna, Hermano. *As tribos da internet*. Disponível em <http://www.alternex.com.br/~esocius/therman.html>. Consultado em 13/08/1999. (conforme Nussbaumer, 2001b)

outras imagens eróticas, classificados, roteiros de capitais, entre outros, além de sala de bate-papo e de conferência para discussões de temas gays. O OutStand Gayzine se apresentava como uma revista, trazendo reportagens, artigos, editorias de moda e serviços. O Mix Brasil é apontado como o pioneiro, tendo entrado no ar como uma BBS³⁶. Nesse período, a BBS Mix Brasil apresentava um grande banco de imagens. (Giacomini, 1997)

“No dia 16 de agosto de 1994 entrava no ar o BBS Mix Brasil, a primeira rede de informações direcionada ao público gay - a expressão gls só surgiria dois meses depois, na segunda edição do Festival Mix Brasil. Eram apenas duas linhas telefônicas ligadas a um computador com imagens, poucos textos e serviço de bate-papo. O BBS chegou a ter duas sedes, uma em São Paulo e outra no Rio, e cerca de 30 linhas telefônicas para atender seus mais de mil assinantes em todo Brasil. (...) o arcaico BBS viria a ser extinto no começo de 1998.” (Mix Brasil, 8 anos online, 2002h)

Destacando a prevalência, até então, das páginas americanas para gays e lésbicas, as mudanças no Mix Brasil foram noticiadas pela seção GLS da Folha de São Paulo alguns meses depois.

"Agora, cybernautas de fala portuguesa já tem salas de encontro e centrais de informação para gays, lésbicas e simpatizantes. Esta semana entrou no ar o site Mix Brasil, com mais de uma centena de páginas com atualização freqüente, cobrindo desde agenda diária, notícias gays, horóscopo, suporte psicológico, entrevistas e espetáculos.” (Oásis na Internet, Folha de São Paulo, 1997)

Juntamente com o Mix Brasil, o “universo” GLS – conceito utilizado desde 1994: *"A noite e os novos negócios GLS de São Paulo têm cobertura on line, com imagens de quem está fazendo o quê e onde. No Troca-troca, estão disponíveis áreas de mensagem, anúncios pessoais e bate-papo”* (Oásis na Internet, Folha de São Paulo, 1997).

O erotismo também tem espaço reservado no site. *"Querendo uma sacanagem? A Galeria com imagens e os contos eróticos dão subsídios a suas*

³⁶ *“um sistema de informações de acesso via modem que funciona sem a necessidade de conexão com a Internet, ligando o microcomputador à central diretamente. As chamadas são locais, o que implica em interurbanos para os que estão chamando de fora da cidade sede do sistema.”* (Mix Brasil, O BBS MiX Brasil no Rio, 1997)

fantasias" (*Oásis na Internet*, Folha de São Paulo, 1997).

Anuncia-se ainda a primeira novela gay brasileira, além de filmes e vídeos do Festival Mix Brasil. Atualmente outras novelas continuam sendo produzidas no site – com texto e algumas imagens. Abuso sexual, a primeira novela gay, cuja temática abordava a relação de um homossexual com “menores”, se encontra ainda anunciada no site – “**Abuso Sexual**. Primeira novela gay brasileira. Produzida pelo Mix Brasil, com roteiro de **Stevan Lekitsch**, conta a história de um homem fascinado por menores e é baseada em fatos reais.” (Mix Brasil, Fotonovelas, 2002d – grifos no original) –, mas não disponível, apresentando seu título recoberto por uma tarja de “censurado”.

Mantendo ou não relação com este detalhe, os limites do que pode ser divulgado estão explicitados na internet; a divulgação de material de cunho sexual relacionado a crianças e adolescentes é vetada também na internet, configurando-se como crime. Tal prática continua efetivamente a ser realizada na rede mas pode se tornar alvo de monitoração e posterior identificação dos responsáveis.

Segundo Duarte e Nussbaumer (2001), o Mix Brasil “é o site gay brasileiro mais conhecido e serviu como referência para vários outros que surgiram depois” (p. 7). Citado como “um dos maiores sites gays da internet” em material on line do grupo MGM – Movimento Gay de Minas (Braga, 2002), o site Mix Brasil é indicado como o maior site gls do Brasil pelo portal Terra, que lista-o entre os sites mais visitados da categoria gays, lésbicas e pansexuais: “O maior portal GLS do Brasil, com uma quantidade interminável de informações relativas ao mundo GLS” (Terra, 2002).

O grupo Nuances indica, entre outros, o site Mix Brasil:

"Um dos, senão o maior (e mais atinado) portal gls brasileiro. O site tem de tudo um pouco. Seção de fotos atualizada freqüentemente. Seção de contos que te dão vontade de sair porta a fora em busca de aventuras. Seção de notícias atualizadíssimas, super-atinada! Sem falar nas inúmeras outras seção sobre o Mix Brasil." (Nuances, 2002).

Nos portais Terra e UOL, espaços para encontros e bate-papos entre homossexuais ganham terreno, com um aumento significativo das salas para gays e lésbicas, ao mesmo tempo em que a demanda parece aumentar: “Esse aumento deve refletir uma demanda crescente por parte de seus usuários, que lotam essas salas sobretudo durante a madrugada” (Duarte e Nussbaumer, 2001, p. 8).

Iniciativas como as das “cidades virtuais”, ao contrário, apresentam roteiros

gls mas carecem de espaços para interatividade, segundo Duarte e Nussbaumer (2001).

Como espaços interativos permitiriam tecer “*um universo por contato*” (Duarte e Nussbaumer, 2001, p. 13), *conexões “comunitárias”* entre homossexuais poderiam vir se consolidando nos espaços da rede: “Elas mantêm e criam fóruns de discussão, sites e listas para fortalecer seus conceitos e promover maior interação entre seus membros” (p. 14).

Grupos se formam, se especificam, constroem seus espaços e códigos. Moraes (2000) fala em “ciberética” para destacar a construção interativa das regulações internas de cada grupo ou comunidade virtual:

“O grande diferencial da Internet consiste no fato de que as comunidades virtuais, enquanto corpos orgânicos, definem e objetivam valores éticos e códigos informais de conduta. Tais regras não provêm de fora, das estruturas de poder, e em nada se confundem com uma espada de Dâmoles sobre as cabeças dos internautas. Devem ser aceitas por consenso e adaptadas às singularidades, práticas e tradições dos grupos. (...)

A Internet constitui uma vida comunitária regulada por interações, e não por leis, decretos, portarias ou “medidas provisórias”. Os seres orgânicos das comunidades virtuais, desvencilhados da coincidência histórica entre espaço e tempo, fazem valer o salvo-conduto para estar em toda parte sem sair do lugar. Longe de dispensar os indivíduos de deveres éticos, o ciberespaço propõe uma coexistência auto-regulada, em constantes revisões. Longe de padronizar condutas com base numa “maioria moral” (normas e interdições a serviço das totalidades dominantes), a ciberética apóia-se em regras e valores consensuais estabelecidas pelas células de usuários, respeitando-se a pluralidade de contextos, os projetos societários e, acima de tudo, a liberdade de manifestação do pensamento” (Moraes, 2000).

As especificações desses agrupamentos proliferam nos espaços na rede, tanto em sites e chats, como em inúmeras listas de discussão: para lésbicas, feministas, transexuais, gays da USP, para judeus homossexuais, para homossexuais “peludos”, entre outros. (Duarte e Nussbaumer, 2001)

O Glssite.net, um site de educação sexual voltado para gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e simpatizantes, abriga a “lista gls”, apontada por Duarte e Nussbaumer (2001) como “uma das mais conhecidas listas de discussão dirigidas ao público gay” (p. 6). Criada em 1999, a lista conta com mais de cem membros.

Nussbaumer (2001b) utiliza o termo “comunidade de interesses” ao referir-se ao princípio de articulação em vínculos como esses na rede. A utilização do

ciberespaço pelas chamadas minorias ou segmentos discriminados se inscreveriam numa estratégia de busca de legitimação e defesa de seus interesses para além de seus espaços locais. O recurso a movimentos e fóruns internacionais seria uma estratégia utilizada há muito tempo por esses grupos, que encontraram na internet um meio de intensificação dessa forma de atuação, sem as fronteiras tradicionais:

“os setores marginalizados sempre procuraram um espaço de reconhecimento e identificação fora de suas fronteiras, sendo a articulação internacional (através da internet, inclusive) uma forma de resposta à fragilidade gerada pela invisibilidade local destes grupos” (Nussbaumer, 2001b).

A internet vem se configurando assim como um instrumento político bastante útil para lutas específicas e/ou de grupos “minoritários”.

*“Na Internet, até as pequenas entidades têm oportunidade de divulgar suas atividades ao conhecimento de segmentos mais amplos da sociedade. Apesar de anárquica, a rede é muito mais democrática, pois deixa que todo mundo se expresse”, opina a diretora do Greenpeace na Espanha, María Peñuelas.”*³⁷ (Moraes, 2001)

As estratégias de *visibilidade* dão a ver os homossexuais nos diversos contextos e espaços sociais e ganham agora, com o campo virtual, um novo terreno de atuação e uma forma de contato direto entre indivíduos, grupos e as mais variadas instituições sociais.

“Aparentemente esse universo não está crescendo, mas ganhando visibilidade. Um dos motivos para isso é a internet. ‘As garotas descobriram que não estão sozinhas. Elas trocam confidências on-line, publicam anúncios à procura de parceiras e ficam sabendo de avanços políticos e sociais em outros países’, teoriza Laura Bacellar, dona da Edições GLS, fundada há quatro anos.” (Vieira, 2002, p. 62-3)

Se o caráter efêmero e a transitoriedade é uma das características marcantes dos espaços de interatividade na rede, consolidam-se também aqueles de projetos conjuntos, que contém a idéia de futuro (Nussbaumer, 2001b). Espaços de encontro entre ativistas, “compondo um vasto mosaico de ‘agrupamentos militantes’, que vão de

³⁷ María Peñuelas, citada por *El País*, 07.11.1999 (Moraes, 2001).

ecologistas e gays, de feministas e defensores dos direitos dos animais, etc.” (Palácios, 1996³⁸, conforme citado por Nussbaumer, 2001b).

Para Porto (1999)³⁹,

“um grupo parece ser mais beneficiado nisso tudo: os homossexuais. Principalmente por ser um ‘lugar’ discreto onde os marginalizados pela sociedade real se expõem menos. Segundo ‘Rave’, pseudônimo de um frequentador de salas GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), a comunidade gay pode ser dividida historicamente entre antes e depois da internet” (conforme citado por Nussbaumer, 2001b – grifos meus).

O texto “Gays e internet” (Braga, 2002), disponível no site do grupo MGM, destaca a importância da internet para os homossexuais. Conversar, discutir sobre a homossexualidade, sobre direitos, se informar e estabelecer relações com outros homossexuais – amorosas, de amizade, de grupo – estão entre os pontos positivos, *benefícios* destacados.

“para os homossexuais, a Internet foi uma grande invenção. Primeiramente, porque ela nos deu a chance de conversar sobre homossexualidade sem nos expor, ou seja, nos tirou da solidão e nos deu a chance de conhecermos outras pessoas que sentem como nós, sofrem como nós, sem correremos o risco de uma exposição que pudesse nos machucar.” (Braga, 2002)

Garantindo, a princípio, o *anonimato*, a comunicação pela internet “nos permite, primeiramente sondar o terreno e, depois, se for o caso, nos revelar” (Braga, 2002).

Esse meio possibilitaria a aproximação entre homossexuais, seja em aspectos pessoais ou em questões estratégicas, políticas. Para o MGM, esse meio vem permitindo a participação em ações conjuntas entre homossexuais sem a exposição pessoal. Entre as ações realizadas via internet, o grupo cita a estratégia do envio de correntes de emails como forma de mostrar “a opinião dos gays brasileiros” e “a organização e o poder de pressão e mobilização que agora possuem” (Braga, 2002).

³⁸ Palácios, Marcos. (1996). Cotidiano e sociabilidade no cyberspaço: apontamentos para discussão. In: A. Fausto Neto; M. Pinto. **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim. (conforme Nussbaumer, 2001b)

³⁹ Porto, Sérgio Dayrell (org.). (1999). **Sexo, afeto e era tecnológica**. Um estudo de chats na internet. Brasília: UnB. (conforme Nussbaumer, 2001b)

"ela nos possibilitou abrir a discussão sobre os nossos direitos e a nossa inclusão enquanto cidadãos. Vários grupos se formaram, várias lutas nasceram e cresceram no mundo virtual, alcançando vitórias e conquistas raras entre os gays." (Braga, 2002)

Campanhas digitais, abaixo-assinados, espaços abertos para denúncias de violência contra homossexuais, comunicação de e com grupos organizados estão entre as múltiplas possibilidades de mobilização já exploradas nesse meio, assim como a possibilidade para qualquer pessoa ou grupo de estabelecer um espaço próprio na rede.

"A Internet tem sido um dos mais importantes veículos de comunicação entre os gays. Foi uma das mais importantes mídias para garantir o sucesso da Parada do Orgulho Gay de São Paulo, em 2000, que reuniu 120.000 pessoas na Av. Paulista, inserindo-a no calendário internacional de eventos de visibilidade gay. Tem sido também forte aliada no combate à violência contra os homossexuais (...). Através de denúncias recebidas, militantes de todo o país têm se mobilizado para alterar esse quadro deplorável." (Braga, 2002)

Seja em comunidades, grupos ou agrupamentos transitórios, ou em qualquer outra forma de conexão, o que se nota é que a internet tem-se tornado um instrumento e um espaço importante para a informação, a discussão, a comunicação, a interação entre homossexuais, organizados ou não. A ação e a participação política – como comumente entendidas – não ficando excluídas desse contexto.

Vale lembrar que a internet é antes de tudo um instrumento para o usuário; e se suas possibilidades de utilização parecem amplas, certamente há ainda muito a explorar e a criar. Com seu relativamente pouco tempo de implementação no Brasil, as possibilidades estão ainda em aberto.

Enquanto vários grupos homossexuais mantêm páginas na rede, divulgando seus trabalhos e ampliando seu alcance e suas possibilidades de ação – destacando-se o cadastramento de usuários e o envio de boletins informativos como atividades regulares –, outros grupos vêm se formando na própria rede. Páginas pessoais vêm tratando dessa temática, de variadas formas – inclusive com os chamados “blogs”, que são diários escritos na rede e abertos para comentários dos internautas. No site Mix Brasil o editor mantém um blog onde discute uma variedade de questões de forma pessoal com os usuários. A interatividade desses projetos permite, entre outras, a mobilização de um grande número de pessoas e a troca em tempo real de informações das mais variadas

fontes. Clipagem de notícias relacionadas à homossexualidade, por exemplo, são oferecidos em diversos sites e enviados, por email, aos usuários cadastrados. Os recursos oferecidos pela rede permitem ao usuário fazer sua própria seleção de informações e ainda intervir e interagir em diferentes espaços, inclusive criando-os. Pode-se ser “consumidor”, agenciador, produtor nos e dos espaços da rede.

A rede oferece a possibilidade de integração, de forma independente das distâncias e das fronteiras geográficas, tanto para o movimento homossexual organizado quanto para os homossexuais em geral, sendo já parte do cotidiano de uma parcela destes. O perfil de público do site Mix Brasil⁴⁰ aponta para uma parcela da população que faz uso da internet de forma freqüente ou diariamente – acessando o site todo dia (71%) ou quase todo dia (23%) e que tem uma renda pessoal elevada em relação à média da população – 22% entre 1000-2000 reais, 14% entre 2000-4000 e 58% mais de 4000 reais. (Mix Brasil, 2002a)

A recentemente criada ONG Pró-Conceito utiliza a internet para divulgar materiais de orientação quanto ao tratamento da questão homossexual e agenciar trabalho voluntário de monitoração da mídia, “observando, verificando e analisando qualquer ato direto ou indireto que represente negativamente a imagem dos GLBTs” (Pró-Conceito, 2002).

O grupo MGM destaca dois aspectos negativos para os homossexuais na internet: a sua utilização como “instrumento para a extorsão e a violência contra homossexuais, principalmente, nas salas de chat, onde falsos gays se infiltram e se insinuam, marcando encontros e tirando proveito da invisibilidade que alguns ainda possuem” (Braga, 2002) e o reforço do estereótipo que liga homossexuais e promiscuidade.

A preocupação com a valorização da imagem do homossexual atravessa o discurso do grupo – bem como o dos grupos organizados em geral –; em relação à internet essa postura produz uma valorização diferenciada dos sites:

"Não tem sido também de muita ajuda no sentido de derrubar o velho estereótipo que une homossexuais e promiscuidade, uma vez que os sites pornográficos proliferam numa proporção bem maior que aqueles ditos sérios e que se propõem a construir um sentimento de dignidade e orgulho

⁴⁰ Pesquisa on line realizada com usuários do site do Mix Brasil em abril de 2001.

do ser gay” (Braga, 2002).

O sentido da luta atual dos homossexuais organizados é reiterado: a construção da valorização do homossexual, de um sentimento de dignidade e de orgulho. A reação à imagem de “promiscuidade” rechaça a associação entre homossexualidade e pornografia, assim como viu-se no campo editorial de revistas. A internet parece oferecer cada vez mais espaço e possibilidades ao erotismo, à pornografia, à busca de prazer. A valorização de publicações e espaços na internet que fujam a este perfil é destacada na fala institucionalizada da homossexualidade, especialmente através de seus grupos.

Movimentos GLBT e GLS

Os termos GLBT e GLS convivem muitas vezes no mesmo espaço, sendo utilizados por vezes indistintamente. No movimento homossexual organizado, contudo, especialmente em materiais dos grupos homossexuais, o termo GLBT é o mais freqüente, usado para designar os indivíduos representados por estes – a chamada “comunidade” GLBT; GLS aparece mais comumente relacionado à abertura ao público em geral, especialmente quando se trata de espaços não restritivos, de espaços abertos de sociabilidade.

A distinção no uso das siglas serve para marcar diferentes territorializações sociais, nomeando diferentes “públicos”. No espaço da militância homossexual tradicional, o termo GLS é pouco empregado, aparecendo, em geral, associado a espaços externos aos grupos – às vezes como um espaço que pode “revestir” o território homossexual, como um limiar onde homossexualidade e heterossexualidade se tocam, separando-se, ou mesmo se imiscuindo em suas territorializações. Como a norma dominante seria “heterossexual”, esse espaço/limiar é tomado estrategicamente em sua possibilidade mobilizadora da “sociedade” (excluído o conjunto homossexual) em relação à homossexualidade; nesse sentido, a presença e participação de “simpatizantes” em atividades e/ou espaços homossexuais é não apenas bem vinda, mas incentivada. A diminuição do “preconceito” seria um dos efeitos obtidos nessa “aproximação”. À comunidade homossexual, contudo, reserva-se o termo que a especifica, GLBT

(GLBTT, GLT ou semelhantes).

Propondo a questão das siglas GLBT e GLS, a participantes da lista de discussão *listagls*, Nussbaumer (2001b) apresenta alguns posicionamentos adotados:

“GLBT, não inclui s (simpatizante), e incorpora b e t, então não me parece uma questão de mais adequada ou não, me parece apenas querer se fechar na questão de pessoas que gostam de outras do mesmo sexo (bissexuais incluídos, portanto), exclui simpatizantes então. Me parece dois públicos um pouco distintos.”

(...)

“[GLBT] ‘não se presta a ambigüidades, você necessariamente tem que se posicionar em uma das possibilidades’

(...)

“[GLBT é] ‘politicamente mais correta, por abranger bissexuais e transgêneros” .

Sobre esse movimento, outros participantes da lista apontam:

“porque não consideramos todas as outras ‘variações’? Como as Drags, os transexuais, os pansexuais, os bissexuais, etc.? (certa vez vi um estudo onde catalogaram 14 ‘orientações sexuais’). Já imaginou o tamanho da sigla???? GLSDTPB.....”

(...)

“se queremos incluir todos num ‘rótulo’ devemos adotar o abecedário completo”

(...)

“Fazer questão de estar representado na Sigla é só mais uma forma de apontar o individualismo – não sem motivo é claro – que os diversos grupos sexuais e sociais estão abraçando” (Nussbaumer, 2001b).

Em material da Associação da Parada GLBT de São Paulo, como se pode ver, o termo GLS é negado para representar a chamada “*cultura*”, comunidade ou movimento homossexual. O termo GLS é negado por estar associado ao *mercado*, sendo GLBT o termo considerado adequado para representar o *movimento social* homossexual. (Beto de Jesus – Alencar, 2002)

Além das diferentes designações em jogo em cada composição, pode-se perceber que cada uma dessas siglas (GLBT/GLBTT ou GLS) encontra-se associada a um determinado e distinto universo. O espaço da “*comunidade*” organizada, da militância homossexual, é representado pelas siglas que procuram designar suas variações internas – GLT, GLBT, GLBTT, etc. Falou-se até aqui de espaços, de

produções, de atividades, de público, de uma certa “cultura” GLS. E é à especificidade desse universo GLS – dos espaços e referências, do “contexto” histórico GLS – que passa-se agora.

“Os” GLS – cultura, estilo, mercado

A revista IstoÉ, em 2000, aponta para *uma possível vanguarda no movimento homossexual brasileiro*, representada pela figura de André Fischer e relacionada ao universo GLS. Fischer é diretor do Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual, editor do site Mix Brasil e responsável pela coluna GLS da Revista da Folha. (Marini, 2000)

“Acredito que esse movimento está apenas começando, há na sociedade o desejo de se renovar e é por isso que a estética e os valores da cultura GLS estão sendo incorporados cada vez com mais rapidez” (André Fischer – Ackermann, 2001)

O termo GLS teria surgido no Brasil no ano de 1994, durante a segunda edição do Festival Mix Brasil de Cinema e Vídeo, em São Paulo. Este festival, que vem sendo realizado todos os anos no Brasil desde 1993, apresenta produções artísticas que tratam da questão sexual, tornando-se “o maior e mais conhecido produto cultural direcionado ao público GLS no país” (Ackermann, 2001). O festival vem apresentando como subtítulos: festival das “manifestações sexuais” ou da “diversidade sexual”.

O uso do termo GLS teria cumprido a função de melhor identificar o público do festival, considerado não restrito a homossexuais. Assim, além dos termos já tradicionais, gays e lésbicas, a concepção GLS abarcaria também aqueles que circulassem nos ambientes de sociabilidade homossexual. O perfil do público, divulgado a partir de pesquisa durante o mesmo, seria o de classe media alta – “consumidores em potencial”, destaca Nascimento (1996).

Sobre o surgimento do termo GLS, Fischer comenta:

“Em 1994, estávamos procurando um símbolo que incluísse as pessoas identificadas com a alegria, o estilo de vida e as necessidades do mundo gay, para usar na divulgação da segunda edição do festival. O público

*heterossexual crescia nos nossos eventos e era necessário criar um símbolo para isso. Numa reunião, surgiu o termo gays, lésbicas e simpatizantes. No encontro seguinte, uma das participantes, a publicitária Camila Rabelo (...), escreveu as iniciais das três palavras, virou para o grupo e disse: ‘É isso.’ Saímos convencidos de que a marca era de assimilação fácil e o S, de simpatizante, poderia abrigar, ao mesmo tempo, homossexuais sem disposição de assumir e heterossexuais que admiram o estilo de vida gay” (André Fischer – Marini, *Além do armário* – entrevista com André Fischer, 2000).*

Sobre o tema do Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual:

“uma jornada de cinema, festas e exposições sobre gays, lésbicas, travestis e ‘pessoas com atitudes, comportamentos, caminhos de vida e opções sexuais pouco convencionais’, como o próprio Fischer gosta de definir” (André Fischer – Marini, 2000).

Sobre o subtítulo “diversidade sexual” para o Festival:

“A idéia é colaborar para a ampliação do nível de tolerância das pessoas, não só no caso dos gays e lésbicas, mas também em relação a uma série de comportamentos, atitudes, caminhos sexuais e opções de vida pouco convencionais. (...) nosso objetivo, ao chamar a atenção para essas coisas, é ampliar os limites da discussão. Com tanta variação, não há motivo para colocar as pessoas em ‘gavetas’ de homossexuais, heterossexuais, bissexuais, ou de qualquer outra coisa” (André Fischer – Marini, 2000).

Em 2001, a Revista dos Bancários anuncia o “fim do mundinho”, apontando para a assimilação da cultura gay por um público mais amplo: “O mundinho virou mundão” (Ackermann, 2001). O Mercado Mundo Mix é destacado nesse movimento:

“a idéia era atingir pessoas com postura de vida alternativa, não necessariamente os homossexuais. ‘No universo GLS a postura é de vanguarda, por isso eles foram os primeiros a ter interesse pelo projeto. Com o tempo a sociedade assimilou esse movimento, que possui alguns fundamentos anárquicos. Não é apenas um local de consumo, é muito mais que isso.’” (Ackermann, 2001).

Ao lado de uma “cultura GLS” passa-se a falar também em uma “cultura mix”, envolvida em iniciativas que deram suporte à constituição de espaços GLS, tais como o Festival Mix Brasil, o Mercado Mundo Mix e o site Mix Brasil.

"os GLS, gays, lésbicas e simpatizantes, termo oficializado pela cultura Mix, promoveriam uma cruzada nacional em prol do respeito às diferenças e às minorias sexuais" (Nascimento, 1996, p. 50 – grifos meus).

O conceito, os espaços, o mercado e a sociabilidade GLS destacam-se como um momento diferenciado no que pode-se chamar de movimento homossexual no Brasil; momento em que eventos relacionados a princípio à homossexualidade tornam-se cada vez mais permeáveis a outras “manifestações” da sexualidade, perdendo seus contornos e diferenciações mais precisas. Assim, não apenas dificulta-se a distinção das fronteiras demarcadoras/divisoras das sexualidades até então reconhecidas, como também ampliam-se as possibilidades de significação dentro do campo da sexualidade; *manifestações* da sexualidade como termo mais genérico e impreciso quanto a possibilidade de definições de “tipos” de sexualidade. Com os termos da “cultura mix”, a imprecisão ganha seu espaço e a diversidade é celebrada.

Mas, ao lado dos lugares da homossexualidade ou do homossexual que ainda permanecem marcados, surge uma nova possibilidade de identificação, a de “simpatizante”.

Se, ao supostamente referirem-se a “uma mesma classe de indivíduos”, esses discursos constituem “um lugar para estes indivíduos, constitui-se um modo de subjetivação, uma posição a ser ocupada, um papel social, um lugar na cena social, uma posição subjetiva” (Nascimento, 1996, p. 50), quais as possibilidades indicadas nessa nova figura, qual ou quais posições se abrem, se tornam possíveis quando se fala em “simpatizantes”?

Os Simpatizantes

Inicialmente, “simpatizante” aparece como uma possível categoria para a “heterossexualidade” em relação aos domínios da homossexualidade ou das “sexualidades não normativas”, em termos de sociabilidade. Simpatizante, “S”, mostra-se como correlativo a um espaço e a uma posição em relação à homossexualidade; relativo a uma forma de sociabilidade que atravessa espaços marcados da “homossexualidade”. O simpatizante é, assim, aquele que compõe a *cena social* homossexual sem se identificar por critérios sexuais, a princípio.

“há heterossexuais que não pensam nem agem de maneira preconceituosa com gays e lésbicas: são esses os famosos simpatizantes. Eles são chamados assim porque conseguem perceber e se sensibilizar com a situação delicada que nós, homossexuais, nos encontramos.” (Leonel, 2002b)

A posição de simpatizante comporta a possibilidade de não identificação, mas de proximidade com a homossexualidade. A partir de uma posição não fixada na relação direta com a sexualidade, abre-se espaço para a “ambigüidade” ou a indefinição.

“Simpatizante é uma coisa muito interessante do ponto de vista de política sexual, é uma pessoa que não tem nada contra, pelo contrário, está lá compartilhando. Por exemplo, estabelecimentos GLS – você vai e encontra homossexuais, heterossexuais dançando juntos. Acho que teoricamente seria um estado desejável, onde não houvesse mais gueto. Só que a gente acha que muitas vezes o S é mais de “suspeito” que de “simpatizante”. (risos)” (Trevisan, 2000)

Do ponto de vista de uma definição sexual, o “S” abre-se como um espaço possível de “transição” em um “processo” de aceitação, de assunção de uma condição homossexual: “o simpatizante, muito freqüentemente, é ainda um estágio não totalmente aceito da própria homossexualidade, e essa fluidez eu acho que não dói tanto assim.” (Trevisan, 2000).

A posição de simpatizante pode ser “suspeita” por comportar uma ambigüidade, uma indefinição – ou melhor, uma não definição sexual.

A aproximação de ambientes e de lutas identificadas como homossexuais, a demonstração de afinidades com esse campo sem a auto-identificação sexual tanto pode torná-lo menos restritivo quanto contribuir, senão para a erosão das fronteiras demarcatórias, para novas possibilidades de identificação ou simplesmente não identificação em termos sexuais ou de sexualidade.

“Uma grande aquisição do movimento homossexual da década de 90 foi ter encontrado essa definição, que é a definição da ambigüidade brasileira no melhor sentido, é utilizar exatamente essa coisa que falei da ambigüidade para criar um conceito político adequadíssimo, porque você vai pensar em ampliar o gueto ou destruir o gueto através disso. É uma idéia, em princípio, da democracia social. E como é que apareceu esse conceito? Por causa de um carro! Essa foi a grande sacada. É o modelo GLS, (risos) ou seja, já utilizaram uma coisa consagrada popularmente, quase no inconsciente coletivo. Então virou um conceito superdisseminado, fácil e

pronto.” (Trevisan, 2000)

Se o campo da homossexualidade é tratado comumente como GLBT, e assim é definido e especificado como “comunidade” (entre suas “variações” ou possibilidades), a referência ao “S” leva às fronteiras desse território demarcado, fronteira onde as questões específicas de diferentes denominações se perde para se falar em um terreno comum, indiferenciado, em um limiar a partir do qual se pode passar a outro(s) domínio(s).

“Da mesma maneira que é fundamental a existência, multiplicação e propagação de filmes de temática GLBT para fins de visibilidade, é importantíssima a produção de filmes simpatizantes que abordem temas fronteirços e comuns tanto a héteros como homossexuais e que ajudam a diminuir o preconceito em relação aos últimos” (Leonel, 2002b)

Destaca-se o caráter político do uso desses termos, seja quando situam, oferecem posições, demarcam territórios, seja quando diluem as fronteiras e indiferenciam os “seres sexuais”.

Nesse limiar de passagem entre domínios (como da sexualidade, à cultura, à sociabilidade), nessa não referência direta ao sexo, à sexualidade, surgem outras possibilidades de referência que escapam aos pressupostos da identidade sexual – ou seja, a ancoragem na prática/relação sexual pela sexualidade.

Aponta-se, no “terreno” GLS e em especial no “espaço”/lugar/posição S, para uma configuração do que se poderia chamar de um estilo de vida apoiado em referências a princípio homossexuais, como as festas e a noite GLS. Esses termos, “autonomizados” em relação ao seu conjunto de referenciais “primários”, presta-se a novas designações, novas ancoragens.

“Maldosamente chamados de suspeitos ou confundidos com bissexuais, os simpatizantes são pessoas cuja opção não é necessariamente por pessoas do mesmo sexo, mas que se sentem melhor em ambientes gay. De que outra forma explicar os casais heterossexuais convictos que povoam a vida GLS da cidade? São os “Gays De Cabeça”, cujo círculo de amizade é composto basicamente por gays.” (Fischer, *Os gays de cabeça*, 1997a)

“A professora de Inglês Adriana Simi, 26 anos, heterossexual que se inclui no S da sigla, frequenta bares e boates gays sem nenhuma restrição. ‘Ser gay é mais do que preferência sexual. É uma filosofia de vida. Além disso,

adoro dançar e a noite GLS é maravilhosa’, elogia.” (Gullo, 1998)

A transitoriedade, o descompromisso com o domínio do sexo, da sexualidade, com seu poder de nomear, esclarecer, dar a ver e dar sentido(s), mostrar-se como o lugar da verdade de si mesmo, e, portanto, o descompromisso com relação a uma política de identificação sexual, pela sexualidade, apresenta-se como possibilidade de ruptura com o dispositivo de sexualidade, de identificação/identidade sexual, com a construção de si passando pela “verdade de seu sexo”.

Classificação não diretamente “fundada” em (sustentadas por) práticas sexuais, pode se oferecer como espaço diferenciado (do da afirmação/assunção homossexual) para subjetivação, de tal forma que o exercício da(s) sexualidade(s), não sendo sua referência, possa ser sua possibilidade – problematização colocada pela “desconfiança” quanto à “ambigüidade” da posição de “simpatizante” no meio, na cultura, nos espaços da(s) homossexualidade(s), alterado sob o termo/concepção GLS.

A “suspeita” recai sobre a não identificação, pressupondo a identidade como realidade, *a priori*. A posição de “suspeito”, posição de “ocultação” (pressuposta), nesse sentido, coloca o “armário” como um “lugar” que guarda a possibilidade de não cumprimento e/ou subversão da ordem de identificação, levantando uma possibilidade de enfrentamento e de crítica a essa política, a esse modo de vida que incita à assunção de uma identidade e sua visibilização – tal como vê-se na fala do cineasta Bruce LaBruce, durante o 5º Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual:

*“Acho que a venda do modo de vida gay para a América vai contra o impulso original do homossexualismo, que é meio subversivo. Nos anos 50 e 60, a cena gay underground era um lugar para pessoas rejeitadas pelo mainstream. Agora, é um outro estilo de heterossexualismo. Como homossexual você pode ver a sociedade mais objetivamente. O armário possibilitava uma vida dupla, de onde você podia entrar e sair, como um espião.” (Araújo e Capó, *Mix Brasil: LaBruce defende “vida no armário”*, 1997).*

Na cultura, no meio GLS as denominações, as identificações preestabelecidas parecem ter menor eficácia, sendo a possibilidade de estabelecimento de relações a tônica do discurso, sem compromisso com formas predeterminadas.

“Cada vez mais se fala no tal mundo e cultura GLS (gays, lésbicas e

simpatizantes), uma dimensão (geográfica e subjetiva) na qual qualquer maneira de amor vale a pena.” (GAPA-BA, As Caras da (Homos)Sexualidade - visibilidade e cidadania, 2000)

Não mais se buscaria “uma cara” homogeneizadora, condensadora de uma ou d’A homossexualidade, mas “incontáveis caras” da(s) (homos)sexualidade(s): arco-íris, variedade, diversidade, multiplicidade... Na “cultura mix”, tudo parece se misturar, tudo parece ser composto e recomponível.

“Tenho ótima relação com a minha família e nunca tive nenhum problema em assumir que tenho namorado. Mas não quero que me rotulem de gay porque não sei como será no futuro. Quero ter o direito de não ser cobrado se tiver vontade de voltar a ter uma namorada. Vivi o preconceito às avessas anos atrás, quando pensei em ter um relacionamento com uma mulher e os amigos caíram de pau.” (André Fischer – Marini, 2000)

Identidade do Diverso

Passa-se a falar em um *faça você mesmo* quanto à identidade sexual. Esse discurso dirigido à individualidade do indivíduo propõe a composição, por *bricolage*, de uma identidade própria, adequada às particularidades de cada um. Vê-se no site Mix Brasil, seção Psi, um texto exemplar nesse sentido, intitulado “Identidade Sexual: Faça você mesmo seu modelo exclusivo!” (Nascimento, 2002).

Em uma resposta às *imposições* de uma certa identificação sexual, a das categorias estanques e prefixadas – identificadas como pacotes fechados vendidos no “supermercado da vida” –, o texto caminha em defesa da criação, pelo indivíduo, de sua própria *montagem* da sexualidade:

“A sexualidade é como aqueles jogos de montar: você pode imitar as sugestões da embalagem ou pode criar o que você quiser misturando os elementos. A vantagem é que os elementos de Eros são mais fluidos e infinitos, vai depender de sua liberdade em seguir sua imaginação criativa, combinar os objetos de seu desejo, criar roteiros de suas fantasias e, claro, ter carinho, cuidado, ternura com o outro.” (Nascimento, Identidade Sexual: Faça você mesmo seu modelo exclusivo!, 2002).

Os elementos, os objetos de desejo se relativizam, tornam-se parcialidades recomponíveis, organizáveis em composições distintas e mutáveis. Os elementos da

sexualidade, suas peças, recomponíveis, se preservam. “Uma fantasia, um desejo, um comportamento pode ou não vir acompanhado de outros traços. (...) Na realidade um desejo nem sequer exclui o outro” (Nascimento, 2002).

Nega-se a verdade do “homossexual” *genérico*; o(s) sentido(s) da experiência de cada um se dá(ão) na relação consigo, na vivência de seus desejos, que são “fluidos”. O sentido se faz na interioridade do homem, nos domínios subjetivos, na individualidade de cada ser e conforme uma construção ética.

O indivíduo é chamado a construir a própria identidade, “libertando-se” da imposição de categorias mas exercendo-se conforme e preservando sua lógica – da identificação e da sexualidade.

“E cada um vai solucionar isso de acordo com suas próprias convicções emocionais, partindo de uma determinada ética... Poderíamos dizer que não somos nada, apenas desejamos o que for...” (Nascimento, 2002)

Nas configurações dessa diversidade resultante, a identidade homossexual, como estratégia global, reaparece como “eixo de conexão do disperso” (GAPA-BA, 2000). A identidade (homos)sexual, como “intersecção possível entre esses personagens sociais tão múltiplos”, na diversidade e heterogeneidade do campo (homos)sexual, torna-se identificação por/com “uma questão social em comum”:

“Com certeza não se trata de uma ‘etnia’ coesa e homogênea. Mas, com toda diversidade e heterogeneidade, a intersecção não só existe como possui um grande potencial mobilizador e convocatório” (GAPA-BA, 2000).

Buscando não substantivar a identidade homossexual, texto recente do GAPA-BA – Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS, da Bahia –, propõe-na como a força mobilizadora e convocatória para a luta política, numa estratégia de *reunião do “diverso”*:

“Me parece que esse é o convite feito por eventos como as Paradas do Orgulho Gay: vamos para as ruas, mesmo que seja naquele dia e naquela hora, para ocupar a cidade, denunciar intolerâncias, celebrar vitórias e reivindicar direitos, mostrando que ao mesmo tempo que somos tão diferentes somos também parecidos com todo mundo. E, como todo mundo, somos sujeitos de direitos e queremos felicidade e respeito.” (GAPA-BA,

2000).

Nas lutas pela conquista de direitos em que grupos homossexuais (ou afins) se encontram envolvidos, torna-se indispensável alcançar uma determinada “visibilidade” estratégica, marcando posições: “é também fundamental invadir o debate público para que a ‘nossa questão social’ seja despida dos tabus e amarras morais que ainda insistem em negar nossa plena cidadania” (GAPA-BA, 2000).

Estabelecer identidade, convocar, reunir, articular como grupo, buscar inclusão/reconhecimento como particularidade num conceito mais abrangente são passos adotados nessa política; é o apelo aos direitos do *homem* e aos direitos do *cidadão*.

“Visibilidade é das palavras mais recorrentes no movimento homossexual. A palavra pode ser traduzida na possibilidade de ter a existência reconhecida, pelo resto da sociedade, por meio de uma exposição, sem culpas, da opção sexual. A introdução desse conceito nos últimos anos é um dos avanços que possibilitou aos homossexuais, sobretudo aos homens, saírem dos guetos e vivem [sic] como cidadãos plenos.” (Fischer, *Lésbicas invisíveis*, 1997c)

No palco da militância, “a visibilidade é um instrumento crucial para a conquista dos direitos da cidadania homossexual” (Capó, 2000) e a promoção da “saída do armário” sua efetivação indispensável, comprometendo o indivíduo com uma condição de “grupo”, com uma *mesma condição* compartilhada entre uma parcela da população. Marcam-se, ao mesmo tempo, os espaços ocupados socialmente por essa população – na valorização quantitativa e qualitativa de uma população homossexual.

Reunião do Diverso

Junto à escalada do discurso da *diversidade*, com a gradual “diversificação” nos discursos e práticas, o espaço das identidades fixas começa a se maleabilizar, a se flexibilizar e mesmo a se relativizar. Pode-se anunciar o *fim do gueto*:

– **“Atenção, povo: o gueto acabou!”** (Folha de São Paulo, anunciando o lançamento da revista SuiGeneris – Jackson A, 1997);

– “a cultura gay tem sido absorvida por um público cada vez maior”,

“*o mundinho virou mundão*” (Revista dos Bancários, mostrando crescimento e ampliação de espaços da cultura/mercado gay ou gls – Ackermann, 2001);

– “*Não faz mais sentido colocar as pessoas em ‘gavetas’ de homo ou hetero*” (Revista Isto É, identificando uma “vanguarda” no “ambiente gay brasileiro” em torno da figura de André Fischer, do Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual e do termo GLS – Marini, 2000).

Em tempos de diversidade e de cultura gls, produz-se um certo efeito de “invisibilização” da (homos)sexualidade. O espaço aberto a simpatizantes, concretamente, dificulta identificações:

“O interessante desse movimento de criação de nichos de sociabilidade e de solidariedade é que eles tendem a assumir um efeito duplo: nos tornam, ao mesmo tempo, visíveis e invisíveis.

Invisíveis porque, no varejo, cada um de nós pode entrar e sair desses espaços (ir a boates, ler os livros, ver os filmes, etc.) sem que necessariamente todo mundo fique sabendo de nossa orientação sexual.

Visíveis porque, para dar conta desse ávido e cada vez mais amplo mercado de consumo de símbolos e produtos GLS, ocorre uma ocupação literal do espaço urbano e da mídia. Nunca se falou e se mostrou tanto as diversas ‘caras’ da (homos)sexualidade, ainda que, invariavelmente, de modo equivocado.” (GAPA-BA, *As Caras da (Homos)Sexualidade - visibilidade e cidadania*, 2000).

Uma diversidade de caras da(s) (homos)sexualidade(s) sai, como conjunto, do armário.

A aparente contradição de uma *unidade* diversificada (semelhança que se perderia ao longo de suas variações) resolve-se pela *reunião no diverso*, pela identidade como compromisso social, para além do compromisso consigo, fazendo funcionar, dando novo fôlego aos movimentos e discursos homossexuais. Prescindindo agora de fronteiras bem estabelecidas, esse movimento ganha com a mobilização de uma gama maior de *figuras* possíveis/reconhecíveis (num jogo de variações e composições que estende o campo de identificação), de um contingente maior mobilizado, podendo prescindir de uma identificação fixa.

Com a fragmentação e flutuação das identificações e com a localização desse mecanismo no âmbito individual, seu funcionamento é potencializado: a “grade” de identificações torna-se secundária e não fixa – a grade, como saber disponível e

recomponível individualmente, passa mais a *servir* ao ato de identificar que a guiá-lo, determiná-lo, prefixá-lo –; o ato (o funcionamento) de identificação sexual como que “emancipa-se” da prioridade da grade (como saber pronto, categorização fixa, fixada), “trazendo à tona”/destacando, intensificando o uso de regras básicas de uma formação discursiva (de sua “lógica”): formação de objeto, forma de si como objeto de saber, objetivação de si-subjetivação pela via da identidade sexual, como um *ser, sujeito sexual* – as regras da formação de si como objeto/sujeito de um saber relativo aos domínios da sexualidade –; secundária e “facultativamente” como um “ser” sexual já dado – identificável entre as formas (re)conhecidas de sexualidade. Com isso, liberto de *amarras* prefixadas, o indivíduo torna-se “livre para identificar-se”.

Libertos de categorias prefixadas, cada qual pode mapear-se, categorizar-se, recriando-se nas e recriando as grades do saber.

A difusão e intensificação desse movimento e de sua utilização particularizada (com o “faça você mesmo”) – colocando o indivíduo concreto como o conhecedor prioritário de si, o detentor/disponibilizador de “si” como objeto de saber, como quem pode efetivamente *significar-se* – faz proliferarem as “respostas”, os sentidos, as configurações, as “realidades” reconhecíveis no campo “sexual” e, com isso, pensa-se, abre-se também a possibilidade de, nessa “expansão” – desse mecanismo de identificação do dispositivo de sexualidade –, se aproximarem, se imiscuïrem, compartilharem-se territorializações (onde domínios se sobrepõem), passando a funcionar em outros domínios, deslocando-se, desprendendo-se da significação *sexual*.

A “cultura”, a “sociabilidade”, o “mercado” (entre outros) aparecem como domínios que não mais servem simplesmente ao sexual, compondo com suas formulações, mas que, se imiscuïdo em suas formações, se avizinhandos dos domínios da sexualidade e com ela compartilhando territórios, elementos, significações, podem se autonomizar na formação desses enunciados (“compartilhados”), que se deslocam então do campo sexual para outros ou novos campos, tendo-se, com isso, a emergência de uma proliferação de “novos sentidos” em enunciados que, formulando aparentemente a “sexualidade”, já não se ancoram obrigatoriamente em práticas de cunho sexual. Como conteúdo, em suas formulações, o sexual tanto pode significar nesses domínios quanto apenas compô-lo como mais uma de suas peças, deslocando-se de sua pretensa fundação no sexo.

A sexualidade estaria hoje, e dessa forma, em vias de prescindir do sexo?

Ou estaria o sexo como sexualidade tornando-se mais um elemento (maquínico, funcional) proliferador de sentidos que um pretense “fundador”?

Em seu mais alto grau de funcionamento, em seus espaços de proliferação, a “sexualidade” parece esgotar-se, perder forma de *compromisso fundador*, alimentando outras formas de territorialização, servindo a outros domínios.

Contudo, o discurso homossexual identitário continua a marcar seus espaços no contexto da diversidade sexual. A tensão entre a identificação e a construção de si encontra-se lançada na relação consigo. Diferença ainda submetida à semelhança, cada indivíduo é impelido à experiência de “esclarecimento” de suas verdades – *apenas sua, só você pode saber de si, só se pode contar consigo,...*

Instrumentos de esclarecimento são colocados à disposição do indivíduo.

“Nunca se falou tanto de homossexualismo no Brasil. Adolescentes às voltas com dúvidas sexuais agora dispõem de outras saídas além de inquietar-se às escondidas. Só na Internet, há 50 sites brasileiros que tratam do assunto. Um deles oferece um manual de auto-ajuda para quem planeja revelar que é gay. Aos interessados, também está reservada uma profusão de livros, lançados por quatro editoras que têm selos específicos para o público – Rocco, Record, Siciliano e GLS. Proliferam publicações especializadas. Editada desde 1995, a revista ‘Sui Generis’ mantém tiragens em torno de 20 mil exemplares com vendas em banca. Tem leitores a partir da faixa etária dos 15 anos e estampa na capa atores famosos – na maioria das vezes heterossexuais – ou casais gays. ‘Foi-se o tempo em que homossexualismo era um tema clandestino, tratado nas sombras’, diz o editor da Revista, Nelson Feitosa.” (Santa Cruz e Vieira, ‘Homossexualismo – Assumir faz a diferença’, 1999, p. 48-9)

O site Mix Brasil dispõe de um espaço específico para tratar de questões de identidade, a Coluna Identidade (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/hid.shl>), na qual são oferecidos diferentes materiais e serviços dirigidos aos usuários:

- Seção Pesquisas (<http://mixbrasil.uol.com.br/pesquisa/pesquisa2002.shl>), com o perfil do público do site realizado através de pesquisas on line anuais;
- Páginas Pink (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/pinkpages.shl>), com anúncios de profissionais e prestadores de serviços simpatizantes;
- Seção Nossa Língua (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/lingua.shl>), com um glossário de termos e sinais utilizados entre homossexuais e “outras tribos” –

“A comunidade GLS é diversa como a própria sociedade humana. Uma

das maneiras de se criar uma identificação com seu grupo é a forma como você se refere a ele. E é aí que começam as falhas na comunicação. Para não correr riscos, e cometer gafes imperdoáveis, aprenda o rico vocabulário usado por 3 dessas tribos: Gays e Clubbers, Travestis (Nagô) e Leather (SM). Os emoticons servem para condensar expressões entre cybernautas” (Mix Brasil, *Seção Nossa Língua*, 2002f) –;

– Seção Psi (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/hpsi.sh>), sob a responsabilidade de um psicanalista colaborador do site, oferecendo esclarecimentos por email e apresentando textos sobre questões ligadas à homossexualidade –

“Dúvidas? Perguntas sem respostas? Problemas? Situações mal resolvidas? Sugestões? Não esqueça de preencher seu e-mail corretamente para facilitar a resposta. Envie e-mail para...” (Mix Brasil, *Seção Psi*, 2002g) –;

– Seção Cartilhas (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/cartilhas.sh>), que apresenta um conjunto de textos chamados de “cartilhas”, contemplando diferentes temas e situações ligados à homossexualidade: a descoberta da própria homossexualidade (“Será que sou gay?”), esclarecimentos para a família sobre a homossexualidade de seus filhos (“Dá pra entender”), o momento de revelar-se homossexual (“24 dicas para a hora de sair do armário”) e o retrato de uma vida satisfatória “fora do armário” (“Guia para satisfação entre adolescentes gays”). (Mix Brasil, *Coluna Identidade*, 2002c)

Tomadas entre os discursos homossexuais atuais, essas cartilhas constituem a parte final da análise histórica aqui realizada.

5. DA HISTÓRIA – DISCURSOS

Na análise histórica de um conjunto de discursos e práticas do que se chamou de um *movimento* homossexual no Brasil, foram demarcadas três grandes linhas discursivas que se impõem em diferentes espaços e momentos. Cada discurso correspondendo aqui a um conjunto diferenciado de práticas, estratégias, objetivações. Inicia-se pela demarcação dessas linhas discursivas, seguida de uma breve recomposição histórica e, ao final, a apresentação e análise das cartilhas on-line do site Mix Brasil, como material atual.

Três linhas discursivas impuseram-se ao longo da composição histórica realizada: o discurso de uma identidade homossexual constituidora do movimento, o discurso da afirmação de uma diversidade sexual a partir do campo de luta homossexual e o discurso gls, como uma diferenciação mais recente.

Discurso “homossexual”. Tem-se a afirmação de uma *identidade unitária*, numa grande partilha entre homo e heterossexualidade – bi como posição não suficientemente marcada, não fixada, transição entre posições, aparece como lugar de desconfiança, levantando a “suspeita” de uma homossexualidade “enrustida”, encoberta, não assumida, como num “pacto” com a heterossexualidade, o padrão “normal”. Discurso estreitamente ligado ao campo de militância, num plano político identificado pela ação dos grupos nos primórdios de um movimento de construção e afirmação de uma identidade homossexual; discurso ligado à constituição da própria militância.

Discurso da “diversidade”. Esse discurso marca uma variedade de posições possíveis, abrindo para composições e identidades “fragmentárias” em contraposição aos grandes modelos identitários, às grandes categorias.

Um novo esquadrinhamento, um re-mapeamento do campo da sexualidade traz “à luz” suas variações, fala-se em sexualidades; momento de reivindicação de reconhecimento de outras “diferenças assinaladas” no campo das sexualidades. A individualidade de cada condição.

Discurso ligado a um campo de militância ampliado, num movimento

político disseminado, difundido no corpo social; inscrito nos domínios dos direitos humanos (direitos universais) e dos direitos civis (cidadania), o discurso é de luta pela liberdade de expressão das sexualidades.

Essa configuração em termos de diversidade sexual faz parte da história recente e atual de um movimento homossexual mais disseminado no corpo social, acompanhando crescentes segmentações no campo da homossexualidade – diferentes designações sexuais surgem a partir desse campo e desse movimento.

O campo da homossexualidade segmenta-se e avança seus limites, *proliferando “sentidos”, divisões e identidades.*

O esquadramento dos campos da homossexualidade, no compasso desse processo de visibilização, dá a ver, nomeando, uma variedade de possibilidades, de posições assumidas(veis), identificadas(veis). Nesse “panorama”, a luta por reconhecimento alarga-se da “homossexualidade” para a “diversidade sexual” – emerge a (homos)sexualidade, as (homos)sexualidades, no campo flexibilizado das sexualidades.

A princípio, deslocando-se o foco das identidades dominantes e de seus antagonismos, o que (re)coloca a própria heterossexualidade no jogo da(s) sexualidade(s), ampliam-se as possibilidades de identificação e reconhecimento nos domínios da sexualidade. Dota-se o indivíduo da prerrogativa do saber sobre si, recorre-se a um agenciamento individual do saber, à significação particular de uma experiência, na mesma medida e ao mesmo tempo em que oferece-se um campo de saber normatizado, legitimado, como suporte para essa ação “particular”. Esse saber disponibilizado para agenciamento pelo indivíduo passaria, para o campo da subjetivação, pelo seu investimento em um conjunto de práticas que comporiam uma tecnologia de si; tecnologia voltada para a construção *de si como um sujeito sexual*, entendida e difundida no discurso da afirmação (homos)sexual como processo de esclarecimento, de *desenvolvimento de uma identidade e de uma consciência (homos)sexual.*

Por um lado, se neste movimento as grandes divisões identitárias parecem ameaçadas, perdendo o contorno preciso de suas fronteiras – em relação ao momento anterior – e a identificação pela sexualidade parece flexibilizada, sujeita ao próprio indivíduo, contempla-se o que parece um “apogeu”, um momento altamente produtivo da política identitária da sexualidade que, como dispositivo produtivo, faz proliferar as

possibilidades de identificação e as coloca para cada indivíduo. Em seus extremos, este discurso convida a cada um compor sua *própria* identidade sexual.

Este discurso das variações no campo da sexualidade, da diversidade de condições da ordem da sexualidade, obedece às mesmas regras do discurso homossexual como identidade unitária, entre as grandes categorias polarizadas (homo e heterossexualidade), deslocado, porém, seu foco de determinação para a individualidade – ficando as divisões da sexualidade sujeitas à individualização. Cabendo, como compromisso, ao indivíduo a determinação, a designação de sua própria condição, as possibilidades de identificação sexual se amplificam, mantendo relativamente em aberto a categorização e colocando em segundo plano as categorizações previamente realizadas.

Pensa-se em uma mudança no funcionamento discursivo, uma mudança no campo de enunciação entre os discursos de afirmação homossexual do início do movimento e os discursos da diversidade sexual, a partir do deslocamento do ponto de agenciamento do saber claramente para o indivíduo, o que pode comportar novas possibilidades, em diferenciação com as categorizações prévias, historicamente constituídas. Essa mudança poderia conduzir a duas vias de subjetivação – utilizadas aqui para marcar contraste, mas não como vias puras, exclusivas:

– a configuração desse campo em abertura para modos de subjetivação em diferenciação com o da identificação sexual, que podem ser lidos como linhas de fuga dos enquadramentos (grades de saber-poder) efetuados no dispositivo de sexualidade. A margem de luta, de ação do indivíduo poderia estar sendo estendida, a subjetivação se realizando em agenciamentos micropolíticos não capturados por linhas políticas instituídas, entre movimentos de captura e “fuga”;

– a configuração desse campo conforme o funcionamento de um modo de subjetivação atrelado às questões identitárias. Contrastando com as possibilidades em aberto do primeiro caso, aqui se enfocam grandes linhas de subjetivação marcadas por modos de produção historicamente instituídos, em que predominam as formas conhecidas de uma política sexual identitária que conduz o indivíduo às categorizações prévias, às “grades”. Podem ser lidas aí formas de “dominação”, ou melhor, de assujeitamento histórico, com a inscrição do indivíduo em cadeias de saberes e poderes que caracterizam o dispositivo de sexualidade.

É a esta segunda questão que o olhar aqui lançado sobre a identidade sexual impele diretamente. É nesse sentido que a análise aqui conduzida vem se produzindo, abrindo caminhos para discussão. É nesse sentido ainda que o posicionamento crítico específico do momento desse trabalho impele a discussão e apresenta seus “resultados”, fazendo pensar⁴¹. De acordo com as possibilidades e os caminhos escolhidos e indicados ao longo dessa pesquisa, acompanha-se a sobrevivência em transformação do dispositivo de identificação pela via da sexualidade, de forma cada vez mais disseminada e produtiva.

Tem-se claro que esta análise não descarta a certeza de que, a todo momento e num mesmo processo de subjetivação, muitas e diferentes linhas subjetivantes se cruzam, compõem ou se perdem.

No caso dos discursos gls, porém, pensa-se numa possível abertura para outros modos de subjetivação que poderiam vir a marcar uma ruptura no dispositivo de sexualidade, ao menos na forma como este vem se caracterizando e podendo ser reconhecido nesse estudo.

Discurso “gls”. Deflagrado a partir de um conceito de “público”, emergindo no plano do “entretenimento”, da “diversão”, agenciado pelo mercado, pela cultura, pela mídia. O termo gls vem marcado pelo mercado, como “público”, como “consumidor”.

Marcado, a princípio, como ou por uma forma de sociabilidade, a posição do “S”, de simpatizante, marca também o lugar da desconfiança em relação à “condição” sexual, pois esta é uma posição não marcada previamente como “sexual”.

O S, simpatizante, como posição que emerge entre as práticas localizadas no terreno da homossexualidade, mas que se oferece como não fundada, não referida necessariamente ao campo das práticas sexuais, não servindo (não sem “ambigüidades”) à identificação sexual.

Tem-se um discurso surgindo no limiar entre domínios, entre sexualidade e sociabilidade, cultura, mercado. Vê-se configurar um espaço de articulação, ponto de passagem para outros domínios a partir da sexualidade.

Colocando-se no limiar entre diferentes domínios, esse discurso faz pensar

⁴¹ Trata-se da subjetivação em relação à temática da identidade sexual correlativamente: a partir de um campo de discursos e práticas, como parte de um jogo onde ela aparece como um espaço de ação/enunciação e um modo de saber e de exercer-se colocado aos indivíduos concretos.

em uma possível ruptura com o mecanismo de identificação sexual, com a identidade sexual, por uma posição de *descompromisso* com a “verdade” do sexo.

A transitoriedade, o descompromisso com o domínio do sexo, da sexualidade, com seu poder de nomear, esclarecer, dar a ver e dar sentido(s), mostrar-se como o lugar da verdade de si mesmo, e, portanto, o descompromisso com relação a uma política de identificação pelo sexo, pela sexualidade, apresenta-se como possibilidade de ruptura com o dispositivo de sexualidade, de identificação/identidade sexual, com a construção de si passando pela “verdade de seu sexo”.

5.1. CONSTRUÇÕES DE UMA IDENTIFICAÇÃO HOMOSSEXUAL NO BRASIL

Durante as décadas de 70 e 80, as práticas e os discursos do movimento homossexual que se organizava dirigiam-se prioritariamente à construção de uma *identidade homossexual totalizadora, unitária* – que possibilitasse a própria mobilização/constituição de uma militância homossexual –, contraposta à heterossexualidade, identidade dominante, a norma.

Após os impactos da Aids, por volta de meados dos anos 80 e chegando à década de 90, a reconstrução de um movimento ligado à homossexualidade no Brasil se faz já com a mobilização de uma parcela maior da população, de forma mais abrangente e diversificada, em diferentes tipos de instituições, com a participação já não exclusiva de indivíduos identificados como homossexuais.

Relacionados ao “contexto Aids” e à passagem dos anos 80 aos 90 no Brasil, acompanha-se a associação direta homossexualidade-Aids, inicialmente, e seus impactos no movimento homossexual organizado de então, considerado em *crise* após seus primeiros momentos; a “reativação” e os novos rumos desse “movimento” após esse período e uma gradual queda da identificação restrita com a Aids; a permeabilização das fronteiras dos terrenos de ação política e social historicamente ligados de forma (r)estrita à homossexualidade e à identificação sexual de seus participantes; a abertura de novos espaços conectados com questões relativas à homossexualidade, de forma não restrita, marcando atividades culturais, espaços de sociabilidade, empreendimentos de mercado. Assiste-se na década de noventa, junto ao *discurso da diversidade sexual*, a flexibilização e/ou a atenuação de fronteiras da(s)

sexualidade(s), marcadamente em eventos, atividades e espaços dos chamados *cultura* e *mercado* gls. A difusão na sociedade de *valores* identificados com essa cultura marcaria uma amplificação no que se poderia conceber como um “movimento” ligado inicialmente à homossexualidade. A crescente segmentação das identificações no território da homossexualidade e os investimentos nesses segmentos são marcantes, não permitindo falar exatamente em um *apagamento* de fronteiras.

O discurso da diversidade sexual ganha espaço e prevalece ao longo da década de 90 e até a atualidade. A homossexualidade afirmada diante da norma heterossexual passa a ser mais comumente colocada como (homos)sexualidade, enfatizando-se sua posição de *uma entre as diversas possibilidades de “manifestação” da(s) sexualidade(s)*. Esfumam-se os antagonismos das posições fixadas; privilegia-se a sexualidade como campo em suas possibilidades produtivas, *as sexualidades*. Há uma certa relativização das posições, que já não apareceriam de forma tão fixa (pré-fixadas) e uma normalização da(s) homossexualidade(s). Menos importa o produto, mas sim que a sexualidade produza, que o indivíduo se produza como sujeito pela sexualidade – sujeito, ser sexual, em qualquer de suas variações⁴². A sexualidade mostra-se, ao mesmo tempo que altamente “complexa”, “diversificada”, acessível ao conhecimento do próprio indivíduo, como saber prioritariamente pessoal. A prerrogativa é do indivíduo. As denominações multiplicam-se.

Deixando de antagonizar com a heterossexualidade em suas formas predominantes de discurso/ação, as práticas e discursos mais recentes no campo da (homos)sexualidade impelem a um mais “preciso” esquadramento do campo da sexualidade, permitindo nomear e fazer surgir, dando forma a, uma variedade de categorias de sujeitos da sexualidade. Fala-se da possibilidade, para além das formas já fixadas de identidade, de cada indivíduo construir, *compor* sua própria identidade, à qual o discurso da diversidade sexual dá suporte e legitimação – possibilidade de reconhecimento como realidade, como *condição* enunciada em seus domínios.

Indica-se também um novo estatuto para a heterossexualidade; as alterações indicadas até aqui, sendo relativas ao domínio da sexualidade, afetam ao mesmo tempo o *lugar da heterossexualidade*. Os efeitos sobre a figura da heterossexualidade podem ser vistos em sua “flexibilização”, na permeabilidade de seu território, em seu

⁴² Em qualquer variação do tema.

atravessamento por outras práticas, com a perda do delineamento preciso de suas fronteiras.

Defendido a partir do campo de lutas políticas da homossexualidade, o discurso da diversidade sexual altera todo o campo da sexualidade, reestruturando-o, reconfigurando-o de tal forma que as “figuras” possíveis não tenham mais uma localização e uma fixação precisa. Falam no discurso *as* sexualidades; falam no discurso as possibilidades de se viver, se experimentar e se significar como sujeito sexual.

Os discursos/práticas referidos à homossexualidade relativizam sua “voz” e posição, abrindo-se como (e em *defesa*) do *diverso* e parecem reduzir a injunção à identificação dentro de padrões/modelos previamente fixados, deslocando para o indivíduo a responsabilidade, o compromisso com a identificação e a assunção de “sua própria” – uma (alguma) – *condição relativa à sexualidade*.

O dispositivo de sexualidade é colocado para funcionar ao máximo, potencializado pelas possibilidades de construção, reconstrução, combinação e recombinação de seus elementos – pela mobilização “fragmentária” de suas regras, a serem dispostas pelos indivíduos, para sua apropriação – em “novas” e diferentes formas identificáveis. Diversifica-se sua produção, multiplicam-se suas possibilidades produtivas, impelindo o indivíduo à produção através do dispositivo, impelindo-o à sua utilização.

O mecanismo de *identificação ligado à sexualidade*, ao próprio sexo (como experiência, prática e forma de relação consigo e com o outro), parece diluir-se socialmente, para reaparecer como obrigação pessoal, como compromisso consigo mesmo, questão “interna” do indivíduo. A identificação e assunção de uma condição parece *se impor* ao indivíduo primeiramente *como questão interna, subjetiva* – formulada como “necessidade”. Mas não só.

A injunção ao “assumir-se”, ao “sair do armário” (pressupondo o velado, a existência de uma condição própria, subjacente às “aparências” do indivíduo) torna-se palavra de ordem, acenando com uma promessa, *ao mesmo tempo individual e coletiva*, de conquistas de direitos e liberdades – formulação de “necessidade”, em relação à qualidade da experiência da relação consigo e com o(s) outro(s). Perspectiva libertária: liberdade de “expressão” das sexualidades, na lógica do velado, do oculto, da verdade a ser, para além de revelada, compartilhada socialmente, afirmando mais uma entre as formas possíveis, reconhecidas – margens fixadas – entre os direitos do homem e do

cidadão. Acordo entre o universal e o particular, diferentes expressões, particulares, individuais, do *mesmo* substrato universal do homem – idiossincrasias no *desenvolvimento* do comum, composições variáveis (d)nas dimensões/limites reconhecidas do humano.

Nesse panorama diferenciado em relação a períodos anteriores – mas que ainda comporta a *convivência entre as variadas formas* (ainda se fazem presentes e atuantes em práticas e discursos) –, as (homos)sexualidades procuram visibilidade, reconhecimento, aceitação, direitos; procuram sua valorização diante de uma heterossexualidade resignificada, relativizada, mas ainda normativa, dominante nos espaços das instituições sociais legitimadas.

Ganha lugar e força o discurso da *valorização (homos)sexual*, do orgulho gay, na figura emblemática do homossexual positivo, assumido, público.

Emergindo nesse mesmo período, a chamada “cultura” ou “meio” GLS vem ao mesmo tempo compartilhar esse espaço e, deslocando-se em relação ao discurso da diversificação, assinalar uma outra posição, fazendo despontar uma possibilidade diferenciada.

O “S”, de “simpatizante” (ou de “suspeito”), não emerge significado, referido já a um campo do sexual. Ele surge como referência ao domínio da sociabilidade, do mercado, da cultura. Deslocamento de um domínio do sexual para a cultura, mercado, nos espaços de entretenimento, nas formas de sociabilidade.

A não sexualização dessa posição possível produz um efeito que a *bissexualidade* não pode produzir, gerando este conflito interno ao campo sexual, entre as posições fixadas das identidades sexuais, à época especialmente da elaboração de um movimento homossexual organizado. Se por um lado, ela significava, no início do movimento organizado visto aqui, um ponto de conflito, não fixado, configurando uma possibilidade de *transição* entre duas posições instituídas, reconhecidas, marcando-se como posição “ambígua”, gerando *instabilidades* na ordem da identificação, por outro, ela mantinha “a si” e ao conflito como questões internas ao sexo tornado sexualidade, tornado dimensão subjetiva.

A bissexualidade pode funcionar na lógica do gradiente entre posições opostas, mantendo a ligação (graduada) entre dois pólos “puros” e mutuamente exclusivos. Flexibilização de posições estanques, maleabilização do funcionamento do dispositivo, não rompe com a lógica da identificação sexual, mas a complexifica,

tornando-a quantificável, variável em cada um de seus elementos individuais. Por isso, a eles mesmos (os “sujeitos sexuais”) é dado saber de si de forma privilegiada – não cabendo a outrem identificá-los, não cabendo ao saber impor formas prévias, mas a cada um o exame de si mesmo – conforme o jogo da maior ou menor semelhança entre pontos/categorias/conceitos conhecidos, tendo-os como parâmetros ainda hoje (embora atualmente o jogo de que se fala pareça ter-se complexificado, “fragmentando-se” um pouco mais em suas possibilidades). A sexualidade vai-se tornando cada vez mais e mais essencialmente uma questão ética.

O “S” é, no território da (homos)sexualidade, o simpatizante, o suspeito,... o lugar de partida vazio do sexo-tornado-sexualidade como via de identificação, pois não ganha seu significado nele, mas nas relações de uma “cultura”, em práticas de sociabilidade, na não marcação sexual das relações e mesmo, como suspeita uma militância vigilante, na possibilidade de trânsito sem compromissos com (“*auto*”)definições, com uma verdade ou uma construção de si para consigo como sujeito sexual “tal”.

Parece poder-se aqui vislumbrar uma ruptura no dispositivo da identificação sexual, e, com ela, uma via aberta a um outro modo de subjetivação; em ruptura com o domínio do sexo/sexualidade, não apenas um novo modo de subjetivação (que aí se delinea) mas, pensa-se, a instituição de uma “insurreição prática” contra o imperativo de identificação sexual, um espaço de subversão da ordem sexual e, portanto, a possibilidade de uma subjetivação menos assujeitada aos códigos dos domínios da sexualidade.

O apontamento de que, aquém e além dos códigos e das vias de funcionamento das políticas majoritárias⁴³, correm e podem escapar por todos os lados, em linhas de fuga, em micropolíticas, a produção subjetivante. A micropolítica, a microfísica subjetivante, produtora, agenciada, englobada em diferentes momentos e espaços por dispositivos políticos instituídos, molares, e, por outro lado, esses mesmos dispositivos e agenciamentos políticos majoritários sofrendo rupturas, deslocamentos, sobrevivendo em sua funcionalidade e, eventualmente, desaparecendo e/ou transformando-se – movimento simultâneo à configuração de diferentes domínios e de

⁴³ Com o trabalho arqueológico faz-se desaparecer (suspendendo), a princípio, as grandes linhas políticas e objetos instituídos, deixando aparecer a indiferenciação e a fluidez de um campo de forças em movimentação.

suas relações, com suas preponderâncias, em um movimento sempre constituidor (de subjetividades, objetividades, domínios, dispositivos e suas “realidades”), em um jogo político, um jogo de relações.

...

A análise histórica de práticas e discursos homossexuais, configuradores de identidade, converge agora, em foco, para um conjunto específico de textos disponíveis atualmente no espaço da internet, tendo-se esta como forma e estratégia importante de circulação – produção, veiculação, difusão e utilização/“consumo” – de discursos e práticas relacionados à homossexualidade na atualidade.

Como discurso contemporâneo, passa-se para a análise de material textual disponibilizado em um campo especificado pela “identidade” num espaço virtual nomeado como gls, o site Mix Brasil, coluna Identidade, seção Cartilhas.

6. CARTILHAS ON LINE – DISCURSOS HOMOSSEXUAIS NA ATUALIDADE

As cinco cartilhas disponíveis no site Mix Brasil durante o segundo semestre de 2002 compõem um *corpus* de discursos homossexuais contemporâneos disponíveis na internet, tomados para uma análise focal neste trabalho. São elas:

- “Será que sou gay?” (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/seragay.htm>);
- “Dá pra entender” (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/entende.htm>);
- “24 dicas para a hora de sair do armário” (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/24dicas.htm>);
- “Satisfação entre adolescentes gays” (<http://mixbrasil.uol.com.br/id/cartilha/nuances.html>).

(Mix Brasil, 2003)⁴⁴

Procedeu-se a uma análise das relações no nível dos enunciados no material das cartilhas. Ao se tomar contato com todo o material e percebendo as relações possíveis entre os elementos no interior do conjunto, como cada cartilha se integra como uma peça num conjunto significativo, permitindo compor um agenciamento mais amplo da experiência daquele ao qual se dirige, optou-se por uma análise conjunta, entendida como forma de melhor responder às questões derivadas da problematização da identidade homossexual aqui realizada.

As relações entre as diferentes posições, campos cobertos e situações abordadas em cada cartilha permitiam compor um conjunto significativo, integrado, que cobria e agenciava, em suas relações tanto internas a cada cartilha quanto entre elas, uma “experiência homossexual” como um campo extenso e ao mesmo tempo, ponto a ponto, uma “realidade” presente em diferentes momentos e em diferentes níveis da experiência individual, consigo, com o outro, com as instituições.

Procurou-se demarcar as *configurações de objeto* (objetivações) e as *configurações estratégicas* dos e nos discursos (concebendo-as como parte de uma

⁴⁴ Será que sou gay? (Cranston e Thompson, s/d. – em Mix Brasil, trad. adapt., 2002); 24 dicas para a hora de sair do armário (Mix Brasil, 2002i); Satisfação entre adolescentes gays (Mix Brasil e Nuances, 2002); Dá pra entender (Parentes FLAG, s/d. – em Mix Brasil, trad. adapt., 2002) – endereços eletrônicos atualizados (Mix Brasil, ago. 2003).

história política), procurando entender se e como podem compor um instrumental disponível à subjetivação daqueles aos quais se dirigem. Observou-se, no nível enunciativo, relações de conjunto no material, apontando-se linhas que atravessam as diferentes cartilhas, a composição que formam, como se integram (na relação entre as diferentes posições), temas que tratam e articulam, territórios que cobrem e delimitam; como permitem configurar a homossexualidade ou o homossexual, através de que temáticas, teorias, saberes, informações, etc. e como; de que posição(ões) se fala e que posição(ões) essa fala permite delinear.

(1) **“Será que sou gay?” – Introduzindo o tema.**

Original em inglês de Kevin Cranston e Cooper Thompson para a campanha “End Homophobia”, traduzido e adaptado pelo Mix Brasil.

Questões/tópicos do texto:

- O que significa ser gay?
- Como eu sei se sou gay?
- Conhecendo gente
- Será que eu vou conseguir transar?
- E essa história de Aids?
- Aprendendo a gostar de você mesmo
- A quem devo contar

Descobrimo-se homossexual. Como realizar-se como homossexual.
Mobilização de saberes na relação consigo.

“Quanto mais você escutar seus sentimentos mais profundos e aprender o que realmente significa ser gay, você vai começar a se sentir confortável mais confortável com sua sexualidade. Esse processo se chama se assumir ou sair do armário.

O primeiro passo para se assumir é contar para você mesmo que é gay e dizer “tudo bem”. Mais tarde você poderá contar para alguém (...)

Mas é fundamental que você seja honesto com você mesmo. Da mesma maneira como você paga um preço por se reprimir, existe uma recompensa quando você se assume. Muitos que aceitam sua opção sexual dizem se sentir mais calmos, felizes, confiantes.” (Cranston e Thompson, s/d. – em

Mix Brasil, trad. adapt., 2002)

(2) **“Dá pra entender” – Um guia para pais de homossexuais.**

Do original em inglês, “Can We Understand?”, editado por Parentes FLAG – New York City Parents and Friends of Lesbian and Gays, Inc., traduzido e adaptado pelo Mix Brasil.

Descobrimo a homossexualidade de um(a) filho(a). Como realizar a relação com o outro-homossexual. Mobilização de saberes na relação com o outro-homossexual.

“É quase sempre um choque para os pais descobrir que seu filho é homossexual. Seja você pai ou mãe, tenha você um filho ou uma filha, tenha você sempre suspeitado ou ficado completamente surpreso com a descoberta; saber mesmo pode ser um choque.

(...)

Aceitar a homossexualidade de seu filho ou filha e educar a si mesmo(a) no assunto leva tempo. Filhos freqüentemente esperam que seus pais os entendam de imediato, mas muitos não podem fazer isto. Não fique impaciente com você mesmo(a). Se você realmente quer aprender e compreender, você conseguirá.” (Parentes FLAG, s/d. – em Mix Brasil, Seção Cartilhas, 2002)

(3) **“24 dicas para a hora de sair do armário”**

Produção do site Mix Brasil.

Saindo do armário. Revelando-se ao outro. Como conduzir-se ao realizar a injunção ao “sair do armário”, assumindo (um)a posição homossexual diante do outro, na relação com o outro. Prescrições de conduta para a posição de assumir-se homossexual diante do outro.

“Um indivíduo é mais dotado de raciocínio que um grupo de pessoas reunido. Saia do armário para uma pessoa só por vez e em algum lugar privado.” (Mix Brasil, 2002i)

(4) “Satisfação entre adolescentes gays”

Produção assinada pelo grupo Nuances - Grupo pela livre expressão sexual e pelo site Mix Brasil, é apresentada como *versão online do Projeto teen*, realizado pelo grupo Nuances. Disponível também no site do grupo Nuances.

Apresentação do dia a dia (diário) através de fotos e textos.

Vivendo como um jovem homossexual. A homossexualidade assumida, pública. Relação consigo, relação com o(s) outro(s); lugar social da homossexualidade.

Um diário em que situações da vida cotidiana, envolvendo um casal de adolescentes homossexuais, são atravessadas por um discurso da consciência homossexual, com comentários, explicações e sugestões paralelas à fala do personagem, como uma “voz” que atravessa, significa e integra a história – uma voz “de fora”. Atravessamento de uma história particular, do “vivido”, em seu dia-a-dia, por uma história/consciência homossexual, integradas na mobilização em torno do Dia do orgulho gay, ao final – 28 de junho.

“Sabemos quem somos. Queremos curtir o nosso prazer.”
(Mix Brasil; Nuances, 2002)

...

Cada cartilha, passo a passo, articula sua temática, mobilizando saberes, apresentando sugestões e comentários, indicando possíveis outros recursos a serem utilizados, conforme a necessidade, pelo leitor, entre outras estratégias. Em conjunto, elas cobrem e integram diferentes momentos, questões e situações da vida cotidiana, estendendo-se sobre o universo das relações instituídas e significativas identificáveis na experiência cotidiana. Dedicam-se a esclarecer e fazer vislumbrar uma realidade homossexual (como possível *condição ou verdade*) em si, no outro e em suas relações sociais, permeadas e organizadas em torno de instituições como a família, a escola, o trabalho, a religião, a ciência.

Tomadas no conjunto das cartilhas, as estratégias de composição de um discurso (e, nele, de uma figura/posição) homossexual não apresentam discrepâncias, podendo-se dizer que, antes de contraporem posições, ajustam-se na composição de uma mesma posição estabelecida ao longo de coordenadas espaço-temporais, prestando-

se a uma *leitura* (objetivação) da homossexualidade em uma perspectiva desenvolvimentista e interiorizadora – através de um *sujeito* homossexual, como sujeito conhecedor e articulador de si, de suas verdades, e de uma *consciência* homossexual, como conhecimento construído em relações com o outro, “*semelhante*” ou não, através de diferentes instituições sociais – leis, família, escola, trabalho, entre outras.

6.1. CONJUNTO CARTILHAS ON LINE

As cartilhas disponibilizadas pelo site Mix Brasil compõem um encadeamento significativo (oferecido como uma ‘sobre’escrita) da experiência individual, estendendo sobre a mesma o campo de saberes de uma experiência homossexual identitária padrão/modelo – saberes normatizadores.

Em seu conjunto, elas atendem e integram diferentes situações, espaços, momentos e especialmente relações significativas/instituídas de vida, se propondo a esclarecer e organizar ponto a ponto as experiências daqueles aos quais se dirigem. Dispostas em coordenadas espaciais e temporais, elegem e focam momentos e situações-chave e, nessas, jogam com as forças incidentes em cada relação em questão.

Para a relação consigo, trazem a questão do compromisso do indivíduo com a honestidade, com a verdade de si para consigo.

Construção de uma relação consigo conforma uma normatividade, segundo as regras que conformam uma homossexualidade reconhecível, agenciados os saberes e poderes (práticas) pertinentes a este domínio. Nessa relação *consigo*, ao tomar a *si* como objeto de conhecimento, no movimento de voltar-se *sobre si*, dobram-se as forças “incidentes”, (re)flitando-as, fazendo-as atuarem sobre si mesmas, num compromisso entre saber e poder que se efetiva como processo e efeito de subjetivação – efeito e força promotora de uma instituição, a de *si*, identificável, de si *mesmo*. Instituição conhecida, reconhecida pelo indivíduo concreto, legitimada por este – seu único “observador” –; o que pode ser conhecido no que se apresenta, a *si*, e pode ser reconhecido, como *o mesmo* (significado em uma cadeia ligando o passado trazido sobre o presente, constituindo interioridade – no dobramento), que faz presumir uma centralidade organizadora, articuladora, que garante coerência (ao menos em parte, “*normalmente*”) e conformidade interna (*consigo mesmo*) em uma extensão (tempo-

espaço) que permite não apenas reconhecer uma *identidade*, mas adiantar-se, prevendo, reconhecendo caminhos prováveis, permitindo projetar um futuro, como continuidade.

As possibilidades de uma história pessoal são organizadas nesse discurso, colando-se o desenrolar da experiência a “planilhas” de desenvolvimento de uma identidade homossexual, num percurso de desenvolvimento *normalizado* – destacadamente “normal para quem o vive”. Saber sobre si, saber “próprio” – *só quem pode saber de você é você*; “normalidade” – *sentido como normal por aqueles que o vivem*, para os “homossexuais”.

Na relação com o outro, trazendo a família. Fazendo-a falar de si, de seus filhos, da necessidade de relações verdadeiras, autênticas, mediadas pelo conhecimento; depondo sobre as qualidades de seus filhos homossexuais – sua humanidade, suas virtudes, dificuldades, sua dignidade (conforme o discurso da valorização homossexual, numa estratégia contra o preconceito desvalorizador) ao enfrentar as dificuldades de expor e de viver a própria experiência: sendo verdadeiros consigo e com o outro. O conhecimento *do outro* (família) e o aprendizado do que é a homossexualidade são condições necessárias para a relação e possíveis de serem alcançadas através da mobilização de *determinados* saberes sobre a homossexualidade – a cartilha se coloca como um possível início desses esclarecimentos, indicando outros caminhos e recursos. Conhecer o filho homossexual pela mesma “sobreposição” dos saberes à experiência do indivíduo – tornado e configurado nessa relação como objeto (objeto do discurso, objeto de conhecimento. Saber sobre a condição, experiência do outro/filho “homossexual” – é preciso “*educar a si mesmo(a) nesse assunto*”.

Mobilizam-se e põe-se para falar, além da família – que deve ser esclarecida –, discursos esclarecedores como os da ciência e da religião. Nada há nesse campo coberto da experiência que não possa e não deva ser compreendido ao serem mobilizados os mesmos campos de saber que organizam a experiência (supostamente legítima a priori) daqueles para os quais esse discurso se dirige – posicionamento estratégico desse discurso homossexual para a família, inscrevendo (e aproximando) as instituições homossexualidade e família num conjunto de práticas e valores. “Nada” porque o discurso, com os saberes que mobiliza, delimita o próprio campo de experiência.

Na relação com o outro como relação de conhecimento – revelação de uma verdade. Relação mediada pelo conhecimento e *reconhecimento* de si perante o outro

como um determinado sujeito sexual, como um indivíduo pertencente a uma categoria, “portador” de uma especificidade que (no jogo do subjacente, oculto, pressuposto), se não “revelada”, assumida publicamente, permanece oculta, velada – possivelmente “recoberta” pelo pressuposto comum de que, nada dito, todos “sejam”/passem por (“pareçam”), se enquadrem na aparente não categorizável “heterossexualidade”.

Aqui, o estrategicamente importante torna-se mobilizar regras de conduta, para se estabelecer condições consideradas adequadas para a “revelação” da própria homossexualidade, para o “sair do armário”; as coordenadas de posicionamento tanto para a fala e quanto para a escuta. Dispor da situação, colocar-se de forma a poder conduzir-se diante do outro e de suas possíveis reações, dando-lhe oportunidade, espaço e informações suficientes para entender a sua condição e posicionamento pessoal – mobilização de meios e recursos esclarecedores quanto à homossexualidade, como panfletos, telefone, etc. A(s) posição(ões) ocupada(s) por esse outro no discurso da cartilha indica(m) um lugar para a homossexualidade no cenário social – fixado nesse discurso. Lugar desqualificado, marginal, sujeito à discriminação, ao “preconceito” e à violência.

No dia-a-dia – enfim, de uma homossexualidade já assumida –, as relações consigo, com o outro (parceiro/amigos/“iguais”), com o corpo e com o prazer, atravessando as situações sociais e suas instituições, mediadas por uma consciência de si e de seus direitos. Retratos sucessivos sintetizando os grandes temas⁴⁵ da afirmação da homossexualidade, atravessados pela perspectiva/promessa de encontro com a satisfação consigo e com o outro, para quem **sabe e sabe lidar com o que é**. Estrategicamente, a cartilha fecha-se num retrato final de engajamento homossexual – mobilização do dia 28 de junho, Dia do Orgulho Gay.

Fala o personagem, ladeado pelo discurso esclarecedor – saberes mobilizados e *consciência homossexual*, com as normas que permitiriam configurar uma vivência homossexual satisfatória. O desenvolvimento pessoal, social em sintonia com uma/sua identidade. Fala a vivência saudável da própria homossexualidade. Fala a consciência homossexual – saber e saber lidar com o que se é – através das cenas do dia-a-dia. A satisfação, o prazer apresentam-se como catalizadores primeiros, explícitos de cada cena/síntese, numa experiência organizada pelo atravessamento de uma

⁴⁵ Como subtemas encadeados dentro do desenvolvimento do tema satisfação entre adolescentes gays.

consciência em desenvolvimento – como uma fala de fora, genérica, significando/acompanhando uma vivência particular (aqui, exemplar). Aceitação por si e pelos outros, pontuada pelo respeito aos direitos individuais pelas instituições e organizações sociais. O “sair do armário” não apresenta-se como questão direta aqui – retratando-se uma vida *fora* do “armário” –, sendo esta colocada para o “de fora”, o leitor, como interrogação, oferecendo o contraste com a situação/figura apresentada, quase como um *desafio* ao não fazê-lo, antecipando-se, na pergunta, uma “conseqüência”: “*Você que trabalha e vive a urgência da adolescência, vai dar-se ao luxo de desperdiçar 6 horas, 8 horas dentro do armário?*” Sem recorrer diretamente à injunção ao “revelar-se” – querendo-se discurso “sutil”, talvez –, o recurso discursivo, contudo, é enfático e explícito nesse ponto.

As cartilhas disponíveis no site Mix Brasil apresentam-se como *discursos de afirmação homossexual*, cobrindo e mobilizando as forças de diferentes momentos e situações que cumprem a função de colocar a experiência daqueles aos quais se dirige em relação com a grade de um saber reconhecido do desenvolvimento de uma identidade homossexual.

As produções brasileiras – cartilhas “24 dicas para a hora de sair do armário”, produzida pelo site Mix Brasil, e “Guia para satisfação entre adolescentes gays”, produção conjunta com o grupo Nuances-RS – situam-se num cenário de diversidade sexual, trazendo referências a uma variedade de figuras da (homos)sexualidade, às diferentes orientações sexuais, sem, com isso, ter alterada sua conformidade com um discurso de afirmação e de assunção de uma identidade homossexual. A questão da identificação, de uma determinada designação da condição sexual/subjectiva, é deixada ao indivíduo, numa forma mais recente de funcionamento estratégico da prática discursiva dentro da trajetória de construção de uma identidade homossexual no Brasil, conforme analisado anteriormente.

Todas as cartilhas analisadas oferecem-se, individual e conjuntamente, como instrumentos de organização e ordenação (entre esclarecimentos e normatizações) da experiência individual (instrumentalizadoras – em relação ao indivíduo), cobrindo as formas de relação consigo e com o outro e com as formas institucionalizadas (na família, na escola, no trabalho, no lazer,...) com que se relaciona o indivíduo na sociedade – pontuando a mediação, nessas relações, dos direitos humanos e de cidadania. Ainda se articulam aí, estrategicamente, “necessidades” individuais com das

organizações e vice-versa – como no caso da aceitação do homossexual e rendimento no trabalho (dirigida à organização) e na questão quanto ao posicionamento pessoal no trabalho, como “desperdiçar” tempo “dentro do armário” (colocada ao indivíduo).

Assim, cada uma, por sua vez, estende-se sobre o campo já constituído da experiência homossexual de forma organizada, articulando-se e, em conjunto, oferecendo ao indivíduo uma possibilidade de significação ordenada e coerente de sua própria experiência – constituindo uma grade de “leitura”, de saber – pela via da identidade sexual.

Aqui, como em toda a extensão deste trabalho, o discurso da homossexualidade demonstra poder prescindir de referências diretas às práticas sexuais. Fora da situação-chave sexo/AIDS, tematizada como “sexo seguro” (restrito a informações sobre o uso correto da camisinha), as referências mais aproximadas a uma experiência estritamente sexual se dão em relação à excitação e ao desejo sexual. Referências como essas referências provêm especialmente das cartilhas “Será que sou gay?” e “Satisfação entre adolescentes gays”, funcionando da seguinte forma em seus discursos: na cartilha “Será que sou gay?”, aparecem em depoimentos pessoais inseridos ao longo do texto, servindo à função de corroborar o processo de descoberta da homossexualidade e de desenvolvimento de uma identidade homossexual; na cartilha “Satisfação entre adolescentes gays”, que sustenta essa temática – falando do tesão, da excitação, do desejo sexual – como base para o tema da vida satisfatória “fora do armário”.

O desejo, a atração física e/ou sentimentos amorosos em relação ao outro “do mesmo sexo” estão entre as condições levantadas para a identificação de uma condição homossexual – determinação, *segura* (dependente de um correto/honesto exame de si), do objeto de desejo e de afeto. Os depoimentos pessoais relativos à questão do descobrir-se, do “saber-se” homossexual se inserem na articulação de dois tempos: o da *experiência* do desejo e o da *consciência* sobre esse desejo. Falas que, nas cartilhas, se inscrevem na lógica do discurso do *desenvolvimento* de uma condição e de um *saber* sobre si como sujeito homossexual.

6.2. DA RELAÇÃO DE COMPROMISSO – limitações do acaso do discurso

“O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da ‘individualidade’ e do ‘eu’.”
(Foucault, *A ordem do discurso*, 1996, p. 29)

O discurso da identidade sexual mostra-se como parte de um conjunto de práticas de identificação, em uma política de individualização-identificação.

Como visto, em tempos de “diversidade sexual” e segundo as regras desse discurso, a questão identitária é apresentada pela disposição de saberes que devem ser agenciados pelo próprio indivíduo, a quem cumpre a função de *reconhecer-se* de alguma forma através desse saber, identificando-se – para si *mesmo*. Nesse mecanismo colocado a funcionar, o indivíduo pode ser visto como o “autor” de um discurso de si como-“algo”.

“a ‘individualização do autor’ pertence a uma política mais ampla ou ‘mais profunda’, que envolve muitos outros procedimentos para individualizar-nos, incluindo, por exemplo, a individualização de homossexuais. (...) durante séculos os ‘atos’ homossexuais foram realizados sem que surgisse a idéia de que eles são a expressão da espécie homossexual de ‘pessoas’ e, assim, sem a obrigação de decidir se alguém ‘é’ tal pessoa.” (Rajchman, 1987, p. 32)

Esse discurso coloca ao indivíduo a tarefa de “desvendar-se” – a partir de um saber normatizador. Cabe ao próprio indivíduo a construção de um discurso de si. De um “esclarecimento” de si – tornar-se transparente/“permeável” ao saber. Define posições possíveis e deixa ao indivíduo o realizar a correspondência, como condição da ocupação de um lugar marcado.

O saber constitui-se como parte e instrumentaliza práticas diversas (discursivas ou não) que se oferecem à subjetivação. Dando forma não somente às possibilidades de identificação como também à “necessidade” desta, e se efetivando, ganhando “corpo” no indivíduo concreto, através das tecnologias de si a que dá forma.

Um saber “individualizado”, da ordem da constituição de si como sujeito (de uma certa condição), que une o “ser sexual” que se define ao compromisso com suas(s) verdade(s), consigo mesmo.

Entram em funcionamento estratégias de coerção – diante de si e dos outros

–; coação ao compromisso de verdade, de “honestidade”, consigo – e por extensão (desejável politicamente) com os demais.

Cabe ao indivíduo assumir (entre outras proposições) como “necessidade psicológica” a responsabilidade com o seu próprio enquadramento. Questão de “consciência”, de se saber “quem se é”. Questão de desenvolvimento, de maturidade.

Na comparação da posição deixada ao indivíduo pelo discurso do “assumir-se” – enunciar sua condição –, com a função autor, pode-se pensar a primeira como função de autoria de um discurso de revelação/constituição de um personagem: o “si”, o próprio, o *mesmo* – controlando o acaso do discurso e, assim, controlando, prevenindo, evitando (organizando) o acaso de si, fazendo-se sujeito, fazendo-se sujeito reconhecido, submetendo-se à via de subjetivação marcada e disponibilizada, à política da afirmação homossexual. Como que autor de um discurso “próprio” (utilizando-se das regras do discurso para constituir seu “próprio” discurso – dependente das mesmas regras de formação do discurso da afirmação/assunção da identidade homossexual) e de si como “obra própria” (constituindo-se dentro e de acordo com as regras do dispositivo de sexualidade –através de práticas discursivas e não discursivas; de práticas de conhecer, práticas de controle, tecnologias/técnicas de si, num dispositivo político que funciona articulando saberes-poderes e subjetivação).

Esse discurso que se oferece como matriz (em suas regras), como construtor de uma identidade homossexual, oferece posições a serem ocupadas e possibilidades de composição de um lugar de se dizer, de uma identidade, de uma forma de ser homossexual. Regras anônimas⁴⁶ obedecidas pelo discurso, por aquele que enuncia, pelo que diz, se diz ou diz de si, (re)compondo um discurso homossexual identitário.

Essa construção de si, subjetivação, não se daria no nível de uma construção de “consciência”, como elaboração do pensamento e/ou conhecimento/saber de si, mas como prática, prática de si (onde o discurso alimenta e se alimenta de tecnologias do eu, de práticas de sujeição, práticas de controle, por uma via institucionalizada, reconhecida, legitimada, sustentada socialmente, como a da identidade sexual). Não uma prática autocontrolada, centrada no indivíduo ou no *sujeito*, mas articulações

⁴⁶ Os poderes disciplinares e as tecnologias de si estão em relação, a primeira dando espaço/lugar à segunda, na apuração, sofisticação dos dispositivos de controle, invadindo todos os “poros” da vida dos indivíduos; como práticas e saberes, são um conjunto anônimo à disposição para utilização, se opondo ao princípio do autor, por exemplo, como entidade criadora, tendo-o como função de sua própria

dentro de um jogo (sem interioridade) que constitui “subjetividade” (subjetivação), articulações micropolíticas, agenciamentos subjetivantes “capturados”/“canalizados”, inscritos em uma linha política instituída, no caso, a da identidade sexual. A subjetivação não é homogênea; o que se pode chamar de subjetividade não se traduz em um território, em uma organização homogênea, coesa, unitária, extensa e contínua, centrada no indivíduo, “interior” a ele; antes de se falar em “sujeito”, portanto, onde se faz pressupor centralidade, coerência – um “todo”, uma unidade –, melhor seria falar apenas enquanto “processos”, instituições, realizações... movimentos de subjetivação, *subjetivações*.

O discurso da afirmação e/ou da assunção da identidade sexual (como discurso “esclarecedor”) faz pressupor o estar “no verdadeiro”⁴⁷, falando a partir de campos de saber válidos, reconhecidos, legitimados, que dão estatuto de verdade ao conteúdo do discurso. Para isso, vários domínios são agenciados na construção do discurso; domínios esses onde suas formulações se sustentem, onde ganhem sentidos legitimados. E dispõe para o indivíduo um lugar legítimo (ou lugares) para ocupar, de onde falar de si, afirmar-se, agir, conduzir-se “como...”, “enquanto...”, de onde se perceber, no qual referenciar-se (num movimento *reflexivo*: seu *eu* reconhecido, “si mesmo”). Dispõe esse saber normatizador, a partir do qual examinar-se, ao qual submeter-se, a fim de “entender-se” (constituindo-se conforme, direcionando-se, “tendendo” em tal sentido), afirmar-se, identificar-se como sujeito de uma dada condição, além de prescrições de como agir, prescrições de conduta (informando, formando uma verdadeira tecnologia de construção de si “como...”⁴⁸), que evidenciam, pressupondo/expondo, um determinado lugar social para indivíduos que assim se identificam ou são identificados.

Retomando, a assunção de posição marcada pelo discurso limitaria o acaso do discurso. A assunção de um ponto fixo e determinado⁴⁹, conhecido, reconhecido, legitimado; o campo da sexualidade esquadrihado, “conhecido”, reconhecido,

utilização. As regras são anônimas e é com elas que o próprio “autor” se constitui como tal – nessa posição, nessa função.

⁴⁷ Canguilhem (Foucault, *A ordem do discurso*, 1996)

⁴⁸ mais amplamente, para além das prescrições, em todo o discurso, modos de constituição de si, de subjetivação: constituição “interna”, na relação consigo mesmo, e “externa”, na relação com os outros.

⁴⁹ *mesmo que “móvel”, fixado, determinado nas dimensões de sua trajetória, conhecidos e assumidos os limites, as fronteiras, o espaço e a forma, a dinâmica de sua mobilidade – mapeado, cartografado. Bem determinado: fixado.*

mapeado; trajetórias cartografáveis e reconhecíveis em composições de vias de realização; a sexualidade e seu saber individualizado, a “mola” de funcionamento do dispositivo calcada na *subjetividade*, o compromisso com a identificação passando pelo compromisso de autenticidade, de “*verdade*” *consigo mesmo, em ser “verdadeiro” com a “verdade de si*”. O reconhecimento do poder (e da “verdade”) da sexualidade em dar forma e sentido à experiência dos indivíduos (grupos, populações,...) oferece um domínio de subjetivação controlado e, aparentemente, estabilizado. Estabilização em *movimento* – mutável em formas e conteúdos, mantém-se como forma de produção, preservando-se sua lógica, suas regras de formação.

A assunção homossexual aparece sobretudo, hoje, como uma questão ética, política e um imperativo moral.

Uma síntese sobre a perspectiva e os objetivos das análises de Foucault que conduzem este estudo, encontra-se na formulação de Maiz (1986):

“en que los individuos establecen entre ellos controles, fijan mutuas dependencias, autogenerándose en cuanto sujetos, así como - y crecientemente - sobre la multiplicidad de procedimientos a través de los cuales los individuos fraguan sus identidades, fijándolas individualmente de forma que tanto los identifican a ellos mismos (‘consciencia’) como vehiculan su reconocimiento - identificación - en la cadena del poder y el saber (‘mutuo reconocimiento’)” (p. 139).

E através da retomada desta mesma formulação pode-se descrever o movimento mesmo que se encontrou ao longo desta pesquisa: Através dos dispositivos que sustentam a afirmação/assunção homossexual, como política, viu-se ser estabelecida uma rede de controles entre os indivíduos/grupos, com a fixação de dependências, e a concomitante constituição de si e dos grupos como “*sujetos*” de uma condição, de uma ação política, de um estilo de vida, ..., bem como, para além de uma multiplicidade estabelecida de procedimentos, uma formulação de multiplicação das possibilidades de configuração dos procedimentos de constituição/fixação/assunção de identidades. Movimento colocado no nível da individualidade, fixa e identifica cada um a si mesmo, como “consciência” (consciência homossexual), veiculando essa identificação e vinculando cada qual, através do reconhecimento, a uma cadeia de poder e saber. Reconhecimento e fixação (localização) de si por si *mesmo* e pelos demais, através de sua vinculação a uma grade de saber e a uma rede de poder;

subjetivação como movimento de sujeição a uma linha política instituída, a da identificação/“identidade” sexual.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O dispositivo de sexualidade, esvaziado, saturado, revertido, vive (...), talvez no cúmulo de sua saturação, um manso declínio.”
(Perlongher, 1992, p. 40)

Tendo em foco a identificação sexual como parte de um dispositivo político, pode-se acompanhar sua eficácia e sua manutenção através de transformações e reordenações dos domínios da sexualidade. Viu-se na emergência dos discursos da diversidade um movimento que poderia ser pensado como de flexibilização do dispositivo de identificação sexual, de uma maior abertura para a singularização, ou ainda como uma alteração, uma mudança nas formas predominantes de seu funcionamento que permite sua manutenção como dispositivo político e, mesmo, a otimização de seus mecanismos produtivos. É neste sentido que a análise nos direciona, apontando para a força e as possíveis fragilidades de um modo de operação diferenciado que vem se impondo nesse dispositivo, e que permite vislumbrar em sua atualidade tanto um ápice quanto um esgotamento.

Ao acompanhar esse movimento de manutenção, de sobrevivência do dispositivo pela mudança, passamos a nos perguntar pelas forças, pelos poderes que atuam na manutenção das bases desse dispositivo que mantém a sexualidade como uma dimensão fundamental da experiência e da subjetividade humana, preservando-a enquanto domínio e evitando sua subversão.

Encontramos para esta questão a sujeição do indivíduo às regras estritas da identificação sexual; a subjetivação identitária como assujeitamento a códigos de ordem sexual; o controle do acaso do discurso e das práticas de si pelo investimento do saber da sexualidade em tecnologias de si, nos modos de proceder e nas forças que o indivíduo agencia em sua criação e condução de si – constituição/configuração/funcionalidade de um “si”, reconhecido(vel) como o “mesmo” ao ser e se conduzir. Encontramos a produção de um ser sexual, sujeito em conteúdo, continuidade e conduta ao funcionamento de um dispositivo sexual identitário “ancorado” em um compromisso ético; encontramos aqui o compromisso com a identificação efetivado na relação consigo.

Encontram-se disponibilizados modos de funcionamento identitários através

de diferentes práticas (discursivas, como no caso das cartilhas, e não discursivas) para a utilização pelo indivíduo nesse “processo” em que ele torna-se, como conhecedor, instrumento e objeto desse saber. Aqui, mais precisamente, é que se fala da subjetivação pela via identitária – como *mecanismo de assujeitamento* –, por tornar o indivíduo suporte/instrumento de efetivação (como terminal) de um conjunto de práticas agenciados em uma política maciça, uma macropolítica, que é chamada aqui de política sexual identitária.

Esse olhar segue não os resultados observáveis – configurações em “diversificação” ou não –, a princípio, mas a configuração de um espaço (com *n* possibilidades) para a subjetivação correlativo a uma política, a uma “lógica” subjetivamente, que relativiza (pela individualidade seus “produtos”) mas mantém compromissos de produção da ordem da identidade. A lógica da identidade e os objetos identificáveis mantêm-se ao diversificarem-se, ao comporem-se em “expressões” individuais, e o mecanismo de identificação pode aparecer como menos determinado, menos imposto, menos opressor, na medida em que é colocado para funcionar pelo próprio indivíduo, podendo mesmo a autoidentificação ser colocada como uma libertação pessoal, no encontro do indivíduo com a sua *própria verdade*.

Ao mesmo tempo, vê-se ganhar sentido neste trabalho um certo *esgotamento* do dispositivo, consonante com a leitura de Perlongher (1992) sobre um momento recente da homossexualidade, exposto em seu texto “O desaparecimento da homossexualidade”. Coloca-se a possibilidade da homossexualidade, tal como se apresenta hoje, estar-se *esvaziando como questão*, ou, como posto por Perlongher (1992), declinando como via de fuga, como espaço para possíveis “transgressões”.

Pensa-se se sua extensão e capilaridade na experiência dos indivíduos pode estar a extenuá-lo como dispositivo eficaz de produção. Lembrando Baudrillard (1992), de tanto ser e fornecer sentido a sexualidade já nada significa, já não produz efeitos tão significativos – por tanto poder significar. Perde seu poder, perde sua força e pode perder espaço. A sexualidade tal como vem sendo efetivada como problematização apresenta suas questões a serem resolvidas, desenvolvidas – já bem assimiladas suas regras básicas –; a (homos)sexualidade *viabiliza-se* nesse funcionamento, passa a ser “mais uma” entre as tantas questões (para as quais as regras já indicam as bases em que serão encontradas as respostas) da sexualidade, mais uma possibilidade. Perde-se a homossexualidade, se já se pode pensá-la assim, como possível lugar para o

rompimento. Aparece de forma asséptica, moralizada, ética. “Neutralizada”, se houve já nesse espaço “queda” para subversões. Enquanto homo, hetero ou bi, e seus espectros diversificados, a sexualidade expandiu-se e triunfou. Por isso mesmo pode já estar a perder espaço como forma de problematização de si do homem; e esgota-se como questão – onde as cartas, mesmo as pretensamente “novas” já vem marcadas e, antes de serem apresentadas, podem já ser reconhecíveis e assimiláveis.

As respostas estão dadas segundo a lógica impressa pelas regras que permitem estabelecer a sexualidade como problematização, as possibilidades discerníveis, as normas e prescrições com suas regras em funcionamento. O jogo das identidades oferece os “esclarecimentos”, o mapeamento, a incorporação numa normalidade. O campo da identidade homossexual afirmada, construída politicamente, está fixado.

Viu-se, com efeito, que

“os movimentos homossexuais continuam muito presos à reivindicação dos direitos de sua sexualidade, à dimensão do sexológico. Mas isso é normal, pois a homossexualidade é uma prática sexual que, enquanto tal, é combatida, barrada, desqualificada.” (Foucault, 1993e, p. 268)

A homossexualidade se torna visível, palpável, *reconhecível*, ocupando espaços bem definidos, circulando como uma possibilidade “a mais” no plano dos possíveis, do reconhecível; circulando em um discurso multifacetado, composta e recomponível entre saberes científicos, psicológicos, religiosos, naturalistas e outros.

A identidade homossexual afirmada nesse processo histórico, contudo, destaca suas marcas: a “condição/natureza” homossexual destaca as evidências naturais para em seguida colocar seu reconhecimento, sua “descoberta”, única e exclusivamente na dependência do indivíduo; oferece-se um caminho para essa descoberta, traçando-a sobre um percurso de desenvolvimento, um “processo” de desenvolvimento e (re)conhecimento da própria homossexualidade – que “manifesta-se” e pode ser reconhecida a partir do exame, pelo indivíduo, de “maneira franca e honesta” consigo mesmo (como compromisso, responsabilidade), da verdade de seu desejo e sentimentos em relação ao contato com outros indivíduos – objetos de desejo e de afeto.

Uma identidade bem estabelecida, fixada (num campo de possibilidade de auto-referenciar-se, significar-se como “homossexual”) oferece caminhos reconhecidos,

legitimados a serem trilhados. Mais uma das facetas reconhecidas da sexualidade, do ser humano, mais uma possibilidade de ser a ser regulamentada em sociedade.

Viu-se um movimento em que a sexualidade, como um campo histórico de experiências, vem se segmentando, multifacetando-se num jogo de composições; múltiplas, variadas, inúmeras identidades brotam à luz do dia, visibilizam-se, seus elementos tornam-se intercambiáveis, permitindo variações e interpenetrações, “mosaicizações” em suas composições – peças recomponíveis, combináveis, atendo-se à regra de vincular essa construção à verdade do seu sexo, do seu desejo, das bases de relação com o outro (como objeto ao qual se “tende”), tornando-a base de relação também e fundamentalmente consigo mesmo, desde que esta é uma verdade que regula a subjetividade, a sua forma de ser e estar no mundo, de estar em relação; ela que fornece um saber sobre si mesmo, ela que tem que ser descoberta, para que cada qual possa situar-se subjetiva e socialmente, compondo uma determinada conformação política das relações.

Estando em todos os lugares, estando em todas as ações como parte da *nossa* subjetividade, e em todos nós, a sexualidade, e com ela uma de suas facetas – já aparadas possíveis arestas –, a homossexualidade, perde-se em todos os sentidos tornados possíveis, multiplicados, perde-se por excesso de sentido, de visibilidade, de “clareza”. Pensando com Baudrillard (1992): por poder dizer tudo, já não pode nada. Por significar tanto, já não significa muito.

Por triunfar em ter reconhecido seu(s) rosto(s), a homossexualidade afirmada, a identidade fixada, deixa de ser *questão*. A mobilização gira em torno do direito à multiplicação dessas facetas. Intensifica-se a sexualidade como via do diverso, caminho para um mapeamento cada vez mais abrangente das “possibilidades”. (Re)Formulação da multiplicação, negação da “marginalidade” pelo plano dos direitos – o ser humano multiplica suas caras, facetas, dimensões como *ser sexual(izado)*. Se, como propõe Perlongher (1992), a *homossexualidade* já colocou-se como uma via de fuga preferencial, caminho sem trilhas disponíveis (campo heterogêneo delimitado por códigos ‘impostos’, externos ao mesmo), abertura de possibilidades, seu movimento de fixação e diversificação, seu, hoje aparente, potencial de “acolhimento”/produção do diverso, a torna mapeada não em suas “caras” aparentes mas, mais eficazmente, em sua **formulação de proliferação**, em seu **cálculo de diversificação** – fórmula assumida desde seu próprio campo. Multiplica-se o finito – encerrado e reconhecido nas

possibilidades (disponibilizadas como) *humanas* –, oferecendo-se um rol de possibilidades de identificações (*homos*)*sexuais*. O jogo de composição, centrado no indivíduo sujeito (sujeito às suas regras, assujeitado na dependência do jogo), convida: identidade (homos)sexual – “faça você mesmo seu modelo exclusivo” (Nascimento, 2002⁵⁰).

Esse jogo de recortes, composição, recomposição, como “bricolagem”, modifica o funcionamento, a função exercida pelo que Foucault chamou dispositivo de sexualidade? Pode-se falar aí em “rompimento” com a funcionalidade da identidade (dispositivo de identificação) sexual, em “transgressão” de sua lógica/funcionamento?

A análise da forma de funcionamento desse discurso realizada aqui não indica tal ruptura. Diz-se que os sentidos proliferam desde uma mesma base enunciativa. A relação que permite a proliferação de sentidos mantém-se desde o discurso da afirmação da identidade homossexual ao discurso da diversidade sexual. A “lógica” de proliferação que permite esse tipo de funcionamento aqui acompanhado multiplica as possibilidades, mas parece prolongar ao extremo, mantendo ainda atuante, a lógica das identidades fixas, relaxando suas fronteiras para acolher a diversificação em seu “interior”, no mesmo campo de constituição do sujeito da sexualidade, possibilitando o múltiplo, o diverso, acolhendo e *dando forma* a diferentes possibilidades de subjetivação, de composição de sujeitos das sexualidades – mesmo no “interior” do mesmo indivíduo, em possibilidades/posicionamentos subjetivos mais “radicais” surgindo, talvez, como um “mosaico”. Menos “ortodoxas” em seu funcionamento, as sexualidades fazem proliferar seus sujeitos, em conformidade com a lógica do esquadramento do campo da experiência e da diagramatização do “sujeito”, onde a tônica é colocada sobre a relação consigo, conhecimento/reconhecimento de si (*mesmo*) através da identificação com (colando-se a) um universo de possibilidades – dadas numa cadeia de saber-poder. Um universo que “avançou” em amplitude (*alargou-se*), cujas formas mais visíveis, identificáveis, hoje, oferecem um reconhecimento e uma legitimação de maior alcance ancorando-se na diversidade, nas *variações* das experiências/comportamentos sexuais dos indivíduos (acolhendo sua/uma *diversidade* num campo reconhecidamente político) através de suas vias “amplificadas/segmentadas” de subjetivação identitária. A luta da homossexualidade organizada caminha para oferecer reconhecimento social e legal a

⁵⁰ Mix Brasil, Seção Psi.

esses diferentes posicionamentos (*orientações sexuais*), (re)definindo o espaço social a ser ocupado “*legitimamente*”.

Está lá a ênfase na correlação entre modo de ser individual/subjetividade/natureza/condição/consciência/identidade e o desenvolvimento de *uma(sua)* verdade/da verdade “do (*seu*) sexo”, nos domínios de uma sexualidade diversificável, das diferenças submetidas à lógica da permanência na relação consigo mesmo (*mesmidade*) e com o outro (*objeto geral, o mesmo*, ao qual o sujeito *tende*, pelo desejo). Ênfase no discurso da posição do indivíduo/sujeito: descoberta sua ‘verdade’ – na submissão (do indivíduo) aos saberes (esclarecimentos, normatizações) da (homos)sexualidade –, a escolha se abre em duas vias: ocultar sua verdade, “reprimir-se”/ficar “no armário” ou revelá-la, “assumir-se”/“sair do armário”.

No campo analisado, nas formas da identificação como homossexual, é colocado para o sujeito a possibilidade de ocupar uma entre as duas posições. Seja uma “natureza” ou resultado de quaisquer outras *determinações*, “*causas*”, a posição de “homossexual” é estabelecida pelo conhecimento de si, pelo exame de suas sensações, desejos, sentimentos, pelo conhecimento através da relação consigo. Assim, as posições estar e sair do armário são dadas como formas de significar, marcar a posição do sujeito em relação aos demais, oferecendo-se um conjunto de normas, com prescrições diretas de conduta aos indivíduos em cada situação e, em especial, na passagem de uma à outra (passagem moralmente indicada, dada a “inverdade”, a “não autenticidade” de uma vida “dentro do armário”): as dicas, regras e sugestões de ‘como sair do armário’, assumir-se, revelar-se como homossexual. Lembrando que esta instrumentalização para a ocupação de um lugar homossexual funciona no interior de um movimento e de acordo com uma política geral de compromisso entre os “semelhantes”.

A revelação, assunção pessoal e pública dessa condição homossexual, é organizada em passos, descrevendo um processo gradual de *desenvolvimento* de uma identidade homossexual. O primeiro passo sendo o exame de si por si mesmo – o estabelecimento de *sua* verdade –; o próximo passo decisivo, na construção de *uma/sua bem resolvida homossexualidade*, dá-se através da relação com os demais – amigos, parceiros, família, etc. Em cada momento a aceitação de si mesmo *como homossexual* sendo prioritária e a principal indicação para prosseguimento. Só revelar-se aos outros “como tal”, quando se estiver “pronto”, quando se tiver estabelecido consigo mesmo um saber claro, seguro e um acordo de aceitação de sua condição – o que vale também para

a conduta da família em relação à condição do parente-homossexual. A própria saída do armário (cada vez que se “revela” ser *homo*) ou a revelação para um terceiro só pode se dar na medida em que cada um estiver “pronto”, seguro quanto a seus sentimentos, sua aceitação do “fato” de que se ‘é’ ou de que se tem um filho, amigo, homossexual. Garantida a segurança quanto ao seu saber e seu posicionamento diante do “fato” homossexual, pode-se prosseguir nessa condução de si perante os demais, mantendo a conformidade, a coerência e a sintonia consigo mesmo.

Nesse discurso, configura-se uma *figura genérica* do homossexual; antes mesmo de um sujeito *de práticas*, sujeito de *um desejo* que o coloca em relação com indivíduos do “*mesmo sexo*” (objeto de desejo), sujeito particularmente de um *desejo*, mas também de uma afetividade, de sentimentos “dirigidos a”, de uma tendência de erotização vinculada ao “igual”⁵¹, objetivado em indivíduos do “mesmo sexo”⁵².

A canalização de um, a princípio, *difuso e indiferenciado* desejo ou atração sexual no caminho da auto-identificação como homossexual é oferecida numa descrição prescritiva de um *processo de constituição de si como indivíduo homossexual*, na perspectiva preponderantemente do *desenvolvimento* de uma condição colocada como natural para o indivíduo que vivencia tal experiência.

A condição “natural” da homossexualidade e, assim, da identidade homossexual, se não é, sem controvérsias, afirmada, é tratada no nível da percepção, da experiência individual (novamente na dependência do exame individual): para o indivíduo que se percebe homossexual, sua homossexualidade é “tão natural para ele” quanto o é a própria heterossexualidade para os heterossexuais.

Estrategicamente, o discurso articula-se entre diferentes instâncias, referenciando-se em diferentes teorias ou campos de saber, constituindo uma homossexualidade em conformidade com uma natureza e uma condição “humana”, dividindo e articulando com as supostas bases “legitimadoras” da heterossexualidade uma posição na curva da normalidade.

⁵¹ Apesar de não ter sido aqui objeto de análise – não tendo sido mesmo termos freqüentemente encontrados nos materiais consultados nesta pesquisa –, deve-se assinalar que o uso dos termos *homoerotismo* e *homoafetividade* não são tidos aqui, a princípio, como comportando uma alteração significativa na função desempenhada pelas noções de homossexualidade ou homossexualismo na medida em que mantêm a mesma lógica e função identificatória, ancorando-se, porém, em outras “dimensões” das relações humanas – consigo e com o outro. Deve-se notar que não é a *conotação* sexual da identidade que se toma aqui como prioritária, mas o mecanismo de *identificação* e subjetivação ligado a uma pressuposta *dimensão humana* fundamental.

⁵² O “mesmo sexo” já implicaria numa questão.

A identidade homossexual que se afigura nesse contexto aparece historicamente num deslocamento do campo de práticas marginalizadas em relação à chamada “heteronormatividade” para o da normalidade sexual; da divisão de uma faixa “obscura” e supostamente permeável em suas próprias margens a transgressões e rompimentos⁵³ para uma área clara (“esclarecida” – esquadrinhada, produzida, atravessada pelo saber, pelo poder), onde se coloca como amplamente visível, como figura geral discernível, podendo posteriormente passar a reivindicar o reconhecimento de múltiplas faces – em que tocaria e mesmo se mesclaria à, anterior e suposta, heterossexualidade “pura”, tornando suas fronteiras menos distinguíveis. Alterações internas mantenedoras e reforçadoras do campo sexual como dimensão fundamental, “fundante” dos sujeitos humanos. Como condição fundamental identificável, a identidade (homos)sexual assume o fracionamento, as redefinições mais precisas, as localizações e identificações mais sutis, no processo de (sua) normalização – adequada aos tempos de privilégio à individualidade. Uma figura médica relativamente recente, deslocando-se e ganhando espaço de legitimação como uma das facetas possíveis de indivíduos “normais”, “sadios” e, como em sua ordem mais atualizada, sobretudo, *seres humanos “dignos”*, salta como identidade legitimada, legítima “expressão” de uma essencialidade, de um fundamento humano. Legitimando-se e tornando-se quase tão “não questão” em sua efetivação hoje quanto a figura ainda quase inabalável, não questionada, da heterossexualidade.

A homossexualidade hoje, neste campo de formulação da identidade homossexual estudado, se coloca estrategicamente no mesmo plano da heterossexualidade, reivindicando/utilizando no discurso os mesmos ou semelhantes critérios de legitimação. As identidades (tanto hetero quanto homo) sexuais circulam compondo-se em e entre diferentes espaços discursivos, articulando-se num jogo de composições entre diferentes instâncias e campos de enunciação. As regras do discurso não servem mais, ou não devem servir, à especificidade da homossexualidade (como ocorria no momento de delimitação e afirmação de um campo de discursos e práticas homossexuais). Antes, elas permitem da forma, fazer existir a diversidade – e, nela, tanto a homo quanto a hetero ou a bissexualidade ou ainda outras composições que

⁵³ “o dilatado enredo que fundia aos amantes do idêntico com as mais heteroclitas, delirantes e perigosas marginalidades, começou a rachar à medida que os ‘veados’ ganharam terreno na vida social” (Perlongher, 1992, p. 44)

“expressem” a dimensão subjetiva da sexualidade em sexualidades.

Uma sexualidade cada vez mais ampla e meticulosamente esquadrinhada e planificada em suas possibilidades coloca-se a “dizer seu(s) nome(s)”, através de afirmações/formulações identitárias. Funcionando ainda em termos de fixações essencializadoras, relativizações destas podem ser vistas em suas *transfixações*, em possíveis *flutuações* do “desejo” marcando nos indivíduos seus atravessamentos – marcando em todos as possibilidades, as “virtualidades” de outros posicionamentos.

A definição pessoal, a identificação e reconhecimento da “homossexualidade” (quando o exame de si assim o indica) é alçada como via de realização preferencial e desejável num percurso de desenvolvimento *normal*. Homossexualidade “bem resolvida”, saudável, sinal de “sintonia” consigo mesmo, como uma forma autêntica, real, verídica de estar consigo e com os outros, em especial e necessariamente em *conformidade consigo mesmo, com a verdade de seus desejos, de seus sentimentos, de seu sexo*.

Uma conformidade entre ética e moral prescrita. Uma ética da verdade de si. Uma moral da verdade de si com os outros, uma moral da “apresentação” verdadeira, autêntica (autenticada pelo exame de si, pelo próprio indivíduo). Autenticidade e verdade nas relações, marcadas em um percurso disponível, descrito e prescrito. Estabelecimento da verdade de si através da verdade possibilitada pelo discurso da identidade homossexual.

“Prioritária”, a verdade *do indivíduo* alimenta-se da verdade do sujeito da sexualidade, submetido à verdade do que faz “tender” para um caminho já identificado.

As cartilhas analisadas oferecem um “passo a passo” do esclarecimento do desejo no sentido marcado da identificação da “homossexualidade”. Oferecem-se como instrumentos normativos, prescritivos, de um discurso afirmativo da identidade homossexual, “esclarecendo” e objetivando a realidade do ser homossexual.

No jogo de objetivações/subjetivações, a via da identidade homossexual oferece-se, através das cartilhas, como um discurso objetivador do homossexual, remetendo o indivíduo à posição de sujeito de exame e conhecimento de si, como passo necessário para a assunção da homossexualidade como condição subjetiva. Seguindo, o “passo a passo”, um percurso de “desenvolvimento” consonante com o esclarecimento e aprendizagem sobre “si mesmo”, na condição da localização de si no campo de significação de uma identidade sexual genérica objetivamente oferecida.

Em compasso com essa “frente” de afirmação/identificação das particularidades da sexualidade, oferecendo-se à constituição do sujeito, parece realmente possível se falar em um esgotamento de força da sexualidade (como forma e conteúdo) ou do dispositivo da sexualidade (como possibilidade de funcionamento), que, por tornar-se tão central e hoje já tão exaustivamente mobilizado, ao mesmo tempo em que ainda se coloca como forma quase imprescindível de contato consigo mesmo, parece perder impulso, em tempos de “(homos)sexualidade(S)”, como questão mobilizadora.⁵⁴ Não parecem mais haver espaços para “surpresas” no campo mapeado da sexualidade quando já não impõem-se as formas mas o funcionamento, quando este, de tão difundido, já se encontra pressuposto/utilizado em todas as frentes.

Sob o signo da *diversidade*, a (homos)sexualidade celebra talvez seu ápice produtor, congregador. Prolifera em faces reconhecíveis, celebra o que “há” e pode ser visto – o diverso. Festividade mapeável, rapidamente esquadrinha suas fronteiras, reatualizando-se. Movimentos em sintonia com seu próprio funcionamento parecem ter efetivamente forçado as fronteiras desse dispositivo, maximizado e estendido seu funcionamento. Atualmente tudo e tudo em todos parece poder ser referido, relacionado, a uma *funcionalidade de ordem sexual*. A experiência de ordenação da vida pela sexualidade parece ter atingido, com sucesso, em extensão e em “profundidade” – notadamente “escavando” interioridades humanas –, as formas reconhecíveis do comportamento e das concepções humanas. Integrando e compondo com outros dimensionamentos constituidores (“dimensões”) do humano um regime político de produção e organização da experiência que caracterizam uma época (*nossa modernidade*). A constituição do sujeito pela sexualidade parece ter sido amplamente realizada – enraizada.

“O livro de Foucault [A história da sexualidade] (...) mostra como a sexualidade vai chegando a um grau insuportável de saturação, com a extensão do dispositivo de sexualidade aos mais íntimos poros do corpo social.” (Perlongher, 1992, p. 41)

Diante dessa sexualidade cada vez mais “abrangente”, totalizadora e

⁵⁴ “Toda essa promoção pública da homossexualidade que agora, por ser tão abundante e pesada, se afunda, não foi em vão. Ela contribui a dispersar as concentrações paranóicas em torno da identidade sexual, trazendo a reiterativa discussão sobre a identidade às salas de ver TV, até que todo mundo percebesse a sua estupidez essencial” (Perlongher, 1992, p. 45)

“microscópica”, mais (oni)presente, objetivando um número cada vez maior de figuras e conformações em funcionamento através das identidades sexuais, com uma *formulação proliferadora de sentidos* cada vez mais segmentados e particularizados, as identificações, ao mesmo tempo em que podem tornar-se mais específicas em relação ao campo de práticas (“sexuais”) correlato, também parecem poder se distanciar cada vez mais da conformação de um terreno reconhecidamente “sexual”. Assim, pode-se pensar em um extravasamento do próprio dispositivo de sexualidade, da intensificação de seu funcionamento até a saturação “interna” – objetivações correlativas a práticas sexuais. A construção de “sentidos” (formas, denominações, estilos, etc., intensificados no campo da sexualidade), em sua proliferação, *distancia-se de suas conexões pretensamente “fundadoras”* – as práticas sexuais como um domínio de práticas que servem como suporte –, colando-se a outros domínios, deslocando-se para outras práticas associadas a um domínio primeiramente identificado pela ordem do sexual (caso do universo GLS).

Pode-se acompanhar, na análise no nível do enunciado, a inscrição do discurso homossexual contemporâneo na mesma formação discursiva do discurso de afirmação homossexual, assinalando uma continuidade. Uma possível ruptura é indicada nos discursos e espaços do chamado “universo” ou “cultura gls”, nas relações entre os domínios da sexualidade, cultura, mercado, conforme um deslocamento a partir do sexual para o campo das práticas de sociabilidade. A “ancoragem” em práticas sexuais perde importância e caráter de necessidade na medida em que formas de funcionalidade do dispositivo de identificação sexual atravessam os limites dos domínios da sexualidade, produzindo sentidos em outros domínios e permitindo, com isso, formas de identificação associáveis (em paralelo) à sexualidade sem, contudo, prenderem-se à sua lógica interna (como dispositivo). Interessa, por aqui e por hora, deixar como questão aberta os funcionamentos e as configurações ligadas à constituição subjetiva possíveis a partir desse movimento assinalado, indicando a oportunidade de abordá-lo em outras pesquisas. Possível lugar de rompimento com a lógica *sexual* de um mecanismo de identificação, no deslocamento desse mecanismo para outros domínios e outras cadeias de saber-poder e subjetivação.

Construções subjetivas, comportamentais, relacionais, sustentando-se em um universo referencial configurado na ordem do sexual, sem conexão com as práticas suporte, ou melhor, *independentemente de se fazer ou não essa conexão*. A própria identificação derivada de um campo “homossexual” pode depender mais de outras

“variáveis” que do comportamento sexual, das *práticas*, efetivamente. Hoje, pode-se ser “gay” sem ao menos ser cogitada uma referência a determinadas práticas sexuais – configurando a emergência de um “*estilo*”. Tomadas como uma possibilidade de experiência para qualquer indivíduo, as práticas homossexuais já não serviriam como suporte exclusivo para a definição de uma identidade homossexual.

Contudo, ao mesmo tempo em que pode-se conceber o deslocamento de uma identificação supostamente restrita à referenciação “sexual” para o campo das práticas de sociabilidade – como colocado num campo aberto pela designações relacionadas ao termo GLS –, assinala-se que *o discurso identitário homossexual continua a funcionar*. As “causas” são discutidas e discutíveis nesses discursos, prevalecendo mais comumente a concepção da homossexualidade como uma expressão particular de uma dimensão fundamental e universal do ser humano, expressão de uma essencialidade constitutiva do ser (como “substância” e/ou “processo”). Essencialidade que pode ser identificada – hoje preferencialmente pelo próprio indivíduo, segundo padrões bem conhecidos e circulantes. A preocupação com a vivência “saudável” da homossexualidade é bastante destacada e encontra-se, em geral, na base das propostas de esclarecimentos quanto ao “ser ou não”. Materiais como as cartilhas analisadas são algumas das produções “educativas” de grupos ou entidades constituídos na relação com a homossexualidade. Elas configuram e disponibilizam “a homossexualidade” para e conforme o público-alvo e o objetivo: público em geral, imprensa (Pró-Conceito), indivíduo interessado, família, para *a hora de sair do armário, para adolescentes gays, bissexuais e curiosos...* E se configuram como instrumentos para a subjetivação conforme o dispositivo de identificação sexual.

Não se fala aqui de restrições ou de repressão, mas sim de produção de condições nas quais o indivíduo concreto pode (e “deve” – como imperativo moral e ético) se significar, através da codificação de sua experiência, conforme as regras que lhe permitem se situar e dizer de si, concebendo-se/exercendo-se como “algo” – como “homossexual”, “gay”, “lésbica”, “travesti”, “transgênero”, entre outros.

Fala-se de maximização (capilar) do dispositivo na mudança estratégica de foco do mecanismo de identificação, do oferecimento de uma grade de saber-categorização que se torna secundária, efeito, para a produção pelo indivíduo de “sua própria” categorização, como forma prioritária, deslocando o ponto de articulação e/ou priorizando um ponto individual nas articulações subjetivantes.

Assim, pensa-se que a identidade, como forma disponível/disponibilizada, torna-se menos importante no funcionamento do mecanismo de identificação, tendo seu ponto de apoio principal deslocado dos saberes oferecidos previamente (grade) para a produção desta de forma cada vez mais individualizada – ou, ainda, a identificação se produzindo como meio de subjetivação em níveis diferenciados *no indivíduo concreto*⁵⁵, em composições identitárias *fragmentárias*.

As identidades perdem em “substantivação” e em permanência, tornando-se peças maleáveis, manejáveis, flexibilizando-se e, com isso, dando “novo fôlego” ao mecanismo de identificação. “Tudo é possível”, toda forma se torna possível, as identidades se *relativizam*, num universo cada vez mais intimamente produzido como identificável. A proliferação dos “sentidos” é o processo visibilizado, aberto na “abertura” do dispositivo a “novas produções”; as regras mantidas, o dispositivo, aqui concebido como rede produtiva, refazendo-se, *atualizando-se*. As produções identitárias, seus “sentidos” em aberto *sobre* a relativização de *um mesmo objeto, o objeto identificável*, o “algo” que faz de nós seres sexuais; *objetivações “mutáveis”*, identidades em *mutação*, em *metamorfose*, num modo de funcionamento instituído em transformação, em um modo de produção-identificação, segundo as mesmas regras, mantendo uma mesma *lógica* de continuidade, permanência, de “mutação” como *mudança “sobre” algo posto, verdadeiro* – que vê-se aqui como uma relação de compromisso entre *o que se é* ou *se pode ser* e *a verdade, uma verdade subjetiva, própria* (dada ou produzida).

A subjetivação em “aberto” *sobre*, através de uma formação organizada e regida, produzida e identificada por regras que nos dão possibilidade de nos conceber segundo uma ordem do sexual, da sexualidade, como domínios de saberes e práticas, domínios de uma experiência histórica singular que nos “singulariza” e nos permite dizer de nós, nos permite nos dizer como *os mesmos*, nos *reconhecendo* e nos exercendo conforme campos de possibilidade historicamente constituídos que se abrem *diante* de nós, constituindo nossa época – nossas possibilidades de ver, de dizer, perceber, conceber, questionar.

A questão da possibilidade de “transgressão” é tomada aqui apenas como

⁵⁵ “Indivíduo” como termo útil na medida da referência ao indivíduo concreto, mas precária em termos de subjetivação, processo que não se prende a uma unidade, a um pretense todo coeso, coerente, a uma centralidade, como se pode fazer supor ao utilizar o termo.

um modo de questionar a forma como pode-se perceber as transformações relacionadas aos discursos e práticas relacionados à sexualidade em nossa atualidade. Transformações que, como apontou-se aqui, permitiriam a esse dispositivo de sexualidade não apenas manter-se mas refazer-se, atualizar-se, imiscuindo-se em e como parte de nossa vida cotidiana, como parte d’o *que somos*.

Por um lado, da perspectiva das identidades e da sexualidade, vê-se mudanças e mesmo transformações relevantes nas formas de ser e de exercer-se; pode-se falar em liberdades, em *livre expressão*, em flexibilização de mecanismos de controle *sobre* a experiência individual; pode-se ver a individualidade ganhar espaço e, nesse movimento, pode-se pensar em movimentos singularizantes. Por outro, da perspectiva dos modos de subjetivação implicados nesse processo, entende-se que a configuração contemporânea das identidades como em constante metamorfose/ação não simplesmente “libera” os indivíduos concretos para uma “criação de si” em “*liberdade*”, como se poderia supor pela libertação das amarras de uma forma de codificação, das categorizações de até então, pela proliferação das possibilidades de significação, identificação, mas mostra-se como uma forma eficaz de otimizar a regulação pelo dispositivo, a ordenação/organização das práticas, da experiência (como universo histórico representado/significado pelo indivíduo), da vida dos indivíduos concretos, pela mudança na forma de realização da identificação.

Se para Foucault a “liberdade” seria um espaço de “manobra” não apenas do indivíduo concreto mas mesmo de formas “sub” individuais (Foucault, 1993e) – agenciamentos que não respeitam unidades, totalizações –, um espaço, uma margem de luta no exercer-se, a função exercida por esse modo de configuração/funcionamento das identificações, lançada como compromisso na relação *consigo*, como sujeito – *como o mesmo* (o mesmo no que muda, *muta*, o mesmo que agencia, conforma e identifica, como aquilo que permanece *sob*, mesmo sob configurações *já* em possível diferenciação) –, conforme pode-se acompanhar aqui, cola-se a, constituindo, esses agenciamentos *individualizados*, deslocando para e fazendo funcionar em um campo de constituição de subjetividade (campo das relações dos indivíduos concretos) um modo de controle/conformação de “experiência”, através da inscrição do exercício de si em um regime de produção, funcionamento e configuração da experiência que é ainda o da experiência histórica singular e do dispositivo político de sexualidade – das regras que permitem configurar essa experiência histórica, realizando-a como *dimensão subjetiva*

do indivíduo.

Assim como analisamos, pensamos o que conhecemos. Pelos saberes e fazeres aqui empregados, na perspectiva construída nessa pesquisa, dos lugares ocupados ao longo dessa trajetória nos movimentos imbricados de elaboração e de análise, *deu-se a ver* uma história de discursos e práticas; *deu-se a ver*, através desta que é uma prática discursiva, *movimentos políticos de instituição, de configuração*; deu-se a ver condições de existência de um campo em construção/transformação identificado pelo termo “homossexual” e, nele, de normas e regras que abrem espaços “para o sujeito”, espaço de *constituição subjetiva, espaço de subjetivação*; um espaço normatizado, regrado, para o exercício de si, como objeto e sujeito em discursos e práticas, sujeito *a* um universo previamente estabelecido, aqui apontado através de *regras* que engendram tanto saberes, quanto poderes, discursos e práticas, engendrando um espaço de constituição/ação que refere movimentos de subjetivação a algo como um “ponto” de flexão das relações do indivíduo concreto, fazendo-o, na ocupação da posição de “sujeito *de suas* práticas”, *sujeito a regras que conformam, como compromisso, suas relações consigo e com o mundo*, conformando-o como um dado ser identificável.

Acompanhou-se, viu-se constituindo e vê-se agora ainda um movimento de manutenção/sobrevivência desse dispositivo nas transformações e reordenações de domínios de saber, de territorializações de práticas, de funções exercidas por práticas discursivas e não discursivas num conjunto histórico, político, social que é parte de nosso tempo, nosso presente; acompanhou-se, viu-se e vê-se entrelaçarem-se nessa história grandes linhas de saberes, poderes e movimentos subjetivantes na constituição e funcionamento do dispositivo de sexualidade, através dos mecanismos de identificação em discurso.

Viu-se a mudança “a serviço” da manutenção, no registro de uma permanência. Vê-se, finalizando, *reformulações* no dispositivo ao longo dessas mudanças, na “ênfase” colocada em discurso *sobre* os campos e os modos de subjetivação, colocando para o indivíduo um imperativo moral e ético, na forma de uma questão “subjetiva”: compromisso *consigo mesmo*, compromisso de constituição ética – estar conforme as regras que constituem o dispositivo de sexualidade, estando em conformidade consigo, “o mesmo”.

...

Para os objetivos deste trabalho, a análise realizada indica transformações nas relações que permitem constituir e ancorar diferencialmente dimensões subjetivas, tomadas como fundamentais (ou essenciais) para *o/no homem*, fundamentos do *humano*, entre diferentes domínios de saberes, de práticas e de modos de subjetivação, dando contornos, significação e realidade às mesmas – tornando-as possíveis, *realizando-as*.

No sentido dessas transformações, dos deslocamentos em um ou entre diferentes domínios, no caso assinalado aqui, e a propósito dos questionamentos quanto à natureza das relações que unem práticas sexuais e homossexualidade, indica-se a oportunidade de se contemplar, em outros estudos, as especificidades das relações atuais entre a homossexualidade e domínios como o da cultura e do mercado; encerrando-se aqui, nos limites da configuração desse trabalho, de seus objetivos, a análise de um campo “GLS” no que ele parece comportar uma possibilidade de ruptura no dispositivo de identificação sexual, com um deslocamento de referenciação e ancoragem entre os domínios da sexualidade e os da cultura/mercado/sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– nossos saberes –

- Baudrillard, J. (1992). **Da sedução**. 2.ed. (T. Pellegrini, Trad.) Campinas: Papirus.
- Carvalho, J. C. de P. (1985). A corporeidade outra. Em: R. J. Ribeiro (org.). **Recordar Foucault** – os textos do Colóquio Foucault. São Paulo: Brasiliense. p. 72-93
- Chauí, M. (1994). **Repressão sexual** – essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Círculo do Livro.
- Deleuze, G. (1988). **Foucault**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (1995). **Mil platôs**. v. 1 (A. Guerra Neto; C. P. Costa, Trad.) Rio de Janeiro: Ed. 34. (Col. Trans)
- Descamps, C. (1991). **As idéias filosóficas contemporâneas na França (1960-1985)**. (A. Marques, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dreyfus, H.; Rabinow, P. (1995). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. (V. P. Carrero, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Feyerabend, P. (1977). **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Figueiredo, L. C. M. (1992). **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)**. São Paulo: Educ/Escuta.
- Fonseca, M. A. (1995). **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC. (cap.: O indivíduo moderno, p. 69-94)

Foucault, M. (1993a). Não ao sexo rei. Em: R. Machado (org.). **Microfísica do poder**. 11.ed. (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro: Graal. p. 229-242

Foucault, M. (1993b). Nietzsche, a genealogia e a história. Em: R. Machado (org.). **Microfísica do poder**. 11.ed. (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro: Graal. p. 15-37

Foucault, M. (1993c). O olho do poder. Em: R. Machado (org.). **Microfísica do poder**. 11.ed. (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro: Graal. p. 209-227

Foucault, M. (1993d). Sobre a geografia. Em: R. Machado (org.). **Microfísica do poder**. 11.ed. (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro: Graal. p. 153-65

Foucault, M. (1993e). Sobre a história da sexualidade. Em: R. Machado (org.). **Microfísica do poder**. 11. ed. (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro: Graal. p. 243-76

Foucault, M. (1993f). Verdade e poder. Em: R. Machado (org.). **Microfísica do poder**. 11.ed. (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro: Graal. p. 1-14

Foucault, M. (1994). **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 7.ed. (M T. da C. Albuquerque, Trad.) Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. Em: H. L Dreyfus; P. Rabinow. **Uma trajetória filosófica** – para além do estruturalismo e da hermenêutica. (V. P. Carrero, Trad.) São Paulo: Forense Universitária. p. 231-49

Foucault, M. (1996). **A ordem do discurso**. (L. F. de A. Sampaio, Trad.) São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (1997). **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 12.ed. (M T. da C. Albuquerque; J. A. Guilhaon Albuquerque, Trad.) Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1999). Entrevista com Michel Foucault. Em: M. B. da Motta (org.). **Ditos e Escritos**, v. 1 – Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria, psicanálise.

(V. L. A. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 300-12 (entrevista de maio de 1981)

Foucault, M. (2000a). **O que é um autor?** 4.ed. (A. F. Cascais; E. Cordeiro, Trad.) Alpiarça: Veja/Passagens.

Foucault, M. (2000b). *Theatrum Philosophicum*. Em: **Um diálogo sobre os prazeres do sexo e outros textos**. (J. L. Barreto; M. C. G. Cupertino, Trad.) São Paulo: Landy. p. 77-118

Foucault, M. (2002). **A arqueologia do saber**. 6.ed. (L. F. B. Neves, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Guattari, F. (1987). **Revoluções moleculares: pulsações políticas do desejo**. 3.ed. (S. B. Rolnik, Trad.) São Paulo: Brasiliense,.

Guattari, F.; Rolnik, S. (1996). **Micropolíticas – cartografias do desejo**. 4.ed. Petrópolis: Vozes.

Gros, F. (1995). Foucault e a questão do ‘*quem somos nós?*’ **Tempo Social**. Revista Sociologia USP. Foucault um pensamento desconcertante. São Paulo. v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out.

Hacking, I. (1988). La arqueología de Foucault. Em: D. C. Hoy (comp.). **Foucault**. (A. Bonano, Trad.) Buenos Aires: Nueva Visión.

Lebrun, G. (1985). Transgredir a finitude. Em: R. J. Ribeiro (org.). **Recordar Foucault – os textos do Colóquio Foucault**. (R. J. Ribeiro Trad.) São Paulo: Brasiliense. p. 9-23

Machado, R. (1988). **Ciência e saber – a trajetória da arqueologia de Foucault**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal.

Maíz, R. (1986). Sujecion /subjetivacion: analítica del poder y genealogía del individuo moderno en Michel Foucault. Em: R. MAÍZ (org.). **Discurso, poder, sujeto: lecturas de Michel Foucault.** Santiago de Compostela: Ed. USC. p. 137-188

Misse, M. (1998). O final da cadeia. Interpretações da violência no Rio. Em: G. Castelo Branco; L. F. B. Neves (orgs.). **Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência.** Rio de Janeiro: NAU; Londrina: CEFIL.

Muchail, S. T. (1985). O lugar das instituições na sociedade disciplinar. Em: R. J. Ribeiro. **Recordar Foucault.** São Paulo: Brasiliense.

Perlongher, N. (1992) O desaparecimento da homossexualidade. Em: A. Lancetti (dir.). **SaúdeLoucura.** n. 3. São Paulo: Hucitec. p. 39-45

Pinho, L. C. (1998). As tramas do discurso. Em: G. Castelo Branco; L. F. B. Neves (orgs.). **Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência.** Rio de Janeiro/Londrina: NAU/CEFIL. p. 181-189

Portinari, D. B. (1989). **O discurso da homossexualidade feminina.** São Paulo: Brasiliense.

Portocarrero, V. (1998). A vida e a experiência da ordem. Em: G. Castelo Branco; L. B. F. Neves (orgs.). **Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência.** Rio de Janeiro: NAU; Londrina: CEFIL. p. 191-234

Rago, M. (1995). O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social.** Rev. Sociol. USP. Foucault um pensamento desconcertante. São Paulo. v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out.

Rajchman, J. (1987). **Foucault: a liberdade de filosofia.** (A. Cabral, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Rodrigues, H. B. C. (1993). **Quando Clio encontra Psyche: pistas para um**

(des)caminho formativo. Versão modificada, não publicada, da introdução da Dissertação de Mestrado intitulada As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises. Instituto de Medicina Social/UERJ.

Rolnik, S. (1989). **Cartografia sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade.

Souza, P. de. (1997). **Confidências da carne**: o público e o privado na enunciação da sexualidade. Campinas: Unicamp.

Souza, S. C. de. (2000). **A ética de Michel Foucault**: a verdade, o sujeito, a experiência. Belém: Cejup.

Vattimo, G. (1996). **O fim da modernidade**: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– composição histórica –

Abreu, G. de. (1997). Na Internet. **Sui Generis**. Seção Cartas. Rio de Janeiro, ano 3, n. 21, p. 5-6.

Ackermann, L. (2001). O fim do mundinho. **Revista dos Bancários**. ed. 72, nov. Disponível em <http://www.spbancarios.com.br/rb72/rb8.htm>. Consultado em 18/12/2002, 01:58.

Alencar, B. (2002). **A associação** – entrevista com o presidente. Site Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. Disponível em <http://www.paradasp.org.br/associacao/entrevpresid.asp>. Consultado em 10/10/2002, 19:35.

Araújo, J.; Capó, S. (1997). Mix Brasil: LaBruce defende “vida no armário”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 nov. Disponível em <http://www.uol.com.br/fsp/acontece/ac101101.htm>. Consultado em 18/10/2002, 22:30.

Araújo, M. P. N. (1999). **Política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70**: objeto e fontes históricas. Laboratório de Estudos do Tempo Presente. Departamento de História – IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/pesquisadores.html>. Consultado em 16/10/2002, 17:56.

Arco-íris, Grupo (2002). **Cronologia**. Site Grupo Arco Íris. Disponível em http://www.arco-iris.org.br/paradario/c_stonewall_cronologia.htm. Consultado em 18/10/2002, 19:00.

Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. (2002). **Associação da Parada GLBT promove a cidadania durante o ano todo**. Site Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. Sala de imprensa. Disponível em

<http://www.paradasp.org.br/imprensa/associacao.asp>. Consultado em 10/10/2002, 19:40.

Braga, O. (2002). **Gays e internet**. Site MGM - Movimento Gay de Minas. Seção Artigos. Disponível em <http://arnet.com.br/~mgm/sites.html>. Consultado em 18/10/2002, 23:50.

Capó, S. (2000). Saindo do armário. **no**. (www.no.com.br) 10 out. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/aspas/ent20102000ahtm>. Observatório da imprensa. Consultado em 09/10/2002, 03:38.

Carvalho, M. (2002). Afeto que a sociedade condena. **Jornal da Cidadania**. Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. ano 9, n.113, p. 8-9, set./out. Disponível em <http://www.ibase.br>. Consultado em 12/10/2002, 17:37.

Caversan, L. (1995). Negócios à parte. **Folha de São Paulo**. Editoria Opinião. Seção Rio de Janeiro. p. 1-2, 20 jun. 1995. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio/pgi/fsp1995.nfo>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 18/10/2002, 23:10.

Chequer, P. (1999). O mal da AIDS. **Boletim Pela Vidda**. Grupo Pela Vidda/RJ. Rio de Janeiro, n. 32, jan/abr. Disponível em <http://www.pelavidda.org.br/princ1.html>. Consultado em 18/10/2002, 19:44.

Coelho, L. (2002). Parada do Orgulho GLBT de SP supera público da França e dos EUA. **Folha Online**. 02 jun. 20:03. Disponível em <http://www1.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u1220.shtml>. Consultado em 17/10/2002, 01:12.

Costa, V. (1998). **Imprensa gay no Brasil, uma questão de gênero?** Artigo apresentado no XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE. Disponível em Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, <http://www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt15/GT1501.PDF>.

Consultado em 10/10/2002, 00:55.

Cranston, K.; Thompson, C. (s/d.). **Será que sou gay?** (Mix Brasil, trad. adapt.). Em: Mix Brasil. (2002). Seção Cartilhas. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/id/seragay.htm>. Consultado em 08/08/2002, 0:31.

CRF. Conselho Federal de Psicologia. (1999). Resolução 01/99. (Resolução CFP n. 01/99 de março de 1999.) **Jornal do CRP São Paulo**. ano 17, n. 115/116, mar./jun. Disponível em http://crpsp.org.br/a_acerv/jornal_crp/115/set_115.htm. Consultado em 27/10/2002, 23:42.

CRP-SP. Conselho Regional de Psicologia São Paulo. (1999). Homossexualidade não pode ser vista como desvio. **Jornal do CRP São Paulo**. ano 17, n. 115/116, mar./jun. Disponível em http://crpsp.org.br/a_acerv/jornal_crp/115/set_115.htm. Consultado em 27/10/2002, 23:42.

Daniel, H. (1992). Anotações à margem do viver com Aids. Em: A. LANCETTI (dir.). **SaúdeLoucura**. n. 3, p. 3-20. São Paulo: Hucitec.

Duarte, C. M.; Nussbaumer, G. M. (2001). **Cidade, homossexualidade e música eletrônica do espaço urbano ao espaço virtual**. Artigo apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, set. São Paulo, Intercom/Portcom. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/2001/np08/NP8DUARTE.pdf>. Consultado em 10/09/2002, 01:50.

Fischer, A. (1997a). Os gays de cabeça. **Folha de São Paulo**. Revista da Folha. Seção Roteiro, GLS. São Paulo, p. 42, 12 jan. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1997.nfo>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 17/10/2002, 23:47.

Fischer, A. (1997b). Novidades nas bancas. **Folha de São Paulo**. Revista da Folha. Seção GLS. São Paulo, p. 77, 19 out. Disponível em

<http://fws.uol.com.br/folio.pgi/fsp1997.nfo>.

Arquivos

Folha

(<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 17/10/2002, 23:47.

Fischer, A. (1997c). Lésbicas invisíveis. **Folha de São Paulo**. Revista da Folha. Seção GLS. São Paulo, 30 nov. Disponível em <http://www.uol.com.br/revista/rf30119708.htm>. Consultado em 09/10/2002, 19:00.

Fischer, A. (2000). GLBT, mas S também. **Folha de São Paulo**. Revista da Folha. Coluna GLS. São Paulo, 18 jun. Disponível em <http://uol.com.br/revista/rf1806200016.htm>. Consultado em 09/10/2002, 19:21.

Fischer, A. (2002). **Editorial**. Mix Brasil. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/editoria.shl>. Consultado em 4/9/2002, 19:42.

Fischer, A. (2003). **Editorial** – Acesso livre ao Mix. Mix Brasil. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/editoria.shl>. Consultado em 6/8/2003, 17:46.

Fry, P. (1982). **Para inglês ver**. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar.

Fry, P. (1990). Prefácio. Em: E. MacRae. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Unicamp.

GAPA-BA. Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS. (1999). Por amor à vida. **Boletim do GAPA-BA**. n. 30, mai./jun./jul./ago. Disponível em <http://www.gapabahia.org.br/servicos2.html>. Consultado em 12/10/2002, 22:15.

GAPA-BA. Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS. (2000). As caras da (homos)sexualidade – visibilidade e cidadania. **Boletim do GAPA-BA**. n. 33, mai./jun./jul./ago. Disponível em http://www.gapabahia.org.br/rev33_1.html. Consultado em 12/10/2002, 22:20.

GGB. Grupo Gay da Bahia. (1993). O movimento brasileiro de gays, lésbicas, travestis

e transexuais. **Boletim do Grupo Gay da Bahia.** n. 27, ano XII, ago. Site Grupo Gay da Bahia. Disponível em <http://www.ggb.org.br/moviment.html>. Consultado em 07/10/2002, 22:42.

GGB. Grupo Gay da Bahia. (2002). **Como organizar um grupo de gays, travestis ou transexuais.** Site Grupo Gay da Bahia. Disponível em <http://www.ggb.org.br/moviment.html>. Consultado em 07/10/2002, 22:42.

Giacomini, P. (1997). Homepages nacionais entram em atividade. **Folha de São Paulo.** Folha Ilustrada. São Paulo, 01 fev. Disponível em <http://www.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq010228.htm>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 12/10/2002, 01:40.

Golin, C. (2002). **Bixas travecas e sapatas nas eleições.** Site Grupo Nuances. Publicações. Disponível em <http://www.nuances.com.br/publicacoes/txt-bixas.htm>. Consultado em 10/10/2002, 18:48.

Gonçalves, M. A. (1994). Black is beautiful. **Folha de São Paulo.** Editoria Mais. São Paulo, p. 6-3, 20 nov. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio.pgi/fsp1994.nfo>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 18/10/2002, 23:10.

Green, J. (1999). Entrevista. Em: Novos brasilianistas – Os gays além do clichê e carnaval. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 06 jun. Disponível em <http://www.uol.com.br/fsp/mais/fs06069913.htm>. Consultado em 18/10/2002, 23:00.

Gullo, C. (1998). Um mercado alegre. **IstoÉ.** São Paulo, 03 jun. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/comport/149617.chtm>. Biblioteca IstoÉ. Consultado em 13/10/2002, 21:30.

Homossexualismo sem preconceito é tema de campanha da Folha. (1994). **Folha de São Paulo.** Editoria Dinheiro. São Paulo, p. 2-5, 4 jul. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio.pgi/fsp1994.nfo>. Arquivos Folha

(<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 18/10/2002, 23:10.

Jackson A. (1994). Atenção, povo: o gueto acabou! **Folha de São Paulo**. Revista da Folha. São Paulo, p. 65, 27 nov. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1994.nfo>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 12/07/2002, 19:50.

Leonel, V. (2002a). Manual de Penetração na Mídia. **Cio**. Bolacha Ilustrada. Mix Brasil. 19 jun. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/cio2000/grrrls/midia/midia.shl>. Consultado em 09/10/2002, 19:30.

Leonel, V. (2002b). A importância de ser simpatizante. **Cio**. Bolacha Ilustrada. Mix Brasil. 25 set. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/cio2000/grrrls/simpatizante/simpatizante.shl>. Consultado em 09/10/2002, 19:30.

Lima, M. A. (2001). **Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Labcom - Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-Line. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPrensa-Homossexual-Brasil.html>. Consultado em 16/04/2002, 12:24.

MacRae, E. (1990). **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. São Paulo: Unicamp.

Marini, E. (2000). Além do armário – entrevista com André Fischer. **IstoÉ**. São Paulo, n. 1627, 31 nov. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/1627/1627vermelhas.htm>. Biblioteca IstoÉ. Consultado em 18/12/2002, 23:10.

Mix Brasil. (1997). **O BBS MiX Brasil no Rio**. Mix Brasil. Coluna Mundo Mix. Seção @work. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/hatwork.shl>.

Consultado em 6/07/2002, 17:40.

Mix Brasil. (2002a). **Análise de público.** Perfil do usuário do Mix Brasil. Coluna Identidade. Seção Pesquisas. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/pesquisa/pesquisa2002.shl>. Consultado em 4/9/2002, 20:29.

Mix Brasil. (2002b). **Anuncie.** Mix Brasil. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/editoria/anuncie.shl>. Consultado em 4/9/2002, 20:40.

Mix Brasil (2002c). **Coluna Identidade.** Mix Brasil. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/id/hid.shl>. Consultado em 4/9/2002, 20:15.

Mix Brasil. (2002d). **Fotonovelas.** Mix Brasil. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/cultura/fotonovela.shl>. Consultado em 26/10/2002, 18:15.

Mix Brasil. (2002e). **Quem somos.** Mix Brasil. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/editoria/quemsom.shl>. Consultado em 4/9/2002, 20:35.

Mix Brasil (2002f). **Seção Nossa Língua.** Mix Brasil. Coluna Identidade. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/id/lingua.shl>. Consultado em 4/9/2002, 20:25.

Mix Brasil (2002g). **Seção Psi.** Mix Brasil. Coluna Identidade. Disponível em <http://mixbrasil.uol.com.br/id/hpsi.shl>. Consultado em 4/9/2002, 20:20.

Mix Brasil. (2002h). **8 anos online.** Mix Brasil. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/extra!/8anos/8anos.shl>. Consultado em 20/3/2003, 21:25.

Mix Brasil. (2002i). **24 dicas para a hora de sair do armário.** Mix Brasil. Seção Cartilhas. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/id/24dicas.htm>. Consultado em 08/08/2002, 0:40.

Mix Brasil. (2003). <http://mixbrasil.uol.com.br>. Consultado em 13/8/2003, 11:15.

Mix Brasil; Nuances (2002). **Satisfação entre adolescentes gays**. Mix Brasil. Seção Cartilhas. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/id/nuances.html>. Consultado em 10/12/2002, 17:04.

Monteiro, M. (2000). **O homoerotismo nas revistas Suigeneris e Homens**. Artigo apresentado no evento Literatura e Homoerotismo: II Encontro de Pesquisadores Universitários. Uma agenda para os estudos gays e lésbicos no Brasil. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 24-26 maio. Disponível em <http://www.artnet.com.br/~marko/ohomoero.htm>. Consultado em 14/05/2002, 20:03.

Moraes, D. de. (2000). **A ética comunicacional na Internet**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Labcom. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/index2.html>. Consultado em 7/10/2002, 03:05.

Moraes, D. de. (2001). **O ativismo digital**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Labcom. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/index2.html>. Consultado em 7/10/2002, 03:05.

Mott, L. (1998). Etno-história da homossexualidade na América Latina. **História em Revista**. Pelotas, v. 4, p. 7-35, dez.

Mott, L. (1999). Reflexões sobre os 30 anos do movimento lesbigay. **Boletim do GAPA-BA**. n. 30, mai./jun./jul./ago. 1999. Disponível em http://www.gapabahia.org.br/bol30_2.html. Consultado em 12/10/2002, 22:15.

Mott, L. (2000). Orgulho gay e consciência homossexual. **Folha de São Paulo**. Folha Opinião. São Paulo, 28 jun. Disponível em <http://www.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2806200010.htm>. Arquivos Folha. Consultado em 18/10/2002, 18:30.

Nascimento, C. (2003). Parada do Orgulho Gay atinge expectativas e reúne 800 mil em

SP. **Folha Online.** Cotidiano. 22 jun. 18:39. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u77207.shtml>. Consultado em 25/06/2003, 12:15.

Nascimento, J. (2002). **Identidade Sexual:** Faça você mesmo seu modelo exclusivo! Mix Brasil. Coluna Identidade. Seção Psi. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/id/psi/identidadesex.htm>. Consultado em 26/09/2002, 17:22.

Nascimento, J. C. C. (1996). Ser homossexual e não, o “ser” homossexual brasileiro. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana.** v. 7, Edição Especial 1, p. 44-56

Noronha, S. (1994). Para monge, “o mundo é que está declinando”. **Folha de São Paulo.** Editoria Cotidiano. São Paulo, p. 3, 08 out. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio.pgi/fsp1994.nfo>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 18/10/2002, 23:10.

Nuances, Grupo. (2002). **Guia do navegador atinado.** Site Grupo Nuances. Seção bichice. Disponível em <http://www.nuances.com.br/nuances.htm>. Consultado em 18/10/2002, 18:47.

Nussbaumer, G. M. (2001a). **Cultura e identidade gay:** a diferença do múltiplo. Artigo apresentado ao Núcleo de pesquisa Comunicação e Cultura de Massa do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande-MS. São Paulo, Intercom/Portcom. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np13/NP13NUSSBAUMER.pdf>. Consultado em 10.09.2002, 01:50.

Nussbaumer, G. M. (2001b) Fora do armário: a ciber-sociabilidade em uma lista de discussão GLS. Em: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. **Janelas do ciberespaço.** Porto Alegre: Sulina. Disponível em <http://www.casadamaite.com/sexualidade/homo/texto/texto181.htm>. Consultado em 10/09/2002, 01:50.

Oásis na Internet. (1997). **Folha de São Paulo**. Revista da Folha. Seção GLS. São Paulo, 29 jun. Disponível em <http://www.uol.com.br/revista/rf290621.htm>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 12/10/2002, 01:40.

Parentes FLAG – New York City Parents and Friends of Lesbian and Gays. (s/d.). **Dá pra entender**. (Mix Brasil, trad. adapt.). Em: Mix Brasil. (2002). Seção Cartilhas. Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/id/entende.htm>. Consultado em 08/08/2002, 0:23. (Do original “Can We Understand?”)

Pró-Conceito. Associação Pró-Conceito de Gays e Lésbicas. (2002a). Site Pró-conceito. Disponível em <http://www.proconceito.hpg.com.br>. Consultado em 22/11/2002, 19:46.

Pró-Conceito. Associação Pró-Conceito de Gays e Lésbicas. (2002b). **Guia para Jornalistas e Redatores**. Site Pró-conceito. Disponível em <http://www.proconceito.hpg.com.br>. Consultado em 22/11/2002, 19:46.

Revista da Folha cria coluna para homem. (1997). **Folha de São Paulo**. Editoria Brasil. São Paulo, p. 1-19, 16 mar. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio.pgi/fsp1997.nfo>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 17/10/2002, 23:47.

Revista ganha novas seções. (1997). **Folha de São Paulo**. Editoria Ilustrada. São Paulo, p. 4-24, 21 mar. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio.pgi/fsp1997.nfo>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 17/10/2002, 23:47.

Roque, I. R. (2002). Sempre a mesma diversidade. **Observatório da Imprensa**. n. 176, 12 jun. Arquivo Folha na Parada Gay. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/fd120620025.htm>. Consultado em 23/10/2002, 22:29.

Steffen, L. F. (2000). **Sui Generis** - O fim de uma era. Mix Brasil. Seção Extra!

Disponível em <http://www2.uol.com.br/mixbrasil/extra!/suigeneris/sui.htm>. Consultado em 20/3/2003, 21:26.

Silva, M. I. da. (1998). Sou homossexual e me orgulho disso. **Folha de São Paulo**. Folha Cotidiano. Opinião. São Paulo, 25 jun. Disponível em <http://www.uol.com.br/fsp/cotidian/ff25069807.htm>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 18/10/2002, 01:48.

Suplicy, M. (1994). Homossexualidade, preconceito e ignorância. **Folha de S. Paulo**. Editoria Painel. São Paulo, p.1-3, 19 jul. Disponível em <http://fws.uol.com.br/folio/pgi/fsp1994.nfo>. Arquivos Folha (<http://www.uol.com.br/bibliot/arqfolha.htm>). Consultado em 17/10/2002, 01:48.

Santa Cruz, A.; Vieira, J. L. (1999). Homossexualismo – Assumir faz a diferença. **Época**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 70, p. 44-51, 20 set.

Trevisan, J. S. (1986). **Devassos no Paraíso**. Rio de Janeiro: Record.

Trevisan, J. S. (2000). Entrevista – “Eu quero o meu direito de ser anormal”. **Caros Amigos**. ed. 43, out. Disponível em <http://www.uol.com.br/carosamigos/edicao/ed43/entrevista.htm>. Consultado em 28/11/02, 19:53.

Terra. (2002). **Sites mais visitados** – gays, lésbicas e pansexuais. Diretório Terra. Disponível em http://busca.terra.com.br/Pessoas_e_Sociedade?Grupos_e_Culturas/Gays_Lésbicas_e_Pansexuais/. Consultado em 18/10/2002, 19:12.

Viterbo F., José. (1997). Sui Generis On line. **Sui Generis**. Seção Cartas. ano 3, n. 23, p. 5.

Vieira, J. L. (2002). Um espaço conquistado. **Época**. Rio de Janeiro, n. 222, p. 60-66, 19 ago.

Zanatta, E. M. (1998). **Documento e identidade**: o movimento homossexual brasileiro e os fundos depositados no Arquivo Edgard Leuenroth. Artigo apresentado no XII Congresso Brasileiro de Arquivologia, 15 a 19 jun. João Pessoa, Paraíba. AEL. IFCH. Unicamp. Disponível em <http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br/pub-artl.htm>. Consultado em 10/10/2002, 00:49.

X ENONG. X Encontro Nacional de Ongs. (1999). Deliberações do ENONG Vem aí o IX Vivendo - "Quanto mais vivo, melhor!" **Boletim Pela Vidda**. n. 3, mai./ago. Disponível em <http://www.pelavidda.org.br/boletim33.html#top> Consultado em 18/10/2002, 20:00.

ANEXOS

SÍLVIA LAIR VIEIRA XAVIER

**IDENTIDADE (HOMOS)SEXUAL:
UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

Florianópolis

2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

Sílvia Lair Vieira Xavier

**IDENTIDADE (HOMOS)SEXUAL:
UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Prado Filho

FLORIANÓPOLIS

2003

***“Eu vejo tudo enquadrado
Remoto controle...”***

Adriana Calcanhoto/*Esquadros*

AGRADECIMENTOS

À minha família, por todas as possibilidades. À Claudinha, por tudo, sempre. Ao Negão, por existir.

Aos meus Amigos, pela força, carinho e paciência. Pelas impaciências também. Ao Mário, meu colega, amigo e companheiro de ilha.

A todos os meus professores, pelos aprendizados. Em especial, aos meus professores no curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina. À Solange Mezzaroba, ao João Batista.

Aos meus interlocutores diretos nos caminhos de concepção e realização deste trabalho, Paulo, Kleber, Juracy e Pedro.

Ao pessoal da Secretaria da Pós-Graduação; em especial à Janete, pelas orientações, paciência e profissionalismo.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pelo auxílio financeiro no início do curso, e à Capes, pelo financiamento deste trabalho.

Aos amigos e colegas do mestrado, pelo que compartilhamos nas salas, cafés, ruas e churrascos.

À Sônia e à Zélia, pelo carinho, apoio e meios para a finalização do trabalho.

A todos com quem tenho ou tive o privilégio de caminhar. Há um pouco de cada um de nós nos modos com que aprendemos e desaprendemos a ser e a pensar, nos nossos modos de mudar. Há muito de vocês em cada passo deste trabalho.

Aos estranhamentos. Pelos motivos.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1. PROBLEMATIZANDO A IDENTIDADE SEXUAL	01
2. SITUANDO A PERSPECTIVA – NOSSOS SABERES	18
2.1. O conhecer como prática social.....	26
2.2. Saberes, poderes e subjetivação nos domínios da sexualidade.....	30
2.3. Sobre a subjetivação – sujeição e resistência na relação consigo	35
2.4. A constituição do sujeito em perspectiva	38
2.5. Os saberes e a experiência de ordenação da vida.....	39
3. A HISTÓRIA COMO MÉTODO DE PESQUISA	44
3.1. Arqueologia, genealogia e ética – uma história de saberes, poderes e subjetivação.....	47
3.2. Para uma análise histórica dos discursos – da arqueologia.....	50
3.3. Configuração do campo e seleção de material – site e cartilhas on line.....	55
3.4. Composição histórica – levantamento, seleção e organização de materiais.....	60
3.5. Do percurso de análise.....	62
4. UMA HISTÓRIA DE PRÁTICAS E DISCURSOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL DAS DÉCADAS DE 70/80 À ATUALIDADE	65
4.1 A homossexualidade nas décadas 70 e 80 – construindo um movimento	65
4.2. A (homos)sexualidade nos anos 90 – diversidade e estratégias de visibilidade	90
5. DA HISTÓRIA – DISCURSOS	139
5.1. Construções de uma identificação homossexual no Brasil.....	143
6. CARTILHAS ON LINE – DISCURSOS HOMOSSEXUAIS NA	

ATUALIDADE	149
6.1. Conjunto cartilhas on line	153
6.2. Da relação de compromisso -- limitações do acaso do discurso.....	158
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
ANEXOS	196

XAVIER, Sílvia Lair Vieira. **Identidade (homos)sexual: uma abordagem crítica.** Florianópolis, 2003. 195 pp. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Curso de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Kleber Prado Filho

Defesa: 26/09/2003

Este trabalho configura-se como uma abordagem crítica, uma problematização, de um conceito e de uma categoria, a identidade sexual homossexual, tratando-o como um problema histórico ainda aberto e pertinente à área interdisciplinar das Ciências Humanas. Numa abordagem política da constituição de sujeitos da sexualidade, buscou-se demarcar relações entre o sexo colocado em discurso e um modo de formulação, reconhecimento, ordenação e constituição histórica de uma experiência e de uma subjetividade correlativas ao termo homossexual. Encontrou-se nos trabalhos de Michel Foucault os instrumentos necessários para a construção do percurso metodológico, articulando-se, em uma análise histórica, princípios da arqueologia, da genealogia e da ética. Elegeu-se para a realização desse trabalho a identidade homossexual como um campo de discursos, saberes e práticas que compõem e permitem reafirmar uma determinada experiência histórica da constituição de sujeitos da sexualidade. Tendo em perspectiva as questões do *quem somos nós* em nosso presente histórico, utilizou-se a rede mundial de computadores, internet, como campo para a pesquisa, considerando sua posição estratégica atual no debate das questões de sexualidade. Foram analisados discursos e práticas relacionados ao tema da homossexualidade das décadas de 70/80 à atualidade, fechando-se com um conjunto de textos denominados Cartilhas, publicados pelo site Mix Brasil, de exposição recente e dirigida a um público homossexual. Foram demarcadas diferentes linhas discursivas na busca por continuidades, transformações e rupturas nos enunciados dessa prática discursiva, servindo ainda à análise de relações entre regras de formação de e normas veiculadas por discursos/práticas e modos de produção de subjetividade. Pode-se acompanhar a identidade homossexual como um modo de problematização d'*o que somos* que se compõe, se diferencia e se transforma historicamente, constituindo-se como um campo de discursos e práticas que se oferece à subjetivação. Destaca-se, neste campo, o estabelecimento de um modo de subjetivação implicado em sujeição a uma linha política de identificação, em uma conformação subjetiva via identidade.

Palavras-chave: identidade sexual; homossexualidade; história; discurso; subjetivação; ética.

XAVIER, Sílvia Lair Vieira. **(Homo)sexual identity: a critical approach.** Florianópolis, 2003. 195 pp. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Curso de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Kleber Prado Filho

Defesa: 26/09/2003

This study is a critical approach, a problematization, of a concept and a category, namely the homosexual sex identity, dealing with it as a historical problem which is still open and belonging to the Humanities interdisciplinary area. In a political approach to the constitution of sex subjects, an attempt was made to establish the relations between sex in discourse and formulation, recognition, ordering and historical constitution of an experience and subjectivity related to the word homosexual. In Michel Foucault's writings the necessary tools for the construction of the methodological approach were found, in which, in a historical analysis, archeological principles, genealogy and ethics were articulated. For the purposes of this study, the homosexual identity was chosen as a field of discourses, knowledge and praxis which compose and enable us to ractify a particular historical experience of the constitution of sex subjects. Keeping in perspectives the issues of *who we are* in our present historical moment, the World Wide Web, i.e., the internet was used as research field, taking into account its current strategic position with regards to the debate over sex issues. Discourses and praxis related to homosexuality were analysed, from the 1970's-1980's to the present, closing with a set of texts called 'Cartilhas' (Guides) published by the site Mix Brasil, of recent exhibition and geared towards a homosexual audience. Different discursive lines in the utterances from this discursive practice were delineated in the search for continuities, transformations and ruptures, also adding to the analysis of the relations between formation rules and norms determined by discourses/practices and subjectivities production modes. Homosexual identity can be understood as a problematization mode of *what we are* which is historically composed, differentiated and transformed, being thus a field of discourses and practices capable of subjectivation. In this field, the establishment of a subjectivation mode can be noted, which brings about the subjection to a political line of identification in a subject conformation through identity.

Key words: sexual identity; homosexuality; history, discourse; subjectivation; ethics.